



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O Comércio de Escravizados no Vale do Tocantins/PA, 1842-1887**

David Rodrigues Farias

**Belém/PA**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O Comércio de Escravizados no Vale do Tocantins/PA, 1842-1887**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

**Belém/PA**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O Comércio de Escravizados no Vale do Tocantins/PA, 1842-1887**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

**Data de Aprovação:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Banca Examinadora:**

---

**Profº. Dr. Francivaldo Alves Nunes (Orientador – PPHIST/UFPA)**

---

**Profº. Dr. José Maia Bezerra Neto (Examinador interno- PPHIST/UFPA)**

---

**Profª. Dr. Vitória Fernanda Schettini (Examinadora externa- PPGH/UNIVERSO)**

---

**Profº. Dr. Rafael da Cunha Sheffer (Examinador externo- UNILAB)**

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

R696c Rodrigues Farias, David.  
O Comércio de Escravizados no Vale do Tocantins/PA,  
1842-1887 / David Rodrigues Farias. — 2021.  
189 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em História, Belém, 2021.

1. Comércio de escravizados. 2. Compra e venda de  
escravos na amazônia. 3. Produção agrícola. 4. Vale do  
Tocantins. I. Título.

CDD 981.04

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPITULO I	20
O Vale do Tocantins escravista: Comarcas de Cametá e Igarapé-Miri.	20
1.1. Conhecendo o rio, a região e sua história: paisagem, comércio e navegação.	21
1.2 Vale do Tocantins, produção agrícola e escravidão no séc. XIX.	45
CAPITULO II	58
Escravos em movimento: Demografia escrava e comércio interno nos registros de compra e venda.	58
2.1 Números da escravidão no Vale do Tocantins em relatórios de governo.	58
2.2 Comércio interno de escravos nos registros de compra e venda	70
2.3 A distribuição dos proprietários de escravos no Vale do Tocantins.	82
CAPITULO III	97
Os agentes do comércio de escravos entre registros e outras transações.	97
3.1 Perfil dos escravizados nas escrituras de compra e venda.	98
3.2 O perfil dos senhores de escravos nos registros de compra e venda.	119
3.3 Problemas de comércio. Fugas, castigos e revoltas.	142
3.4 O comércio de escravos em outras transações.	152
Considerações finais	157
Fontes	161
Bibliografia	164
Anexos	171

## INDICE DE GRÁFICOS, TABELAS E IMAGENS.

Figura 1: Vila de Igarapé-Miri em 1867.....	25
Figura 2: Esquema casa de sobrado.....	26
Quadro 1: Casas comerciais na área rural de Igarapé-Miri 1887.....	28
Mapa 1: Rio Tocantins e seus afluentes.....	34
Mapa 2: Entre Belém e o Tocantins.....	37
Imagem 1: Representação de propriedade rural com engenho situada no Vale do Tocantins. .....	39
Figura 3: Entrada do canal de Igarapé-Miri 1867.....	43
Quadro 2: Produção agrícola e extrativista em Igarapé-Miri 1897-1901.....	53
Gráfico 1: Engenhos por comarca em 1881.....	56
Tabela 1: População Escrava no Grão-Pará em 1849.....	59
Tabela 2: População escrava no Grão Pará em 1848.....	60
Tabela 3: População escrava no Grão Pará em 1850.....	61
Tabela 4: Variação da população escrava na comarca de Igarapé-Miri, 1848 -1862.....	62
Gráfico 2: Escravos por comarca em 1872.....	64
Tabela 5: Variação da população escrava na comarca de Cametá, 1848 -1862.....	65
Tabela 6: Distribuição da população escrava na comarca de Cametá em 1872.....	66
Tabela 7: População escrava no Vale do Tocantins de 1878 à 1887.....	69
Gráfico 3: Naturalidade dos escravos no Vale do Tocantins 1842-1887.....	79
Quadro 3: Localidade dos que venderam escravos entre 1842 e 1887.....	83
Quadro 4: Localidade dos que compraram escravos entre 1842 e 1888.....	85
Quadro 5: Cametá e suas conexões com outras regiões no comércio interno de escravos 1841- 1887.....	87
Quadro 6: Estabelecimentos comerciais e industriais no 2º distrito de Igarapé-Miri, 1873.....	92
Quadro 7: Igarapé-Miri e suas ligações no âmbito do comércio de escravos.....	95
Gráfico 4: Idade dos transacionados dividida por sexo.....	99
Gráfico 5: Variação do preço de acordo com o sexo dos escravos. ....	102
Gráfico 6: Variação do preço de acordo com o sexo dos escravos.....	112
Gráfico 7: Variação de preço entre 1840-1887.....	117
Gráfico 8: Escravos negociados no Vale do Tocantins entre 1842-1887.....	118
Quadro 8: Senhores que mais venderam escravos no Vale do Tocantins.....	121
Quadro 9: Engenhos que desapareceram após a abolição em Igarapé-Miri .....	124
Tabela 8: Dados da matricula e os plantéis de escravos no Vale do Tocantins 1872-1887 ...	133
Quadro 10: Senhores que mais compraram escravos no Vale do Tocantins.....	134

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pela conclusão de mais uma etapa importante da minha formação acadêmica, a Ele minha gratidão pela vida e saúde que me possibilitaram trabalhar nesta pesquisa. Agradeço minha família pelo apoio e incentivo, especialmente aos meus pais Gilberto Benedito de Moraes Farias e Maria Izete Rodrigues Farias.

Agradeço minha esposa Elida Farias pelo apoio incondicional, por não me deixar desistir e me dar todo suporte emocional e espiritual para chegar ao final desta etapa. Gratidão por sempre acreditar em mim mais do que qualquer pessoa. Sou grato apenas por saber que você está sempre comigo.

Ao Professor Francivaldo Nunes meu orientador, agradeço pelas palavras de incentivo, pelas conversas sempre muito produtivas, sou grato pela forma interessada e paciente como acompanhou a realização deste trabalho, as críticas construtivas, as discussões e reflexões que foram fundamentais ao longo de todo o percurso. Não posso esquecer a sua grande contribuição para o meu crescimento como pesquisador, desde os tempos de graduação. Imensamente grato por todo o apoio.

Agradeço aos demais professores do programa pelos cursos ministrados, que contribuíram de forma decisiva para minha formação enquanto historiador. Aos colegas de turma por todas as experiências compartilhadas.

## **Resumo**

O presente trabalho busca analisar o comércio interno de escravos no Vale do Tocantins entre 1842 e 1887, uma região eminentemente escravista e com todos os elementos para o desenvolvimento de um importante comércio de escravos. Buscamos compreender aspectos importantes desse comércio na região, como a naturalidade dos cativos revelada nas escrituras, a distribuição dos senhores pelas diversas localidades da região, os lugares onde possivelmente a concentração de trabalhadores escravizados foi maior, assim como as conexões que essas localidades estabeleciam entre si e com outras regiões da Província e Império brasileiro no âmbito do comércio de escravizados. Empreendemos a construção do perfil de senhores e escravos, destacando idades, sexo, preço, entre outras características dos cativos, considerando também as ocupações no âmbito econômico e político dos proprietários, e a relação entre senhores e escravizados. Abordaremos ainda as outras transações comerciais envolvendo escravos tais como, permuta, troca, hipoteca doação, entrega, e concessão que revelam um comércio que ia além da mera compra e venda.

Palavras chave: Escravidão, comércio interno, produção agrícola.

## **ABSTRACT**

This paper seeks to analyze the internal slave trade in the Tocantins Valley between 1842 and 1887, an eminently slave-holding region with all the elements for the development of an important slave trade. We seek to understand important aspects of this trade in the region, such as the naturalness of the captives revealed in the scriptures, the distribution of lords across the various locations in the region, the places where the concentration of enslaved workers was possibly greater, as well as the connections that these locations established with each other and with other regions of the Province and Brazilian Empire in the scope of the slave trade. We undertook the construction of the profile of masters and slaves, highlighting ages, sex, price, among other characteristics of the captives, also considering the occupations in the economic and political sphere of the owners, and the relationship between masters and slaves. We will also address the other commercial transactions involving slaves such as barter, exchange, mortgage, donation, delivery, and concession that reveal a trade that went beyond mere buying and selling.

Keywords: Slavery, internal trade, agricultural production.

## INTRODUÇÃO

Um dos marcos principais no processo de desestruturação do regime escravista no Brasil foi precisamente a interrupção do abastecimento de novos trabalhadores escravizados nativos do continente africano, tal evento foi o desfecho de um longo e complexo emaranhado de acordos e leis, de pressões internacionais, argumentos e contra argumentos no âmbito político, que por fim resultaram na abolição do tráfico transatlântico de escravos em 1850, um *infame comércio* nas palavras de Jaime Rodrigues, que já havia sido legalmente “abolido” em 1831 resultado de acordos assinados entre o nascente Império do Brasil e da Inglaterra.

O fato é que as elites agrárias aliadas aos que defendiam a escravidão como elemento indispensável para estrutura econômica do Império conseguiram fazer com que o referido dispositivo legal de 1831 não fosse na prática levado a sério, mesmo formalmente na ilegalidade, os anos que se seguiram até 1850 presenciaram o aumento exponencial do volume e da intensidade dos carregamentos de novos escravizados registrados nos principais portos brasileiros.<sup>1</sup>

Desse modo observa-se que por quase meio século uma “elite” brasileira conseguiu subverter as pressões Britânicas pelo encerramento do tráfico atlântico, o que só pode ser entendido se considerarmos “o comércio negreiro como um importante circuito interno de acumulação de riqueza, detentor de grande autonomia frente ao capital mercantil internacional”, nos informa Manolo Florentino. E conclui que, “os ganhos produzidos pelo tráfico possibilitaram que mercadores de escravos se transformassem na mais importante fração da elite brasileira, posição que lhe facultava influenciar decisivamente os destinos do Estado”<sup>2</sup>.

Na esteira desses fatos a interrupção do tráfico transatlântico como fonte de abastecimento de novos cativos africanos intensificou o comércio interno de escravos, que consistia evidentemente na transferência endógena de trabalhadores de áreas com menos atração econômica para áreas de grande produção e por isso com maior demanda por mão de obra. Grosso modo, na segunda metade do século XIX, o movimento desse mercado de trabalhadores escravizados atendia principalmente as necessidades do Sudeste cafeeiro, enquanto que algumas províncias do Norte e Sul do Império constituíram-se em importantes fornecedoras de escravos para as fazendas de café que nesse momento experimentavam o

---

<sup>1</sup> RODRIGUES, Jaime. **O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil**. O Brasil Imperial, 2009.

<sup>2</sup> FLORENTINO, Manolo. **Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no rio de janeiro, brasil, c. 1790-c.1830**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 51, p. 69-119, jul./dez. 2009, p. 71

momento áureo de sua produtividade, dentro desse contexto a Amazônia se enquadra de maneira bastante peculiar como veremos.

A metade final do século XIX é o período de maior relevância do comércio interno de escravos tanto faz na esfera interprovincial quanto em esferas mais regionalizadas e locais. É bem verdade que a existência de um mercado interno de escravos com relativa envergadura já se registrava desde o período colonial, o impacto da descoberta de ouro em Minas e as volumosas transferências de cativos para essa região exemplificam a existência vigorosa de um mercado endógeno de escravos antes mesmo de 1850.

O aspecto diferencial do momento subsequente à Lei Eusébio de Queirós é exatamente o fato de que as transferências internas de escravos dentro do Império brasileiro tornar-se-iam a única forma de repor trabalhadores escravizados em áreas econômicas em expansão, tal assertiva não diminui a existência das transferências anteriores tão pouco seu volume ou importância, a ideia é de um momento conjuntural específico do escravismo brasileiro em que a fonte para suprir a necessidade de mão de obra escrava no Brasil será o próprio Brasil.

Na intenção de melhor balizar a abrangência da presente pesquisa concordamos com o apontamento de Rafael Scheffer, sobre o fato de que a questão da compra e venda de escravos no Brasil acaba sendo discutida em duas esferas diferentes, uma relacionada dimensão atlântica e outra referente ao “mercado interno de escravos, focado principalmente nas transferências de trabalhadores de diversas províncias brasileiras para o Sudeste cafeeiro no pós 1850”.<sup>3</sup>

O referido autor defende a importância de estudos que venham analisar em conjunto essas duas esferas, ou mesmo nos pontos de conexão existentes nas duas faces desse comércio, ou seja, seria proeminente conectar estudos mais abrangentes a análises mais regionalizadas, é bem verdade que os mercados de escravos das diversas províncias brasileiras são estudados em suas vinculações com a face atlântica do comércio, mas pouco sabemos, informa Scheffer, “sobre os comerciantes e a dinâmica daqueles encarregados de levar esses cativos até seus “consumidores” finais”.

Acrescento ainda a importância de conhecermos também os ditos “consumidores finais”, ou seja, quem eram esses indivíduos e a que atividades econômicas tais proprietários de escravos se dedicavam qual a relação desses com os trabalhadores escravizados. Significa dizer que ao privilegiar o estudo do comércio de cativos dentro de uma região específica

---

<sup>3</sup> SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888: Economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa.** Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em História, UNICAMP, 2012, p.4

busca-se compreender as dinâmicas e os condicionantes vinculados àquele espaço, as relações sociais peculiares que se estabelecem nesse recorte especial, para eventualmente realizar comparações com espaços similares ou antagônicos buscando exatamente a inserção do espaço regional em um contexto maior.

Desse modo, em busca das outras faces do comércio interno de escravos no Brasil, a presente pesquisa investiga a circulação interna de escravos na Amazônia, mais especificamente naquilo que poderíamos chamar de Vale do Tocantins, um recorte espacial privilegiado dentro do território amazônico no que se refere à presença africana, com maior volume no século XIX, abrangendo as áreas que compreendem aos atuais municípios de Igarapé-Miri, Abaetetuba, Moju, Cametá, Baião e Mocajuba, buscando pormenorizar as relações de comércio envolvendo escravos nessa região de longa tradição escravista na Amazônia de ocupação tradicional, sem perder de vista as possíveis conexões com o mercado de escravos interprovincial.

Em todo caso, nosso estudo busca compreender as dinâmicas internas do comércio de escravos na região descortinando aspectos relevantes da vida e do cotidiano de senhores e escravos em uma parte do Império brasileiro caracterizada de longa data pela presença inexpressiva do trabalhador de origem africana em um debate historiográfico hoje já superado.

Para tal empreendimento utilizaremos um corpus documental que é composto principalmente por documentação cartorial e judiciária, sobretudo notas de compra e venda de escravos e outras transações, mas também inventários, contratos de trabalho e cartas de alforria. Paralelamente, jornais periódicos, relatos de viajantes, relatórios de províncias e outras fontes que se juntam as primeiras para embasar nossa análise.

*As Escrituras Públicas de compra e venda* de escravos como nossa fonte principal, mesmo que para pesquisadores da temática seja bastante conhecida e longamente usada na historiografia sobre o tráfico de escravos em suas diversas estancias, consiste em documentação privilegiada para compreender aspectos importantes do comércio de escravos em recortes mais regionalizados.

As notas de compra e venda de escravos consistiam em documentação oficial por meio da qual indivíduos escravizados, e que possuíam status jurídico como de propriedades eram negociados e por este instrumento público lavrado em cartório tinham a compra e venda oficializada<sup>4</sup>. A definição adotada por Jarbas Nascimento a partir do código civil e das

---

<sup>4</sup> Cf. NARDOCCI, I. M. *A língua portuguesa no século XIX e a História do negro em Escrituras Públicas de compra e venda de escravos*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP.

considerações de Clóvis Beviláqua<sup>5</sup>, é que essa documentação seria “um ato notarial, isto é, contrato formal de compra e venda lavrado por um escrivão público: tabelião, à vista de declarações das partes ou do interessado, e dos documentos exigidos”<sup>6</sup>

Abaixo transcrevemos na íntegra uma escritura de compra e venda de escravos. Após a leitura da fonte destacaremos informações importantes que foram sistematizadas e colocadas em análise no decorrer do trabalho:

Escritura de venda de um escravo de nome Julio que a Manoel João Primo faz Dona Laurinda Pantoja Rodrigues, como abaixo se declara:

Saibam quantos este Publico Instrumento de escritura de venda vierem que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e seis, aos cinco dias do mês de Junho nesta villa de Abaeté, em meu cartório a rua coronel Caripuna comparecerem partes havidas e contractadas, como vendedora Dona Laurinda Pantoja Rodrigues, viúva do falecido Carlos José Rodrigues moradora no rio Tijucaquara, braço do rio Abaeté, e como comprador Manoel João Pinheiro Primo, deste termo de Abaeté, reconhecidos pelos próprios de que faço menção, e pela mesma vendedora foi dito em presença das testemunhas abaixo mencionadas e assignadas, que ela é senhora e possuidora de um escravo preto de nome Julio de dezoito anos de idade, solteiro, natural desta província, matriculado sob os números mil e noventa e cinco da matricula geral do município e seis da relação, por que possui livre e desembaraçado de qualquer embargo, penhora, ou hipoteca, com todos os seus achaques novos e velhos, vende como de facto vendido tem de hoje para sempre por meio d’esta ao comprador Manoel João Pinheiro Primo por preço e quantia de 800\$000 (oitocentos mil réis) que lhe foi entregue pelo dito comprador em moeda corrente d’este Império, pelo que lhe dava plena e geral quitação de pago e satisfeito para mais em tempo algum lhe não ser pedida por ela(sic) e nem por seus herdeiros, e que toda a posse, domínio e senhorio, que no dito escravo tem tido, todo, cede e transfere para a pessoa do comprador que o gozará como seu que fica sendo por meio d’esta. E pelo comprador foi dito que aceitava esta escritura de venda a ele feita e desde já se dava por empossado do referido escravo Julio. Pagou o comprador oitenta e cinco mil réis de imposto municipal, ao fiscal procurador Dionizio Pedro Lobato, conforme o talão numero setenta e um, com data de cinco de Junho de mil oitocentos oitenta e seis.

<sup>5</sup> Cf. BEVILÁQUA, C. **Código Civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1958.

<sup>6</sup> Nascimento, J. V.; Siqueira, J. H. S.; Nardocci, I. M. (1996). **Compra e venda de homens negros: uma prática cartorial no século XIX**. Revista Coleção Mestrado em Linguística. Disponível em file:///C:/Users/USER/Downloads/396-1150-1-PB.pdf. Acesso em 13 Jun. 2020.

E de como assim disseram e prometeram cumprir e guardar pediram a mim tabelião que lhes fizesse esta em meu livro de notas, o que fiz, por me cumpri e de tudo dou fé, e como pessoa publica estipulo e aceito em nome dos outorgantes e de quem mais o deva ser, aos quais esta li, e por acharem conforme assignão com as testemunhas. Filippe Santoago d'Araújo e Raymundo de Souza Coutinho, fazendo a rogo da vendedora o Capitão Torquato Pereira de Barros, e a rogo do comprador Celestino Fernandes Lira, por dizerem que não sabiam escrever, meus conhecidos residentes nesta villa de que dou fé. Eu Messias L. Lobato, tabelião que escrevi e assigno em publico [...]

Em testemunho de verdade

Messias Lobato

Toquarto Pereira de Barros

Celestino Fernandes Lira

Filippe Santhiago de Araújo

Raimundo de Souza Coutinho<sup>7</sup>

A leitura da escritura do escravo Júlio coloca-nos em contato com uma realidade histórica e dramática hoje impensável, ou seja, a compra e venda de um homem submetido ao trabalho compulsório por meio da escravidão, não estamos falando de uma mercadoria qualquer, mas de um sujeito, com laços familiares e afetivos, muitas vezes não respeitados pelo comércio de cativos.

Do ponto de vista da pesquisa histórica a grande relevância dessa documentação consiste no acesso à uma série de informações sobre os diversos agentes envolvidos na transação, desse modo os dados coletados de forma serial foram adicionados em banco de dados no Access e Excel viabilizando a percepção de tendências variações e ausências no que diz respeito às dinâmicas vinculadas ao comércio de escravos. São eles: Data da escritura, nome do vendedor e comprador, localidade dos senhores, nome do escravo, cor, idade, matrícula, valor da transação, testemunhas, tabelião, impostos, e outras informações disponíveis como observado na leitura da escritura. Estes dados nos consentem elaborar um perfil da população cativa que circulava no Vale do Tocantins por meio do comércio de escravos.

Os inventários ganham também relevância no presente trabalho, por meio deles é possível verificar o tamanho dos plantéis de alguns senhores escravistas da região estudada. No levantamento dos bens de determinado indivíduo é possível visualizar de maneira direta as

---

<sup>7</sup> 1º Ofício de Abaetetuba, Livro de Notas Nº 5 1886, p. 1

diversas atividades econômicas praticadas em suas propriedades nas quais a mão de obra escrava era utilizada.

Os jornais e demais periódicos serão bastante utilizados, estas verdadeiras enciclopédias do cotidiano nos ajudam a perceber a atuação dos senhores e escravos para além do recorte estrito do ato da compra e venda, é neles que a relevância política e social da elite regional serão vislumbradas, por outro lado os anúncios de vendas e fugas de escravos indicam um cenário amplo relacionado ao comércio de cativos na Província do Pará e as ações de resistência que por vezes colocam em tela nuances da relação senhor/escravo. No decorrer do texto procederemos à descrição e análise das demais fontes usadas na pesquisa.

O comércio interno de escravos em diferentes partes do Brasil fora analisado por vários historiadores, do ponto de vista de uma historiografia mais ampla, somente a partir da década de 1970 passaram a surgir estudos mais específicos sobre a circulação interna de trabalhadores escravizados no pós-tráfico atlântico.

Na vanguarda desse tipo de abordagem destaca-se o texto de Herbert Klein publicado em 1971, baseando sua análise em registros portuários da cidade do Rio de Janeiro, sumariamente debateu o comércio interno de cativos a partir das entradas de escravos no porto do Rio em 1852. Em seu estudo Klein discute o comércio marítimo de escravos entre o Nordeste brasileiro e o Sudeste, além de destacar a região Sul do Brasil como grande exportadora de escravos para a zona cafeeira. O texto foi importante também por destacar que embora o comércio marítimo entre os diversos portos brasileiros e a região Sudeste tenha operado de forma pulsante, este, no entanto, parece não ter sido o único fornecedor de mão de obra agrícola para os campos de café, Herbert Klein destaca que as plantações de café tinham suas demandas atendidas em grande medida a partir de fontes intra-provinciais e intra-regionais.<sup>8</sup>

A tese de Robert Slenes defendida em 1976, para além de aprofundar algumas discussões já iniciadas por Klein, teve a meu ver, como contribuição fundamental para as pesquisas sobre o comércio interno de escravos, a construção de um paradigma que buscava perceber a formação de um mercado nacional de escravos a partir da conexão entre os mercados regionais existentes no Império e como a variação do preço dos cativos esteve vinculado às lógicas econômicas internas dessas regiões. Desse modo, Slenes demonstrou que

---

<sup>8</sup> Cf. KLEIN, Herbert S. **The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852.** *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4 (nov. 1971).

a queda ou valorização de determinado produto regional influenciava também na dinâmica do mercado de escravos a nível nacional.<sup>9</sup>

Seguindo as indicações de Slenes é possível dizer que só é plenamente possível verificar a complexidade do mercado nacional de escravos, que se estabeleceu a partir de 1850, se compreendermos os recortes desse mercado a nível regional. É nessa escala de observação que os impactos dos diversos níveis de transferências de cativos podem ser melhor balizados.

Pensado nessa perspectiva, em *“Escravos daqui, dali e de mais além”*, Flavio Motta utilizou-se das mesmas fontes principais que utilizamos nesta pesquisa, as escrituras de compra e venda de cativos referentes aos municípios de Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca no interior paulista, e partindo dessa documentação Motta realizou um denso debate sobre as transferências de escravos que ocorriam entre esses municípios e dentro deles, observando o sentido dessas transferências que ocorriam a nível interprovincial, intra e local. Flavio Motta verifica as formas de operação dessas transferências, indica que nessa região a partir da década de 1870 ocorreu um exponencial aumento na importação de escravos de outras províncias o que alterou de forma significativa a intensidade e volume do mercado interno estabelecido entre os municípios estudados, o que reforça a inter-relação entre as diversas instâncias do comércio de escravizados.<sup>10</sup>

Camila Carolina Flausino no seu estudo *“Negócios da escravidão: Tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886”*, investiga o tráfico interno de escravos em Mariana sede e freguesias para construir sua análise, a autora faz um extenso levantamento documental de registros de compra e venda de escravos no arquivo Casa Setecentista<sup>11</sup> de Mariana, entre os anos de 1850-1886. Buscando entre outros objetivos traçar um perfil dos cativos envolvidos no tráfico, seus laços familiares, sua procedência, além de analisar a variação dos preços no mercado de escravos. Flausino investiga o perfil dos principais negociantes de escravos em Mariana, destacando características desses indivíduos que davam dinâmica ao comércio de escravos naquela região.

<sup>9</sup> Cf. SLENES, Robert W. *“The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888”*. Tese de doutorado em História, Stanford, Sanford University, 1976.

<sup>10</sup> MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista: Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887*. [S.l.: s.n.], 2012.

<sup>11</sup> “O Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana possui um valioso acervo documental, composto por cerca de 55.000 autos (400 metros lineares de documentos), recolhido em 1948 pelo antigo DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN, e tombado pelo mesmo. Estes documentos foram produzidos numa extensa área, conhecida como Termo de Mariana. A documentação contida no Arquivo é, em quase sua totalidade, estritamente cartorial e abrange um período que vai de 1709 a 1956, aproximadamente”. Disponível em: <http://www.lampeh.ufv.br/CasaSetecentista/index.php>

Com o mesmo viés o estudo de Rafael da Cunha Scheffer sobre tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro entre 1849-1888, propõe o aprofundamento da temática sobre tráfico interno de escravos em Desterro, à época capital de Santa Catarina. Para o autor o tráfico interprovincial mesmo depois de 1850 quando ganhou força, é pouco estudado na historiografia brasileira, informa que em grande parte, este comércio é deixado de lado, dada a ênfase sobre o tráfico africano. No entanto é necessário observar que findo o comércio atlântico no início da década de 1850, o tráfico interno aparece como um dos elementos principais para a contextualização das últimas décadas da escravidão no Brasil.

A tese do mesmo autor retoma o paradigma de Slenes e investiga o comércio de escravos do Sul para o Sudeste entre 1850-1888 colocando em tela as economias microrregionais e como estas influíam diretamente na dinâmica e direção das transferências de escravos a nível interprovincial, Scheffer investiga ainda as redes de negociantes e a experiência cativa dentro do mercado de escravos.

Desse modo concordamos na presente pesquisa com as argumentações dos autores supracitados no que diz respeito à importância das lógicas econômicas microrregionais como elemento definidor da direção e volume das transferências de escravos nos diversos níveis, ou seja, são as economias regionais que ditarão o ritmo de ganho ou perda de mão de obra cativa. Em determinada província poderiam existir áreas com maior atração econômica e que por isso tornar-se-ia eventual importadora de escravos de outros municípios economicamente fragilizados, é portando dentro dessa perspectiva que buscaremos compreender o comércio interno de escravos no Vale do Tocantins.

Voltando nosso enfoque para literaturas que se debruçam sobre a Amazônia, duas foram fundamentais para compreendermos a realidade paraense, no que diz respeito ao cenário escravista na região. As obras de Vicente Salles e Bezerra Neto, possibilitaram reflexões que vão desde a presença negra na Amazônia do período colonial, até o tráfico interno de escravos a partir de 1850, nosso enfoque principal.

Vicente Salles aborda o comércio interno de escravos ainda no século XVIII, nesse primeiro momento, o autor destaca que o movimento de escravos entre províncias já era de fato ativo, ressaltando particularmente o papel da Bahia como grande fornecedora de negros escravizados, para as lavouras e fazendas do Maranhão, Piauí, Goiás e Mato Grosso, informando que a demanda maior por mão-de-obra escrava fora destinada para as zonas de mineração de Minas Gerais.

As ponderações de Salles reforçam assim que o mercado interno de escravos não consistiu em novidade no século XIX, do contrário fortaleceu-se ainda mais, o mesmo

informa que na Amazônia os mercadores de escravos gozavam de grandes privilégios entre eles a isenção de impostos sobre a entrada de escravos, quando a média elevada dos preços na província do Pará era acentuadamente maior do que em outras províncias, o que permitiu a esses indivíduos acumular capital relevante para os padrões da região, tendo inclusive políticos influentes entre os que se ocupavam desse tipo de negócio.

Embora Salles concentre seu volume de dados na esfera atlântica do comércio consegue ao mesmo tempo trazer importantes indicativos para compreender a conjuntura da segunda metade do século XIX. Entre eles podemos destacar a discussão sobre as modalidades de comércio, quer seja por iniciativa particular, comércio interno ou pelo contrabando, visaram suprir as demandas por mão de obra escrava dos colonos no Grão-Pará. O autor destaca que com o fim da atuação da companhia de comércio em fins do século XVIII era de se esperar uma queda no volume de trabalhadores adentrados na Amazônia. Na verdade, informa Salles o que aconteceu nas primeiras décadas do século XIX foi o contrário, um aumento vertiginoso no número de escravizados adentrados pelo porto de Belém pelos mais diversos meios.

Os debates sobre etnia, mestiçagem e demografia escrava, bem como a situação do negro na sociedade escravista do Grão-Pará oitocentista são pontos que merecem destaque nos estudos de Salles e que nos ajudam compreender melhor aspectos do mesmo contexto histórico no Vale do Tocantins.

O professor Bezerra Neto dedica o terceiro capítulo de seu livro, *“Escravidão Negra no Grão-Pará”* para considerações sobre a circulação de escravos na província, assinala assim como informado por Salles, que desde o período colonial o tráfico interno já era uma realidade, apontando que havia nesse período um ativo comércio de negros entre os portos do Estado do Brasil e os do Grão-Pará e Maranhão.

Entretanto, Bezerra Neto enfatiza a importância das transferências internas de escravos no século XIX, notadamente a partir de 1850, e que desse momento em diante as demandas da economia amazônica de uma forma ou de outra, passariam a ser atendidas pelo comércio interno. Nesse sentido, o autor apresenta uma variedade de dados que demonstram como o mercado interno de negros escravizados tornou-se um ponto central na economia escravista da Amazônia daquele momento.

No texto, *“Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX)”*, Bezerra Neto e Luiz Laurindo buscaram melhor balizar a região Amazônica dentro do escravismo brasileiro configurado na última parte do século XIX, o que significa falar sobre comércio interno de escravos (os autores usam o termo tráfico interno de

escravos, uma discussão teórica que a meu ver não tem uma definição ainda), no referido estudo buscou-se colocar em tela a conexão existente entre as localidades dentro da região amazônica e desta última com outras partes do Império brasileiro. Desde o período colonial o texto busca discutir como determinadas atividades econômicas da região consolidaram suas bases sob a mão de obra escrava, e deste modo como a circulação interna de cativos a partir de 1850 teve grande importância para o sistema escravista da região.

O estudo contribuiu para esta pesquisa à medida que deu a devida atenção a situação do Grão-Pará na conjuntura de intensificação do comércio de escravos pós 1850, destacando a consolidação de um mercado intraprovincial de cativos que teve como polo de referência o porto de Belém, que ao mesmo tempo recebia e distribuía trabalhadores escravizados para diversas partes da Província paraense.

Nesse contexto apresentado pelos últimos estudos e que colocam em análise a Amazônia como região do Império brasileiro em que houve indiscutível participação de trabalhadores escravizados de origem africana, a presente pesquisa busca somar-se a estes para compreender a dinâmica e as formas de operação do comércio interno de escravos que se desenvolveu na região Amazônica, de forma especial no Vale do Tocantins o segundo maior reduto escravista da Província do Pará um recorte espacial que ampliou suas bases econômicas sustentando-se no trabalho escravo.

O trabalho de Daniel Barroso consegue traduzir muito bem quão escravista era o Vale do Tocantins no século XIX, em *“O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)”*, na pesquisa apresentada em 2017 orientada por José Flávio Motta, o autor procurou revisitar elementos importantes do escravismo paraense entre 1810 e 1888, por meio do exame de dois vetores basilares: a economia e a demografia da escravidão, levantando uma série de dados e informações importantes principalmente sobre a estrutura de posse escrava no Vale do Tocantins.

A partir das pesquisas anteriormente sumarizadas é possível dizer que pelo menos em termos demográficos e econômicos não se pode entender plenamente a escravidão negra na Amazônia sem passar pelo Tocantins na sua última faixa de extensão denominada de Baixo Tocantins, e que para usar um termo do século XIX optamos por Vale do Tocantins, na prática trata-se do mesmo recorte geográfico.

O presente texto foi dividido em três capítulos. O 1º capítulo busca analisar sumariamente aspectos relevantes da configuração espacial da região, características e dinâmicas associadas à paisagem e aos condicionantes dos rios e da floresta, busca-se também apontar as atividades econômicas desenvolvidas no Vale do Tocantins na segunda metade do

século XIX e como essas atividades se conectavam a uma estrutura econômica nacional e internacional. .

O 2º capítulo busca colocar em tela os dados presentes nos relatórios oficiais a respeito da demografia escrava na região buscando caracteriza-la em sua configuração escravista com todos os elementos básicos para o desenvolvimento de um importante comércio de escravos. Este capítulo explora também aspectos importantes do comércio de escravos no Vale do Tocantins como a naturalidade dos cativos revelada nas escrituras, a distribuição dos senhores pelas diversas localidades da região, apontando lugares onde possivelmente a concentração de trabalhadores escravizados era maior, assim como as conexões que essas localidades estabeleciam entre si e com outras regiões da Província e Império brasileiro no âmbito do comércio de escravizados.

O 3º capítulo refere-se à construção do perfil de senhores e escravos. Sobre os cativos buscaremos destacar as idades, o sexo, o preço entre outras características. Sobre os proprietários destacaremos suas ocupações no âmbito econômico e político, e a relação senhorial com os trabalhadores escravizados. Abordaremos ainda as outras transações comerciais envolvendo escravos tais como, permuta, troca, hipoteca doação, entrega, e concessão que revelam um comércio que ia além da mera compra e venda. Nesse último capítulo objetivamos destacar alguns problemas enfrentados pelo comércio interno nos últimos anos do regime escravista, entre eles as fugas escravas que constantemente precisavam ser contornadas para a efetivação de determinadas negociações.

## CAPITULO I

### O Vale do Tocantins escravista: Comarcas de Cametá e Igarapé-Miri.

O Tocantins, rio marcado pela dinâmica das cachoeiras, corredeiras, trechos pedregosos até seu trecho final onde a navegação fica mais calma e as águas tranquilas, tem sua nascente no planalto de Goiás aproximadamente 250 quilômetros ao norte de Brasília, seu curso extenso atravessa os Estados de Goiás e Tocantins, passando pelo Maranhão até encontrar sua foz perto de Belém no Estado do Pará, onde desagua na baía de Marapatá. Dado a extensão de seu curso e a diversidade de paisagens, solos, espécies, sistemas econômicos e demais características que desde os tempos coloniais, informa Nunes, impressionavam cientistas e pesquisadores que transitavam por ele, convencionou-se dividi-lo em três partes, Alto Tocantins, Médio Tocantins e Baixo Tocantins.<sup>12</sup>

De acordo com os estudos do historiador Francivaldo Nunes, o Alto Tocantins com início em Goiás onde está a nascente do rio, percorre 1.060 quilômetros até a cachoeira de Lajeado no Estado do Tocantins. Da referida cachoeira percorrendo-se 980 quilômetros até Tucuruí no Estado do Pará é o médio Tocantins. E baixo Tocantins é o percurso final do rio até a sua foz que perfazem 360 quilômetros.<sup>13</sup> Assim sendo nossa pesquisa se deterá a esse recorte final do rio Tocantins circunscrevendo-se as principais povoações estabelecidas na região.

Nas últimas décadas do século XIX o Baixo Tocantins ou como preferimos denominar neste texto o Vale do Tocantins, dividia-se jurídica e administrativamente, de acordo com os parâmetros do Império brasileiro, em duas comarcas, seis municípios e nove freguesias.

A primeira comarca era a de Cametá, composta por três municípios em 1885, Cametá, Mocajuba e Baião. A referida comarca foi criada pelo decreto provincial nº 87 de 30 de abril de 1841, continha ainda quatro freguesias; S. João Batista de Cametá, Nossa Senhora da Conceição de Mocajuba, Santo Antônio de Baião, e Nossa Senhora do Carmo de Tocantins. A área agregava também povoações importantes algumas tão antigas ou anteriores a própria cidade de Cametá, são elas, Cametá-Tapera, Carapajó, Pacajá, Parijós, Cupijó, Caripí, Limoeiro, São Joaquim e Alcobaça.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> NUNES, Francivaldo Alves. Domingos Soares Ferreira Penna e os indicativos de uma moderna plantação no vale do Tocantins oitocentista: O rio, o agente público, a natureza e as populações. In\_\_\_\_.(org). **Nas Margens do Tocantins: História, Memória e Ambiente Amazônico**. Rio de Janeiro; Multifoco, 2018, p. 13-18

<sup>13</sup> Idem

<sup>14</sup> BAENA, Manuel. Informações sobre as comarcas da província do Pará; organizadas em virtude do Aviso circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883, por Manuel Baena, Diretor da 2ª seção da secretaria da presidência da mesma província. Belém: Typ. de Francisco da Costa Júnior, 1885, p. 36

A segunda comarca era a de Igarapé-Miri em 1885, composta de três municípios; Igarapé-Miri, Abaeté e Moju, além de cinco freguesias: Sant'Anta do Igarapé-Miri, Divino Espírito Santo do Moju, N.S da Soledade do Cairary, N.S da Conceição de Abaeté e S. Miguel de Béja.<sup>15</sup> Ainda que em 1872, o relatório da presidência da província do Grão-Pará apresentado pelo Sr. Barão da Villa da Barra informasse que a freguesia Divino Espírito Santo de Moju ainda pertencia a comarca da capital e apenas a freguesia de Cairary a comarca de Igarapé-Miri<sup>16</sup>

No tópico seguinte abordaremos as características peculiares dessa região que como veremos no decorrer deste estudo, caracterizou-se no século XIX pela alta concentração de mão de obra escrava, discorreremos sobre aspectos pontuais da estrutura geoeconômica e social do Vale do Tocantins oitocentista.

### **1.1. Conhecendo o rio, a região e sua história: paisagem, comércio e navegação.**

Para estabelecer um adequado dialogo com categorias oriundas da geografia precisamos definir o que evocamos como região. De acordo com Pedro Nóbrega, trabalhar com perspectiva de região carrega consigo uma série de questões vinculadas a aplicação e ao significado do termo.<sup>17</sup> Como todo conceito o de região tem sido historicamente construído e por isso ressignificado constantemente, abordado por diversos pensadores sob prismas diferentes e por vezes antagônicas.

Região é uma realidade que efetivamente acontece no espaço geográfico, assim como a noção território, o conceito de região marca seus limites a partir das relações de poder, modo de produção e relações sociais que são elementos indispensáveis para significar a região e o processo de regionalização. Essa realidade precisa ser capturada pelo pesquisador que necessita entendê-la para além da aparência, “ela é um fato espacial, existe como fenômeno geográfico, sendo a sua abordagem reconhecida e analisada pelo pesquisador”.<sup>18</sup>

O espaço regional na pesquisa histórica não estará necessariamente preso a recortes administrativos ou geográficos, os elementos definidores de uma região podem ser antropológicos, culturais ou qualquer outra dimensão de acordo o problema proposto que o

---

<sup>15</sup> D'OLIVEIRA, Agostinho Monteiro Gonçalves. **Crônicas de Igarapé-Miry**. Belém: Imprensa Oficial, 1904, p. 5

<sup>16</sup> PARÁ. Relatório apresentado pelo Exc. Barão da Villa da Barra em 05 de novembro de 1872, por ocasião de passar a administração da Província ao 2º vice presidente o Exm. Sr. Barão de Santarem. Typ. Diario do Gram-Pará, casa n.º 29, 1872, p. 72

<sup>17</sup> Cf. Nóbrega, Pedro Ricardo da Cunha. **Reflexiones didácticas sobre el concepto de región en la Geografía**, Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 11, n. 1, págs. 107-130, Jan/jun. 2015

<sup>18</sup> Cf. FERNANDES, Sílvia Aparecida de Sousa. **O Ensino de Geografia e o conceito de Região**. In: Plures Humanidades, Ribeirão Preto, ano 2, n. 1, 180-195, 2001

historiador pretende analisar<sup>19</sup>. É também necessário considerar a própria historicidade desses limites administrativos e geográficos que se reorganizam ao longo dos anos. Durval Muniz de Albuquerque chama atenção para os riscos de uma prática historiográfica que se apoia em recortes espaciais de caráter político-administrativo da atualidade, alerta para as armadilhas do anacronismo, de longa data, apontadas por Marc Bloch<sup>20</sup>, das imprecisões históricas, equívocos e indefinições recorrentes quando esses recortes se tornam definidores de uma determinada realidade regional em dado tempo e lugar, informa Albuquerque<sup>21</sup>.

Sendo uma categoria dinâmica e polissêmica a região se materializa pelo processo de regionalização, que na pesquisa histórica segue determinados critérios levantados pelo historiador a fim de facilitar a compreensão de dado fenômeno historicamente localizado, as similitudes evocadas pelo pesquisador no processo de regionalização buscam exatamente conectar em uma região territórios com recortes político-administrativos muitas vezes distintos.<sup>22</sup>

O Vale do Tocantins como recorte regional privilegiado por esta pesquisa conecta diferentes territórios estabelecidos e que passaram por mudanças no tempo, mas que no período aqui considerado vivenciavam relações de poder, modo de produção e relações sociais a exemplo da escravidão, que conformavam esse recorte regional no segundo maior polo escravista da Amazônia paraense, desse modo os parâmetros definidores da região estudada são, antes de mais nada, tudo históricos, econômicos e sociais. Passaremos então a conhecer aspectos importantes do Vale do Tocantins escravista em sua estrutura geográfica, paisagem e dinâmica econômica entre outros fatores.

No século XIX mesmo com a relativa estruturação dos povoados e a relevância de “centros urbanos” como a cidade de Cameté uma das mais importantes povoações do interior da província, que em 1864 possuía 348 casas entre grandes, pequenas inclusive palhoças e uma população interna fixa de 2.602 habitantes, um centro comercial com 53 casas de negócio, sendo 26 lojas de fazendas, 17 Tavernas, 09 Quitandas e 02 Boticas, como informava naquele mesmo ano o secretário da Província em seu relatório oficial.<sup>23</sup> As sedes

<sup>19</sup> BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História** (nona edição). 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 132

<sup>20</sup> Cf. BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001

<sup>21</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Um quase objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região**. In. *História regional e local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino* / Organizado por Maria das Graças de Andrade Leal, Sara Oliveira Farias . - Salvador: EDUNEB, 2015, p. 32-40

<sup>22</sup> Cf. FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. **Em torno do conceito de região**. In: *Sitentibus*, Feira de Santana, n. 21, jul/dez, p. 89-100,1999.

<sup>23</sup> PARÁ. Relatório dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864, seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, pelo secretário da província Domingos Soares

municipais, embora demonstrassem certo dinamismo comercial como o exemplo citado de Cameté, observa-se que o ambiente rural ainda era predominante, característica marcante nesse período em todo Império, e principalmente na Amazônia, o espaço agrário ainda reunia a maior parte dos investimentos, e com isso concentrava maior contingente populacional e de trabalhadores sejam eles livres ou escravos.

É preciso salientar que as noções de rural e urbano precisam ser compreendidas para além de uma perspectiva dicotômica, com significados que os conceitos em polos opostos de uma mesma escala, em que o urbano associa-se à ideia de industrialização, civilidade e modernidade e o rural a ideia de atraso, rusticidade, modo de vida tradicional. Em suma o mundo rural arcaico e o urbano moderno.<sup>24</sup>

Para Douglas Reis essa análise dicotômica tem um plano de fundo histórico, em que o processo de industrialização vivenciado na Europa do século XVIII modificou radicalmente a configuração e a distribuição espacial da população, o aumento das aglomerações urbanas, provoca o esvaziamento demográfico das áreas rurais, o advento da indústria em diversas partes do globo aparentemente tinha consumado a separação entre rural e urbano<sup>25</sup>.

José Graziano da Silva<sup>26</sup> corrobora apoiando-se nos estudos de Marx e Weber que o conflito entre estas duas realidades aparentemente distintas, “o urbano, símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica, e o rural, refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida”, poderia ser melhor compreendido se considerarmos as relações de poder em jogo, ou seja, esta perspectiva dicotômica ensejava representações das “classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo industrial ou que a ele se opunham na Europa do século XVII e XVIII e não a um corte geográfico propriamente dito”.<sup>27</sup>

No caso da Amazônia do século XIX e outras regiões do Império as noções de rural e urbano estariam longe de se enquadrarem numa visão dualista, o diálogo e a interpenetração dessas esferas constituem-se elementos constitutivos na configuração espacial amazônica.

---

Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até a cima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia pelo Capitão-Tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis. Rio de Janeiro, 1864, p.9

<sup>24</sup> Cf. KIELING, Rejane Inês, SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional**. PERSPECTIVA, Erechim. v. 39, n.148, p. 133-143, dezembro/2015.

<sup>25</sup> REIS, Douglas Sathler dos. **O Rural e Urbano no Brasil**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1492>

<sup>26</sup> Cf. SILVA, José Graziano da. **Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna**. Belo Horizonte: Ed. Unicamp, 1996.

<sup>27</sup> Op, Cit, REIS, 2006, p. 3

Para Lefebvre<sup>28</sup>, citado por Reis, caberia “pensar o rural e o urbano como processos relacionais, que se interpenetram, encontrando-se articulados, à medida em que o rural constitui momento de formação histórica da sociedade, encontrando-se imerso como parte do urbano, este último compreendido como totalidade em totalização”<sup>29</sup>. Desse prisma, rural e urbano longe de serem categorias opostas são dimensões inter-relacionadas que se fazem presentes uma na outra.

Para o Vale do Tocantins o espaço urbano aqui compreendido é o lugar do comando administrativo, do poder político e religioso das localidades, caracterizado pelas vilas ou cidades, esses espaços eram as sedes dos municípios e das comarcas. Neles estavam presentes as câmaras dos vereadores, as delegacias, o fórum do poder judiciário, as coletorias de impostos provinciais e municipais, os cartórios, as igrejas matrizes, os serviços de telegrafo e correios. As vilas ou cidades possuíam estreita relação com o espaço rural seja do ponto de vista cultural, por meio das festividades religiosas, ou econômicas a partir das trocas comerciais realizadas com as propriedades rurais que abasteciam os mercados municipais e tabernas de produtos variados.

O rural aqui considerado abarca o espaço dedicado à produção agrícola a exploração dos recursos da natureza, onde se estabeleceram ao longo do tempo variadas comunidades as margens dos rios e igarapés que cortam a região, é o lugar das fazendas, sítios, engenhos, olarias, e outros empreendimentos econômicos, das lavouras de cana, arroz, das roças de mandioca, dos cacaos e seringais, enfim de uma série de atividades ligadas ao uso da terra. Diante deste cenário o que as fontes demonstram é que o rural do Vale do Tocantins possuía maior envergadura econômica, demográfica e de concentração de mão de obra escrava que o espaço urbano anteriormente caracterizado.

Em 1885 por meio da descrição registrada no relatório de Manuel Baena a vila Sant’Anna do Igarapé-Miri exemplifica bem a configuração eminentemente rural que caracterizava, e em certa medida, ainda hoje caracteriza o Vale do Tocantins. Dizia Baena, a vila possui;

Terreno baixo na frente e alto para o interior, clima regular. Compõe-se de 3 ruas, 4 travessas, 120 casas, sendo 3 de sobrado, *9 casas de negócio na Villa e 84 fora*, igreja matriz, 2 capelas, uma da invocação do Senhor do Bom Jesus e outra de N.S da conceição, cemitério, paço municipal, coletorias geral e provincial, agencia do correio, 4 escolas públicas, sendo 2 na Villa, uma do sexo masculino, com 31 alunos, e outra

<sup>28</sup> Cf. LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

<sup>29</sup> Op, Cit, REIS, 2006, p. 4

do sexo feminino com 22 alunas, e as demais em diversos pontos do município com 63 alunos.<sup>30</sup>

Esse era o núcleo “urbano” do município de Igarapé-Miri no final da XIX sede da comarca que abarcava outros dois municípios e diversas povoações, possuía apenas 120 casas, delas somente 03 casas de sobrado, que consistiam em “habitações de dois pavimentos com espaço ‘sobrado’ ou ‘ganho’ devido à presença de um soalho suspenso”.

**Figura 1: Vila de Igarapé-Miri em 1867.**



Fonte: Edouard Riou, *Le Tour du Monde*, Paris 1867.<sup>31</sup>

Os sobrados informam Tourinho e Silva, com a decadência do regime escravista tornaram-se habitações urbanas<sup>32</sup> que viriam abrigar em grande medida aristocratas antigos senhores de escravos que deixavam suas fazendas localizadas no campo, enquanto os antigos trabalhadores escravizados e seus descendentes migravam das fazendas para casebres de palha e barro, situados nas áreas periféricas das cidades.<sup>33</sup>

Havendo a identificação de somente 03 unidades desse tipo de habitação, as demais casas por dedução seriam casas térreas, ou seja, de apenas um pavimento, entretanto, o que vale ressaltar nessa descrição com tantas informações importantes é a quantidade de casas de

<sup>30</sup> BAENA, Manoel. **Informações sobre as comarcas da província do Pará organizadas em virtude do Aviso circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883.** Pará: Typ. De Francisco da Costa Júnior, 1885, p. 32,33.

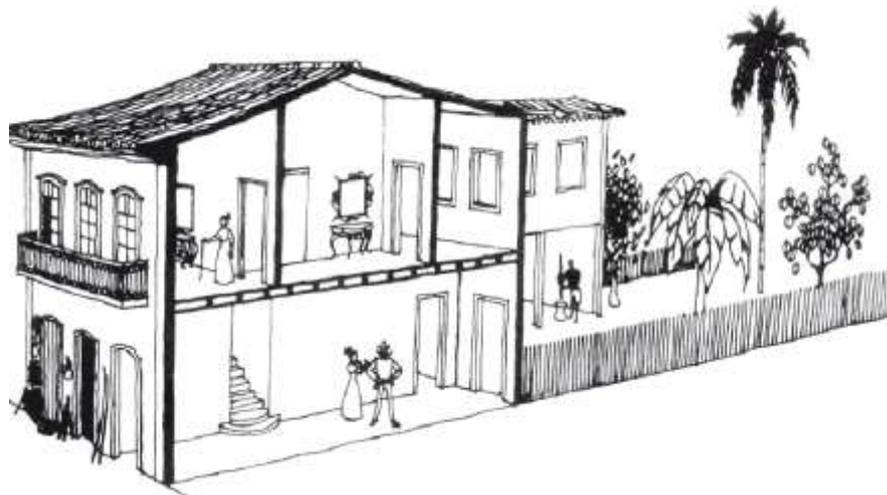
<sup>31</sup> Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32878283g/date>. Acesso em abril de 2020.

<sup>32</sup> Cf. ARAGÃO, Solange de. **A casa, o jardim e a rua no Brasil do século XIX.** *Em Tempo de Histórias* - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.12, Brasília, 2008

<sup>33</sup> Op, Cit, TOURINHO, Helena Lucia Zagury; SILVA, Maria Goreti Costa Arapiraca da, 2016, p. 640

comércio fora da vila comparando-se as situadas na povoação de Sant'Anna do Igarapé-Miri. Esta discrepância revela a configuração agrária do município, presente em toda região analisada, ou seja, com tantos empreendimentos comerciais no espaço rural verificamos que o centro econômico e produtivo dos municípios analisados não eram as vilas ou cidades, mas sim os povoados distribuídos ao longo dos seus rios e adjacências.

**Figura 2: Esquema casa de sobrado.**



Fonte: Reis Filho (1978, p. 29), *apud* Tourinho e Silva, 2016.

O relatório de Baena refere-se ao ano de 1885, entretanto, dois anos mais tarde em 1887 a câmara municipal de Igarapé-Miri realiza o levantamento dos estabelecimentos comerciais sujeitos aos impostos municipais estabelecidos pela lei nº 1.256 de 03 de maio de 1886, aprovada pelos vereadores da referida câmara.<sup>34</sup>

Em livro de notas aberto no dia 01 de janeiro de 1887 são registrados 83 empreendimentos comerciais no total, 09 deles na vila de Igarapé-Miri, o mesmo número anotado por Baena. Eram os seguintes, uma loja e taberna agregada no mesmo prédio que tinha como proprietário o Sr. Alyrio Monteiro de Gusmão Lobato, registram-se ainda cinco tabernas que pertenciam respectivamente aos senhores, Luiz Borges Lobato, Lourenço Antônio Lopes de Azevedo, João Baptista de Magalhaes, Florismuno Augusto de Lyra Lobato e Blandino Monteiro de Lyra Lobato<sup>35</sup>.

O Sr. Joaquim Rodrigues da Silva Guimaraens que morava na Rua dos Mercadores, possuía também uma taberna que era anexa a sua pequena padaria única que atendia os

<sup>34</sup> Arquivo municipal, Livro de notas da câmara municipal de Igarapé-Miri, Pará, 1887.

<sup>35</sup> Idem

moradores da vila. Luiz Borges Lobato além da taberna possuía seu escritório de Advocacia em que prestava serviços que são registrados nos livros de notas através de procurações e outros. Por fim, tínhamos o Cartório de notas sob a direção de Raymundo Borges de Carvalho primeiro tabelião de Igarapé Miri, perfazendo assim os 09 estabelecimentos que dinamizavam o comércio da vila Sant'Ana do Igarapé-Miri em 1887. Estes empreendimentos estavam distribuídos no perímetro da Rua Formosa, Rua dos Mercadores, Travessa das Angustias, Travessa das Flores e Travessa Bom Jesus<sup>36</sup>.

Ao longo dos rios estavam distribuídos 73 empreendimentos que jaziam vinculados a atividade comercial alvo dos tributos aprovados pela lei municipal de 1887, e ao analisarmos essa distribuição perceberemos que ao contrário do aparente marasmo do ponto de vista mercantil observado na vila, as povoações ribeirinhas apresentavam um dinamismo comercial importante. E como elemento catalizador estava à mão de obra escrava de origem africana, esta afirmação ratifica-se ao cruzarmos os nomes dos proprietários de estabelecimentos comerciais presentes no relatório municipal aos dados anotados nos registros de compra e venda de escravos, é provável também que alguns desses estabelecimentos comerciais estivessem vinculados aos engenhos, que tradicionalmente possuíam casa comercial ou taberna.

Em todo caso, alguns comerciantes citados no relatório municipal eram antigos senhores de escravos na região, José Fleury Correa Caripuna que possuía uma casa comercial no rio Anapú, em 31 de julho de 1886 realizava a compra do cativo Boaventura pelo valor de 500\$000(quinzentos mil réis)<sup>37</sup>, em 1881 realizava a venda de outro escravo a Francisco Alves Teixeira proprietário do Engenho Central, o cativo Manoel por 1.000\$000 (um conto de réis)<sup>38</sup>.

Agostinho Monteiro Gonçalves de Oliveira, o escritor de conhecida crônica sobre Igarapé-Miri no século XIX proprietário de uma casa comercial no Rio Meruú, em 1872<sup>39</sup>, 1874<sup>40</sup> e 1882<sup>41</sup> venderia escravos de sua propriedade, o último registro em 1882 era de uma mulher escravizada, que em sociedade com Manoel Francisco Pinto Lamarão possuíam e decidiram vende-la ao Capitão Francisco Lopes Tourão.

Leonardo Antônio Lobato proprietário de uma canoa de Regatão no Rio Meruú, com a qual fazia comércio ambulante no município, no dia 24 de janeiro de 1882 compra de

---

<sup>36</sup> Idem

<sup>37</sup> Cartório Samuel Almeida, Igarapé-Miri, Livro de Notas N° 5, 1885, p. 17

<sup>38</sup> Cartório Samuel Almeida, Igarapé-Miri, Livro de Notas N°2, 1880, p. 51

<sup>39</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de notas S/N, 1868-1878, p.39

<sup>40</sup> Idem, p.45

<sup>41</sup> Cartório Samuel Almeida, Igarapé-Miri, Livro de Notas N°2, 1880, p.2

Francisco de Paiva e Castro a cativa Raulina de 25 anos, acompanhada dos seus filhos ingênuos, José de 05 anos, Pedro de 04 anos e Maria de apenas 01 ano. Que embora não estivessem estritamente vinculados a transação por serem “livres” acompanhavam a mãe e por lei poderiam ter sua força de trabalho explorada até aos 21 anos.<sup>42</sup>

A Firma Gonçalves & Rodrigues proprietária de uma casa comercial e padaria localizada no rio Pindobal, em 30 de março de 1881 realizava de José Felipe Correa de Miranda a compra de uma mulher escravizada de nome Domingas, mulata de 43 anos, por 700\$000 (setecentos mil réis) a escrava foi acompanhada de dois filhos ingênuos Alberto e Marcos, igualmente ao caso anterior ainda que livres pela lei de 1871 permaneciam sujeitos a tutela dos proprietários de sua mãe.

Os exemplos são variados e iremos voltar a eles oportunamente quando traçarmos o perfil dos proprietários de escravos no Vale do Tocantins, entretanto as amostras já citadas informam sobre a atuação diversa dos cativos, não apenas nos engenhos, mas também nas casas de comércio ou tabernas, padarias e canoas de regatão, de acordo com o ramo de atuação do respectivo proprietário.

**Quadro 1: Casas comerciais na área rural de Igarapé-Miri 1887.**

<b>Costa Marapatá</b>	01	Casa comercial
<b>Furo Seco</b>	01	Casa comercial
<b>Ilha Obucú</b>	01	Casa comercial
<b>Ilha Oruá</b>	02	Casa comercial
	01	Padaria
<b>Rio Anapú</b>	08	Casa comercial
	01	Canoa de Regatão
<b>Rio Cagy</b>	01	Casa Comercial
	01	Lancha a vapor
<b>Rio Cotijuba</b>	03	Casa comercial
<b>Rio das Flores</b>	01	Lancha a vapor
<b>Rio Igarapé-Miri</b>	02	Casa Comercial
<b>Rio Itaminbuca</b>	03	Canoa de Regatão
	03	Casa comercial
<b>Rio Juarimbu</b>	03	Casa comercial
<b>Rio Maiautá</b>	02	Casa comercial
<b>Rio Mamangal</b>	01	Casa comercial
<b>Rio Meruú</b>	03	Canoa de Regatão
	05	Casa comercial
	01	Padaria

<sup>42</sup> Idem, p. 52

<b>Rio Meruú Assú</b>	01	Canoa de Regatão
	04	Casa comercial
	01	Lancha a vapor
<b>Rio Meruú Miry</b>	03	Casa comercial
<b>Rio Murutipucú</b>	06	Casa comercial
<b>Rio Panaquera</b>	02	Casa comercial
<b>Rio Pindobal</b>	09	Casa comercial
	01	Casa Comercial e Deposito de Lenha
	01	Casa Comercial e Padaria
	01	Casa comercial e Porto de Lancha
<b>Rio Santo Antonio</b>	01	Casa comercial

Fonte: Arquivo municipal, Livro de notas da câmara municipal de Igarapé-Miri, Pará, 1887.

Os demais municípios do vale tocantino também concentravam na região ribeirinha a maior parte dos empreendimentos comerciais, no município de Abaeté, por exemplo, em 1885 havia 11 casas de comércio na vila, que era composta de 2 ruas e 05 travessas, e 32 empreendimentos comerciais fora dela.<sup>43</sup>

A freguesia de Cayrari entre 1868-1873 era uma povoação localizada a margem esquerda do rio Moju, possuía uma Igreja Matriz, 35 casas cobertas com telha e 04 com palha uma população estimada em 2.100 pessoas. Embora tivesse no seu território apenas 11 casas comerciais, destacava-se com 04 importantes fazendas de criação de gado vacum, que pertenciam a Manoel Joaquim Ribeiro Andrade, Francisco Alves Teixeira (importante senhor de escravos e engenho no termo de Igarapé-Miri), Bertino Manoel Cardoso e Manoel Rodrigues da Costa.<sup>44</sup>

Seguindo o rio Moju a povoação que conformava a sede do município em 1885, possuía 05 ruas de pouca extensão, 08 casas de negócios na vila e 33 fora. Moju de acordo com Baena era uma povoação que tinha 100 casas de construção precária 400 pessoas residiam na vila, e por todo município em torno de 3.000 almas, distribuídas as margens do rio que dá nome ao município, mas principalmente nos Igarapés, sendo os mais populosos Ubá, Jambú-assú, Guajará-uma, Caeté, Camerituba e Aguapé.<sup>45</sup>

<sup>43</sup> BAENA, Manoel. **Informações sobre as comarcas da província do Pará organizadas em virtude do Aviso circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883**. Pará: Typ. De Francisco da Costa Júnior, 1885, p. 34.

<sup>44</sup> Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA)-1868 a 1873, p. 270. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

<sup>45</sup> Op. Cit, Baena, 1885, p. 32-34

Domingos Soares Ferreira Penna secretário da Província informava que a freguesia de Mocajuba em 1864 era um povoado que tinha pouco mais de 48 casas e uma média de 150 moradores fixos, número que dobrava durante o inverno nas épocas das festividades locais, e diminuía para menos de 80 no verão, período em que os moradores da localidade se dedicavam a coleta da castanha e extração da borracha principalmente. A base comercial da povoação estava sustentada basicamente na permuta de gêneros nacionais ou estrangeiros pela extração de produtos naturais e agrícolas que se fazia na freguesia. Entre os gêneros de maior produção local destacava-se, a borracha, o cacau, a castanha, estopa, óleo de andiroba e óleos vegetais. Que eram utilizados como moeda de troca para o suprimento dos mais diversos produtos de acordo com a necessidade da povoação.<sup>46</sup>

A vila de Baião no mesmo período possuía 03 ruas de pequena extensão e duas praças a Matriz e a do Rosário, 57 casas se registrava na referida vila, semelhante a Mocajuba durante o inverno a população chegava facilmente a 400 pessoas no verão caía para menos de 200 em função exatamente das atividades de coleta, e agricultura. Ferreira Penna destacava em seu relatório que os produtos naturais de Baião eram abundantes, alguns encontrados em maior quantidade ali do que em Cameté.

A atividade comercial da povoação consistia a semelhança de Mocajuba na exportação de sua produção agroextrativista, possuía poucas casas de comércio em geral pequenas tavernas pouco sortidas. Destaca-se entre os principais gêneros produzidos em Baião, as madeiras de lei, os óleos vegetais, o tabaco de excelente qualidade, e o algodão, além do café, cacau e borracha esses últimos em pequena quantidade.<sup>47</sup>

No início da década de 1870 o município de Cameté figurava entre os mais dinâmicos comercialmente falando do Vale do Tocantins como da Província, pelos seus rios estavam instaladas algo em torno de 60 casas comerciais, outro tanto semelhante a este, um pouco menos, compunha o centro comercial da cidade cametaense. Cabe destacar o imponente comércio marítimo realizado de Cameté para outras partes do interior da Província e com a própria capital, nesse período registrava-se 15 importantes canoas de regatão que transitavam pelos diversos rios realizando a venda e troca de mercadorias entre as fazendas, casas comerciais e engenhos da região.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> PARÁ. Relatório dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864, seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, pelo secretário da província Domingos Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até a cima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia pelo Capitão-Tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis. Rio de Janeiro, Livraria do Povo, 1864, p. 15.

<sup>47</sup> Idem p. 18

<sup>48</sup> Almanak : Administrativo, Mercantil e Industrial (PA)-1868 a 1873, p. 270.

Desse modo os rios eram tanto vias de circulação de pessoas e mercadorias como concentradores de bens e serviços, na tabela 1 e nos diversos exemplos citados é possível observar uma variedade de empreendimentos estabelecidos às margens dos rios, desde padarias até lanças a vapor, o dinamismo econômico da Província dependia em grande medida do aprimoramento das rotas de navegação e da fluidez e segurança com que se navegava nas vias fluviais.

Assim sendo, a comunicação com a capital principal porto de recepção e distribuição de produtos era demanda de primeira grandeza. Desde as primeiras décadas do século XIX a indispensável da exploração dos sertões da Província paraense já se fazia presente nos debates, o desconhecimento de certas regiões e seus recursos naturais bem como as necessidades das povoações do interior, justificava o secretário da Província em 1864, era a “principal causa de ficar frequentemente prejudicado o serviço público que contribuiria para o progresso e desenvolvimento dessas localidades”.<sup>49</sup>

Discutia-se no âmbito das câmaras legislativas que abertura de estradas ainda incipiente não supria as demandas da economia provincial, desse modo à navegação nos rios, furos e igarapés abundantes na Amazônia desempenhavam um papel primordial na conexão das localidades e no estabelecimento de rotas comerciais que atendiam as necessidades internas e externas.

Francisco Carlos de Araújo Brusque presidente da Província em 1862, não obstante às críticas relativas ao atraso apontando por ele nas técnicas e práticas agrícolas de pouca produtividade, se comparado a outras regiões escravistas como Cuba e Estados Unidos<sup>50</sup>, dizia ser um elemento positivo ter o Grão-Pará “inúmeros rios navegáveis com grande facilidade de comunicações e transportes, que seria elemento indispensável para o desenvolvimento da indústria regional”.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> PARÁ. Relatório dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864, seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, pelo secretário da província Domingos Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até a cima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia pelo Capitão-Tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis. Rio de Janeiro, Livraria do Povo, 1864, p. 93

<sup>50</sup> As críticas diziam respeito principalmente ao suposto atraso nas técnicas empregadas nas atividades agrícolas, em especial no fabrico de açúcar, Brusque defendia uma urgente modernização na agricultura que se praticava na Província, dizia ele a esse respeito. “*Entre nós um escravo ativo e trabalhador produz anualmente, 100 arrobas de assacar. Nos Estados-Unidos e em Cuba os bons engenhos produzem por cada enxada, ou trabalhador de 350 á 400 arrobas. Tão espantosa diferença provêm certamente da superioridade dos métodos empregados nos diversos trabalhos do. campo, onde o homem apenas auxilia os animais e maquinas, e da perfeição do fabrico, no qual se perde nesta província só na quantidade 50 por cento, além da desvantagem enorme na qualidade.*”

<sup>51</sup> PARÁ. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Exmo Sr. presidente da província, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.o de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.p.60-67

Em 1858 o Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, vice-presidente da Província apresentava também suas críticas as supostas deficiências da produção agrícola ao mesmo tempo em que alertava para importância da navegação, dizia ele “em uma Província como é a nossa, em que todas as comunicações, ainda entre os pontos mais próximos, não pôde ter-se senão por *agoa*, deve forçosamente a navegação interna representar um papel muito importante na estatística geral da mesma Província”<sup>52</sup>.

Dito isso, Ambrosio Leitão da Cunha apresenta um quadro demonstrativo da navegação interna distribuída por comarca. A comarca de Cameté em 1858 possuía 42 embarcações que se conectavam a capital e circulavam pelo interior da província, com uma tripulação estimada em 315 indivíduos onde 45 eram escravos. Desse modo a presença de escravos nessas embarcações revela a mobilidade que certos indivíduos escravizados possuíam, seja atuando como remadores nas canoas de comércio marítimo que percorriam diversas localidades dentro da região, ou na viagem mais longa entre o interior e a cidade de Belém.

A esse respeito Cunha informava que “as embarcações maiores da comarca de Cameté empregam-se no comércio direto entre esta capital e a cidade de Cameté, e as embarcações miúdas giram pelos portos de Baião, Oeiras, Portel, Melgaço Breves, ilhas e lugares vizinhos”.<sup>53</sup>

O Tocantins figurava entre os grandes rios navegáveis da região amazônica, além do Amazonas, cujo curso, margens e leito, informava Brusque, seria talvez os mais conhecidos do que qualquer outro rio do Império, destacavam-se nessa complexa rede hidroviária amazônica, os rios Jamundá, Trombetas, Tapajoz, Parú, Guanapú, Tocantins e Moju. E a partir desses rios capitalizavam-se inúmeros outros de menor distancia de navegação, além de incontáveis furos e igarapés, que acomodavam os elos de conexão interna e externa entre as várias regiões da Província, entre eles Guajará, Araguay e Oyapock, seguido dos rios Surubiú, Gurupatuba, Jary, Matapy, Calçoene, Cachipuré, Pacajás, Ánajás e Gurupy estes últimos de menor navegabilidade.

Dos rios principais advinham os Igarapés que na verdade consistiam em “pequenos rios” cuja profundidade quase sempre se assemelhava a largura, o que não permitia a navegação de embarcações à vela, no entanto, desempenhavam um papel primordial endogenamente. Por meio dessas *artérias fluviais* que pequenas embarcações conseguiam

---

<sup>52</sup> PARÁ. Relatório lido pelo Exmo Sr. vice-presidente da província, Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da XI. Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1858. Pará, Typ. Comercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858, p.37

<sup>53</sup> Idem, p.38

penetrar no interior das florestas, tanto para levar suprimentos por meio da modalidade de comércio marítimo Regatão aos trabalhadores embrenhados nas estradas de seringa e aos nativos residentes em seu curso, como ficavam responsáveis pelo escoamento da produção agrícola e extrativista que se fazia no interior da floresta, transportando esses produtos as margens dos rios de maior navegabilidade<sup>54</sup>.

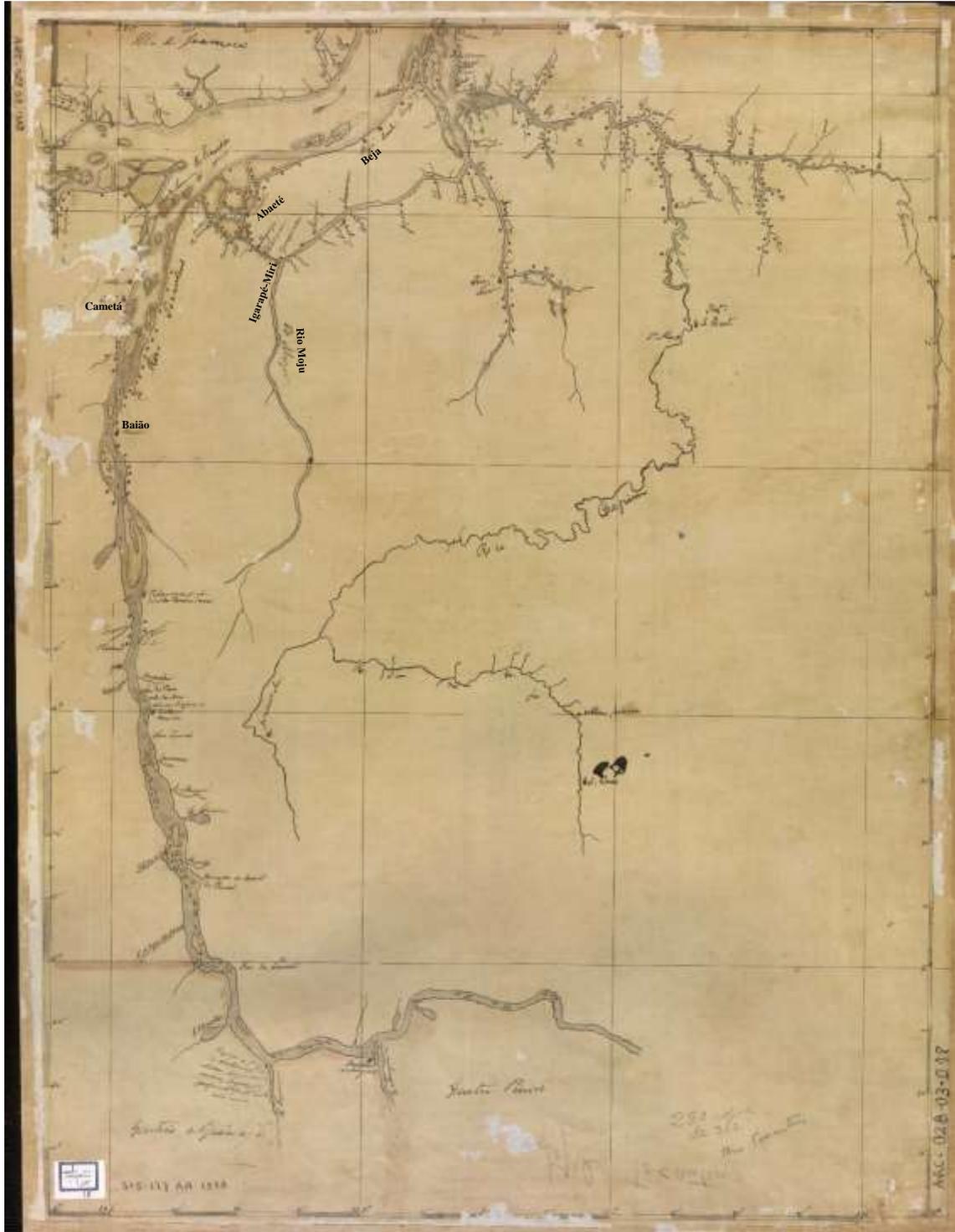
Estes pequenos rios, os igarapés, alimentam-se do fluxo e refluxo das marés dos grandes rios para se tornarem navegáveis, Araújo Brusque informava que “alguns vasão às vezes até secarem completamente com a maré descendente e enchem com a ascendente nem todos durante o verão têm agua suficiente para serem navegados”.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Idem

<sup>55</sup> Idem

**Mapa 1: Rio Tocantins e seus afluentes.**



Fonte: Biblioteca nacional<sup>56</sup>

<sup>56</sup> **RIO Tocantins e seus afluentes**. [18\_?]. 1 mapa ms., 44 x 59cm em f. 46,5 x 61 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart515177/cart515177.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart515177/cart515177.jpg). Acesso em: 16 jun. 2021.

Nesse sentido, é possível observar uma interdependência entre o homem que trabalha, cultiva e explora os recursos naturais e a própria natureza, a sazonalidade da produção agrícola articulava-se em torno da melhor época para plantar, das cheias periódicas nas áreas de várzea, das chuvas e do verão. Embora houvesse uma lógica produtiva de conotação capitalista que visasse volume de produção objetivando acumulação de capital, as leis da natureza figuravam como ator de papel fundamental no sistema de produção agroextrativista que se praticava no Vale do Tocantins, ainda que o governo provincial buscasse suplantar essas limitações a partir de uma lógica de modernização das práticas agrícolas, como apontam os estudos de Francivaldo Nunes.<sup>57</sup>

Os igarapés também tornaram-se importantes como marcos divisórios dentro do ambiente agrário amazônico, os diversos registros de compra e venda de terras anotados nos cartórios consideram esses pequenos cortes hidrográficos que penetram no interior das florestas como divisas entre uma propriedade e outra.

Um exemplo aconteceu no dia 05 de junho de 1885 na vila de Abaeté, o tabelião de notas da referida vila foi convidado a comparecer a casa de Manoel João Pinheiro localizada na Praça 25 de Março, para oficializar a venda que Antônia Firmina da Silva Bello fez a José Benedito das Neves, tratava-se de um terreno que recebeu como herança de seu pai localizado no rio Ajuahy.

A sorte de terras em questão, como dito, localizava-se no rio Ajuahy, onde ambos os outorgantes residiam, assim sendo, a propriedade começava a partir do igarapé denominado “Paulino” que assinalava a divisa com o confinante o Sr. Manoel Roberto Maués seguindo rio a baixo até o igarapé “Felippe” que demarcava os limites do terreno<sup>58</sup>. Nesse mesmo padrão os registros são volumosos, e exemplificam o papel dos igarapés na conjuntura social, cultural e econômica da região.

Por outro lado, outra categoria de navegáveis eram os “furos” assim conhecidos os canais naturais ou não que faziam a comunicação interna das águas dos rios, lagos ou bahias, tendo assim um papel fundamental na fluidez da navegação em toda Província. O canal artificial<sup>59</sup> que conecta o rio Moju ao Igarapé-Miri juntamente com outros canais naturais que lhe são anexos, oferecia passagem às diversas embarcações que faziam o percurso entre a

<sup>57</sup>Cf. NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia**. Tese (doutorado). UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. 2011.

<sup>58</sup> Cartório 1º Ofício, Abaetetuba, Livro de notas N° 5, 1881 -1887.

<sup>59</sup>Para mais informações sobre o canal de Igarapé-Miri, como foi construído e sua importância para a navegação no Baixo Tocantins. Ver: D’OLIVEIRA, Agostinho Monteiro Gonçalves. **Crônicas de Igarapé-Miry**. Belém: Imprensa Oficial, 1904

capital e o Tocantins, uma rota indispensável para economia provincial e o abastecimento da cidade de Belém.<sup>60</sup>

A viagem entre Belém e o Tocantins foi realizada por inúmeros viajantes que descreveram o percurso, as povoações, a paisagem, suas impressões sobre os rios e a vegetação, entre estes viajantes figura Ignácio Baptista De Moura que em seu relatório intitulado “*De Belém A S. João do Araguaya - Valle do Rio Tocantins*” baseado em expedição realizada no final do século XIX, ainda que publicado somente na primeira década do século XX, ratificava a existência de dois itinerários possíveis entre Belém e o Tocantins, diziam Moura, ou navegação era *por dentro ou por fora*<sup>61</sup>.

A viagem por dentro era “preferida pelas embarcações de pequeno porte, como lanchas a vapor, barcos, escaleres e até montarias (canoas), ou por passageiros receosos das ondas da Bahia de Marajó”.<sup>62</sup> Por esse trajeto, Moura informava que as embarcações saiam do porto de Belém pelo rio Guajará, que é formado pela união dos três rios, Guamá, Acará e Moju, por esse último rio acima passando por canais naturais, lugares estreitos em virtude das diversas ilhas que entravavam os leitos, requerendo certa experiência de navegação pelo trajeto. Seguindo o rio Moju passava-se em frente a vila de Moju, localizada a margem direita do referido rio próximo ao igarapé Ubá.

Pouco tempo de navegação acima, passava-se pelo canal artificial feito pelos lavradores de Igarapé-Miri com o apoio do governo provincial, prosseguia Moura, “em poucos minutos passa-se, sem perigo, do Moju para Igarapé-Miri, passando-se em frente da cidade do mesmo nome, vai-se para o rio Muritipucú, donde se sai para o Tocantins, de que são estes os primeiros furos ou afluentes”. Durante o trajeto, nosso viajante corroborava detalhes de uma paisagem esverdeada pela floresta, com sua diversidade de arvores, algumas imponentes, e observava que as margens dos rios eram pontilhadas por sítios, abeirados de extensos canaviais, e alguns velhos engenhos, uns movidos a vapor outros a água.<sup>63</sup>

---

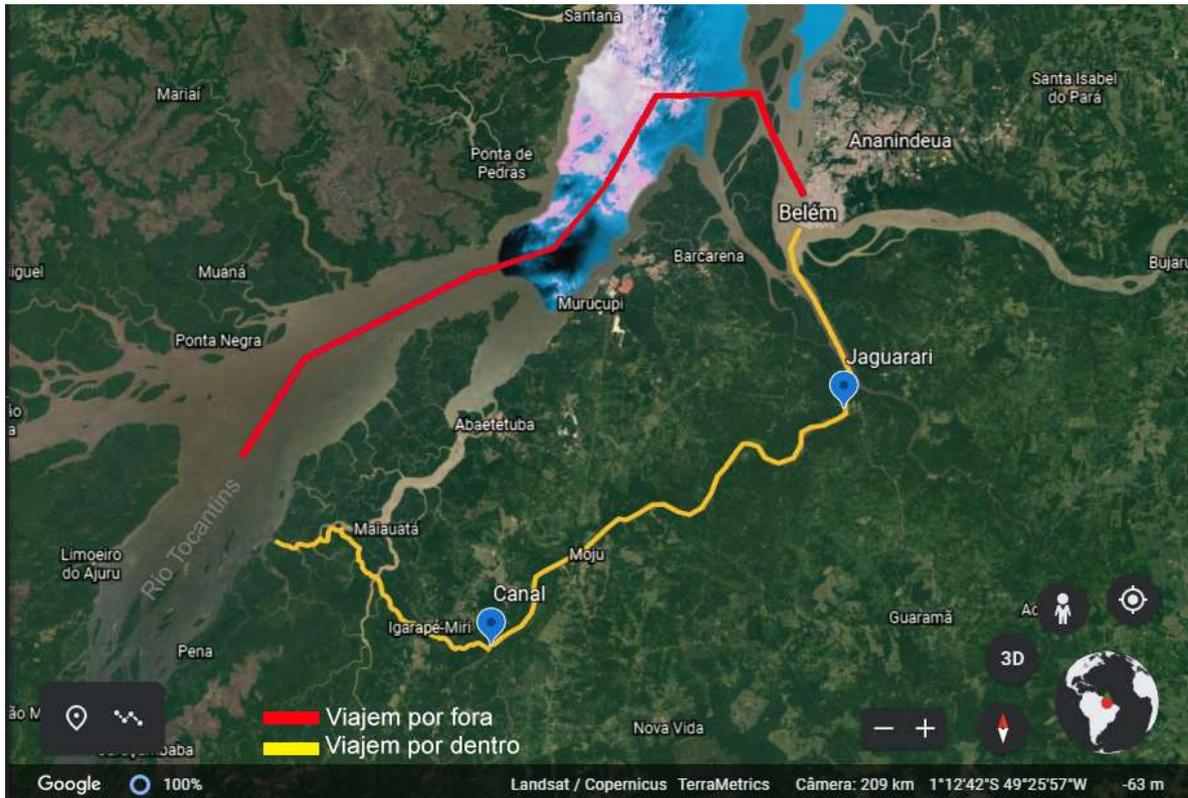
<sup>60</sup> PARÁ. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Exmo Sr. presidente da província, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.º de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p.69-70.

<sup>61</sup> MOURA, Ignácio Baptista De. **De Belém S. João Do Araguaya; Valle Do Rio Tocantins**. H. Garnier Livreiro-Editor, Rua do Ouvidor, 109 Rio de Janeiro 1910, p. 15-20

<sup>62</sup> Idem

<sup>63</sup> Idem

**Mapa 2: Entre Belém e o Tocantins**



Fonte: *Construído a partir dos relatos de viajantes*. Wallace, Alfred Russel, 1823-1913. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro -- Brasília* : Senado Federal, Conselho Editorial, (Edições do Senado Federal ; v. 17), 2004. MOURA, Ignácio Baptista De. *De Belém S. João Do Araguaia; Valle Do Rio Tocantins*. H. Garnier Livreiro-Editor, Rua do Ouvidor, 109 Rio de Janeiro 1910.

Alfred Russel Wallace outro navegante que se aventurou na rota entre Belém e o Tocantins anos antes descreveu detalhadamente o caminho percorrido, registrou a presença de importantes propriedades rurais como o Jaguarari, fazenda agrícola composta por engenho e outras benfeitorias, em que Wallace observava a presença de 150 escravos trabalhando naquele momento especialmente no cultivo de mandioca. Algumas léguas acima no rio Moju o naturalista destacava a imponência e beleza da floresta e observava que as *casas dos negros* eram rodeadas de mangueiras e laranjeiras.<sup>64</sup>

Esta última observação feita de maneira despreziosa e idílica talvez, revela aspectos importantes do ser escravo na Amazônia, durante nossa formação histórica inicial sobre a escravidão no Brasil, algumas figuras são fixadas na memória e parecem ser parte integrante de uma estrutura que poderia ser aplicada a todas as regiões da antiga Colônia e Império brasileiro. Entre estes elementos está a figura de um modelo de senzala, tipificado como espaço *único* em que todos os trabalhadores daquele senhor se amontoavam no esmo lugar.

<sup>64</sup> Wallace, Alfred Russel, 1823-1913. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro..** -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, (Edições do Senado Federal ; v. 17), 2004, p. 87.

De acordo com Rafael Marquese a historiografia sobre a escravidão nas Américas já se dedica ao tema da moradia escrava há um bom tempo, pelo menos desde a década de 1960 quando os estudos históricos passaram a alimentar grande interesse sobre cultura escrava. O debate mais recente sobre o assunto tem girado em torno “da autonomia escrava e do controle senhorial na construção desses espaços, centrando-se em especial na investigação das matrizes africanas das moradias rurais erigidas pelos cativos”.<sup>65</sup>

Robert Slenes analisando relatos de viajantes que peregrinaram pelo Centro-Sul do Brasil ao longo do século XIX, destaca a existência de pelo menos três tipos de moradia escrava: “as senzalas “pavilhão”, edifício único com pequenos recintos ou cubículos separados para os escravos solteiros e casados, as senzalas “barracão”, onde viveriam escravos e escravas solteiros em grandes recintos separados, e as senzalas “cabana”, onde viveriam escravos casados ou solteiros de um mesmo sexo”.<sup>66</sup>

Sem querer entrar na discussão que Slenes faz sobre como a formação do núcleo familiar por meio do casamento permitia ao escravizado se apropriar de um espaço próprio de moradia, seja dentro de uma senzala pavilhão, barracão ou de uma do tipo cabana, cabe destacar então a diversidade da vivenda escrava. Rafael Marquese analisa a novidade histórica de dois tipos de moradia escrava o barracão de pátio típico do cinturão açucareiro cubano e a senzala em quadra do Vale do Paraíba cafeeiro.

Na região amazônica Daniel Barroso ao descrever a estrutura do Engenho Bom Intento, uma importante propriedade rural que estava sob a administração de Januário Antônio da Silva, estabelecida às margens do rio Guamá, dizia que em 1860 a propriedade era composta “de uma casa de varanda; um oratório; um engenho; plantações de cana e de arroz, animais diversos e *ranchos para moradia dos seus 157 escravos*”.<sup>67</sup> Prossegue o autor,

No engenho não havia senzala, e os escravos habitavam em “ranchos” próprios para sua moradia. Esses “ranchos” nada mais eram do que cabanas rústicas feitas de material leve, como a palha ou ramos de árvore. [...]. Nesse documento, também não encontramos qualquer referência que pudesse indicar a presença de pessoas livres morando na propriedade. Na descrição dos “ranchos”, [...] especificou-se que eles se destinavam somente aos cativos.<sup>68</sup>

<sup>65</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. **Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2.p. 165-188 jul.-dez. 2005, p. 166

<sup>66</sup> SLENES, R.W. Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.159

<sup>67</sup> BARROSO, Daniel S. **Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)**. Afro-Ásia (UFBA. Impresso) v. 50, p. 93-128, 2014, p.96

<sup>68</sup> Idem

Ao dizer que na propriedade não havia senzala, é possível que o autor esteja se referindo ao típico modelo de moradia escrava cristalizada em importantes estudos históricos ambientados no centro-sul do país ou no Nordeste açucareiro, entretanto na Amazônia os *ranchos* embora guardem parciais semelhanças com as cabanas do Vale do Paraíba, são vivendas típicas dos cativos em território amazônico. O que não quer dizer que não havia habitações de escravos na Amazônia nos moldes clássicos de uma senzala barracão por exemplo. A subsistência de outro modelo de moradia escrava não necessariamente exclui o outro.

No Vale do Tocantins os ranchos observados por Wallace, me parecem ser vivenda escrava recorrente na região, o destaque dado pelo naturalista às árvores frutíferas ao redor das casas dos negros, revela em certo sentido a ação desses indivíduos no melhoramento do seu espaço de moradia. Os ranchos como habitações de cativos no Vale do Tocantins do século XIX, ao que parece configuram-se peculiar permanência histórica na configuração das propriedades rurais na centúria posterior. Observando algumas representações dessas propriedades fica mais fácil compreendermos a localização dos ranchos dentro dos empreendimentos.

**Imagem 1: Representação de propriedade rural com engenho situada no Vale do Tocantins.**



Fonte: Acervo Casa da Cultura, criador de memórias em telas, pintor Rubens Laurinho, descrição oral de Miguel Machado, 2008.

A representação faz parte de uma coleção que jaz sobre a guarda da Secretaria de Cultura de Igarapé-Miri e traduz a estrutura de uma propriedade rural da região na primeira metade do século XX, no pêndulo entre rupturas e permanências que o processo histórico

caminha, é possível observar continuidades na organização de uma propriedade rural que atravessa o longo século XIX.

Se compararmos com a descrição feita por Barroso do engenho Bom Intento em 1860, veremos como já mencionado, que a propriedade era composta “de uma casa de varanda; um oratório; um engenho; plantações de cana e de arroz, animais diversos e *ranchos para moradia dos seus 157 escravos*”<sup>69</sup> Na representação acima vemos da direita para esquerda, o engenho este movido a vapor, como sugere a fumaça acima do barracão, vemos o picadeiro cheio de cana para moagem, e nos batelões que também eram usados no século XIX observa-se o transporte da cana para o picadeiro. Ao lado do engenho temos a casa principal com varanda, seguida de uma casa comercial que fornecia os gêneros de primeira necessidade por meio do aviamento aos trabalhadores.

No século XX os modos operantes dos tempos de escravidão não desapareceram como num passe de mágica, se estendem sob outros moldes. Após a casa comercial observa-se uma pequena capela, que em geral era dedicada ao santo que dava nome ao engenho, nela eram realizadas celebrações religiosas, batismos, casamentos e a festa do santo patrono da propriedade. Depois da capela segue-se uma vila de pequenos casebres em que os trabalhadores que se ocupavam nos serviços do engenho e da lavoura, seja de cana ou outro gênero usavam como moradia.

Esse breve rodeio pelo tipo de moradia escrava que entendemos ser característico no Vale do Tocantins, foi exatamente para refletir sobre as peculiaridades que a escravidão na Amazônia possui em relação a outras regiões do Império, a natureza tem um papel protagonista, em toda a estrutura econômica aqui estabelecida.

Um aspecto importante na representação da propriedade é o rio, pois trata-se de um componente fundamental para dinâmica laboral dessas fazendas, são eles que movem os moinhos dos engenhos d’água, e por meio deles todo abastecimento de matéria prima e distribuição da produção acontece.

Por esse motivo (voltando à discussão sobre navegação), que durante grande parte do século XIX, os debates em torno da ampliação e modernização da navegação na Província, como também da abertura de estradas de rodagem, tomaram os palanques legislativos as propostas propendiam à ampliação da navegação a vapor e a construção de estradas, em suma, vias de circulação que possibilitassem maior rapidez na distribuição e comercialização da produção, atenuando os preços de mercado em consequência das baixas nos custos de

---

<sup>69</sup> Idem

transportes das mercadorias, suprimindo as demandas internas e conectando-se com outras partes do Império.

Para a região amazônica essas ações de melhoramentos na navegação e abertura de estradas a nível simbólico, dentro dos discursos oficiais, tipificavam a marcha do progresso para regiões inóspitas, que abrangiam a exploração de recursos naturais, como indica Francivaldo Nunes<sup>70</sup>. Segundo o referido autor, a melhoria nas vias de transportes no Grão-Pará provocaria o desenvolvimento das forças produtivas relacionadas à agricultura, ou seja, lavradores, fazendeiros e comerciantes teriam maior facilidade para distribuir seus produtos, desse modo, o aumento das áreas de cultivo e o melhoramento das práticas de plantio eram subsídios discursivos que estavam presentes nos projetos de ampliação das vias de comunicação para o interior da região amazônica, sejam elas terrestres ou fluviais.<sup>71</sup>

Na esteira dessas ações e resultado desses debates, que não estavam circunscritos apenas no âmbito do poder público, mas, sobretudo emergiam como demanda no seio da classe produtora e comerciante que precisava dar vazão aos seus produtos, observamos a construção do canal artificial anteriormente mencionado que liga o rio Moju ao Igarapé-Miri e dele por outros rios, furos e igarapés navega-se até o Tocantins. Uma passagem de não muita extensão, mas que tinha o papel de interligar as povoações do interior a capital da Província.

Em 06 de agosto de 1821 o Jornal *O Paraense* registrava a organização de uma junta de subscrição que tinha como objetivo arrecadar recursos junto a comerciantes, fazendeiros e demais proprietários que se mostravam interessados na remoção dos obstáculos que dificultavam a navegação do interior para Belém e desta para os interiores.

Há muito tempo, que se reconhece a urgente necessidade de abrir-se hum canal capaz de remover os embaraços, e obstáculos que encontram as Canoas, que tranzitão pelo Igarapé-Miri navegando para o Sertão, e interior da Província, ou d'aquelles lugares para esta cidade carregadas de importantes e ricos gêneros. Há muito tempo, que alguns governadores e capitães gerais lembrão desta útil obra formando planos, que levarão à Real Presença traçando meios porque devera executar-se.<sup>72</sup>

O texto da junta de subscrição continuava dizendo que embora o projeto houvesse obtido alguma atenção dos governadores, até aquele momento nada havia sido efetivamente

---

<sup>70</sup>Cf. NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Filosofia) – UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

<sup>71</sup> Idem

<sup>72</sup> *O Paraense*, Belém, 06 de agosto de 1821, p.2

realizado, os cofres públicos se viam limitados pelo orçamento, a utilidade da obra justificava o levantamento de recursos entre particulares para realização dos trabalhos. A subscrição reuniu de acordo com a relação em anexo na reportagem do jornal 109 indivíduos que por suas doações levantaram 2.832\$050 (dois contos, oitocentos e trinta e dois mil, e cinquenta réis)<sup>73</sup>.

As obras iniciaram em 21 de setembro de 1821 sendo realizadas as escavações de forma manual, um contingente significativo de trabalhadores foi direcionado para as tarefas, e se dividiam em grupos. O primeiro era composto por militares do grupo Ligeiros sob o comando do sargento do mesmo corpo, que recebiam cem réis de diária, alimentação e meio quartilho de aguardente. Em seguida tínhamos a equipe formada por cerca de 40 índios pouco mais ou menos, liderados por Sebastião Freire da Fonseca e o último grupo formado por cidadãos voluntários comandados por Manoel José dos Santos, que contava ainda com 19 escravos concedidos e liderados por Guilherme de Seixas<sup>74</sup>.

No transcorrer dos trabalhos os cativos foram agrupados a certo número de indígenas, posteriormente alguns indígenas foram remanejados para outras atividades de interesse do governo provincial, ao cabo que ficaram os cidadãos voluntários em grupo separado sob a liderança do mesmo Manoel José dos Santos<sup>75</sup>.

A organização do trabalho na escavação do canal seguia a seguinte ordem, os trabalhadores eram postos em fileiras pelos chefes de equipe, e assim procediam a perfuração do solo, uns com enxadas outros com picareta e ferro de cova, ao mesmo tempo em que outros operários faziam a retirada do barro acumulado, utilizado coroátas de *najaseiro*, palmeira comumente encontrada na região. Igualmente agrupados em sequência preservando a distância necessária para não embarçar o serviço de escavação o trabalhador recebia “o recipiente vazio e passava a frente ao mesmo tempo em que passava o cheio ao companheiro da direita e depois o vazio ao da esquerda recebendo novamente o cheio”, dessa maneira como descrito por Agostinho Monteiro Goncalves de Oliveira, indígenas, militares, escravos e voluntários empenhavam-se diariamente.<sup>76</sup>

As obras do canal encerram-se em 1823, embora os serviços de limpeza e alargamento do mesmo tenham se estendido por vários anos no século XIX. Em 1840 ocorre à consignação de 10.000\$00 (dez contos de réis) para obras públicas e limpeza do canal, em 1849 durante a presidência do Sr. Francisco Coelho ocorre a determinação de 1.500\$000 (um conto e

---

<sup>73</sup> Idem

<sup>74</sup> Op, Cit, OLIVEIRA, p.30-35

<sup>75</sup> Idem

<sup>76</sup> Op, Cit, OLIVEIRA, p.45

quinhentos mil réis) fixada por lei para desobstrução dos leitos e melhoramentos do mesmo.<sup>77</sup>. O derradeiro repasse registrado nos relatórios oficiais ocorre em 1852<sup>78</sup> no valor de 4.000\$000 (quatro contos de réis), e tinha como objetivo viabilizar a navegação de canoas de maior porte que devido às condições do canal não podiam trafegar de forma segura.

**Figura 3: Entrada do canal de Igarapé-Miri 1867.**



Fonte: Edouard Riou, *Le Tour du Monde*, Paris 1867<sup>79</sup>

Dessa forma observa-se a relevância desse espaço navegável para melhoria do transito entre a capital e uma das regiões de maior produção agrícola da Província, em alguns gêneros a maior produtora como veremos, nesse aspecto é importante verificar os usos da terra e como essa produção se vincula a mão de obra escrava.

A descrição da organização das tarefas e dos atores envolvidos na escavação do canal de Igarapé-Miri dizem muito sobre a complexidade dos mundos do trabalho na Amazônia, grupos de trabalhadores que matizam entre si pontos de intersecção e distanciamentos. Assim sendo, mesmo pensando o papel dos escravos de origem africana e sua contribuição para o

<sup>77</sup>PARÁ. Falla dirigida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Gram-Pará a Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849. Pará, Typographia de Santos & Filhos, 1849. p. 67

<sup>78</sup>PARÁ. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Exmo Sr. presidente da província, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.º de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p.69-70

<sup>79</sup> Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32878283g/date18870101>

desenvolvimento econômico regional, não podemos esquecer os demais trabalhadores que partilhavam das atividades estruturantes da economia local.

O gotejamento de informações sobre a característica rural do Vale do Tocantins, a dinâmica econômica que se articulava em torno dos rios, notadamente o Tocantins e seus afluentes busca traduzir como estes desenhavam os caminhos por onde pessoas, livres ou cativas circulavam cotidianamente em suas atividades, estabelecendo redes de sociabilidades vinculadas a produção agrícola, e ao comércio, mas também solidariedades associadas a posição em que se encontravam na tessitura social da sociedade brasileira do século XIX.

Em suma, a paisagem com todos os seus componentes naturais e sua interface cultural que torna-se elemento estruturante das relações sociais, dos modos de produção e da memória construída em determinado recorte espacial. Para Luiz Otávio Cabral a noção de paisagem compreende a coexistência de objetos e formas sob o espaço geográfico em sua face sociocultural. Assim sendo se a paisagem pode ser compreendida como “um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área, traduz-se num "campo de visibilidade", ao ser oferecida a nossa percepção e a nossa experiência, converte-se num "campo de significação" individual e coletiva”, informa Cabral.<sup>80</sup>

Nessa perspectiva consideramos como paisagem não apenas o conjunto de elementos naturais e formas estáticas e percebidas de maneira idílica, mas, sobretudo a noção de paisagem se materializa no processo de interação entre estes objetos e formas e as sociedades estabelecidas, dando significado e dinâmica a esses espaços.

Nesse sentido, ao pensarmos nas ações de homens e mulheres escravizadas e outros sujeitos precisamos ter em mente um cenário marcado por fazendas, sítios, engenhos, plantações de cana, extração de produtos como cacau, látex e outros de consumo interno, além da indissociável vinculação a dinâmica das águas por meio dos rios e igarapés como já mencionado. A paisagem mencionada imprimia características particulares ao processo de escravidão no Vale do Tocantins e em outras regiões. Portanto, no próximo item verificaremos sumariamente aspectos relacionados a produção agrícola e extrativista que se praticava no Tocantins e como esta estrutura econômica conformava as bases de sustentação do sistema escravista na região.

---

<sup>80</sup> Cabral, Luiz Otávio. **Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, Abril e Outubro de 2007, p.149

## 1.2 Vale do Tocantins, produção agrícola e escravidão no séc. XIX.

Precisamos lembrar que estamos tratando de uma região antiga e tradicional de cultivo agrícola com destaque a lavoura de cana-de-açúcar e a coleta de cacau, que consolidou-se como um dos mais importantes centros produtivos da Província do Pará no século XIX. Os estudos de Kelly-Normand que analisaram a demografia escrava na região ainda no período colonial vieram demonstrar a importância econômica da atividade agrícola no Vale do Tocantins já pelo menos desde a metade do século XVIII<sup>81</sup>. A autora sugere ainda que estas terras teriam sido o primeiro alvo da colonização portuguesa na Amazônia, onde primariamente foi introduzido o cultivo de cana de açúcar estruturado basicamente na exploração do trabalho escravo.<sup>82</sup>

Em fins do século XVIII ainda na conjuntura colonial o Vale do Tocantins já possuía uma população escrava de 1.346 indivíduos distribuídos em 140 propriedades rurais estabelecidas principalmente as margens dos rios, furos e igarapés que compunham a rede fluvial da região<sup>83</sup>. Estes eram lugares privilegiados para instalação desses empreendimentos visto que constituíam-se imprescindíveis para comercialização e escoamento da produção agrícola e extrativista que se praticava por essas bandas, como verificamos anteriormente.

Os estudos de Maria de Nazaré Ângelo Menezes revelariam os impactos provocados nos sistemas agrários<sup>84</sup> nativos da região tocantina em função dos projetos de desenvolvimento rural pensados para o delta amazônico, principalmente na segunda metade do século XVIII, período de consolidação das políticas pombalinas para a região. No bojo dessas políticas estavam os ideais mercantilistas e os objetivos do mercado colonial, que estruturados em relações sociais escravistas, vinculados a mão-de-obra africana, juntamente com o trabalhador nativo, transformariam definitivamente a paisagem e as relações sociais, centrando-se em atividades de produção que viessem atender um mercado internacional em expansão.<sup>85</sup>

---

<sup>81</sup> Cf. NORMAND, Kelly. **Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição**. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, n. 18, p. 1-21, out.-dez. 1988

<sup>82</sup> BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra na Amazônia (Sécs. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 141

<sup>83</sup> Idem, p.142

<sup>84</sup> *Sistemas agrários*, de acordo com a definição da autora baseada nos estudos de Vissac e Hentgen (1979), é um termo empregado para caracterizar, dentro de um espaço, a associação das produções e das técnicas colocadas por uma sociedade em via de satisfazer suas necessidades. Ele exprime, particularmente, a interação entre um sistema biológico, representado pelo meio natural, e um sistema sociocultural, mediante as práticas saídas especialmente do conhecimento técnico.

<sup>85</sup> Cf. ANGELO, Maria de Nazaré Menezes. **Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.91-122, jan/abr. 2000.

Ainda de acordo com Ângelo Menezes a introdução da mão-de-obra africana com maior pujança nas décadas finais do século XVIII coroou o processo de transformação das paisagens e a consolidação de um sistema agrário no voltado para o mercado internacional.<sup>86</sup>

Quando pensamos sobre número de escravos adentrados por meio de diferentes modalidades de comércio no Grão Pará, desde o final do século XVII embora incompletos e insatisfatórios para uma afirmação final sobre o assunto, eles revelam que se eleva a mais de 53.000 escravos de origem africana adentrados na Amazônia pelo porto de Belém de acordo com as obras de Antônio Carreira (1969; 1972)<sup>87</sup>; Manuel Nunes Dias (1970)<sup>88</sup> e Anaiza Vergolino e Silva (1971)<sup>89</sup>. Ainda que dados mais recentes levantados por José Maia Bezerra Neto, a partir do gotejamento de informações na historiografia sobre o tema, aliados à base de dados *Slaves Voyages*<sup>90</sup> informem que entre 1680 e 1841 foram adentrados no Pará um quantitativo aproximado de 58.089 cativos.

As últimas décadas do século XVIII e início do XIX demonstram ser o período de maior entrada de trabalhadores escravizados de origem africana na Província do Pará, em concordância com as aferições de Menezes que apontava esse momento vinculado a transformações no âmbito internacional onde o “tratado comercial de 1763 que determinou o fim das guerras imperiais fez com que as metrópoles dependessem ainda mais de suas colônias”. De acordo com a autora,

A atenção de Portugal para a Amazônia se faz presente nas políticas Pombalinas, executadas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1751 a 1758. A preocupação da metrópole era a recuperação dos rendimentos da colônia como forma de empreender também a recuperação das finanças de Portugal.<sup>91</sup>

Nota-se que a primeira metade do século XVIII presenciou um movimento bastante irregular e mesmo residual relacionado à entrada de cativos na província paraense, os dados do *Slaves Voyages* demonstram que em alguns anos não houve registro de nenhuma

---

<sup>86</sup> Idem

<sup>87</sup> CARREIRA, Antônio. **As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro**. Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Lisboa, v. XXIII, n. 89-93, 1968/1969

<sup>88</sup> DIAS, Manuel Nunes. **As frotas do cacau da Amazônia (1756-1777)**. Revista de História, São Paulo, n. 50, p. 363-77, mar.-jun. 1962

<sup>89</sup> VERGOLINO e SILVA, Anaíza. **Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia**. In: Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 8, p. 3-22, 1968.

<sup>90</sup> [www.slavevoyages.org](http://www.slavevoyages.org)

<sup>91</sup> Op, Cit, Angelo Menezes, 2000, p. 94

embarcação trazendo novos escravos para a região, não obstante os constantes suspiros dos colonos do Grão-Pará e Maranhão reclamando da falta de braços para a lavoura, como indica os estudos de Rafael Chambouleyron<sup>92</sup>.

O ponto de inflexão nesse processo é a segunda metade do século XVIII mais precisamente o ano de 1755 quando ocorre efetivamente a instalação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que com todas as incongruências de suas ações materializa em certa medida os anseios coloniais relacionados a inserção de cativos de origem africana visando os sistemas agrícolas agroexportadores.

Até 1778 período que marca o fim da atuação da companhia observa-se o estabelecimento de uma regularidade nos carregamentos de escravos adentrados na região amazônica, de tal forma que ao final do monopólio da referida companhia haviam ingressados por meio dela na Amazônia, um número possivelmente maior a 28.852 africanos desembarcados nos portos de São Luiz e Belém, segundo dados levantados por Bezerra Neto<sup>93</sup>.

Desse quantitativo estima-se que 16.852 tenham efetivamente ingressado no Pará, número que poderia ser ainda maior se considerarmos os cativos introduzidos por outros navios não vinculados a Companhia de Comércio, estima-se um número de 775 escravos que se somados aos primeiros perfazem 17.627 escravos desembarcados no porto de Belém<sup>94</sup>. Do referido quantitativo sabe-se que pelo menos um terço desses trabalhadores foram remanejados para as regiões centrais do Brasil ficando efetivamente no Pará 11.235 escravos, confirma Bezerra Neto.

Desse modo, os interesses da empresa colonial em relação a Amazônia e a inserção de trabalhadores escravizados de origem africana, colocam em tela novas estruturas econômicas e sociais que viriam se consolidar em fins do século XVIII e início do XIX, ao mesmo tempo em que lançam luz sobre as razoáveis conexões existentes entre o Vale do Tocantins e um contexto econômico nacional e internacional vinculados a produção agroextrativista e o escravismo na região.

É pensando nessa perspectiva que o recente livro organizado por Mariana Muaze e Ricardo H. Salles, veio trazer algumas contribuições do ponto de vista teórico para refletirmos em termos de uma economia mundo. O livro traz vários estudos atrelados pela perspectiva de uma não linearidade entre a escravidão colonial e a oitocentista, esta última diferente da

---

<sup>92</sup>Cf. CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. Revista Brasileira de História. vol. 26 no.52, 2006.

<sup>93</sup> Op, Cit, BEZERRA NETO, p.55

<sup>94</sup> Idem

primeira estaria “em interação com a construção de Estados nacionais e com a expansão internacional do mercado capitalista”<sup>95</sup>. Reunidos em torno da noção de segunda escravidão, conceito cunhado pelo historiador norte-americano Dale Tomich os diversos autores se articulam a partir de processos históricos que formam cada espaço geográfico e econômico em análise, e como a partir desses espaços é possível perceber certas relações específicas integrantes de um contexto econômico mundial.<sup>96</sup>

Colocando no centro do debate as relações conflituosas entre escravidão e capitalismo já postas em apreciação por Eric Williams<sup>97</sup> em 1944, a perspectiva teórica desenvolvida por Dale Tomich, grosso modo busca conectar a economia capitalista desenvolvida na Europa com a produção de regiões escravistas produtoras de *commodities* como Cuba, Sul dos Estados Unidos e Brasil<sup>98</sup>.

Dois polos interdependentes e ao mesmo tempo aparentemente inconciliáveis, um valendo-se dos produtos e matérias primas que com o desenvolvimento industrial se tornaram fundamentais na indústria e no cotidiano do cidadão médio europeu, a exemplo do café, açúcar, algodão, látex, madeira, cacau entre outros. Enquanto o outro polo por sua vez beneficiava-se de toda a evolução técnica advinda da revolução industrial, assim sendo a estrutura econômica resultado dessa integração a nível mundial teria seus reflexos na Amazônia e conseqüentemente em recortes regionais eminentemente escravistas, como seria o Vale do Tocantins.

Esse balanço busca colocar em pauta a questão de que o uso massivo de mão de obra escrava no Tocantins como veremos nas próximas sessões, não visava atender apenas demandas locais de consumo interno no âmbito da Província do Pará, (que com o aumento do contingente populacional irá tomar papel de destaque na dinâmica econômica regional) mas, integrava-se igualmente a um circuito comercial maior, em que fornecia produtos e matérias primas para países industrializados tal como acontecia em outras regiões do Brasil, guardadas as devidas proporções. Uma produção caracterizada pela policultura que ao mesmo tempo em que visava atender as necessidades de subsistência interna, lançava-se ao mercado internacional para exportação de determinados produtos agrícolas e extrativistas.

---

<sup>95</sup> MUAZE, Mariana; Salles, Ricardo. **A segunda escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica**. São Leopoldo; Casa Leira, 2020, p.13

<sup>96</sup> Op, Cit MUAZE, Mariana; Salles, Ricardo, 2020, p.13-121

<sup>97</sup> Cf. WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**: Tradução Denise Bottmann – 1º ed. – São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

<sup>98</sup> Cf. TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão. Trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

Nesse sentido as reflexões de Barroso e Laurindo<sup>99</sup> chegariam à conclusão de que a trajetória e uso da mão de obra escrava no vale amazônico principalmente na virada do século XVIII para o XIX e por este último até suas décadas finais poderia ser compreendida como “um campo de interseção entre o global e o local, o sistêmico e o particular”. Ao mesmo tempo em que o global teria certa dose de influência sobre o local, este último por sua vez no caso amazônico guardava características próprias que lhes eram asseguradas pelos condicionantes de uma região coberta por florestas, banhada por grandes rios, ocupada imemorialmente por povos tradicionais, entre outros fatores.

Nesse sentido, os autores acima mencionados indicaram, por exemplo, que as estruturas internas específicas da região amazônica, seja no âmbito político, econômico ou social, teriam sido determinantes para manter a população escrava na Província do Pará, maior reduto escravista da Amazônia, enquanto o Maranhão Província vizinha e outros apresentaram saldo negativo no balanço do tráfico interprovincial em direção ao sudeste cafeeiro.

Embora nesse ponto o vale amazônico aparentemente se distancie de certas características da noção defendida pelos autores que é exatamente a segunda escravidão, a reflexão proposta indica que seria ao mesmo tempo preciso verificar a dinâmica de produção interna que tinha como força motriz na pauta de exportações o cacau e a borracha com maior destaque para esse último a partir de 1870.<sup>100</sup>

Por mais que o Vale do Tocantins não fosse grande produtor de borracha, como a chamada região das ilhas, por outro lado destacava-se na produção do cacau, que em grande medida vinculava a região ao mercado internacional, e abarcava também a utilização de mão de obra escrava. Em 1867 o presidente da província Joaquim Raymundo de Lamare<sup>101</sup> em relatório apresentado para assembleia provincial, a respeito do cacau, dizia que era “o primeiro e mais importante produto da agricultura no Pará e que Cameté seria responsável por cerca de metade de todo o cacau exportado da Província. Produto que embora silvestre,

---

<sup>99</sup> BARROSO, Daniel Souza, LAURINDO JR, Luiz Carlos. **À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista.** Revista Tempo | Vol. 23 n. 3 | Set./Dez. 2017

<sup>100</sup> Op, it, BARROSO, Daniel Souza, LAURINDO JR, Luiz Carlos, 2017, p. 584-588

<sup>101</sup> PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente da Província, em 15 de Agosto de 1867. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1867, p. 11.

também consistia objeto de cultura em alguns lugares no interior do Grão Pará, “cultivado em maior escala nas margens do Tocantins, e em todo distrito de Cametá”<sup>102</sup>.

Ainda de acordo com Joaquim Raymundo de Lamare, no ano financeiro correspondente a 1866-1867, a exportação do cacau foi da soma de 196.254 arrobas, desse quantitativo, dois terços foram provenientes da agricultura, ou seja, do chamado cacau manso, e o restante de cacaos primitivos ou espontâneos, existentes em áreas das regiões da província.

Conquanto, de acordo com os estudos de Rafael Chambouleyron e Karl-Heinz Arenz não seja exatamente possível a partir das informações disponíveis mensurar com certeza a proporção do cacau de cultivo e do cacau silvestre dentro dos quadros gerais da produção amazônica, é bem verdade que desde o período colonial a coroa portuguesa canalizava esforços no sentido de aumentar o cultivo do cacau, entre eles estava a concessão de diversas *sesmarias* que viriam atender lavradores que se propunham a produzir cacau “manso”.<sup>103</sup>

Em todo caso, cabe ressaltar o papel de destaque da comarca de Cametá no âmbito da produção de cacau na província paraense, para termos uma breve noção dessa realidade, em 1864 foram produzidas no Grão-Pará 239.717 arrobas de cacau sendo essa produção distribuída por comarca da seguinte forma; A comarca de Cametá produziu 110.714 arrobas, em seguida a de Santarém com 96.818, sendo só o município de Santarém produtor de 45.426 arrobas. Temos a comarca da Capital agregando os distritos do interior com 22.566 arrobas, Marajó com 8.340 e Gurupá com 1.279 arrobas.<sup>104</sup>

Nesses termos, para o referido período somente a comarca de Cametá seria responsável por cerca de 46% do quadro geral da produção de cacau. Se considerarmos os dados referentes a comarca de Igarapé-Miri que no relatório provincial de 1864 encontra-se colada a comarca da capital, teríamos 8.444 arrobas do município de Igarapé-Miri, e 4.057 arrobas de Abaeté, Moju e Acará não apresentam produção de cacau no registro. Assim sendo, as duas comarcas do Vale do Tocantins teriam produzido 123.215 arrobas de cacau, ou seja,

<sup>102</sup>Cf. PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

<sup>103</sup> CHABOULEYRON, Rafael Ivan. **Cacao, Bark-Clove, and Agriculture in the Portuguese Amazon Region the Seventeenth and Early Eighteenth Century**. Luso-Brazilian Review, Madison, v. 51, n. 1, 2014.

<sup>104</sup> PARÁ. Relatório dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864, seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, pelo secretário da província Domingos Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até a cima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia pelo Capitão-Tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis. Rio de Janeiro, 1864, p. 60-70

algo em torno de 51,4% de todo cacau exportado do Pará em 1864 era proveniente da região tocantina.<sup>105</sup>

O recente estudo de Bezerra Neto sobre a cultura do cacau, veio ressaltar que não obstante a reiterada importância da produção dessa *commodity* no contexto da economia amazônica, desde pelo menos o século XVII entrando em meados do XIX como principal produto de exportação na província do Grão-Pará, como já citado, ficando posteriormente em segundo lugar na pauta de exportações por ocasião do crescimento exponencial dos negócios da borracha, destaca o autor a “produção cacaueira na Província do Grão-Pará oitocentista (século XIX) tem sido pouco estudada pela historiografia, cujo foco tem sido sobre a economia da borracha, quando muito sobre os engenhos de açúcar”. Dessa forma, o autor chamaria a atenção para estudos mais detalhados sobre a cultura do cacau e suas implicações no âmbito social e econômico na Amazônia paraense<sup>106</sup>.

A região Amazônica no transcorrer do século XIX consolidou-se como principal fornecedora de todo cacau brasileiro exportado, tendo como principais mercados consumidores a França com maior importância, seguida por Portugal, Hamburgo (Alemanha), Gênova (Itália), Inglaterra e Estados Unidos, e como já gotejamos, grande parte dessa produção que atendia o mercado internacional era proveniente do Vale do Tocantins<sup>107</sup>.

Francivaldo Nunes ao analisar os aspectos fundiários da comarca de Cameté entre 1864 a 1873 a partir do livro de Notas do Juiz de Paz da referida comarca, destacaria que das 93 escrituras de venda constante no livro, em pouco mais de 80 os cacaueiros aparecem como principal produto dessas propriedades. Os dados coligidos pelo autor revelariam que em média as propriedades registradas possuíam entre 2.000 a 4.000 mil pés de cacau, algumas poucas chegariam a 16.000 ou 20.000 mil pés que poderiam ser silvestres ou cultivados.<sup>108</sup>

O estudo da professora Sidiana Macêdo que aborda a questão do abastecimento e consumo de alimentos na cidade de Belém na segunda metade do século XIX, consegue recuperar as relações de comércio estabelecidas entre a capital da Província e os interiores que forneciam em grande parte os produtos que circulavam em Belém, e que seria a base da alimentação belenense, assim como os produtos da pauta de exportação. A partir dos dados

---

<sup>105</sup> Idem

<sup>106</sup> Cf. BEZERRA NETO, José Maia. **A Cultura do Cacau no Grão-Pará Oitocentista: Uma notícia histórica**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 07, Dossiê “História da alimentação e do abastecimento na Amazônia”, p. 27-47, maio / 2020.

<sup>107</sup> Idem, p. 33

<sup>108</sup> NUNES, Francivaldo Alves. **Aspectos fundiários em uma comarca no interior da Amazônia (Cameté, 1864 – 1873)**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 7 Nº 13 Jul-dez 2012, p.6-10

levantados pela autora conseguimos visualizar as principais áreas produtoras da província entre 1850 a 1900.<sup>109</sup>

De acordo com o levantamento de Macêdo, além de Cametá, Igarapé-Miri também aparece no cenário de produção do cacau, destacando-se na produção dos derivados de cana de açúcar, sabão de cacau, farinha, arroz, e feijão em outros municípios da região.<sup>110</sup>

Embora também empregados nas plantações de cacau, os cativos eram ao mesmo tempo amplamente utilizados em inúmeras outras atividades, no contexto da economia amazônica a coexistência de diversas frentes de trabalho em uma mesma propriedade rural não era a exceção, mas sim a regra. Em uma fazenda que possuía engenho para produção de aguardente, era bem comum que na mesma existissem também, lavouras de arroz, café, mandioca, estradas de seringa e outros.<sup>111</sup>

Em pesquisa realizada em 2017 destaquei aspectos importantes da estrutura agrária do município de Igarapé-Miri no período final do século XIX e início do XX, analisei 106 declarações de solicitação de *título de posse* protocoladas na intendência do referido município, essa era uma exigência da nova conjuntura legal para concessão do direito de uso permanente de determinada propriedade. Nessas declarações feitas pelos próprios posseiros eles deveriam justificar ao Estado o direito adquirido pela posse, por meio da cultura efetiva e morada habitual. Ou seja, era uma exigência do ponto de vista legal que eles descrevessem as plantações e benfeitorias construídas em determinada sorte de terra solicitada<sup>112</sup>.

Dessas 106 propriedades de terra descritas pelos próprios ocupantes por meio das referidas declarações, mecanismo que já havia sido utilizado para legitimação de posses

<sup>109</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

<sup>110</sup> GADO VACUM: Ilhas de Marajó, Mexiana, Caviana, Santarém, Óbidos, Faro, Itaituba, Monte Alegre, Cintra, Cachoeira, Macapá, Breves, Gurupá, Monte Alegre, Santarém. Marajó, Cachoeira, Macapá, Prainha, Óbidos.

CANA DE AÇÚCAR E AGUARDENTE: Comarca da Capital, Vigia, **Igarapé-Miry, Cametá**, Cachoeira, Marajó, Macapá, Breves, Santarém. **Igarapé-miry** (aguardente), **Abaeté** (aguardente), **Mojú** (aguardente), Macapá (aguardente), Mazagão, Itaituba.

CACAU: **Cametá, Igarapé-Mirim**, Muaná, Santarém, Alenquer e Óbidos, Guamá.

SABÃO DE CACAU: **Cametá, Mojú**, Santarém, Alemquer, Itaituba, Óbidos, Faro.

FARINHA: Bragança, Cintra, **Abaeté, Mojú**.

ARROZ: Bragança, Guamá, **Igarapé-Miry, Abaeté**, Mazagão.

FEIJÃO: Bragança, Capital, Vigia **Mojú**, Bragança, Acará, Guamá, Óbidos, Faro.

CAFÉ: Vigia, Bragança, Portel, Guamá, Faro.

<sup>111</sup> Op, Cit, BEZERRA NETO, José Maia, 2020, p.39-42.

<sup>112</sup> FARIAS, David Rodrigues. **“Senhor e possuidor de uma sorte de terra”: Título de Posse e regularização fundiária no município de Igarapé-Miri/PA (1897-1901)**. Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em História Agrária apresentado a Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de especialista em História Agrária da Amazônia contemporânea. Ananindeua/PA, 2018.

durante a vigência da lei de terras de 1850, observamos a presença de variadas culturas concomitantes na mesma sorte de terra. Na tabela abaixo, separamos essas culturas para melhor percebermos a proporção de cada uma em relação ao número total de propriedades, em seguida colocaremos exemplos da coexistência das diversas plantações, sem perder de vista que os dados buscam ratificar a policultura como característica da produção agrícola amazônica, e dessa forma reiterar que a utilização da mão de obra escrava se dava em várias frentes de trabalho.

**Quadro 2: Produção agrícola e extrativista em Igarapé-Miri 1897-1901.**

<b>Cultura</b>	<b>Propriedades</b>
<b>Seringa</b>	81
<b>Cacau</b>	68
<b>Roça de Milho</b>	14
<b>Plantação de Arroz</b>	14
<b>Lavoura de Cana de açúcar</b>	13
<b>Roça de Mandioca</b>	05
<b>Plantação de Algodão</b>	06
<b>Madeira</b>	03
<b>Plantação de Café</b>	02
<b>Roça de Mandioca</b>	03
<b>Criação de gado suíno</b>	01

Fonte: Livro de editais de solicitação do Título de Posse, 1897-1901

Os dados constantes nos editais de solicitação de título de posse indicam que a produção agrícola e extrativista de Igarapé-Miri acompanhava as tendências e demandas da economia regional ao mesmo tempo em que se vinculava ao mercado de exportação no contexto final do século XIX e início do século XX. Embora no município miriense não houvesse a predominância da cultura do cacau como no caso de Cametá indicada por Nunes, na virada do século XIX este era o segundo produto mais presente na amostra de 106 propriedades da localidade.

Em todo caso evidencia-se ainda mais a característica policultural e agroextrativista da região, os exemplos contidos nas declarações de posse, ainda que sejam de um período ligeiramente posterior ao recorte temporal da presente pesquisa, conservam determinadas características do ponto de vista da produção agrícola e dos usos da terra que certamente não desapareceram com a mudança de regime político ou a abolição de escravidão.

Saturino Marcelino Lobato em 1898 ao solicitar o título de posse de uma parte de terra que sua família ocupava a mais de 30 anos, ou seja, desde 1868 declarava que além de 04 casas cobertas com palha e 01 casa coberta com telha, a propriedade que media 500 metros de frente e 700 ditos de fundo, possuía como principal cultura 5.600 pés de cacau além de 200 pés de seringa em estado de corte<sup>113</sup>.

No mesmo período Raimundo Nonato dos Reis declarava que sua área extensa de 2000 hectares, era ocupada por 8000 pés de seringa, 500 pés de cacau, além de roçados de cana-de-açúcar, arroz e milho. Raymundo Candido de Souza sem discriminar a quantidade das culturas existentes declarava que seu terreno de 900 hectares era ocupado por roças de mandioca, milho, arroz possuindo também alguns pés de seringa<sup>114</sup>.

Em 09 de dezembro de 1898, o Bacharel Antonio Acatauassú Nunes, filho e herdeiro dos bens deixados por seus pais o barão e a baronesa de Igarapé-Miri, protocolava na intendência municipal 09 declarações por meio das quais solicita o título de posse das ditas nove propriedades de terra que pertenceram a seus pais, sem declarar exatamente a extensão dos terrenos, informava que 08 dessas propriedades eram dedicadas *quase toda área* a lavoura de cana de açúcar, 01 propriedade era descrita ocupada por 3.000 pés de cacau<sup>115</sup>.

Desse modo, ao mesmo tempo em que tínhamos áreas caracterizadas pela coexistência de várias culturas, especificidade que acreditamos estar ligada a necessidade de uma produção de subsistência para consumo interno, teríamos outras como as propriedades do mencionado Barão de Igarapé-Miri deixadas por herança a seu filho, dedicadas apenas a uma cultura destinada as demandas da indústria canavieira, ramo tradicional de atuação da família Acatauassú exemplificada por uma das maiores unidades de produção de aguardente da localidade o Engenho São Domingos<sup>116</sup>.

Em 17 e 19 de janeiro de 1899 Acatauassú Nunes viria ainda solicitar mais duas sortes de terras, uma localizada no rio Meruú Assú e outra que localizada no Murutipucú essa última era uma ilha de terras quase toda cultivada em canaviais onde situava-se o Engenho São Domingos<sup>117</sup>, as 11 propriedades de terra do falecido Barão de Igarapé-Miri revelam também a concentração de terras nas mãos de alguns indivíduos, embora a descrição na documentação não revele o tamanho dessas áreas, os pontos referenciais de início e fim dos terrenos contidos nas declarações indicam grandes extensões de terras.

---

<sup>113</sup> Acervo Casa da Cultura, Livro de editais de solicitação do Título de Posse, 1897-1901, p.14

<sup>114</sup> Acervo Casa da Cultura, Livro de editais de solicitação do Título de Posse, 1897-1901, p.42

<sup>115</sup> Acervo Casa da Cultura, Livro de editais de solicitação do Título de Posse, 1897-1901, p.24

<sup>116</sup> Acervo Casa da Cultura, Livro da coletoria, impostos sobre produção de aguardente, 1867, p. 15

<sup>117</sup> Acervo Casa da Cultura, Livro de editais de solicitação do Título de Posse, 1897-1901, p.29

A diversificação da produção agrícola no Vale do Tocantins se fez presente em todos os municípios da região, na verdade essa é uma característica evidente em todo cultivo amazônico, no início da década de 1860 o município de Cametá figurava na pauta de exportação com variados gêneros, entre eles o arroz, azeite de andiroba, cacau, castanha, cumarú, couros salgados e secos de veado, farinha de tapioca, goma elástica, grude de peixe, óleo de copaíba, peixe salgado, sabão de cacau e sebo<sup>118</sup>. Acrescenta-se ainda os estabelecimentos industriais responsáveis pelo beneficiamento de alguns produtos, em 1860 tínhamos 06 engenhos de fazer aguardente, sendo 4 movidos por água e 2 por animais, 4 olarias que fabricavam tijolos e telhas, e 30 fabricas de fazer sabão de cacau, que era o principal produto de exportação produzido no município como já vimos.<sup>119</sup>

Se a comarca de Cametá possuía 30 fabricas de fazer sabão de cacau, em função da grande produção deste produto nos municípios da referida comarca, a mesma lógica aplicava-se a comarca de Igarapé-Miri nesta última atrelada ao plantio de cana de açúcar. Mesmo produzindo outros gêneros de grande importância na pauta de exportação a comarca miriense teve na indústria canavieira importante pilar de sua economia, uma atividade eminentemente concentradora de mão de obra escrava, os estudos de Sonia Vianna do Nascimento colocariam essa pauta em discussão ao demonstrar a importância dos engenhos na estrutura econômica e social dos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba na segunda metade do século XIX.<sup>120</sup>

A lavoura canavieira esteve presente na região de maneira efetiva desde pelo menos o século XVIII, de acordo com dados levantados por Fernando Marques em 1790, o rio Moju possuía 13 engenhos de aguardente e 04 engenhocas de fabricar açúcar, no termo de Igarapé-Miri havia 11 engenhos de aguardente, e em Abaeté registrava-se 05 engenhos. Um total de 33 unidades desses estabelecimentos que se alimentavam da lavoura canavieira.<sup>121</sup> Dos 121 engenhos registrados na capitania do Pará, deles 26 eram de produzir açúcar e 95 aguardente, desse total 39 engenhos situavam-se nas bacias do Rio Moju e Tocantins<sup>122</sup>.

<sup>118</sup> PARÁ. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Exmo Sr. presidente da província, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.º de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p.59

<sup>119</sup> Idem

<sup>120</sup> Cf. NASCIMENTO, Sônia Viana do Igarapé-Miri: **A passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos (1843-1888)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. 2017.

<sup>121</sup> MARQUES, Fernando Luiz Tavares. **Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: PUC-RS, 2004, p. 67

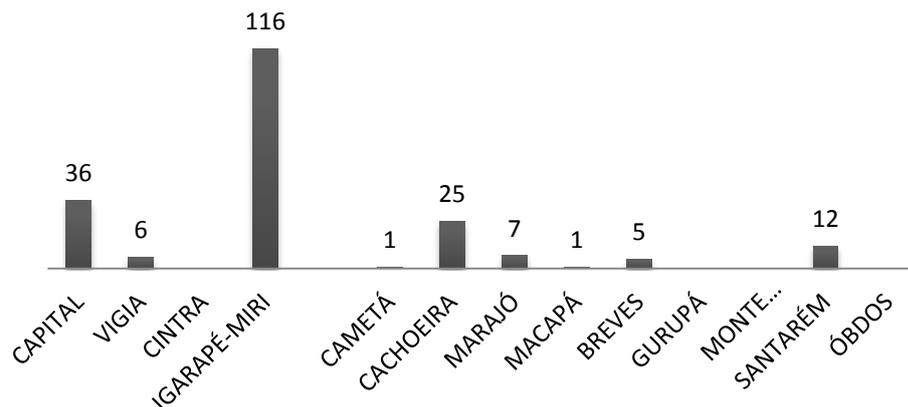
<sup>122</sup> Idem

No século XIX o número dos engenhos na comarca de Igarapé-Miri aumentou significativamente e esteve diretamente proporcional ao crescimento da população escrava no Vale do Tocantins. Baena em 1885 destacava que somente no termo de Igarapé-Miri nesse período havia 36 engenhos em funcionamento, 11 movidos a vapor, 10 a água, e 15 a animais. O distrito de Abaetetuba, segundo Baena, possuía 19 engenhos, 13 movidos a vapor e 6 a animais um total de 55 engenhos em funcionamento registrados na comarca, não tendo o relatório registrado os engenhos de Moju.

Em décadas anteriores no auge da produção de açúcar e aguardente, a comarca de Igarapé-Miri chegou a possuir no decorrer dos anos mais de 100 engenhos e engenhocas em atividade, segundo Lobato, 28 desses eram a vapor, o que indica que entre os proprietários de engenhos havia aqueles que tinham recursos suficientes para efetuar a modernização de usas indústrias<sup>123</sup>.

O Relatório da presidência da Província de 15 de fevereiro de 1881 apresentaria com mais detalhes a distribuição dessas unidades de produção de açúcar e aguardente constantes em toda província do Pará, dados semelhantes aos indicados por Lobato, e que viriam ratificar a importância da atividade canavieira na região.

**Gráfico 1: Engenhos por comarca em 1881.**



RPPP, 15 de fevereiro de 1881, p. 130

De acordo com Lobato, muitos engenhos, ou seja, equipamentos e máquinas foram

<sup>123</sup> LOBATO, Eládio. **Caminho de Canoa Pequena: História do Município de Igarapé-Miri**. Belém: Imprensa Oficial, 1985, p.99

importados diretamente da Inglaterra. Tal informação evidência como a economia canavieira tornou-se significativa na região, no relatório de 1881 representado no gráfico 2 constam 116 engenhos e/ou engenhocas na comarca de Igarapé-Miri e somente 36 dessas unidades produtivas na comarca da capital.

Ocorre a predominância no registro de 1881 dos engenhos movidos a água e/ou animais que representavam unidades de pequeno e médio porte que perfaziam a maioria desses empreendimentos. No relatório temos que Vigia possuía 06 engenhos, Cametá 01, Cachoeira 25, Marajó 07, Macapá 01, Breves 05, e Santarém 1, as demais comarcas não desempenhavam essa atividade econômica não possuindo nenhum engenho, Cintra, Gurupá, Monte Alegre e Óbidos, isso de acordo com o mencionado relatório oficial.

Cabe observar que o alto número de engenhos espalhados pelo Vale do Tocantins, significa que na mesma proporção haveria uma demanda maior por mão-de-obra escrava. Ou seja, quanto mais engenhos em funcionamento mais mão-de-obra seria necessária, ocorrem variações na quantidade de engenhos na região durante o século XIX, os fatores podem ser os mais diversos, nas últimas décadas do dito século essa variação aconteceu pelo declínio que passou a economia canavieira em toda a Província.

Desse modo precisamos verificar como encontrava-se distribuída a população escrava no Vale do Tocantins, quais municípios ou comarcas concentravam mais trabalhadores escravizados, e como esta mão de obra se vincula as atividades econômicas mencionadas nesta sessão, por isso recorreremos aos relatórios de governo para verificar aspectos importantes da demografia escrava na região.

No próximo capítulo além da questão demográfica mencionada, pretende-se explorar aspectos importantes do comércio de escravos no Vale do Tocantins como a naturalidade dos cativos revelada nas escrituras, a distribuição dos senhores pelas diversas localidades da região, apontando lugares onde possivelmente a concentração de trabalhadores escravizados era maior, assim como as conexões que essas localidades estabeleciam entre si e com outras regiões da Província e Império brasileiro no âmbito do comércio de escravizados.

## CAPITULO II

### **Escravos em movimento: Demografia escrava e comércio interno nos registros de compra e venda.**

Sobre a estrutura de posse e demografia escrava no Vale do Tocantins do século XIX os trabalhos de Daniel Barroso já fizeram um denso levantamento a respeito do assunto a partir de inventários principalmente, e outras fontes. A proposta nesta sessão é revisitar os dados contidos especialmente nos relatórios oficiais de governo que são amplamente reproduzidos pela bibliografia sobre a escravidão negra no Grão Pará e que revelam a importância do Vale do Tocantins como principal área de concentração de escravos na Amazônia paraense.

#### **2.1 Números da escravidão no Vale do Tocantins em relatórios de governo.**

Os relatórios dos presidentes da Província do Pará nada mais eram que documentos construídos por agentes no âmbito da administração pública e constituíam-se em levantamentos que discorriam sobre educação, saúde, obras públicas, economia, colonização, agricultura, dados estatísticos, populacionais e inúmeros outros campos de interesse da administração. Esses conteúdos eram apresentados anualmente às assembleias provinciais de forma ordinária ou extraordinária quando havia mudança na presidência da Província.<sup>124</sup> Dentro desse contexto essa documentação embora riquíssima guardava interesses, falas tendenciosas e visões sobre determinados temas passíveis de crítica.

Nesse sentido, cabe lembrar as ressalvas de Vicente Salles sobre as falhas e contradições dos mapas estatísticos contidos nos relatórios de província. Segundo o autor havia o propósito deliberado dos proprietários de escravos em falsear a quantidade dos cativos que possuíam, quando não ocultar pelo menos a metade, o que tornava a elaboração dos levantamentos estatísticos deficiente. Essa era uma estratégia generalizada de ocultamento do real número de escravos que tinha como objetivo a sonegação de impostos devidos.<sup>125</sup>

Tomando como exemplo as colocações de Bernardo de Souza Franco indicadas por Salles, em 1839 o então presidente da Província discutia as imprecisões dos dados estatísticos relativos à população paraense, inclusive escrava. Sobre esta última indicava a sub-

<sup>124</sup> GRIS, A. P.; CAMARGO, C. L.; SANTOS, M. F. **O olhar do presidente da província sobre a mortalidade na infância em Salvador, de 1857 a 1870.** Vol. 1, No. 1. 2010. Disponível em: <[http://www.here.abennacional.org.br/here/n1vol1ano1\\_artigo6.pdf](http://www.here.abennacional.org.br/here/n1vol1ano1_artigo6.pdf)>.

<sup>125</sup> SALLES, Vicente. **O negro no Pará. Sob regime de escravidão.** Rio de Janeiro/Belém: FGV/UFPA, 1971, p. 71

representação do número de cativos nos levantamentos estatísticos, tomando o exemplo da cidade de Belém que no mapa daquele ano possuía 2.129 escravos de todos os sexos e idades, em função do costume já mencionado de ocultar cerca da metade dos escravos pelos senhores, Souza Franco estimava que o número que se aproximava do contingente de cativos em Belém seria em torno de 4.000. Sendo essa uma dificuldade latente na capital da Província, algo semelhante ou mesmo mais acentuado certamente poderia acontecer com os dados estatísticos levantados pelas juntas do interior.<sup>126</sup>

Em 1849 os dados coligidos por Salles indicam a população escrava na Província do Pará distribuída em 06 comarcas existentes naquele momento, Capital, Cametá, Macapá, Bragança, Santarém e Rio Negro ou Alto Amazonas. Nesse ano os cativos na província somavam 34.216 pessoas.

**Tabela 1: População Escrava no Grão-Pará em 1849.**

<b>COMARCAS</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>LIVRES</b>	<b>Escravos%</b>
<b>Capital</b>	9.637	9.552	19.189	56.514	25,3%
<b>Cametá</b>	2.536	2.189	4.734	27.802	14,5%
<b>Santarém</b>	2.018	1.865	3.883	24.594	13,6%
<b>Macapá</b>	1.516	1.418	2.934	11.846	19,8%
<b>Bragança</b>	1.416	1.350	2.766	9.072	23,3%
<b>Alto Amazonas</b>	348	362	710	21.982	3,1%
<b>Total</b>	17.471	16.736	34.216	151.810	18,3%

Fonte: SALLES, 1971, p. 72, RPPP, 1849, p.104.

Na tabela acima percebemos que das duas comarcas que são nosso objeto de pesquisa e que compõe o Vale do Tocantins, somente a comarca de Cametá tem sua população cativa discriminada separadamente, nesse período as freguesias e municípios que viriam a compor a comarca de Igarapé-Miri ainda estavam ligados à comarca de Belém<sup>127</sup>.

Em todo caso mesmo com as regiões de Igarapé-Miri, Abaeté e Moju sendo anotadas para a comarca da Capital, nota-se que a comarca de Cametá possuía o segundo maior plantel de escravos da Província, os trabalhadores escravizados perfaziam 4.734 pessoas, ou seja, algo em torno de 14% da população total de escravos do Grão Pará estava na comarca de Cametá, isso em 1849.

<sup>126</sup>PARÁ. Discurso recitado pelo presidente da província, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Dia 15 de agosto de 1839. Pará na typographia de santos &. Menor rua d' alfama nº 15. 1839, p. 14-15

<sup>127</sup>PARÁ. Falla dirigida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Gram-Pará a Assembléia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849. Pará, Typographia de Santos & Filhos, 1849. p.104

De acordo com o relatório de Jerônimo Francisco Coelho que além da população escrava apresenta um quadro demonstrativo em que consta a população total da comarca de Cametá, informava que em 1849 havia 27.802 livres que somados aos 4.734 escravos perfaziam um total de 32.536 pessoas, desse modo o contingente populacional cativo em relação à população total da comarca cametaense girava em torno de 14,5%. No mesmo relatório presidencial incluía-se um resumo da população escrava na Província em 1848 que aqui reproduzimos, e nele é possível perceber que os dados apresentados para o ano de 1849, em alguns casos consistem na simples repetição dos dados levantados para o ano anterior. O que ao mesmo tempo pode demonstrar alguma deficiência no levantamento dos dados, ou de fato que tenha ficado inalterada a escravaria de certas comarcas.

É preciso ainda tomar outros dados contidos no mesmo relatório, em Cametá, por exemplo, tivemos 1.757 nascimentos e 721 óbitos em 1848, fato que não alterou significativamente para o ano seguinte nem o contingente da população livre, nem o número de escravos. Salvo um leve ganho na população escrava da comarca da Capital as demais localidades tiveram pouquíssima ou nenhuma alteração, não obstante os nascimentos e óbitos registrados para todas as comarcas em 1848.

**Tabela 2: População escrava no Grão Pará em 1848.**

<b>COMARCAS</b>	<b>ESCRAVOS</b>	<b>LIVRES</b>	<b>Escravos%</b>
<b>Capital</b>	19.225	56.514	25,3%
<b>Cametá</b>	4.734	27.802	14,5%
<b>Santarém</b>	3.883	24.594	13,6%
<b>Macapá</b>	2.934	11.843	19,8%
<b>Bragança</b>	2.766	9.072	23,3%
<b>Alto Amazonas</b>	710	21.982	3,1%
<b>Total</b>	34.252	151.810	18,4%

Fonte: RPPP, 1849, p. 105

Embora os dados oficiais sejam amplamente utilizados pelos historiadores que se dedicam ao estudo da temática, assim como toda fonte histórica são passíveis de generalizações e falhas, esses relatórios podem não traduzir com exatidão as cifras condizentes com a população escrava realmente existente nessas localidades, assim sendo, eles nos permitem pelo menos perceber o tamanho da representatividade que trabalhador de origem africana possuía na formação da população tocantina no caso do nosso objeto de estudo.

O balanço apresentado pelo Dr. Fausto Augusto de Aguiar na abertura de sessão ordinária da assembleia provincial de 1851, veio informar sobre a população da província

para o ano de 1850. Já nesse levantamento ocorrem algumas alterações relativamente significativas na demografia escrava constante agora em sete comarcas divididas na Província, o aparecimento de mais uma comarca deve ter contribuído para uma nova dinâmica de distribuição da população escrava nos quadros estatísticos de 1850<sup>128</sup>.

Em termos comparativos a comarca da Capital que em 1848 possuía 19.225 escravos para o ano de 1850 sofreria uma perda de 1.130 cativos. Cametá por exemplo, manteria seu plantel quase inalterado, em 1848 possuía 3.734 escravizados dois anos mais tarde 3.724. Em termos gerais Bragança tem um ganho de 369 cativos em relação a 1848, Santarém ganha 365 escravos, a maior perda seria de Macapá 1.429 escravos a menos em relação a 1848, o que pode estar diretamente relacionado a subdivisão de mais uma comarca.

Vejamos, em 1848 a população total de escravos na Província era de 34.252 pessoas, em 1850 esse contingente populacional sofre pouca alteração perfazendo no referido ano 34.073 escravos uma perda de 179 cativos, o que demonstra uma manutenção do plantel de escravos da Província paraense. Se somarmos os números relativos às perdas significativas da comarca da Capital e de Macapá teríamos 2.559 escravos, cifras aproximadas do número de escravos da nova comarca de Marajó 2.616. O poderia evidenciar os reflexos da reorganização da população escrava nos quadros estatísticos em função da nova subdivisão jurídica.

**Tabela 3: População escrava no Grão Pará em 1850.**

COMARCAS	LIVRES	ESCRAVOS	Escravos%	NASCIMENTOS	ÓBITOS
<b>Capital</b>	58.819	18.095	23,5%	2.697	1.533
<b>Marajó</b>	9.315	2.616	21,9%	430	118
<b>Macapá</b>	11.727	1.505	11,3%	364	242
<b>Cametá</b>	29.407	3.724	11,2%	699	360
<b>Bragança</b>	11.570	3.135	21,3%	476	182
<b>Santarém</b>	25.254	4.248	14,3%	1.036	471
<b>Alto Amazonas</b>	29.048	750	2,5%	1.049	370
<b>Total</b>	175.140	34.073	16,2%		

Fonte: RPPP, 1851, p.98

Somente no ano de 1862 teremos um balanço mais completo a respeito da população escrava do vale do Tocantins, o relatório de governo desse ano viria discriminar a população escravizada por freguesia de 1848 a 1862 sendo possível coligirmos informações referentes as

<sup>128</sup>PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Gram Pará, Ex. Snr. Dr. Fausto Augusto d' Aguiar. Abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da assembleia provincial. 15 de agosto de 1851. Typographia de Santos & Filhos, Rua S. João canto da estrada de S. José – 1851, p. 98

localidades abarcadas pela presente pesquisa, permitindo-nos uma análise comparativa para melhor balizar a representatividade da população escrava efetiva na região tocantina.

No referido relatório é possível obter panorama detalhado sobre a demografia escrava na comarca de Igarapé-Miri e Cametá nos anos 1848, 1849, 1850, 1854 e 1862. Os dados constantes no mapa estatístico traduzem o contingente populacional livre e escravo distribuído nas freguesias integrantes das comarcas, comecemos primeiro pela comarca miriense.

**Tabela 4: Variação da população escrava na comarca de Igarapé-Miri, 1848 -1862.**

Freguesia	1848		1849		1850		1854		1862	
	Livre	Escravo								
<i>Igarapé-Miri</i>	984	829	2.072	1.682	1.110	947	1.690	1.494	1.860	1.494
<i>Abaeté</i>	4.333	1268	4.481	1.321	4.481	1.321	3829	1.384	4.215	1.384
<i>Béja</i>	-	-	-	-	-	-	1.130	148	1.244	148
<i>Cairary</i>	1.457	413	1.467	434	-	-	1.545	375	1.700	375

RPPP, 01 de Setembro de 1862, p. 95

De acordo com o observado na tabela acima verificamos a taxa de concentração escrava em cada freguesia em comparação a população livre, para o ano de 1848, não obstante a diminuição dos plantéis observada temos que 45,7% dos residentes na freguesia de Igarapé-Miri eram indivíduos escravizados, em Abaeté 22,6% e em Cairary 22,1%. Desse modo, se tiramos a média das taxas de concentração referentes aos cinco anos discriminados no relatório teríamos o seguinte resultado referente a concentração escrava de 1848 a 1862. Em Igarapé-Miri a média anual esteve em torno de 46,4% , em Abaeté 25,2% e Cairary 21,8% não constando os dados referentes ao ano de 1850 para esta última localidade.

Nesse sentido, das freguesias que faziam parte da comarca miriense aquela que possuía a maior concentração de trabalhadores escravizados em relação a população livre era justamente a sede *Sant'Ana do Igarapé-Miri*, uma localidade pontilhada de importantes empreendimentos agrícolas com destaque para os engenhos, contudo essa taxa de concentração tenderá a diminuir em função do rápido crescimento da população livre observada nos anos seguintes e registrada nos relatórios oficiais.

A freguesia S. Miguel Béja também aparece nesse registro, uma localidade de antiga presença europeia de onde se iniciou a ocupação do território abaeteense, a freguesia de Abaeté foi criada no ano de 1758, tendo como seu primeiro vigário o Padre Felipe de Souza, até o ano de 1869 o arraial da mesma era composto por uma rua principal, duas travessas e um

largo. Em 23 de Março de 1880 elevada à categoria de vila, Abaeté possuía apenas as ruas Coronel Caripuna e Siqueira Mendes as travessas Tenente Coronel Costa, a Conceição e mais três travessas sem denominação com poucas casas, tinha a Praça 25 de Março e o largo do Espírito Santo<sup>129</sup>.

Em 1880 ambas as freguesias ainda eram termo unido a Igarapé-Miri, conquanto já se cogitasse as reais possibilidades de Abaeté se tornar a sede da comarca, entre outros motivos o principal era pelas frequentes e rápidas comunicações com a Capital sendo seu porto visitado regulamente por mais de 10 vapores que ali fazem escalas.<sup>130</sup>

Se somarmos os quantitativos populacionais das duas freguesias a partir de 1854 quando Béja entra no registro teremos no referido ano, 4.959 livres e 1.532 escravos, sendo a população escrava 31% do total, em 1862 os homens livres seriam 5.459 e os escravos 1.532 número igual ao de 1854, sendo a porcentagem desta vez, 22% de cativos.

No ano de 1862 a comarca de Igarapé-Miri tinha uma população escrava de 3.401 escravos, já em 1872 registram-se na província do Pará 23.090 escravos, desse total 4.266 cativos encontravam-se na comarca miriense. De acordo com os dados levantados por Vicente Salles<sup>131</sup>, esses trabalhadores estavam distribuídos da maneira exemplificada no gráfico 1.

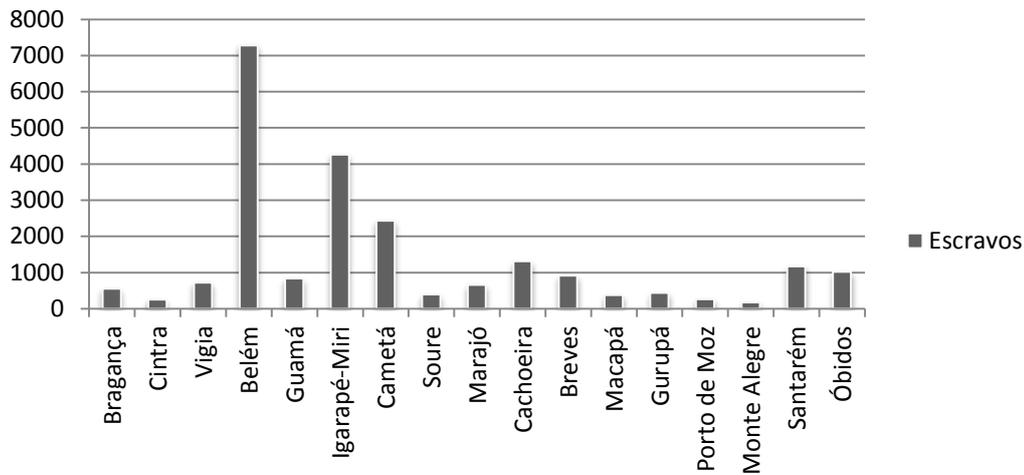
O referido gráfico, informa com bastante clareza a importância da comarca de Igarapé-Miri dentro da província paraense no que se refere a mão de obra escrava, é a segunda maior concentração de trabalhadores escravizados do Grão Pará lugar já ocupado pela comarca de Cametá. No referido ano a comarca da capital registrou 7.277 cativos, em Igarapé-Miri como já dito, 4.266 escravos e em Cametá 2.433, dados que são a base empírica para inferir sobre a existência de um importante comércio de escravos na região dado a numerosa escravaria, que no caso de Igarapé-Miri estava fortemente vinculada aos trabalhos referentes a economia canavieira.

---

<sup>129</sup> O Abaeteense, Abaetetuba, 15 de agosto de 1884, p.1

<sup>130</sup> Idem

<sup>131</sup> SALLES, *op. cit.*, p.102.

**Gráfico 2: Escravos por comarca em 1872.**

Fonte: Baena *apud*. Salles, *op.cit.* 3.312

Desta forma a mão-de-obra, absorvida por esses empreendimentos se ocupariam nas mais diversas atividades desenvolvidas nessas unidades de produção, que além do beneficiamento da cana de açúcar dilatavam-se para outras atividades complementares, tanto no que diz respeito a agricultura como ao extrativismo. No entanto, em algumas unidades esses trabalhadores seriam utilizados principalmente no plantio da cana-de-açúcar, no corte, no transporte, no processo de moagem e nas demais atividades dentro dos engenhos.

Se de um lado a comarca de Igarapé-Miri destacava-se no contexto da economia canavieira, por outro a comarca de Cametá embora tivesse algumas unidades de significativa importância, como já destacamos anteriormente, a base econômica de maior expressão na região cametaense era a extração de cacau. Contudo o relatório provincial de 1862 ao tratar da indústria na Província, registra o seguinte sobre Cametá; “*também existem neste município alguns engenhos de cana movidos por agoa e por animais, nos quais se empregam braços escravos*”<sup>132</sup>

Os engenhos a que o relatório se refere somam um total de 06, desses 04 eram movidos a água e 02 a animais, assim sendo, podemos sugerir que não eram em sua maioria unidades de grande porte, dado a inexistência na citação de engenhos a vapor empreendimentos com maior volume de produção, bem como a presença de engenhos ou engenhocas movidas a animais. Entretanto mesmo sendo essas unidades de médio e pequeno porte, salvo alguma exceção, temos a destacada presença do trabalhador escravizado. O

<sup>132</sup>PARÁ. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Exmo Sr. presidente da província, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.º de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p.55

mesmo relatório continua; “em quasi todos os sitios deste município se fabrica farinha de mandioca para gasto e para ser vendida ao publico, sendo estes sitios cultivadas por braços livres alguns d’elles por escravos, mas ignora-se o numero destes”.

Desse modo precisamos destacar em primeiro lugar a produção de farinha voltada para o consumo interno desenvolvida de maneira indiscriminada pelos moradores da localidade, e em segundo a utilização de mão de obra escrava, que provavelmente não era usada apenas pelos grandes proprietários de terras ou engenhos, mas também pequenos e médios lavradores para cultivar seus roçados e demais plantações recorriam ao trabalhador escravizado de origem Africana.

Nesse sentido, ao pensarmos no quadro da população escrava na comarca de Cameté precisamos levar em consideração esses fatores que lhe são próprios, uma região que embora tivesse uma produção importante de origem agrícola, seus principais produtos de exportação eram de procedência extrativista, por exemplo, no município de Baião havia certo cultivo de cacau manso, mandioca e um pouco de café, mas destacava-se a localidade na exportação de castanhas, borracha e o cacau que tanto era de cultivo como de origem silvestre.<sup>133</sup>

Mocajuba que em 1875 possuía 6.921 pessoas em todo município, a exemplo de Baião recebia críticas dos agentes públicos em relação ao suposto atraso da agricultura nessas duas localidades embora se reconhecesse a significativa produção de castanhas e borracha no caso de Mocajuba. Dito isso passemos a analisar os números contidos nos relatórios sobre a população escrava da comarca de Cameté.

**Tabela 5: Variação da população escrava na comarca de Cameté, 1848 -1862.**

Freguesia	Livres	Escrevos								
	1848		1849		1850		1854		1862	
<b>Cameté</b>	13.841	3.638	13.924	3.231	-	-	17.347	5.617	14.162	4.770
<b>Baião</b>	2.288	120	2.300	192	3.369	261	2.579	115	2.839	115
<b>Mocajuba</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	2.468	400
<b>Carmo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	2.472	477

RPPP, 01 de Setembro de 1862, p. 95

Na primeira tabela desta sessão em que consta a quantidade de escravos na comarca de

<sup>133</sup> PARÁ. Relatório com que o excelentíssimo senhor doutor Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 19.a legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1875. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1875, p. 80

Cametá em 1848 o levantamento realizado pelos agentes públicos indicava que no referido ano havia 4.734 escravos na referida comarca, na tabela acima do ano de 1862 o percentual é relativamente menor visto que não foi registrado a população escrava de Mocajuba e Carmo até 1854. O que nos interessa nos índices apontados pelo relatório de 1862 é justamente a indicação do contingente escravo em cada localidade.

Nesse sentido, conseguimos visualizar que o principal polo escravista da comarca era exatamente o município de Cametá, o que se justifica pela já mencionada envergadura econômica e importância do município dentro da Província do Grão Pará, se tomarmos o ano de 1862 onde os dados aparecem completos, temos a freguesia do Carmo como segunda de maior população escrava, em seguida Mocajuba e por último Baião. Esse é o ano de maior representatividade da população escrava na comarca em que se somam um total de 5.762 escravos.

No mesmo ano a comarca de Igarapé-Miri somaria 3.401 escravos e a Província no geral mesmo com algumas sub-representações reuniria 30.623 trabalhadores escravizados. Em termos comparativos as duas comarcas consideradas no vale do Tocantins concentrariam quase 30% do total de escravos da Província uma cifra de 9.163 cativos.

Os dados do Censo demográfico de 1872<sup>134</sup> informados por Salles mostrariam uma acentuada queda no número de escravos na comarca de Cametá em relação a 1862, embora o número registrado na documentação original do Censo disponível na biblioteca do IBGE apresente um quantitativo um pouco diferente do levantado por Salles<sup>135</sup> de acordo com os estudos do autor a comarca cametaense teria em 1872 um total de 2.433 escravos, enquanto os mapas do Censo apontam a cifra de 3.022 cativos distribuídos de acordo com a tabela abaixo, quantitativo relativamente maior, contudo ainda sim indica uma significativa queda na população escrava de Cametá em relação a 1862.

**Tabela 6: Distribuição da população escrava na comarca de Cametá em 1872.**

<b>Paroquia de São João Baptista</b>	<b>1.976</b>
<b>Paroquia de N. S. do Carmo de Tocantins</b>	460
<b>Paroquia de N. S. da Conceição de Mocajuba</b>	387
<b>Paroquia de Santo Antonio de Bayão</b>	199
<b>Total</b>	<b>3.022</b>

Fonte: Censo demográfico 1872, p. 82-91

<sup>134</sup> Disponível em : [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v5\\_pa.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pa.pdf)

<sup>135</sup> SALLES, *op. cit.*, p.76.

De 1862 para 1872 temos uma diminuição de 2.740 escravos, o relatório apresentado pelo Dr. Pedro Vicente de Azevedo informava que agricultura de Cameté passava por dificuldades o primeiro motivo apresentado para tal processo “*era concorrência do fabrico da borracha*”, que havia aumentado nos últimos anos e havia se tornado prioridade na atenção dos trabalhadores locais, mas o fato que viria agravar o caso consistia na “*invasão das febres paludais que, além de haverem feito numerosas victimas, têm inutilizado centenaes de braços que serviam a lavoura*”.<sup>136</sup>

Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides informava que em 1876 *nas comarcas de Cameté e Breves continuaram a grassar as febres paludosas de mau character, e comquanto não causassem tanto estrago como nos annos anteriores, tornaram-se todavia bastante sensiveis em seus effeitos.*<sup>137</sup> Embora já se reconhecesse o abrandamento dos efeitos dessas epidemias podemos levantar essa evidencia como fator que deva ter contribuído para diminuição da população cativa na localidade.

Para o ano de 1878 o presidente da Província José Coelho da Gama e Abreu informaria em seu relatório o quadro geral da população escrava em toda província até 31 de dezembro de 1878, nesse mapa estatístico Cameté aparece com 2.744 escravos, Mocajuba 339, Baião 167. A comarca de Igarapé-Miri nesse período tinha 2.034 cativos na sede e em Moju 796, Abaeté não aparece no registro, números que somados de ambas comarcas perfazem 6.080 escravos, o que significa 20,4% de uma população total registrada na Província de 29.781 cativos.<sup>138</sup>

Em momentos diferentes a comarca de Igarapé-Miri e a comarca de Cameté se alternaram como sendo o segundo maior polo escravista da Província. Em 1862, por exemplo, Cameté despontava como grande reduto escravocrata depois da comarca da Capital, posto que seria ocupado por Igarapé-Miri em 1872.

Os relatórios de governo trazem dados sobre a população escrava da Província até pelo menos 1887, esses levantamentos a partir de 1872 com a primeira matrícula e 1885 com a segunda, tinham como objetivo entre outros, a distribuição de cotas do fundo de emancipação que tomaria como base esse levantamento estatístico organizado em conformidade com

<sup>136</sup> PARÁ. Relatório apresentado ao exmo Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exmo Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875. Pará, [Typ. de F.C. Rhossard], 1875, p.82

<sup>137</sup> PARÁ. Relatório apresentado pelo exmo Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da província do Pará, á Assembléa Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20.a legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876, p.17

<sup>138</sup> PARÁ. Relatório Apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho Da Gama E Abreu presidente da Província, Assembleia legislativa provincial na sua 13ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1880.

decreto nº 4835 do 1º de Dezembro de 1871.<sup>139</sup> Em 1885 na esteira da lei que libertava os sexagenários a nova matrícula prevista baseava-se na primeira a partir dos seguintes termos;

§ 1º A inscrição para a nova matrícula far-se-ha á vista das relações que serviram de base á matrícula especial ou averbação effectuada em virtude da Lei de 28 de Setembro de 1871, ou á vista das certidões da mesma matrícula, ou da averbação, ou á vista do titulo do dominio, quando nelle estiver exarada a matrícula do escravo.

§ 2º A' idade declarada na antiga matrícula se adicionará o tempo decorrido até o dia em que fôr apresentada na Repartição competente a relação para a matrícula ordenada por esta Lei.<sup>140</sup>

A segunda matrícula tinha suas atenções voltadas para a identificação dos escravos sexagenários objeto da lei, por outro lado ambas traçaram um panorama sobre o quantitativo de cativos nas últimas décadas do XIX, e revelam o decréscimo no número dos trabalhadores ainda escravizados até 1887. As diversas libertações realizadas tanto pelo fundo de emancipação, como por iniciativa de particulares, organizações filantrópicas, e também pela compra da alforria pelos próprios escravos, e por senhores de escravos que concederão gratuitamente alforrias principalmente na década de 1880, contribuiram de alguma forma para a diminuição da população escrava em algumas regiões.

Em 1878 relatório de província apresentado por José Coelho da Gama e Abreu registrava-se que na comarca de Igarapé-Miri haviam sido efetivadas a manumissão de 36 escravos de forma gratuita<sup>141</sup>. Entre 1879 e 1887 para o Vale do Tocantins contabilizamos nos livros cartoriais 38 cartas de alforria, sendo 09 gratuitas, dessas 03 eram condicionadas a prestação de serviços até o falecimento do proprietário(a). E as demais cartas eram onerosas, das quais 02 foram financiadas pelo fundo de emancipação.

Em 1882 fora registrada a carta de alforria do escravo Antonio, 30 anos casado com uma mulher livre, a proprietária do referido escravo era Maria da Gloria Gonsalves de Castro que exigia 1.200\$000 (um conto e duzentos mil réis) como valor indenizatório para concessão da alforria. Antônio possuía 400\$000 (quatrocentos mil réis) fruto de seus trabalhos

<sup>139</sup> Cf. Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>

<sup>140</sup> Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3270.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm)

<sup>141</sup> PARÁ. Relatório Apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho Da Gama E Abreu presidente da Província, Assembleia legislativa provincial na sua 13ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1880, p. 86.

e economias o restante do valor foi concedido pelo fundo de emancipação distribuído aos municípios para esse fim.<sup>142</sup> No município de Cametá no mesmo ano a cativa Paulina de 25 anos, profissão cozinheira, possuía 318\$000 (trezentos e dezoito mil réis) para comprar sua liberdade, todavia a trabalhadora foi avaliada pelo preço de 1.000\$000 (um conto de réis), da mesma forma que aconteceu com Antônio, o restante do valor foi suprido pelo fundo de emancipação.<sup>143</sup>

Os casos mencionados lançam luz sobre as ações particulares ou públicas que visavam reduzir progressivamente a população considerada escrava na Província, os reflexos dessas ações evidenciavam-se nos dados estatísticos a partir de 1878. Na tabela a seguir reunimos esses levantamentos disponíveis nos relatórios de governo e neles observamos claramente o decréscimo da escravaria no Vale do Tocantins.

**Tabela 7: População escrava no Vale do Tocantins de 1878 a 1887.**

Vale do Tocantins	1878	1884	1885	1886	1887
<b>Cametá</b>	2.744	2.009	1.015	1.756	1.021
<b>Mocajuba</b>	339	296	191	258	191
<b>Baião</b>	151	128	42	101	42
<b>Igarapé-Miri</b>	2.034	1914	1.278	1.788	1.024
<b>Mojú</b>	796	691	284	-	-
<b>Abaeté</b>	-	1661	1.034	1.515	1.034

Fonte: RPPP, 1887, 1888, 1880, 1884, 1885, 1886.<sup>144</sup>

Se compararmos o primeiro e o último dado da série apresentada na tabela perceberemos declínio significativo nos plantéis das localidades. Cametá por exemplo, que em 1878 registrava 2.744 escravos, no ano de 1887 contava com apenas 1.021 cativos uma

<sup>142</sup> Cartório Samuel Almeida, Igarapé-Miri, Livro de Notas Nº2 1880 , p.88

<sup>143</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/Nº 1882, p. 53

<sup>144</sup> PARÁ. Falla com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1º Vice-Presidente da Província do Pará, abriu a 2ª sessão da 25ª legislatura da 392 Assembléia Provincial em 20 de outubro de 1887. Pará, Typ. do Diário de Noticias, 1887.

PARÁ. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1º Vice-Presidente, passou a administração da província, no dia 6 de maio de 1888 ao Exmo. Sr. Dr. Miguel J. de Almeida Pernambuco, nomeado por carta imperial de 24 de março ultimo. Pará, Typ. do Diário de Noticias, 1888.

PARÁ. Relatório Apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho Da Gama E Abreu presidente da Província, Assembleia legislativa provincial na sua 13ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1880.

PARÁ. Falla com que o Exmo Sr. Conselheiro João Silveira de Souza abriu a 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 15 de outubro de 1884. Pará, Typ. De Francisco da Costa Júnior, 1885.

PARÁ. Falla com que o exmo Sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da província do Pará, abriu a 1.ª sessão da 25.ª legislatura da Assembléia Provincial no dia 25 de março de 1886. Belém, Typ. do "Diário de Noticias," 1886.

PARÁ. Relatório apresentado pelo excelentíssimo senhor doutor José Coelho da Gama Abreu, presidente da província a Assembleia legislativa provincial do Pará, na sua 1ª sessão da 22ª legislatura no dia 15 de fevereiro de 1880, Pará, 1880.

queda da ordem de 37,2%. Igarapé-Miri no mesmo recorte tem um declínio de 50,3%, Mocajuba 56, 3%, em Baião 27,8%. Os municípios de Abaeté e Mojú não possuem os quantitativos para todos os anos, entretanto no caso de Abaeté se considerarmos a população escrava registrada para localidade em 1884 e compararmos com os dados de 1887 o decréscimo será de 37,8%. Desse modo, um ano antes da abolição conquanto se tenha observado um decréscimo significativo na população considerada escrava, o Vale do Tocantins preservava antes do 13 de maio de 1888 pouco mais 3.312 escravos, já que não temos os dados de Mojú para 1887.

Todavia em números gerais a diminuição foi realmente importante, devemos lembrar que em 1872 o censo demográfico registrava para o Vale do Tocantins uma população escrava da ordem de 6.699 que se comparado ao quantitativo de 1887, conformaria um decréscimo de aproximadamente 50% um pouco mais talvez. Portanto ao trazer para o debate dados sobre a demografia escrava na região até as vésperas da abolição buscou-se exatamente evidenciar que o recorte geográfico privilegiado por esta pesquisa constituía-se como importante polo concentrador de mão de obra escrava e com toda estrutura que lhe possibilitou articula-se em torno de um comércio interno de escravos pulsante principalmente na segunda metade do XIX.

Ao colocar as questões referentes a economia da região tocantina, o complexo de empreendimentos comerciais, agrícolas e industriais constantes nas localidades procuramos indicar um contexto mais amplo de onde se desenrolava o comércio de escravos e a atuação desses cativos nas mais diversas frentes de trabalho. O próximo passo então será colocar em apreciação os diversos meandros deste comércio no Vale Tocantins, examinando na documentação pertinente elementos que nos façam compreender melhor como se constituía o mercado de escravizados na região, seus agentes seu volume e suas formas de operação.

## **2.2 Comércio interno de escravos nos registros de compra e venda**

Na cidade de Cameté, Província do Pará localidade tradicional de povoação na Amazônia portuguesa, estava situado o escritório do tabelião de notas Sr. Manoel Pedro D' Alcântara Dias, mais precisamente no perímetro referente à rua do Athalaia, ocorre que no dia 21 de setembro de 1881 para ser mais exato, uma quarta-feira, dia de convencional atendimento ao público, compareceram ao escritório de referido tabelião, de um lado Adolfo Lemos de Souza, que era procurador de Jesuíno Gomes dos Santos morador no primeiro distrito da cidade de Cameté, de outro Pedro Ferreira de Farias morador do segundo distrito da mesma.

Ambos chegaram ao local decididos a oficializar a compra e venda de uma propriedade, algo relativamente comum naquele período e até hoje, o que destoava do convencional partindo da mentalidade da sociedade atual, é que a propriedade transacionada em questão era um homem negro escravizado de nome Lazaro, que tinha 34 anos, e foi negociado pelo valor de 700\$000 (setecentos mil réis) moeda corrente no Império brasileiro. O vendedor era Jesuíno dos Santos e o comprador Pedro de Farias, o dito vendedor diante das testemunhas e do tabelião disse que sem constrangimento algum fazia venda plena e irrevogável do homem Lazaro, com todas as suas moléstias patentes e latentes, pelo valor supracitado que de antemão já havia recebido.

E que por meio da escritura que naquele momento estava sendo lavrada transferia os atributos de posse e domínio que tinha sobre Lazaro para a pessoa do comprador Pedro de Farias, que a partir daquele momento oficialmente poderia fazer uso como bem lhe conviesse da propriedade que passava ser sua de data em diante. O escravo estava matriculado na coletoria da cidade de Cameté sob o número 2.980 da matrícula geral e 02 da relação dos escravos que pelo seu senhor foram matriculados em 02 de Junho de 1872 exigência posta em vigor pela Lei do Ventre Livre.

A escrituração da negociação transcorreu normalmente, terminando com o pagamento dos impostos devidos sobre transferência de propriedades, registrada pelo Sr. Manoel Pedro D' Alcântara Dias, tabelião do ato, que em seguida convida as testemunhas para que assinem ao final da página 30 do livro de notas aberto no ano de 1880<sup>145</sup>.

Dessa forma Lazaro passaria a ser escravo de Pedro Ferreira de Farias, mas não por muito tempo, por que no dia 25 de Outubro do mesmo ano 1881, 34 dias após tê-lo comprado, Pedro de Farias visita novamente o escritório de Manoel Dias desta feita na qualidade de vendedor, e como comprador o Tenente Coronel Francisco Martins Lopes de Mendonça, em todo caso, Lazaro outra vez teria sua trajetória alterada pelo comércio de escravos, o valor da transação agora é 600\$000(seiscentos mil réis), ou seja, 100\$000 (cem mil réis) a menos do valor anterior pelo qual o dito Lazaro havia sido comprado.

Como quem segue os rastros de um enredo indiretamente acessível cabe questionar quais as circunstâncias dessa revenda inesperada, por um valor menor que a negociação anterior, até que ponto direta ou indiretamente o trabalhador escravizado poderia ter influenciado na sua trajetória dentro do comércio de escravos na região? Não podemos afirmar com certeza, mas a bibliografia pertinente e as entrelinhas da documentação suscitam

---

<sup>145</sup> Cartório Merise Cunha Cameté, Livro de Notas S/Nº 1880, p.21

indagações referentes a agencia escrava no mercado de cativos.

Fato semelhante acontece anos antes com a mulata Gerundia em 1863, criança escravizada de apenas 06 anos, foi vendida por Antonio Pereira Falcão e comprada por Antonio Nunes Barreto em 15 de Junho do referido ano, a escritura foi registrada dessa feita pelo tabelião Carlos Euzébio de Moraes ainda na cidade de Cametá. Ocorre que apenas 10 dias após a compra que fez de Antonio Falcão, o sr. Antonio Nunes Barreto decide negociar Gerundia com Manoel do Carmo Gonçalves pelo valor de 530\$200 (quinhentos e trinta mil e duzentos réis) lembremos que ele comprou por 500\$000 (quinhentos mil réis) desta feita a negociação resulta em algum lucro para o vendedor algo recorrente na lógica de mercado<sup>146</sup>.

José dos Passos, por exemplo, é vendido por Manoel Victorio Ribeiro Machado a José Paulino Gonçalves pelo valor de 600\$000(seiscentos mil réis) em 25 de Junho de 1872. No dia 1º de Janeiro de 1873 o tabelião José Procópio de Araújo foi convidado a comparecer a fazenda São Domingos, localizada no distrito de Anapú do município de Igarapé-Miri para oficializar a venda do mesmo José dos Passos, desta vez para o dono da referida propriedade o Comendador Domingos Borges Machado Acatauassú pelo valor de 750\$000(Setecentos e cinquenta mil réis) embolsando um lucro de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) em relação a primeira compra<sup>147</sup>.

Dessa maneira, os exemplos mencionados demonstram um vigoroso comércio de escravos na região, por outro lado destacam como a trajetória desses trabalhadores escravizados podia ser constantemente modificadas pelas transferências repentinas ou inesperadas. A revelia muitas vezes da vontade desses indivíduos que abruptamente se viam obrigados a transferir-se de uma propriedade para outra, deixando para traz relações de companheirismo e mesmo familiares construídas no âmbito do cativoiro.

Podemos também a partir das amostras citadas perceber o comércio de escravos como uma estratégia dos proprietários de terras e outros empreendimentos para manutenção dos seus plantéis num momento de eminente desestruturação do regime escravista, o cativo José dos Passos, por exemplo, era natural de Belém seu primeiro senhor Manoel Victorio Ribeiro Machado residia residente na capital da Província, seus dois últimos compradores eram residentes no município de Igarapé-Miri distrito de Anapú, o que indica o deslocamento de José dos Passos de um possível contexto de trabalho urbano para uma fazenda estabelecida as margens do rio Anapú ou seja, um contexto rural. As demandas por mão de obra nas diversas unidades agrícolas do Vale do Tocantins fomentavam esse tipo de transferência.

---

<sup>146</sup> Idem, p.30

<sup>147</sup> Cartório Alda Nery, Livro de Notas Nº5 1872-1877, p. 19

Em suma, tomemos esses casos como amostras das diversas negociações envolvendo escravizados que visitaram os cartórios da região tocantina principalmente a partir da década de 1840, momento que encaminha o fim dos carregamentos de escravos vindos do continente africano. A partir desse período as fontes cartoriais, e a literatura apontam para a consolidação de um vigoroso processo de circulação interna de trabalhadores escravizados entre as propriedades das diversas regiões dentro do Império brasileiro, e o Vale do Tocantins se enquadra nesse contexto.

Para Bezerra Neto e Laurindo<sup>148</sup> o comércio interno de escravos na Amazônia assim como em todo Brasil remonta o período colonial, nesse contexto o mercado de cativos consistia em uma extensão e desdobramento do próprio tráfico transatlântico, a partir da segunda metade século XVIII a Amazônia receberia de diversos portos brasileiros centenas de escravos, como sugerem os estudos de Anaíza Vergolino<sup>149</sup>, citada pelos autores. De 1778 a 1791 suas pesquisas indicam que 3.099 cativos vieram despachados ou reexportados de outras capitanias e desembarcados no porto de Belém principal praça de recepção e distribuição de trabalhadores escravizados em território amazônico.

Durante o século XIX os jornais da época registravam nos anúncios e na *sessão de passageiros* os itinerários percorridos por escravizados que adentravam na Amazônia provenientes de várias províncias, sendo assim distribuídos ou reclamados por diversos proprietários. Esta era uma rede complexa que operava em diversos níveis, além do tráfico que ocorria entre províncias, havia a esfera intermunicipal envolvendo cativos de diferentes municípios, tínhamos ainda o âmbito intramunicipal que abarcava os cativos de determinado município, podendo ocorrer “entre regiões de uma mesma Província havendo, por exemplo, a venda de escravos dos municípios com economia em declínio ou menos dinâmicas para aqueles com economias mais vibrantes ou em expansão”.<sup>150</sup>

Esses diversos níveis de atuação do comércio de escravos não se excluíam pelo contrário materializavam-se concomitantemente, nesse sentido, ao mesmo tempo em que escravos podiam estar sendo transferidos entre regiões ou municípios de uma mesma Província, podiam também está sendo comercializados entre províncias diferentes que podiam ser da mesma região do Império ou de regiões diferentes. Desse modo, os diversos anúncios em jornais periódicos levantados por Bezerra Neto e Laurindo revelam os múltiplos

<sup>148</sup> BEZERRA NETO, Maia, LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX)**. História (São Paulo) v.37, 2018, p.1-6

<sup>149</sup> VERGOLINO E SILVA, Anaíza. **O negro no Pará: a notícia histórica**. In: ROCQUE, Carlos (Org.). *Antologia da cultura amazônica*. v. VI. Belém: Amazônia Edições Culturais, 1971.p. 27-28

<sup>150</sup> Op, Cit, Bezerra Neto, Laurindo Junior, 2018, p.7

itinerários percorridos pelos escravos nas malhas do comércio interno na Amazônia, os registros de compra e venda iluminam questões semelhantes e traduzem com bastante clareza as múltiplas esferas de atuação desse comércio na Amazônia, que a partir de um recorte específico do seu território o Vale do Tocantins passaremos a analisar.

Em 17 de março de 1876 ocorre a escrituração da compra e venda de dois escravos, o primeiro se chamava Joaquim de cor preta na ocasião tinha 57 anos, idade já avançada para os padrões do que se buscava na compra de um escravo. O segundo era o Carafuz Estevão de 21 anos, ambos foram adquiridos por Francisco Alves Teixeira pelo valor de 800\$000 (oitocentos mil réis). Pela diferença de idade, sabe-se ainda que a documentação não revele, que Estevão certamente é o escravo mais valioso na transação, ambos são matriculados por Manoel Sebastião Lobato falecido proprietário dos escravos que agora estão sendo vendidos por Dona Ignacia de Jesus Bahia a viúva de Manoel.

Além da diferença de idade outras características podem ser destacadas, Estevão era descrito como brasileiro, enquanto que sobre o preto Joaquim dizia-se que era natural da África. A filiação de Estevão vinculava-se a uma mulher também escravizada de nome Balbina, por outro lado Joaquim tem sua filiação descrita como desconhecida. Conquanto ambos sejam lavradores, é preciso destacar que a origem dos cativos tem muito a nos dizer, um sendo natural da África e outro nascido no Brasil.<sup>151</sup>

Ainda pouco falávamos sobre as múltiplas faces do comércio de escravos no Império brasileiro, especificamente no contexto da suspensão do tráfico transatlântico, embora o preto Joaquim nesta última transferência esteja vivenciando a esfera intermunicipal do comércio de escravos, visto que a vendedora residia no distrito de Abaeté e o comprador vinculava-se mais ao município de Igarapé-Miri, ainda que tivesse propriedades na localidade onde residiam os escravos. Joaquim ainda vivenciou a realidade dos tumbeiros<sup>152</sup> o tráfico pelo atlântico, o desligamento com o lugar de seu nascimento, o rompimento dos vínculos familiares e outros possíveis, ainda que os registros descritos nas linhas desenhadas pelo tabelião José Manoel de Oliveira Junior digam “filiação desconhecida” podemos conjecturar que houvesse alguma lembrança ainda que vaga de suas experiências em África.

O último carregamento de escravos vindo diretamente da África para Amazônia que se tem conhecimento data de 1841, em 1876 quando Joaquim é vendido ele tinha 57 anos, de acordo com a base de dados *Slave Voyages* o derradeiro carregamento desembarcado no Pará

<sup>151</sup> Cartório Alda Nery, livro de notas S/N registro de compra e venda de escravos, Igarapé-Miri 1868-1878, p.55

<sup>152</sup> Cf. Conrad, Robert Edgar. *Tumbeiros — O tráfico escravista para a Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

pelo navio Amália em 1841 entregou 120 escravos dos 135 que embarcaram no porto de Cabo Verde na costa africana. Antes desse carregamento os dois antecedentes foram os seguintes, um em 1835 que embarcou 557 cativos e aportou no Pará com 507, teve Luanda como principal porto de abastecimento, e outro em 1830 igualmente vindo de Luanda desembarcando 281 escravos.<sup>153</sup>

O que isso tem a ver com Joaquim, é possível que ele tenha vindo em um desses carregamentos diretos da África para o Pará, ou tenha sido fruto do tráfico interno sendo reexportado de outro porto brasileiro como indicam os casos mencionados por Bezerra Neto e Laurindo já citados, se considerarmos o Maranhão no período entre 1831 e 1846 data de seu último carregamento de trabalhadores africanos teremos 15 carregamentos, distribuídos da seguinte forma; 1831 (1), 1838 (1), 1839 (1), 1840 (4), 1841(5), 1842 (2) e 1846 (1).

Dessa forma hipoteticamente falando tendo Joaquim 57 anos em 1876, em 1830 teria apenas 11 anos se tomarmos o último carregamento registrado para o Maranhão em 1846, Joaquim teria 27 anos, dessa forma delimitamos a provável vinda do referido escravo da África para Amazônia dos 11 aos 27 anos, é apenas uma conjectura.

Em suma, os registros oficiais ao declararem a filiação de Joaquim desconhecida, não revelam as lembranças ainda que vagas de seus laços anteriores, por outro lado vale destacar nesse balanço, o fato de que Joaquim tenha visitado as diversas malhas do comércio de escravos. Primeiro a esfera atlântica, caso tenha desembarcado em outro porto do Império e veio reexportado para o Pará vivenciando a esfera interprovincial, se desembarcou diretamente no porto de Belém e dali sendo redirecionado para alguma localidade da Província passou pelo âmbito intraprovincial. Encontramos Joaquim no registro inicialmente citado, sendo alvo de uma transação entre dois municípios vizinhos, ou seja, nas malhas do comércio intermunicipal.

Em 18 de junho de 1862 na região de Cameté, Luiz Antônio Ferreira Guerreiro faz a venda de Affonso homem escravizado também natural da África, na ocasião o cativo tinha 50 anos e foi negociado pelo preço de 600\$000(seiscentos mil réis)<sup>154</sup> caso semelhante ao de Joaquim, embora Affonso tenha sido mais bem avaliado no mercado de escravos.

Outro episódio é do preto Agostinho, nascido no continente africano. Quando foi negociado em 1868 trazia consigo as marcas da vida difícil de um escravizado, Claudio Rodrigues de Pinto ao comprar Agostinho assinou uma escritura em que declarava ser o

<sup>153</sup> Base de dados Slave Voyages. Disponível em <https://slavevoyages.org/voyage/database#results>

<sup>154</sup> Cartório Coen, Cameté, Livro de compra, troca e doação de escravos S/N, 1861, p. 14

escravo cego ou quase cego<sup>155</sup> e *achacoso*, termo que traz a ideia “*adoecer de achaque*”, de acordo com o dicionário da língua brasileira organizado por Luiz Maria da Silva Pinto<sup>156</sup>. Termo que pode estar relacionado a dificuldade de visão ou cegueira de Agostinho bem como a outras mazelas trazidas em seu corpo. Em todo caso, Joaquim, Affonso e Agostinho representam os poucos escravos que aparecem nos registros de compra e venda tendo como naturalidade o continente africano, e que possivelmente vivenciaram as múltiplas esferas do mercado de homens escravizados.

Da amostra de 391 escrituras catalogadas nos cartórios e arquivos do Vale do Tocantins no período de 1842 a 1887, envolvendo um total de 432 cativos, apenas 84 revelam a naturalidade do escravo. Através dos dados da matrícula tomamos conhecimento da localidade onde o escravo foi registrado, embora essa não seja uma informação contida em todas as escrituras. Cabe salientar que na quase totalidade dos registros, encontramos a localidade onde comprador e vendedor residiam o que nos permite iluminar a transferência imediata da transação, não podendo rastrear o itinerário mais completo percorrido pelo escravo desde sua origem.

Os estudos de Robert Slenes<sup>157</sup> que utilizaram-se principalmente das escrituras de compra e venda dos escravos referentes à Campinas, conseguiram oferecer uma compreensão mais detalhada sobre a complexa rede comercial que conectava, por exemplo, um vendedor inicial em determinada Província seja ela do norte ou nordeste ao proprietário de alguma fazenda de café no sudeste. Sidney Chalhoub ao comentar a referida pesquisa de Slenes reiterava o quão complexo era perceber os caminhos por onde os cativos eram conduzidos até chegarem aos compradores finais, tratava-se da utilização de subterfúgios como a não celebração inicial da escritura de compra e venda do escravo, valendo-se de procurações que repetidas vezes passavam o domínio do homem ou mulher escravizada para o próximo atravessador.<sup>158</sup>

Outro ponto que merece destaque em relação a pouca presença de escravos nascidos no continente africano entre os cativos que circulavam no comércio de escravos do Vale do Tocantins, é à idade elevada que esses cativos apresentavam principalmente a partir da década de 1870, período de maior efervescência do comércio interno na região. Joaquim como vimos

<sup>155</sup> Cartório Alda Nery- Igarapé-Miri, Livro de Notas S/N, 1868-1878, p.5

<sup>156</sup> SILVA PINTO, Luiz Maria da. **Dicionário de Língua Brasileira**. Ouro Preto na Typographia de Silva, 1832, p. 3

<sup>157</sup> Cf. SLENES, Robert W. **The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market**. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370.

<sup>158</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 48-53

tinha 57 anos, Affonso 50, Agostinho não tem a idade descrita, contudo é possível supor pelas características apresentadas que já tivesse uma boa idade em 1868 quando o encontramos com nos registros.

Entretanto cabe ressaltar que essa era a lógica do mercado de escravos, ou seja, os cativos procurados pelos proprietários que buscavam essa mão de obra deviam estar em idade produtiva, produtividade que jazia atrelada ao vigor físico ou a algum conhecimento técnico privilegiado que fizesse o cativo parecer interessante para ao comércio ainda que acima da média de idade comumente esperada pelos proprietários, que desejavam por exemplo, aplicar seus braços cativos na lavoura.

Os dados relacionados levantados nas fontes cartoriais no que tange a trabalhadores naturais da África, refletem apenas relativamente presença desses indivíduos no Vale do Tocantins. Nos estudos de Kelly Nomarnd, Nazaré Ângelo Menezes , e Rafael Chambouleron já mencionados, a presença africana na região remonta aos primórdios da colonização na Amazônia, contudo devemos concordar que sendo o tráfico atlântico rarefeito e pouco volumoso para Amazônia desde o final da década de 1830, é admissível pensar na diminuição progressiva dos escravos africanos e o crescimento dos cativos nascidos no Brasil também chamados de criolos.

Helder Bruno Palheta Ângelo em sua dissertação sobre a trajetória da família Correa de Miranda grupo tradicional de proprietários de terras e escravos no Vale do Tocantins, desenvolveu uma pesquisa que se valeu principalmente de inventários e testamentos para reconstituir as relações de poder, familiares e econômicas do grupo familiar citado. O autor procurou perceber a composição do patrimônio dos membros da família Correa de Miranda, um exemplo nos chamou atenção tratava-se da descrição da escravaria Anna Maria Ferreira de Gusmão elencada no seu inventario datado de 1830, um total de 45 escravos sendo 26 homens e 19 mulheres.

No mesmo plantel, constatou-se ainda a formação de 11 famílias escravas. Rufina, por exemplo, de 65 anos, casada com João, de 60 anos, teve duas filhas: Maria Raimunda, de 40 anos; e Thomázia, de 22 anos. A primeira, por sua vez, teve dois filhos: Manoel, de 7 anos e a cafuza Maria Salomé, de 22 anos, que, por sua vez, foi mãe de 3 filhos: Paula (5); Gertrudes (4) e Luis (4 meses). Já Tomázia teve Luiza, de 6 anos. Outro casal pertencente ao plantel, Gregória e Saturnino, teve 4 filhos, enquanto que a preta Ifigênia gerou três filhos. Outro casal formando por cativos africanos de nações diferentes, Miguel Correia (Banguela) e Antônia Infante ( muxicongo), tiveram três

filhos: Gonze, de 25 anos; Bruno, de 20 anos e Inácio, de 18 anos<sup>159</sup>.

Sem pretender adentrar em uma discussão mais aprofundada sobre família escrava, o que depreendemos da citação acima é conivente com o argumento que estávamos construindo anteriormente, ou seja, a presença de escravos africanos na região tocantina tendeu a encolher a partir do final da década de 1830 exatamente pela falta de reposição de novas peças para a Amazônia via atlântico, bem como pela reprodução endógena como uma estratégia dos proprietários para manter ou aumentar sua escravaria. Fato que somente tomará outras dimensões a partir de 1872, contudo ainda é possível perceber a presença africana na descrição, representada pelo casal Miguel Correia da nação Banguela e Antônia Infante de Muxicongo.

Nos inventários do início do século XIX a presença de africanos é encontrada num volume mais expressivo. A título de exemplo, José Lopes da Fonseca que possuía uma fazenda na região de Igarapé-Miri com mais de 10.000 pés de cacau, escravos e terras, além de outras propriedades espalhadas pela Província, em 1810 data do inventario possuía 46 escravos desses 12 eram africanos.<sup>160</sup> João Soares da Costa proprietário de terras e canaviais no rio Mojú, possuía no mesmo período 25 escravos dos quais 04 eram africanos<sup>161</sup>.

De igual modo, D. Joana Tereza de Roiz proprietária de um engenho denominado "Menino de Deus" no rio Mojú, com 200 braças de terras e casa de vivenda, avaliado por 1.250\$000 (um conto e duzentos e cinquenta mil réis), possuía também plantação de café, cana-de-açúcar, cacau e seringa. O inventario de 1816 registrava a presença de um plantel composto por 45 escravos, deles 10 africanos.<sup>162</sup>

Desse modo, a presença africana no Vale do Tocantins teria sido mais efetiva na primeira metade do século XIX, e progressivamente foi diminuído na segunda parte do referido século. Infelizmente somente 84 das 391 escrituras que dispomos trazem a naturalidade dos escravos, isto é o local de seu nascimento, embora sendo uma amostra reduzida pelo menos indica alguns elementos que encontram respaldo na bibliografia sobre o tema, por outro a referida amostra consegue preliminarmente elaborar uma resposta à

<sup>159</sup> ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O Longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: Um estudo sobre família, poder e economia.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2012, p. 38

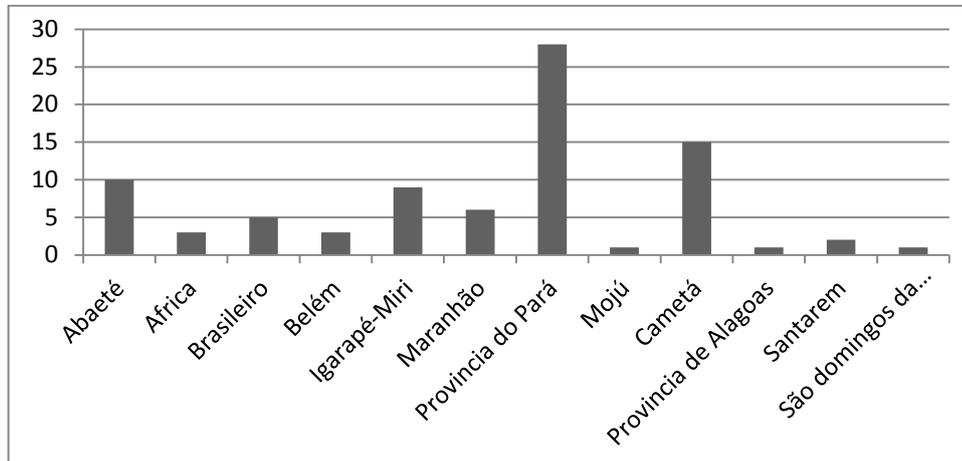
<sup>160</sup> Centro de memória da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, UFPA/CMA. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de José Lopes da Fonseca, 1810.

<sup>161</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de João Soares da Costa, 1810.

<sup>162</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Leão* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Joana Tereza de Roiz, 1816.

indagação recorrente. De onde vinham os escravos circulavam no Vale do Tocantins?

**Gráfico 3: Naturalidade dos escravos no Vale do Tocantins 1842-1887.**



Fonte: Livros de notas registros de compra e venda de escravos, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Cametá.

No gráfico 3 colocamos as localidades de acordo com a descrição constante nas escrituras de compra e venda ao que observamos no que se refere a naturalidade, a maioria das localidades descritas estão circunscritas a província do Pará, ou seja, Belém, Abaeté, Igarapé-Miri, Mojú, Cametá, Santarém e São domingos da Boa Vista, ao somarmos os quantitativos de cada localidade dentro do Grão Pará teremos o seguinte resumo; Província do Pará (69), Brasileiro (5), Província de Alagoas (1), Maranhão(6) África (3) somando as 84 escrituras.

Desse modo, em que pese à amostra reduzida de escrituras com essa informação, os indicativos que temos são os seguintes, primeiro a maior parte dos escravos vinculados ao comércio interno de escravos no Vale do Tocantins guardam suas origens dentro da própria província paraense. Segundo constatamos os reflexos do tráfico interprovincial em especial com a Província do Maranhão, não desconsiderando outras províncias. Usando os dados referentes a matrícula dos escravos podemos exemplificar melhor essa questão.

Em 24 de janeiro de 1882 Jacob Bmsiman da cidade de Cametá realiza a venda da escrava Leandra ao Capitão Raymundo Joaquim Martins residente na mesma cidade, a mulher escravizada tinha 33 anos, possuía o ofício de costureira. A transação realizada destacava que Leandra iria acompanhada de seus filhos “livres pela lei”, João de 06 anos, Anna de 03 anos e outra criança recém nascida que ainda não havia sido batizada, destaca o texto da escritura, Leandra foi matriculada no município de Jerumenha na Província do Piauí em 03 de Julho de

1872, dez anos depois a encontramos na cidade de Cametá.<sup>163</sup> O preto Galdino transacionado em 11 de Julho de 1881, foi matriculado originalmente no município de Alto Mearim Província do Maranhão em 29 de Abril de 1872, Galdino foi negociado por um valor expressivo 1.400\$000(um conto e quatrocentos mil réis) talvez o valor se explique pelo fato do escravo ter 16 anos quando foi vendido ao Capitão José Alves Garcia em 1881, elemento de valoração dentro do comércio de escravos.<sup>164</sup>

Tanto Leandra como Galdino caíram nas malhas do tráfico interprovincial de escravos, e agora vivenciavam os negócios da escravidão a nível intramunicipal, fato que de certa forma revela os esforços dos proprietários escravistas em manter sua força de trabalho a partir de articulações internas e externas. Por outro lado, essas transferências reforçam ainda mais a tese de que o tráfico entre as províncias no Brasil operou em várias direções, embora o fluxo em ralação ao sudeste recebesse a maior fatia do bolo.

No que diz respeito a transferências reveladas pelos dados da matrícula dentro da Província paraense outros municípios aparecem, como Currealinho, Muaná, Breves, Bujaru localidades que estabeleciam em alguma medida conexões e trocas de escravos com a região tocantina, ao nos atermos aos dados contidos nas matrículas, observaremos que os escravos transacionados entre 1872 e 1887 no Vale do Tocantins vinculavam-se majoritariamente aos municípios componentes da região estudada, ou seja, Igarapé-Miri, Mojú, Abaeté, Cametá, Baião e Mocajuba.

A tese de Rafael Sherfer que analisa o tráfico de escravos em Campinas, orientada por Robert Slenes buscou seguir o paradigma elaborado por Slenes a respeito dos mercados regionais de cativos e como o preço dos escravos variava “em diferentes pontos do território nacional conforme os principais produtos de cada região (café, algodão e açúcar, e o charque)”.<sup>165</sup> O que se depreende dessa formulação revela que os mercados regionais em certo sentido operavam em grande medida a partir de condicionantes internos, dessa forma a perda ou ganho de escravos para certas regiões estava atrelada aos efeitos provocados por certos modelos econômicos baseados em determinados produtos que no decorrer do tempo poderiam a enfrentar processos de valorização ou desvalorização.

A percepção que temos a partir do paradigma de Robert Slenes é que o processo de manutenção dos escravos de uma região em função do tráfico interprovincial estaria mais

<sup>163</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/Nº, 1880 p. 35

<sup>164</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/Nº, 1880 p. 16

<sup>165</sup> SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de Escravos do Sul para O Sudeste, 1850-1888: Economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa.** Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012, p. 30

conectada a fatores estruturais do ponto de vista econômico e social da determinada região do que propriamente a uma força irresistível em função da expansão da economia cafeeira a partir da década de 1850.

Um caso que exemplifica bem essa questão é exatamente o da Província do Pará, quando observamos nos relatórios oficiais e nos estudos mais recentes sobre o assunto verificamos que tanto o tráfico atlântico quanto o tráfico interprovincial em direção ao sudeste parece não ter afetado os índices demográficos relacionados a população escrava no Grão Pará. Os dados constantes nos estudos de Daniel Barroso, Laurindo<sup>166</sup> e Bezerra Neto<sup>167</sup> ratificam que no período de maior efervescência do tráfico interprovincial a região amazônica manteve seu contingente escravo, não sofrendo perdas em larga escala para outras regiões, “ao contrário, nela se formou um importante mercado regional de escravos em torno de sua principal praça comercial, Belém, a capital da província do Grão-Pará”.<sup>168</sup>

Cabe ressaltar as indicações de Robert Conrad<sup>169</sup> comentadas por Bezerra Neto e Laurindo quanto ao ganho líquido que a Província paraense e a amazonense tiveram no âmbito do tráfico interno ambas foram largamente beneficiadas pela prosperidade dos negócios da borracha.

As estimativas do tráfico interprovincial nas províncias do norte e do nordeste entre 1873 e 1885 levantadas por Robert Slenes<sup>170</sup> e reproduzidas por Barroso traduzem os ganhos referentes a Província paraense em relação a outras províncias, ou seja, muito mais do que manter, a Província do Pará como citamos anteriormente se torna um relativo polo de atração de escravos. Para além do fluxo de entrada e saída de escravos, que se comparadas a outras regiões teria sido pequena, devemos nos ater exatamente a manutenção dos escravos que já estavam na Província, ou seja, muito em função da ascensão da economia gomífera e de outros fatores internos, a classe proprietária do Grão Pará teria conseguido manter em relativa estabilidade o número de trabalhadores escravos em seu território.

---

<sup>166</sup> Cf. BARROSO, Daniel S.; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **À margem da segunda escravidão?** A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. Revista Tempo, v. 23, n. 3, p. 568-588, set./dez. 2017. BARROSO, Daniel S. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escravo Grão-Pará (1810-1888)**. 2017. 344 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>167</sup> Cf. BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX)**. 2. ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2012.

<sup>168</sup> Cf. BEZERRA NETO, Maia, LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX)**. História (São Paulo) v.37, 2018.

<sup>169</sup> CONRAD, Robert. **Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 204

<sup>170</sup> Cf. SLENES, Robert W. **The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888**. PhD. Dissertation (History) – Department of History, Stanford University, 1976, p. 610.

Nesse ponto podemos retomar os dados que apresentamos sobre o comércio interno no Vale do Tocantins em que os indicativos revelaram que a maior parcela dos escravos que circulavam na região tocantina provinha da própria Província do Pará. Ao mesmo tempo observamos a presença do tráfico interprovincial, onde escravos matriculados em outras províncias encontravam-se em solo paraense o que é conivente com os ganhos sofridos pelo Grão-Pará no âmbito do tráfico interprovincial.

Podemos ainda retomar o estudo de Bezerra Neto e Laurindo para exemplificar a relação entre a Província do Maranhão, que nas escrituras de compra e venda do Vale do Tocantins foi a que mais apareceu. Os autores em diversos exemplos citados e dados coligidos das listas de passageiros dos navios em que esses escravos circulavam, iluminam as constantes idas e vindas de escravos do Maranhão em direção ao Pará e deste em direção ao Maranhão, ainda que tenha ocorrido um *déficit* em relação à importação de escravos do Maranhão de acordo com os dados parciais levantados pela pesquisa. O interessante é perceber que de fato estas duas Províncias do norte do Império estabeleciam estreitas relações no âmbito do comércio de escravizados.

Por outro lado no que tange a relação entre o sudeste cafeeiro e a Província do Pará, cabe ressaltar o fato de que o Rio de Janeiro mais forneceu escravos, guardadas as devidas proporções, do que recebeu do Pará, uma assertiva que busca colocar outras perspectivas dentro do comércio interno brasileiro, em que comumente se considera o fluxo somente em direção ao sudeste e não ao contrário, nos dados apresentados pelos autores e o saldo positivo da balança comercial testemunha em favor da região amazônica.<sup>171</sup>

### **2.3 A distribuição dos proprietários de escravos no Vale do Tocantins.**

Na esteira desses fatos podemos pensar outras questões se nos apropriarmos dos dados referentes às localidades anotadas nas escrituras para compradores e vendedores, considerando 391 escrituras envolvendo 432 escravos, possuímos um total de 370 escrituras que registram a residência do comprador e do vendedor, para elaboração das tabelas 10 e 11 desconsideramos a recorrência de indivíduos que compraram ou venderam mais de um escravo.

As aparentes repetições dos locais devem-se ao fato de que buscamos reproduzir a denominação das localidades de acordo com o texto original da fonte. É importante destacar que no Brasil Império os lugares eram divididos em freguesias, vilas, municípios, distritos

---

<sup>171</sup> Op, Cit, BEZERRA Neto, LAURINDO Junior, 2018, p.10-15

dentro de um município, cidades e comarcas que poderiam compreender vários municípios, essas subdivisões demonstram a estrutura administrativa e de controle do estado imperial.

Dos 332 vendedores que tiveram seus nomes revelados nas escrituras de compra e venda somente para 322 encontramos registrado a localidade onde residiam, algo que se repete entre os compradores que dos 324 anotados somente para 310 conseguimos identificar nas fontes o lugar de onde provinham.

De qualquer forma, essa quantidade de compradores e vendedores corroboram sobre uma região em que a posse da mão de obra escrava era extremamente disseminada, outra questão que podemos levantar a partir dos dados nos quadros 03 e 04 é que em determinadas localidades houve uma concentração maior de proprietários de escravos em relação a outras.

Essa taxa de concentração pode informar a respeito de áreas dentro da região que concentrariam mais escravos, embora um importante número de senhores não necessariamente implicaria em um grande plantel, estudos que abordam o Vale do Tocantins tem apontado acentuado quantitativo de escravos nas mãos de poucos indivíduos abastados<sup>172</sup>.

**Quadro 3: Localidade dos que venderam escravos entre 1842 e 1887.**

<i>Município de Abaeté</i>	Abaeté	09
	Distrito de Abaeté	25
	Freguesia de Abaeté	07
	Rio Acaraqui	02
	Rio Itacuruça	03
	Vila de Abaeté	07
<i>Município de Breves</i>	Breves	02
<i>Município de Cametá</i>	Cametá	31
	Cidade de Cametá	50
	Distrito Villa Tocantins	03
	Município de Cametá	01
	Primeiro distrito de Cametá	21
	Segundo distrito de Cametá	11
	Terceiro distrito de Cametá	25
<i>Capital da Província</i>	Belém	16
	Pará	01

<sup>172</sup> Cf. NASCIMENTO, Sônia Viana do. **Igarapé-Miri: A passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos (Grão-Pará: 1843-1888)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

Cf. SALLES, Vicente. **O negro no Pará. Sob regime de escravidão**. Rio de Janeiro/Belém: FGV/UFPA, 1971.

	Rio Guamá	01
<i>Município de Chaves</i>	Município de Chaves	01
<i>Município de Igarapé-Miri</i>	Distrito de Anapú	38
	Igarapé-Miri	07
	Primeiro distrito de Igarapé-Miri	05
	Rio Anapú	06
	Rio Cutinga	01
	Rio Meruú	01
	Rio Pindobal	02
	Segundo distrito Igarapé-Miri	06
	Villa de Igarapé-Miri	26
<i>Município de Mojú</i>	Rio Mojú	10
<i>Município de Muaná</i>	Comarca de cachoeira	01
<i>Município de Vigia</i>	Segundo Distrito da Cidade de Vigia	01
<i>Município de Irituia</i>	Distrito de Irituia	01
<i>Município de São Domingos da Boa Vista.</i>	Distrito San Domingos da Boa Vista	01

Fonte: Livros de notas, registros de compra e venda de escravos, 1842-1888

Para o município de Abaeté, na relação dos vendedores como informado no quadro acima temos a descrição das seguintes localidades; *Abaeté, Distrito de Abaeté, Freguesia de Abaeté, Vila de Abaeté, rio Acaraqui, rio Itacuruça*, é certo que algumas das diferentes denominações estejam relacionadas às mesmas áreas. A descrição de localidade *Distrito de Abaeté* é aquela que tem maior recorrência e aparece com maior frequência nos livros de notas catalogados nos cartórios de Igarapé-Miri, talvez pelo fato de que somente no final no século XIX Abaeté se tornará município independente, sendo antes disso um distrito do município de Igarapé-Miri<sup>173</sup>. Já nos livros de notas catalogados nos cartórios de Abaetetuba as descrições de localidade são mais detalhadas como, *Abaeté, Freguesia de Abaeté, Vila de Abaeté*, ou a denominação de um rio específico. De toda forma entre 1842 a 1887 registramos para a região de Abaeté 53 indivíduos vendendo seus escravos.

Na relação em que constam os nomes dos compradores temos as seguintes descrições de localidades; *Abaeté, Distrito de Abaeté, Freguesia de Abaeté, Rio Manacapuru, Rio Parurú, Rio Piquiarana e Villa de Abaeté*. Entre os compradores vinculados a Abaeté verifica-se um total de 71 indivíduos, número significativamente maior que dos vendedores 53, ou seja, no período de 46 anos abarcados pela presente pesquisa para região mencionada

<sup>173</sup> O Abaeteense, Abaetetuba, 15 de agosto de 1884.

podemos perceber um quantitativo maior de indivíduos adquirindo novos escravos, em detrimento aqueles que por algum motivo buscavam se desfazer dessa mão de obra<sup>174</sup>.

**Quadro 4: Localidade dos que compraram escravos entre 1842 e 1888.**

<i>Município Abaeté</i>	Abaeté	08
	Distrito de Abaeté	48
	Freguesia de Abaeté	10
	Rio Manacapuru	01
	Rio Parurú	01
	Rio Piquiarana	01
	Villa de Abaeté	01
	Rio Titucaquara	01
<i>Município do Amapá</i>	Mazagão	01
<i>Freguesia de Beja</i>	Rio Guajará	01
<i>Município de Breves</i>	Breves	03
<i>Município de Cametá</i>	Cametá	29
	Cidade de Cametá	55
	Distrito Villa Tocantins	01
	Município de Cametá	01
	Primeiro distrito de Cametá	25
	Segundo distrito de Cametá	13
	Villa de Cametá	01
<i>Capital da Província</i>	Belém	01
	Cidade de Belém	01
	Jarumam	01
<i>Gurupá</i>	Comarca de Gurupá	01
<i>Município de Igarapé-Miri</i>	Distrito de Anapú	45
	Distrito de Igarapé-Miri	05
	Igarapé-Miri	04
	Panacauera	01
	Primeiro distrito de Igarapé-Miri	05
	Rio Anapú	03
	Rio Canal	02
	Rio Meruú	02
	Rio Pindobal	01
	Villa de Igarapé-Miri	22
	Segundo distrito Igarapé-Miri	06
<i>Município de Mocajuba</i>	Villa Mocajuba	04

Fonte: Livros de notas, registros de compra e venda de escravos, 1842-1887

<sup>174</sup> Livros de notas, registros de compra e venda de escravos, 1842-1887.

Para o município de Abaeté constata-se a predominância das transferências intramunicipais, essa é uma peculiaridade que poderemos observar para os demais municípios integrantes da região tocantina, ou seja, por mais que houvesse transferências a nível intermunicipal ou de outras esferas a maior parte delas ocorria entre localidades de um mesmo município. No caso de Abaeté das 79 escrituras de compra venda de escravos atreladas ao referido município, 55 dizem respeito a indivíduos residentes em Abaeté, ou seja, comprador e vendedor, e somente 24 escrituras registram a conexão de indivíduos de Abaetetuba com senhores de outros municípios.<sup>175</sup>

O município de Breves vem em seguida, registram-se 02 vendedores e 03 compradores de escravos, cabe ressaltar que o referido município possuía um quantitativo significativo de mão de obra escrava em seu território, em 1854 havia 416 escravizados<sup>176</sup>, já em 1878 o número se eleva a 704 cativos<sup>177</sup>. Os dois escravos que vieram de Breves para o Vale do Tocantins, foram para Cameté, na verdade duas mulheres escravizadas uma de nome Joanna 46 anos negociada em 29 de dezembro de 1879<sup>178</sup>, e a outra chamava-se Anna de 30 anos vendida em 14 de março de 1887 por Prudêncio José de Moraes, residente em Breves e comprada por Agostinho Vianna Telles, de Cameté.<sup>179</sup> Os três cativos que seguiram em direção a Breves saíram respectivamente dois<sup>180</sup> de Igarapé-Miri<sup>181</sup> e um de Cameté<sup>182</sup>.

Em relação ao município de Cameté temos 142 vendedores entre 1842 a 1887, as localidades que aparecem na relação são as seguintes; *Cameté, Cidade de Cameté, Distrito Villa Tocantins, Município de Cameté, Primeiro distrito de Cameté, Segundo distrito de Cameté e Terceiro distrito de Cameté*. Entre os compradores de escravos registramos 125 indivíduos distribuídos nas mesmas localidades acrescentando-se uma escritura que descrevia a localidade do comprador como Villa de Cameté. Diferente de Abaeté em que o número de compradores apresentou-se maior que o quantitativo de vendedores em Cameté no período abarcado pela documentação havia mais gente buscando se desfazer dos seus escravos do que adquiri-los.

---

<sup>175</sup> Idem

<sup>176</sup> Cf. PARÁ. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Exmo Sr. presidente da província, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.º de setembro de 1862. Pará, Typ. De Frederico Carlos Rhossard, 1862.

<sup>177</sup> PARÁ. Relatório Apresentado Pelo Excelentíssimo senhor doutor José Coelho Da Gama e Abreu presidente da Província a Assembleia legislativa provincial do Pará, na sua 13ª sessão Da 22ª legislatura, em 15 de Fevereiro de 1880, Pará, 1880, p. 88

<sup>178</sup> Cartório Coen, Cameté, Livro de compra, troca e doação de escravos S/N, 1861, p. 42

<sup>179</sup> Cartório Merise Cunha, Cameté, Livro de notas Nº 4, 1883, p. 59

<sup>180</sup> Cartório Samuel Almeida, Igarapé-Miri, Livro de notas Nº2, 1880, p. 2

<sup>181</sup> Cartório Samuel Almeida, Igarapé-Miri, Livro de notas Nº 5, 1885, p. 12

<sup>182</sup> Cartório Merise Cunha, Cameté, Livro de notas Nº 4, 1883, p. 3

Das 190 escrituras de compra e venda em que constam compradores e/ou vendedores vinculados ao município de Cametá 130 registros dizem respeito a transações em que comprador e vendedor residiam na área do município, seja em algum distrito ou mesmo na cidade cametaense.<sup>183</sup>

Embora os dados apresentados nos relatórios oficiais que comentamos no capítulo anterior tenham indicado uma considerável diminuição do quantitativo de escravos na comarca de Cametá entre 1862<sup>184</sup> e 1872<sup>185</sup>, não podemos atribuir esse decréscimo de forma decisiva ao comércio interno de escravos, ainda que este possa ter contribuído significativamente. No bojo dessa diminuição progressiva da população escrava da região de Cametá, inclui-se, as fugas constantes e formação de quilombos como discutem os estudos de Flavio Gomes<sup>186</sup> e Benedita Celeste<sup>187</sup>, o aumento das alforrias nos últimos anos da escravidão no Brasil, e as doenças que se abateram sobre região durante o século XIX, são alguns fatores que devemos considerar.

Desta forma das 190 escrituras mencionadas anteriormente somente 40 indicaram negociações envolvendo indivíduos residentes no município de Cametá com sujeitos de outras regiões. E nesse balanço não ocorre uma perda significativa de escravos na região de Cametá, pelo contrário observamos um saldo positivo sobre a entrada de cativos em relação a saída. Por outro lado as 40 escrituras nos mostram as conexões da região de Cametá com outras localidades dentro do comércio de escravos.

**Quadro 5: Cametá e suas conexões com outras regiões no comércio interno de escravos 1841-1887.**

	<b>Vendedor</b>	<b>Comprador</b>
1	Abaeté	Primeiro distrito/Cametá
2	Belém	Segundo distrito/Cametá
3	Belém	Cidade de Cametá
4	Belém	Segundo distrito/Cametá
5	Belém	Cidade de Cametá

<sup>183</sup> Livros de notas, registros de compra e venda de escravos, 1841-1887.

<sup>184</sup> Cf. PARÁ. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Exmo Sr. presidente da província, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.º de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

<sup>185</sup> Censo demográfico de 1872. Disponível: biblioteca.ibge.gov.br-biblioteca-catalogo

<sup>186</sup> Cf. GOMES, Flávio. “No labirinto dos rios, furos e igarapés”: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, séculos XIX-XX. História Unisinos -Vol. 10 Nº 3 - setembro/dezembro de 2006.

<sup>187</sup> Cf. PINTO, Benedita Celeste de Moraes. COSTA, João Paulo Alves. DOMINGUES, Andrea Silva. **História, cultura Resistência negra na Amazônia Tocantina, no Pará – Brasil**. E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP N.º 8, maio de 2020

6	Belém	Terceiro distrito/Cametá
7	Belém	Cidade de Cametá
8	Belém	Cidade de Cametá
9	Belém	Segundo distrito/Cametá
10	Belém	Segundo distrito/Cametá
11	Belém	Terceiro distrito/Cametá
12	Belém	Cidade de Cametá
13	Belém	Cidade de Cametá
14	Belém	Cidade de Cametá
15	Belém	Cidade de Cametá
16	Belém	Terceiro distrito/Cametá
17	Belém	Terceiro distrito/Cametá
18	Belém	Terceiro distrito/Cametá
19	Belém	Terceiro distrito/Cametá
20	Belém	Cidade de Cametá
21	Belém	Cametá
22	Belém	Cametá
23	Breves	Cametá
24	Cametá	Igarapé-Miri
25	Cametá	Abaeté
26	Cametá	Distrito de Anapú/ Igarapé-Miri
27	Cametá	Distrito de Anapú/ Igarapé-Miri
28	Cametá	Distrito de Anapú/ Igarapé-Miri
29	Cidade de Cametá	Villa Mocajuba
30	Cidade de Cametá	Villa Mocajuba
31	Cidade de Cametá	Villa Mocajuba
32	Cidade de Cametá	Villa Mocajuba
33	Cidade de Cametá	Igarapé-Miri
34	Cidade de Cametá	Belém
35	Igarapé-Miri	Cidade de Cametá
36	Igarapé-Miri	Cidade de Cametá
37	Pará	Cidade de Cametá
38	Primeiro distrito/Cametá	Mazagão/ Amapá
39	Primeiro distrito/Cametá	Mazagão/ Amapá
40	Terceiro distrito/Cametá	Breves

Fonte: Livros de notas, registros de compra e venda de escravos, 1842-1887.

Cabe destacar sobre os dados arrolados no quadro 05 a representativa conexão entre Belém e Cametá o importante fluxo de navegação entre os interiores e a capital da Província levava ou trazia não apenas mercadorias, mas, também homens e mulheres escravizados.

Vale lembrar que a circulação interna de escravos na região amazônica se dava por meio do porto de Belém que era a via de entrada de cativos, e através dele se operava a

distribuição dessa mão de obra para os diversos pontos da Amazônia e Província do Grão-Pará. Sendo o porto de Belém também uma interface que operacionalizava as diversas esferas do tráfico de escravos, o transatlântico, o interprovincial, a partir de 1850 atuará em nível intraprovincial vinculando senhores e negociantes de escravos de Belém aos demais municípios paraenses.<sup>188</sup>

No dia 18 de outubro de 1882 o escrivão Manoel Pedro D' Alcântara Dias registrava o seguinte; “*Saibam os que este público instrumento de compra e venda vierem que no ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo[...] nesta cidade de Cameté, em meu escritório na Rua do Athalaia, fizeram presentes como vendedora Dona Joanna Cardozo D' Andrade Magno residente na Capital por seu bastante procurador José Fernandes Valente*”[...]. O comprador em questão era João de Magalhães que morava Terceiro Distrito de Cameté a transação envolvia o mulato Joaquim de 22 anos. Ao final da escritura observamos a transcrição da procuração datada em 09 de agosto de 1882, celebrada em cartório na cidade de Santa Maria de Belém<sup>189</sup>.

Joaquim Pedro Correa de Freitas em 01 de dezembro de 1882, morador na cidade de Belém venderia para cidade de Cameté o escravo José carafuz de 18 anos de idade, filho da mulher também escravizada Custódia pelo preço de 800\$000 (oitocentos mil réis) Francisco Martins Lopes que atuou como procurador do vendedor foi quem realizou os tramites e contatos com Feliciano José d' Andrade morador da cidade de Cameté.<sup>190</sup> Esses são exemplos que iluminam também a ampla rede de pessoas envolvidas no mercado de escravos, ou seja, além de vendedores e compradores, observamos a recorrência de procuradores e negociantes indivíduos que concretizavam as transações conectando muitas vezes indivíduos de diferentes localidades.

Precisamos ter em mente que Belém era o ponto de confluência para onde indivíduos das mais diversas regiões e com os mais diversos interesses se direcionavam, movimento que se deve ao fato da capital provincial ser concentradora de uma diversidade de bens e serviços, Barbara Palha indica para primeira metade do XIX a efervescência de um mercado de escravos na cidade de Belém especialmente nas ruas que moldavam as freguesias da Sé e da Campina, nelas era facilmente encontrada a “mercadoria humana” disponível transações de venda, troca e aluguel, ocorriam também leilões de trabalhadores escravizados. Os anúncios em periódicos com destaque para o *Treze de Maio* revelavam os múltiplos espaços em que os

<sup>188</sup> Op, Cit, BEZERRA NETO, LAURINDO JUNIOR, 2018, p.18

<sup>189</sup> Cartório Merise Cunha, Cameté, Livro de notas S/N, 1880, p. 85

<sup>190</sup> Idem, p.89

agentes comerciais, senhores e escravos vivenciavam as tramas diárias do comércio de cativos em tipografias, casas, lojas, sobrados, e outros lugares indicados nos jornais que informavam “*Quem quiser comprar dirija-se ao anunciante*”.<sup>191</sup>

Das 26 escrituras vinculadas a capital da Província 25 delas indica a saída de escravos para regiões do Vale do Tocantins, dessa forma a capital Belém no contexto do tráfico interno de escravos operou mais como fornecedora de mão de obra escrava para o Baixo Tocantins ( termo usado pelo autor) do dele recebeu cativos, afirmação que se alinha aos estudos do professor Bezerra Neto que aponta para o fato de que a região tocantina teria sido privilegiada no âmbito das transferências internas de escravos apresentando um saldo positivo no tráfico de escravos que acontecia entre diferentes regiões da Província paraense.<sup>192</sup>

Os dados presentes na seção de passageiros publicada regulamente no Jornal Diário do Grão-Pará informava que entre 1867 e 1873 foram despachados de Belém 119 escravos para diversas regiões da província entre elas o Vale do Tocantins que recebeu 27 cativos, no mesmo período adentraram 92 escravos em Belém sendo 13 do Baixo Tocantins e o restante de variadas localidades, assim sendo observamos saldo positivo de 14 cativos em favor da região tocantina.<sup>193</sup>

É preciso considerar que as atividades agrícolas e criatórias nas áreas de maior concentração de escravos vivenciaram forte expansão econômica em função da expansão do mercado provincial provocado pelo crescimento vertiginoso de economia gomífera, o aumento do consumo interno, e das pautas de exportação possibilitaram a essas áreas reter sua mão de obra escrava mesmo com toda a pressão provocada pelo mercado de escravos em direção ao sudeste brasileiro. Dessa forma, áreas como o Vale do Tocantins antiga região de lavoura canvieira, além de uma forte extração e cultivo de cacau e variados gêneros agrícolas puderam ter ganho líquido no âmbito das transferências via tráfico interno de escravos.<sup>194</sup>

É importante destacar que as transferências de escravos no âmbito da comarca de Cametá ocorriam principalmente com a vila de Mocajuba, a vila de Baião não aparece nos registros de compra e venda embora como tivesse mão de obra escrava nas propriedades em seu território. Ocorrem transferências de escravos entre Cametá e Igarapé-Miri além de outras duas localidades Breves e Mazagão, esta última no Amapá.

<sup>191</sup> PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão Negra em Belém: Mercado, Trabalho e Liberdade (1810-1850)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Belém-Pará Junho/2011, p. 72

<sup>192</sup> BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX)**. 2ª Edição, Belém: Paka-Tatu, 2012, 72

<sup>193</sup> Idem, p. 80

<sup>194</sup> Idem, p. 82

Em relação senhores de escravos do município de Igarapé-Miri nos quadros 03 e 04 observamos variadas localidades reveladas nas escrituras de onde procediam os proprietários escravistas residentes no referido município, são as seguintes: Distrito de Anapú, Igarapé-Miri, Primeiro distrito de Igarapé-Miri, Rio Anapú, Rio Cutinga, Rio Meruú, Rio Pindobal, Segundo distrito Igarapé-Miri, Villa de Igarapé-Miri, Panacauera, Distrito de Igarapé-Miri e Rio Canal.

São descrições de localidades que as fontes fornecem e que apenas reproduzimos, que não obstante possam implicar em algumas generalizações ou aparentes repetições, indicam ao mesmo tempo localidades específicas e nos permitem visualizar a distribuição dos proprietários de escravos estabelecidos dentro do município em tela.

Na relação dos vendedores contabilizamos 92 indivíduos e na lista dos compradores 96, um quantitativo bastante equilibrado, esse aparente equilíbrio não permanece quando visualizamos a distribuição desses senhores de escravos pelos distritos que compunham o município de Igarapé-Miri. Até as últimas décadas do século XIX as escrituras de compra e venda destacavam dois distritos vinculados a sede do município, 1º e 2º distritos de Igarapé-Miri e dois termos unidos ao município que seriam a freguesias de Abaeté e Cairary, informação retificada pelo Almanak Administrativo de 1868 a 1873<sup>195</sup>.

Dos 188 senhores de escravos, subtraindo um pequeno número de indivíduos que aparecem nas duas listas como comprador e vendedor e que estavam vinculados a Vila de Igarapé-Miri bem como aos dois distritos que compunham a referida sede do município, observamos uma importante concentração de senhores de escravos no 2º distrito de Igarapé-Miri, também descrito como *Distrito de Anapú* na maioria das vezes, subdivisão que parece abarcar alguma parte rio Meruú e toda a área do rio Anapú e seus afluentes.

Para esse distrito temos entre os vendedores 50 senhores de escravos, e na relação dos compradores o número se eleva a 54 indivíduos em ambos os casos o Distrito de Anapú viera concentrar a maior parte daqueles que tinham entre suas propriedades a mão de obra escrava. Mas o que justificaria esse elevado quantitativo de senhores de escravos no 2º distrito de Igarapé-Miri?

O livro dos *Direitos Municipais de Janeiro 1873 a Junho de 1874*, que era na verdade o registro da cobrança dos impostos sobre estabelecimentos industriais e comerciais situados na Vila Sant'Ana de Igarapé-Miri e nos dois distritos ligados a ela, ilumina algumas questões importantes, entre elas o elevando número de engenhos fazendas e casas comerciais no

---

<sup>195</sup> Almanak : Administrativo, Mercantil e Industrial (PA)-1868 a 1873. Disponível em : <http://memoria.bn.br>

referido distrito assim como a presença de importantes senhores escravistas entre eles Domingos Borges Machado Acatauassú o sogro do barão de Igarapé-Miri, além de outros indivíduos com alto cabedal financeiro.

Dessa maneira a forte concentração de muitos e importantes senhores no 2º distrito de Igarapé-Miri apontam para o local como sendo possivelmente aquele de maior concentração de escravos do município, não considerando evidentemente os termos unidos de Abaeté e Cairary.

**Quadro 6: Estabelecimentos comerciais e industriais no 2º distrito de Igarapé-Miri, 1873.**

Bertino M. Gonçalves	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Julião Gonçalves Chaves Junior	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Marinho Acampania	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Francisco de Paiva Castro	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Janahú Acampanhia	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Maia & Irmão	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Pedro Monteiro	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
João Rodrigues de Almeida	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
José Lopes & Filho	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Manoel Francisco Pereira	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
José Alves da Silva Acampanhia	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Casemiro Antonio Ferreira de Mello Filho	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Bento Antunes(sic) Alves Braga	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Luciano Antônio dos Santos Quaresma	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Antônio Baptista da Costa	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Tomas Monteiro Cardoso Amanajás de Thocantins	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
José Alves da Silva	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Manoel José Lopes H. Filho	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Antônio Francisco Pinto	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Manoel Francisco Pereira	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
João Baptista Machado Janaú	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Amorim H. Baptista	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
João Ignacio Gonçalves Chaves Filho	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Leonardo do Espirito Santo	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Marinho H. Campanhia	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Francisco de Paiva e Castro	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Antônio Baptista da Costa	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
José da Mota Nogueira	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri
Agustinho Monteiro Gonçalves de	Casa Comercial	2º Distrito Igarapé-Miri

Oliveira		
João Antônio Baia	Engenho (Boa Vista )	2º Distrito Igarapé-Miri
João Baptista Correa de Miranda	Engenho Boa Vista	2º Distrito Igarapé-Miri/ Rio Anapú
Tenente Justo José Correa de Miranda	Engenho Cariá	2º Distrito Igarapé-Miri
Manoel Lourenço Corrêa de Miranda	Engenho Carmello	2º Distrito Igarapé-Miri
Coronel Raymundo P. Lima	Engenho Carmo “do Anapú”	2º Distrito Igarapé-Miri
Ana Francisca da Silva Lima	Engenho Carmo do Anapú	2º Distrito Igarapé-Miri
Antônio Lopes Machado	Engenho Juarimbú	2º Distrito Igarapé-Miri
Manoel Gonçalves Corrêa de Miranda	Engenho Livramento	2º Distrito Igarapé-Miri
Capitão José Procópio Corrêa de Miranda	Engenho Salento	2º Distrito Igarapé-Miri
Tomaz Oliveira Cardoso	Engenho Santa Cruz	2º Distrito Igarapé-Miri
Manoel José Corrêa	Engenho Santo Antônio	2º Distrito Igarapé-Miri
Domingos Borges Machado Acatauassú	Engenho São Domingos	2º Distrito Igarapé-Miri
Aprigio Apholinario Lobato	Engenho São João	2º Distrito Igarapé-Miri
Dona Maria Antonia Borges de Moura	Engenho Trindade	2º Distrito Igarapé-Miri

Fonte: Arquivo Municipal, Livro de notas: Direitos municipais Janeiro de 1873 a Junho de 1874.

No quadro 06 contabilizamos 30 casas comerciais e 14 importantes engenhos, tendo alguns deles conseguido manter-se em funcionamento até meados do século XX, embora tenham mudado de proprietários continuaram sendo importantes unidades de produção de aguardente no decorrer dos anos. O número de estabelecimentos seguramente era bem maior, segundo Oliveira somente nos rios Anapú, Meruú e Pindobal havia cerca de 50 engenhos em funcionamento na segunda metade do século XIX ao que parece eram engenhos em sua maioria movidos a água e que compunham a grande produção de aguardente da região tocantina.<sup>196</sup>

Ao cruzamos os nomes dos senhores de estabelecimentos de comerciais e engenhos do 2º distrito de Igarapé-Miri ao banco de dados do comércio de escravos, constatamos que um percentual importante desses indivíduos estavam envolvidos com a compra e venda de homens escravizados. Por exemplo, foi na residência do Sr. Bertino M. Gonçalves localizada no Distrito de Anapú que o escrivão de notas José Procópio de Araújo efetuou a escrituração

<sup>196</sup> D'OLIVEIRA, Op, cit, p.55

da transação realizada entre Napoleão Manoel Gonçalves e Manoel Antonio Pinheiro ambos do referido distrito, na ocasião o escravo Joaquim de 26 anos, natural de Igarapé-Miri, foi negociado pelo valor 900\$000 (novecentos mil réis)<sup>197</sup>.

Francisco de Paiva e Castro morador do rio Meruú dono de uma casa comercial, em 1882 venderia a Leonardo Antonio Lobato da mesma localidade a escrava Raulina acompanhada de três filhos menores<sup>198</sup>, dessa forma cabe observar que muitas das transações observadas no contexto do Vale do Tocantins realocava o escravo para outra propriedade que em grande parte dos casos situava-se próxima a antiga propriedade no mesmo rio ou distrito, dessa forma, ainda que transferidos constantemente muitos escravizados possivelmente conseguiam manter a revelia do sistema escravista contato com familiares e outros possíveis laços sociais.

Precisamos lembrar que a escravidão rural em terras amazônicas muitas vezes implicava numa dinâmica de maior movimentação dos escravos pelos espaços que compunham sua área de atuação laboral, a estrutura de trabalho dos regatões, casas comerciais, engenhos e das lavouras permitiam ao escravo circular pelos rios, ou por diversas propriedades.

A presença de vários engenhos nesse distrito é revelada na documentação, contendo alguns que não estão listados no registro de cobrança de impostos, o 2º distrito de Igarapé-Miri também é o reduto de atuação de vários membros da família Correa de Miranda ramo familiar que construiu riqueza e prestígio político trabalhando na indústria canavieira, por exemplo, Antônio Correa de Miranda, o Barão do Cairary possuía engenho e terra na localidade, mas fincou sua base em Mojú possuindo uma importante fazenda no distrito de Cairay.<sup>199</sup>

Manoel Gonçalves Corrêa de Miranda, outro importante membro desta família, proprietário do Engenho Livramento localizado no rio Anapú, chegou a possuir na década de 1870 um plantel de 23 escravos que trabalhavam no engenho assim como nas demais terras que possuía no rio Coelho e Pindobal.<sup>200</sup>

João Baptista Correa de Miranda proprietário do Engenho Boa Vista, em 1866 possuía a patente de Capitão e desempenhava a função de Mestre do Comando Superior da guarda

<sup>197</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de Notas Nº5, 1872-1877, p. 152

<sup>198</sup> Livro de Notas Nº2 1880, p.51

<sup>199</sup> GARCIA, Graça Lobato. **Memória dos engenhos do Baixo Tocantins: Antigos engenhos de aguardente; Municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri**. Belém, Pará, 2011, p. 94

<sup>200</sup> ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. Op, Cit, p.62

nacional em Igarapé-Miri<sup>201</sup>. Além desses, tínhamos o Capitão José Procópio Corrêa de Miranda dono do Engenho Salento, político influente na comarca miriense. O Tenente Justo José Correa de Miranda era proprietário do Engenho Cariá localizado no rio Meruú um dos engenhos com maior longevidade na região, estando em atividade até nas últimas décadas do século XX, a propriedade agregava olaria e outras benfeitorias<sup>202</sup>.

Outro importante membro era Manoel Lourenço Corrêa de Miranda dono Engenho Carmello movido a água, era também proprietário de terras e escravos<sup>203</sup>, aliais essa é característica comum observada desde os tempos coloniais no Brasil, a relação estrutural entre senhores de engenhos e a posse de escravos, dos 14 engenhos destacados para o 2º distrito de Igarapé-Miri apenas 05 dos proprietários não se encontram nos registros de compra e venda de escravos<sup>204</sup>, o que não significa que estes não possuíssem essa mão de obra que se tornou fundamental para a manutenção da indústria canavieira.

As principais conexões de Igarapé-Miri no âmbito do comércio de escravos também ocorreram de forma mais intensa na esfera intramunicipal, somamos 122 transações vinculadas ao município de Igarapé-Miri delas apenas 32 vinculam senhores de escravos mirienses a proprietários de outras localidades, na tabela abaixo incluímos ainda o termo de Abaeté, se tirarmos as transações dessa localidade restaria apenas 19 transações externas ao município de Igarapé-Miri.

**Quadro 7: Igarapé-Miri e suas ligações no âmbito do comércio de escravos.**

Entre Belém e Igarapé-Miri	06 transações
Entre Cametá e Igarapé-Miri	06 transações
Entre Cidade de Boa Vista do Tocantins e Igarapé-Miri	01 transação
<i>Entre Abaetetuba e Igarapé-Miri</i>	<i>13 transações</i>
Entre o Distrito de Irituia e Igarapé-Miri	01 transação
Entre Breves e Igarapé-Miri	01 transação
Entre o Rio Moju e Igarapé-Miri	04 transações

Fonte: Livros de notas, registros de compra e venda de escravos, 1841-1887.

Temos 103 escrituras celebradas entre senhores que residiam em Igarapé-Miri, destacando-se novamente o Distrito de Anapú ou 2º distrito de Igarapé-Miri como sendo a

<sup>201</sup> Idem

<sup>202</sup> GARCIA, Graça Lobato. Op, Cit, p.109

<sup>203</sup> Almanach administrativo, mercantil, industrial e noticioso da província do Pará para o ano de 1869. Ano segundo. p. 259.

<sup>204</sup> Arquivo Municipal, livro de notas: Direitos municipais Janeiro de 1873 a Junho de 1874.

localidade com maior dinâmica de movimentação de escravos seja de forma interna, isto é nas propriedades situadas principalmente as margens dos rios Anapú, Meruí e Pindobal, ou externa. Das 06 transações entre Belém e Igarapé-Miri, cinco delas consistiram na entrada de escravos para o Distrito de Anapú, nas transações entre Cametá e Igarapé-Miri ocorre a entrada de escravos para o referido distrito em três escrituras. Das 103 transações internas ao município de Igarapé-Miri, 73 escrituras estão ligadas ao 2º distrito, o que novamente reforça a tese levantada anteriormente de que essa seria a região dentro de Igarapé-Miri onde haveria na segunda metade do século XIX maior concentração da população escrava.<sup>205</sup>

Encaminhando a conclusão desta sessão, cabe ressaltar que ao fazermos o balanço sobre a distribuição dos proprietários de escravos no Vale do Tocantins e as conexões estabelecidas com outras regiões e internamente, observamos que o comércio de escravos que se consolidou no Brasil a partir de 1850 não obstante as demandas interprovinciais, as transações regionalizadas parecem ter tomado uma fatia importante deste mercado. Alinhadas a essa tendência a Amazônia parece ter estabelecido uma dinâmica particular, além da manutenção dos escravos em seu território, o que se materializou no Vale do Tocantins, assim como em outras regiões foram às transações efetuadas a nível municipal, seja entre municípios de uma mesma região ou dentro deles.

Nas próximas etapas do presente texto vamos encaminhar a discussão para os indivíduos escravizados, seu perfil e sua atuação no Vale do Tocantins. Precisamos saber qual a composição dessa população escrava suas características e peculiaridades, para tanto faremos uso de variada documentação cartorial centrando a análise nas escrituras de compra e venda.

---

<sup>205</sup> Livros de notas, registros de compra e venda de escravos, 1842-1887.

### CAPITULO III

#### **Os agentes do comércio de escravos entre registros e outras transações.**

O universo dos sujeitos que se articulam em torno do comércio de escravos é diverso e composto por variados agentes, as fontes históricas possuem inúmeras limitações para revelar detalhes mais agudos e pessoais a respeito de senhores, escravos, negociantes entre outros. Seria extremamente salutar para o conhecimento histórico tomarmos conhecimento de trajetórias mais completas e detalhadas desses trabalhadores escravizados de origem africana, suas articulações sociais, familiares e sua percepção de mundo, o que pela via das documentações oficiais que possuímos torna-se uma tarefa por enquanto inviável. Os processos cíveis e criminais amplamente utilizados na historiografia da escravidão seriam uma alternativa para esse tipo de análise, o que para o Vale do Tocantins esta pesquisa ainda não conseguiu ter acesso.

Os vestígios históricos sobre a trajetória dos proprietários de escravos da região ainda que mais abundantes, constituem-se uma frente de pesquisa em que ainda se tem muito a investigar para compreendermos de maneira mais ampla a constituição e atuação das elites agrárias na região e sua ramificação e articulação na Província do Pará. Como já destacado, neste capítulo buscaremos caracterizar os diversos agentes do comércio de escravos, fazendo uso principalmente dos livros de notas de compra e venda, articulando ao mesmo tempo informações pertinentes de outras documentações. Nosso objetivo é primariamente traçar um perfil da população escrava presente nos registros cartoriais trazendo elementos importantes desse conjunto de trabalhadores e de sua múltipla atuação no Vale do Tocantins.

Os estudos de Camila Flausino sobre tráfico interno de escravos em Mariana/MG na segunda metade do século XIX buscou no mesmo sentido identificar o perfil do escravo negociado, em uma conjuntura socioeconômica distinta da nossa região, a autora procurou verificar o destino dado a esses cativos, se estavam sendo mantidos ou transferidos de Mariana para outras regiões e Minas ou para outras províncias, algo aqui relativamente já verificado nos capítulos anteriores. Flausino também utiliza como fonte principal, os registros de compra e venda de escravos entre os anos 1850-1886. Seguindo a mesma trajetória da autora na construção do perfil dos trabalhadores escravizados iniciaremos nossa análise

observando as informações disponíveis na documentação sobre a idade dos cativos transacionados.<sup>206</sup>

### 3.1 Perfil dos escravizados nas escrituras de compra e venda.

A idade do escravizado constituía uma das informações obrigatórias no ato da escrituração de uma nota de compra e venda. No entanto, algumas escrituras não têm esses dados registrados, isso acontecia quando a transação envolvia mais de um trabalhador, contudo, essa não era uma regra. Em determinados registros, por causa da precariedade da documentação, não foi possível identificar a idade anotada. Assim, dos 432 trabalhadores (a) que visitaram os cartórios do Tocantins, conseguimos levantar a idade de 379 dos que foram negociados; quantitativo expressivo diante do número total de cativos transacionados.”

Dessa forma dividimos essas informações em faixas etárias, Camila Flausinto opta por uma divisão etária em quatro anos<sup>207</sup>, Maria do Carmo de Oliveira Russo em seu estudo sobre escravidão e demografia em São Mateus/ES realiza a divisão etária em cinco anos, metodologia que aderimos por entendemos ser uma divisão mais equilibrada. Essa divisão também é usada no censo demográfico de 1872, sendo mais uma referência para optarmos por essa classificação etária<sup>208</sup>. Assim sendo o gráfico abaixo traduz um panorama etário da população escravizada presente na documentação.

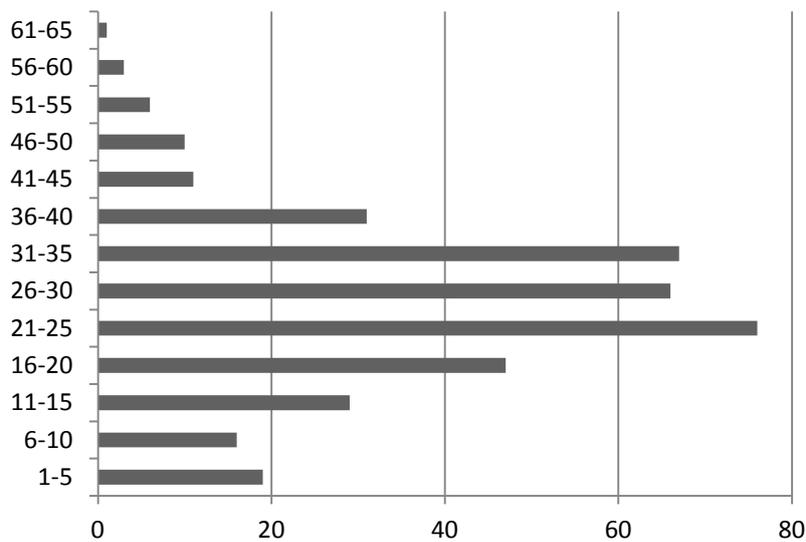
Os dados traduzem alguns indicativos importantes, ao que se observa a faixa de idade compreendida entre os 21 e 25 anos é aquela em que os escravizados estiveram mais presentes nas transações ao todo, 76 pessoas. As outras faixas etárias com mais incidência foram de 26 a 30 com 66 trabalhadores e de 31 a 35 anos perfazendo 67 indivíduos. De maneira geral os cativos entre 21 e 35 anos foram aqueles, que de acordo com os dados, mais tiveram recorrência nas transações, trabalhadores que estavam em pleno vigor físico sendo capazes de desempenhar as diversas atividades em que eram empregados na região.

---

<sup>206</sup> FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da escravidão: Tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora/MG, 2006.

<sup>207</sup> Idem, p.83

<sup>208</sup> RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A Escravidão em São Mateus/Es: Economia e demografia (1848-1888)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História Social. São Paulo, 2006, p. 177

**Gráfico 4: Idade dos trabalhadores escravizados**

Fonte: Livros de notas, registros de compra e venda de escravos, 1842-1887.

Precisamos lembrar que no Brasil a expectativa de vida de um cativo era enormemente diminuída pelas precárias condições de vida e trabalho a que estavam submetidos, Stuart B. Schwartz, analisando o trabalho escravo nos engenhos da Bahia indica que as longas jornadas de serviço, a alimentação por vezes precária, alojamento inadequado, disciplina rígida entre outros agravantes, diminuía consideravelmente a expectativa de vida do indivíduo escravizado.<sup>209</sup> Por mais que a realidade dos engenhos da Bahia não possa ser transportada para o recorte amazônico, constitui uma referência importante que registra a perspectiva de vida reduzida do indivíduo escravizado.

Um dos pontos no debate sobre coexistência possível entre escravidão e capitalismo é o fato de que em relação ao trabalho livre a escravidão tinha como prerrogativa a exploração exaustiva do trabalhador, por longas jornadas de trabalho, o que não seria plenamente possível no regime de trabalho assalariado.

Em que pese às despesas com o trabalhador em épocas de entressafra ou inverno, era plausível o direcionamento dessa força de trabalho para outras frentes de produção, enquanto os canaviais ainda não estavam em estado de corte, os escravos poderiam dedicar aos serviços vinculados a outras lavouras como, mandioca, arroz, milho e demais gêneros de suma importância para o consumo interno inclusive. Em alguns registros do viajante Alfred Russel Wallace encontramos indícios dessa realidade mencionada.

<sup>209</sup> SCHWATZ, Stuart B. **Escravos Roiceiros e Rebeldes/ Stuart B. Schwartz**. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP :EDUSC, 2001, p.92

*Cerca das oito horas, passamos por Jaguarari, onde fica a propriedade do Conde Brisson, havendo ali 150 escravos, que tratam especialmente do cultivo da mandioca.*<sup>210</sup> No itinerário entre Belém e o Tocantins, Wallace observava que nessa importante propriedade localizada no rio Mojú, embora figurasse como importante produtora de aguardente, no momento de sua passagem pelo local a força de trabalho escrava estava direcionada especialmente para o cultivo de mandioca. Pouco depois ao chegar na região do Marajó o viajante observava que:

Aos escravos e trabalhadores é permitido fazer farinha, cultivar todos os cereais e vegetais, para consumo próprio, fornecendo-se-lhes ainda pólvora e chumbo, para caçar, de mais que não passam mal de todo. Permite-se-lhes também fazer plantações de fumo, e a maior parte ganha dinheiro fazendo jacás, cestos e outros objetos, ou matando onças, cujo couro vale de 5 a 10 shillings.<sup>211</sup>

Assim sendo, além das atividades próprias da rotina laboral vinculado aos interesses dos senhores, os cativos impetravam uma rotina paralela de trabalho que visava o cultivo de gêneros e outras atividades que lhes permitiria uma melhoria na qualidade de subsistência. Essa dupla rotina de trabalho descrita para os escravos da região do Marajó no final das contas corrobora para que possamos inferir a respeito do precoce desgaste físico que perpassava a existência dos diversos trabalhadores escravizados na Amazônia.

A lógica do comércio de escravos visava indivíduos em idade produtiva, que para os padrões da região, em função dos dados nas notas de compra e venda, esbarrava no teto de quase 40 anos. À medida que o trabalhador ficava com mais idade observava-se um certo desinteresse na curva de procura por esse cativo, entre os 36 e 40 observa-se um declínio significativo na compra e venda dos escravos. Nessa faixa etária, registrou-se apenas 31 trabalhadores.

Entre os 41 e 45 anos verifica-se uma queda ainda maior do interesse do comércio por trabalhadores com mais idade, embora tenhamos registrado transações em que não obstante a faixa etária, o cativo foi negociado por um valor acima da média para sua idade. É possível que nesses casos a valorização do escravo estivesse diretamente relacionada ao nível de especialização do trabalhador, que poderia possuir algum ofício de interesse da economia

---

<sup>210</sup> WALLACE, Alfred Russel. **Viagem pelos rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSC, 1979, p. 89

<sup>211</sup> Idem, p. 130

regional. Entre 41 e 45 anos anotou-se 11 trabalhadores, na faixa seguinte 46-50 temos 10 cativos, entre 51 e 55 registrou-se 06 escravos.

De 56 a 60 anos contabilizamos apenas 03 trabalhadores, e entre 61 e 65 somente 01 cativo foi transacionado, de todo modo para além de uma queda no interesse do mercado por esses escravos em função da idade elevada devemos considerar que a pouca incidência desse tipo de trabalhador nas transações principalmente nas últimas faixas etárias, relaciona-se também ao fato de que muitos cativos fatalmente nem chegavam a esse tempo de vida. Precisamos também lembrar que a partir de 1885 os trabalhadores sexagenários passaram a condição de “libertos”, o jornal Diário do Grão-Pará de 09 de março de 1886 reproduziu em suas páginas a lista dos escravizados que teriam atingido os 60 anos, e que pela lei deveriam ser libertos em especial nos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba.<sup>212</sup>

A lei dos sexagenários, não obstante ter sido um passo significativo no processo lento e gradual pretendido pelo Estado Imperial em direção a transição do modo de trabalho escravo para a mão de obra livre teve pouco efeito prático para milhares de trabalhadores que não bastasse uma vida inteira de serviço compulsório ainda deveriam prestar mais algum tempo de trabalho como forma de indenização aos fazendeiros e demais senhores escravistas.

Seriam três anos de trabalho, o escravo poderia pagar essa indenização até aos 65 anos, a mesma lei criou condições para que imigrantes subsidiados chegassem ao Brasil, os trabalhadores “libertos” foram proibidos de deixar o local onde receberam a “liberdade” por cinco anos, e assim por diante.<sup>213</sup>

De acordo com o ofício publicado pelo palácio da presidência da província e direcionado aos juízes de órfãos de Currealinho, Breves, Abaeté e Igarapé-Miri, publicava-se a relação dos sexagenários da região com o objetivo de verificar se esses cativos já haviam sido incluídos na nova matrícula estabelecida pela lei Saraiva-Cotegipe de 28 de setembro de 1885, além de deixar os ex-senhores cientes da nova condição de seus antigos escravos.<sup>214</sup>

Na referida relação (em anexo) constam 117 sexagenários para Igarapé-Miri e 50 para o município de Abaetetuba em 1884. Dois anos antes da publicação dessa lista, Igarapé-Miri possuía 1.914 escravos enquanto Abaetetuba detinha 1.661 cativos<sup>215</sup>, para o primeiro

<sup>212</sup> Diário do Gram Pará, Belém, 12 de março de 1886, p.2

<sup>213</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Pref. C. F. Cardoso. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 179

<sup>214</sup> Diário do Gram Pará, Belém, 09 de março de 1886, p.1-2

<sup>215</sup> PARÁ. Relatório com que o exm.o snr. general visconde de Maracajú passou a administração da provincia ao 2.o vice-presidente, exm.o snr. dr. José de Araujo Roso Danin, no dia 24 de junho de 1884. Typ. de Francisco da Costa Junior, 1884, p. 47

município estamos falando de algo em torno de 6,1% de sua população escrava, para o segundo um percentual de 3% dos cativos.

Em ambos os casos uma porcentagem bastante reduzida de indivíduos sexagenários no quadro geral da população dessas localidades, o que reflete diretamente na expectativa de vida da população escrava não apenas na região tocantina, mas em todo Brasil. Na relação, 51% dos sexagenários são mulheres e 49% homens, a relativa predominância feminina pode indicar também que a parcela masculina dos trabalhadores chegaria com menos frequência a essa faixa de idade, conquanto fossem a maioria dentro do percentual geral da população escrava nas localidades.

Por outro lado, na relação publicada pelo jornal constam nomes de proprietários de cativos que não estão presentes nos registros de compra e venda, o que indica um quantitativo ainda maior de indivíduos que se utilizavam da mão de obra escrava no Vale do Tocantins.

Alguns trabalhadores até chegavam a uma idade mais avançada, contudo traziam consigo as marcas de anos seguidos de servidão, o escravo Liberato, por exemplo, tinha 80 anos quando faleceu na manhã do dia 03 de fevereiro de 1877, o fato aconteceu na casa de Maria Magdalena de Oliveira proprietária do referido escravizado, Liberato era natural da África e já padecia 10 anos de uma *moléstia de paralyisia*, não deixou filhos foi sepultado nas proximidades da Igreja Matrix de São Miguel de Beja.<sup>216</sup>

Christovão, natural da África, faleceu no rio Guajará na fazenda de Ângela de Jesus Bahia aos 78 anos, foi trabalhador da lavoura na região, filho de pais *incógnitos* assim como Liberato. Diferente deste último deixou cinco filhos em idade produtiva que possivelmente estavam a serviço de sua proprietária; o mais velho era Lucidoro de 40 anos, depois Aluizio de 38 anos, Feliciano de 36 e Martinho de 30 anos. A causa da morte foi hemorroidas, doença como se sabe desencadeada pelo esforço excessivo, alimentação pobre em fibras, e trabalhar muito tempo de pé, tendo a idade avançada como agravante, o trabalhador estava mais suscetível nesse caso.<sup>217</sup>

Para Iamara Viana, as moléstias do século XIX carecem de ser analisadas levando em consideração as particularidades deste período histórico, para uma grande parcela da população composta de africanos, seus descendentes, brancos e mestiços as doenças traziam consigo uma série de crenças, mitos, e uma mística que muitas vezes conectava corpo e espírito no contexto das causas possíveis de determinada enfermidade.

---

<sup>216</sup> APEP, Livro de Óbitos da Freguesia São Miguel de Béja, 1875. (Registro N° 25).

<sup>217</sup> APEP, Livro de Óbitos da Freguesia São Miguel de Beja, 1875, (Registro N° 17).

Entretanto de acordo com a autora deve-se considerar principalmente que “a precariedades de higiene, vestimentas, alimentação e medicamentos, atingia um grande número de escravizados, em distintas faixas etárias”<sup>218</sup>. Sendo assim um agravante contribuindo para a redução do tempo de vida de um escravizado para além dos danos causados pelo trabalho na lavoura.

Na outra extremidade do gráfico sobre a idades dos cativos percebe-se que a procura por escravos na faixa dos 16 aos 20 anos foi também considerável, um total de 47 trabalhadores, que nessa faixa de idade costumavam de acordo com os registros, possuir importante valor dentro do comércio de escravos. Tratava-se de indivíduos com um longo tempo de trabalho a prestar o que compensaria o investimento um pouco maior por parte dos senhores. Nas primeiras faixas de idade temos o seguinte cenário de 11 a 15 anos, 29 escravizados foram transacionados, de 6 a 10 foram negociados 16 cativos e de 1 a 5 temos 19 transações.

É importante esclarecer que os ingênuos que passaram a constar nas notas de compra e venda a partir de 1871 não foram computados para elaboração do perfil etário aqui exposto, contudo cabe mencionar a presença importante destes ingênuos nas transações realizadas no Vale do Tocantins.

Em sua maioria eram transações coletivas envolvendo a mãe e os filhos, no texto da escritura esses menores são descritos como “cria”, por exemplo, “escrava acompanhada de sua (s) cria (s)”. Como caso modelar poderíamos citar o da escrava Lucinda, que teve a sua escritura de venda lavrada no dia 27 de março de 1871, vendida por Ana Joaquina Lobato e Filhos e comprada por Domingos Borges Machado Acatauassú. Lucinda foi acompanhada por seus três filhos menores de nomes Raimundo, Jacintto e Jeronymo, os quatro escravos, ou seja, a mãe e os três filhos foram negociados pelo valor de 2.050\$000 (dois contos e cinquenta mil réis) na moeda corrente no Império.<sup>219</sup>

A mesma situação ocorreu com a escrava Ana, que no dia 02 de setembro de 1875 foi negociada juntamente com seus dois filhos Sebastião de 12 anos e Manoel de 8 anos, a venda desses três escravos foi fechada no valor de 1.100\$000 (um conto e cem mil réis), tendo como vendedora Thereza Antonia Gonsalves e comprador João Gonsalves Chaves.

De acordo com Scheffer, principalmente na segunda metade do século XIX emergiu uma preocupação quanto à preservação da família escrava, em primeiro porque com o fim do

---

<sup>218</sup> SALGADO, Tânia Pimenta & GOMES, Flávio (organização). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil** / – Rio de Janeiro : Outras Letras, 2016, p. 130

<sup>219</sup> Cartório Alda Nery, Livro de notas compra e venda de escravos 1868-1878, p.27

tráfico transatlântico de escravos uma das formas encontradas pelos senhores para manutenção e renovação de seus plantéis foi por meio da reprodução interna, incentivando o estabelecimento de laços familiares para que essa reprodução pudesse acontecer, discutia-se também entre os contemporâneos que a separação dos membros de uma família consistia em uma das faces mais brutais da escravidão.

Incidia em desconsiderar o pouco de humanidade que aos escravos era atribuída, reduzindo os cativos a meras mercadorias. A insistência no que se refere à separação da família escrava entrava em atrito com os discursos paternalistas sustentados por alguns proprietários da época, no mais, tal atitude colocava em desequilíbrio a relação senhor/escravo incentivando a quebra de vínculos que se poderia ter nessa relação.<sup>220</sup>

Como informa Teixeira, nas últimas décadas do XIX surgiram leis que pretendiam preservar a família escrava ante ao comércio de cativos<sup>221</sup>, o decreto nº 1.695 de 15 de setembro de 1869 no seu artigo 1º instituiu à proibição da venda de escravos em pregões públicos e no artigo 2º foi disposto que em todas as vendas de escravos, sob pena de nulidade da transação, estava a partir daquele momento proibido à separação do marido da mulher, e do filho do pai ou da mãe, a exceção a essa regra seria para os filhos maiores de 15 anos.<sup>222</sup>

No âmbito legislativo a discussão sobre a preservação da família escrava tem um novo capítulo em 1871 com a lei do ventre livre. Na qual a questão é novamente abordada, no artigo 4º inciso 7º, ficou disposto da seguinte maneira que “em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, seria proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe”.<sup>223</sup> Embora a lei tenha regulado alguns aspectos importantes, nessa área reduziu a idade que o escravo poderia ser separado do seio familiar.

No parágrafo seguinte as considerações sobre a preservação do núcleo familiar continuam corroborando que “se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum deles preferir conservá-lo sob seu domínio, mediante reposição da quota, ou parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado”<sup>224</sup>. Desse modo as recorrências dessas transações coletivas devem-se em

<sup>220</sup> SCHEFFER, Rafael da Cunha. “**Lares Partidos: Famílias No Comércio Interno De Escravos (1865-1880)**”. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (UFPR). Curitiba, Maio- 2015, p.1-2

<sup>221</sup> TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no segundo reinado**. Universidade federal de Pernambuco centro de filosofia e ciências humanas programa de pós-graduação em história, doutorado em história, Recife 2016, p.215

<sup>222</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1869, Página 129 Vol. 1 pt. I (Publicação Original) – Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>

<sup>223</sup> Lei do ventre livre (manuscrito). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496715>

<sup>224</sup> Idem

partes a prescrições legais, mas também são resultado de lutas e direitos já conquistados anteriormente no campo dos costumes. Acrescenta-se ainda o interesse massivo por parte dos senhores escravista em explorar mão de obra desses ingênuos que estariam sobre a guarda do proprietário de suas mães, fato que pode sim ter contribuído para a recorrência das transações coletivas envolvendo ingênuos, ainda que em tese estes não fizessem parte da transação nem agregasse grande valor a ela, estavam inseridos diretamente no comércio de escravos por conta de suas genitoras.<sup>225</sup>

No dia 29 de setembro de 1869 o jornal Diário de Belém traz o anúncio da fuga do escravo Joaquim, ele era trabalhador na Fazenda S. Mateus, seu proprietário protestava contra quem desse couto ao dito trabalhador e prometia recompensa a quem desse informações sobre seu paradeiro o anúncio dizia “*põe-se ter hido para o rio Acará aonde tem parentes*”, a fazenda São Mateus localizava-se em Igarapé-Miri<sup>226</sup>.

De todo modo esse caso corriqueiro nas páginas dos jornais da época revela os esforços impetrados pelos cativos na busca de se manter no regaço familiar, o rompimento de determinados acordos costumeiros e legais certamente colocava em turbulência a relação senhor/escravo.

Para João José Reis, os escravos fugiam por uma diversidade de motivos, entre eles abusos físicos, e separação de familiares por vendas ou transferências inaceitáveis, o que pode ter sido o caso do escravo Joaquim quando a “negociação entre senhor e escravo falhava ou nem chegava a se realizar por extremismo senhorial ou impaciência escrava”, os caminhos para a ruptura se abriam.<sup>227</sup>

Por maiores que fossem as restrições em separar filhos de pais e vice-versa o caso dos cativos, Joaquina, André e Manoel, que foram negociados em 24 de setembro de 1873, todo abaixo da idade máxima em que se podia separar menores do núcleo familiar indica a possível exceção na regra, os bastidores dessa transação hoje são inacessíveis, mas possivelmente estarmos diante de uma transação traumática de separação familiar, não há referência à filiação desses menores na escritura em que são vendidos separadamente.<sup>228</sup>

O escravo Martinho em 1870 quando comprado pelo Tenente João Antonio Bahia tinha apenas 10 anos, o valor acordado foi de 800\$000 (oitocentos mil réis), pela lei de 1869 o dito cativo não poderia ser separado dos pais, a transação é individual visto que o imposto

<sup>225</sup> Cf. GEREMIAS, Patrícia Ramos. **Ser “ingênuo” em Desterro/SC: A lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)**. Niterói, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, 2005.

<sup>226</sup> Diário de Belém, Belém, 29 de 1869, p.2

<sup>227</sup> SILVA, Eduardo, REIS, João José. **Negociação e Conflito**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.9

<sup>228</sup> Cartório Samuel Almeida, Igarapé-Miri, Livro de Notas Nº 1, 1871, p. 70

cobrado pela coletoria municipal fazia referência apenas um escravizado, a filiação de Martinho não é descrita, outras possibilidades que não a separação familiar existe, mas, pelas características do registro possivelmente o cativo tenha sido separado do núcleo familiar.<sup>229</sup> Os casos dessa natureza são pontuais nos registros que possuímos, ao trazermos estes exemplos indicando que embora fossem pouco frequentes em função das legislações, e da presumível resistência escrava tais eventos não deixavam de ocorrer efetivamente.

A lei de 1871 trouxe alterações significativas para o comércio de escravos, contudo, este dispositivo legal nasce da emergente necessidade de pôr em liberdade os escravos do Império, não por vontade da elite agrária, maior beneficiada por esse regime de trabalho, mas em função das pressões internacionais, do crescimento dos ideais abolicionistas, da resistência escrava entre outros. Como a elite agrária era dominante, muito mais do que apenas beneficiar os escravizados esta lei buscou contemplar os interesses dos grandes fazendeiros e demais senhores escravistas.

Sidney Chalhoub buscou ampliar a compreensão em relação a multiplicidade da lei de 1871, por um lado, era um meio de manter os interesses da classe senhorial em relação a mão de obra escrava mantendo o *status quo* quase inalterado. Por outro lado, a lei veio garantir o direito legal a uma série de benefícios já obtidos pelos trabalhadores pela lei do costume, como a compra da liberdade por meio da acumulação de pecúlio. De acordo com o autor a própria ideia de ventre livre aspecto central na lei, foi resultado influenciado grandemente pela luta das escravas e de seus representantes na justiça. Desse modo, Chalhoub considera a lei de 1871 como "um exemplo da lei, cujas disposições mais importantes foram desenraizadas pelos escravos da classe proprietária".<sup>230</sup>

Quando Sidney Chalhoub buscou demonstrar que embora os direitos mais importantes da lei tenham sido fruto de conquistas que nasceram de demandas impetradas pelos próprios escravos e seus representantes legais, nos alerta que em relação a mão de obra escrava, o *status quo* manteve-se quase inalterado, o que significa que a liberdade concedida pela lei modificou minimamente para maioria dos escravos sua condição no que diz respeito a prestação de serviço compulsório a determinado senhor.

Para Robert Conrad a lei teria efeito contrário ao que sua proposta sugeria, ao invés de promover a libertação dos escravos e condenar o regime da escravidão, um de seus principais resultados seria colocar no banco de espera o verdadeiro abolicionismo. Não obstante ter sido

---

<sup>229</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de notas S/N 1868-1878, p.23

<sup>230</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 42.

implementada de forma mais eficaz do que a malfadada lei de 1831, a aplicação da lei ainda fracassaria por não concretizar rapidamente a matricular dos escravos ou gerar uma quantidade significativa de libertação por meio do Fundo de Emancipação e, mais importante, por não fornecer aos nascidos pós 1871 condições de vida muito melhores que de um escravo, inclusive em termos de educação.<sup>231</sup>

O saldo positivo de acordo com autor foi o estímulo ao debate abolicionista, tanto no processo de implementação da lei como depois, a década de 1870 presenciou a criação de variadas sociedades e clubes abolicionistas, periódicos dedicados à discussão da libertação do elemento servil. No final da década as mudanças no mundo capitalista o crescimento das imigrações, a disseminação do trabalho livre, ampliação das atividades industriais e de serviços, intensificariam ainda mais o movimento abolicionista no império brasileiro.<sup>232</sup>

Por consequência da lei do ventre livre os menores continuavam a aparecer nas transações agora com a designação “libertos pela lei”, nesse novo momento a presença dos ingênuos não configura um elemento tão significativo na valoração da transação como acontecia antes da lei, tomemos para exemplificar o caso escriturado no dia 12 de março de 1883 na cidade de Cameté. Agostinho Vianna Telles ao decidir vender Libéria mulher escravizada de 30 anos, informava que a mesma ia acompanhada de seus cinco “*filhos libertos pela lei*”, Teodoro de 11 anos, Martinho com 8, Francisca de 4 anos, Francelino com 2, e Antônio de apenas 1 ano de idade.<sup>233</sup>

A transação foi firmada no valor de 1.000\$000 (um conto de réis), se compararmos esse caso com a venda que fez Dona Anna Joaquina Marciel a Albino Nery da Costa dos escravos de nomes Joaquina, André e Manoel de idades respectivamente, 8, 7 e 2 anos, anteriormente mencionados. Os três menores foram negociados em 1873 pelo valor de 2.100\$000 (dois contos e cem mil réis), nesse caso os cativos haviam em tese nascidos antes da lei de 1871, portanto estamos diante de uma típica negociação de escravos que considerava entre outros fatores o tempo de serviço que o trabalhador poderia prestar entre outros fatores.<sup>234</sup>

Portanto, é possível perceber que ocorre uma significativa diferença entre a situação do menor escravizado nas malhas do mercado de escravos antes e depois da lei do ventre livre no que se refere ao processo de valoração de uma transação. A escrava Raulina transacionada

---

<sup>231</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 129-132

<sup>232</sup> CONRAD, R. *Op. Cit.*, p. 142.

<sup>233</sup> Cartório Merise Cunha, Cameté, Livro de Notas Nº 4, 1883, p.2

<sup>234</sup> Cartório Samuel Almeida, Cameté, Livro de Notas Nº 1, 1871, p. 82

em 1882 mesmo em idade valorizada pelo mercado de escravos 25 anos, acompanhada de três filhos, José, Pedro e Maria teve sua venda acordada em 500\$000(quinzentos mil réis), seus filhos todos livres pela lei.<sup>235</sup>

Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quaes terão obrigação de criar-os e tratar-os até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos.<sup>236</sup>

A prerrogativa “de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos”, talvez tenha sido um dos elementos mais significativos no sentido de pouco alterar a condição de vida do menor “liberto” e ao mesmo tempo preso pela lei. Em 1878 constavam de acordo com os dados da matricula em Cametá, 535 filhos livres de mulher escrava, em Igarapé-Miri 468, e Moju 172, e em toda província contabilizava-se 6.033 menores nesta condição.<sup>237</sup>

Neste balanço buscamos demonstrar o perfil etário dos escravos que foram negociados no Vale do Tocantins, além de caracterizar a situação dos ingênuos que caíram nas malhas do comércio de escravos, as diversas legislações a respeito, e o que na prática de fato aconteceu a estes ditos *livres pela lei*. Na próxima sessão falaremos do sexo e preço dos cativos transacionados lembrando que um dos objetivos neste capítulo é traçar um perfil dos trabalhadores escravizados.

### **3.2 Sexo e preço dos escravos transacionados no Vale do Tocantins.**

Em relação ao número de homens e mulheres, tendo em vista a composição do plantel negociado, o que sabemos é que a maioria dos escravizados descritos na documentação eram do sexo masculino, mas quanto à porcentagem exata, é possível perceber qual o papel da mulher escravizada na conjuntura econômica da região?

No universo dos cativos transacionados no Vale do Tocantins revelados na documentação, anotamos 230 homens e 202 mulheres, um percentual de 53,2% e 46,8%. Embora relativamente equilibrado, a maioria masculina se faz presente, a idade dividida por

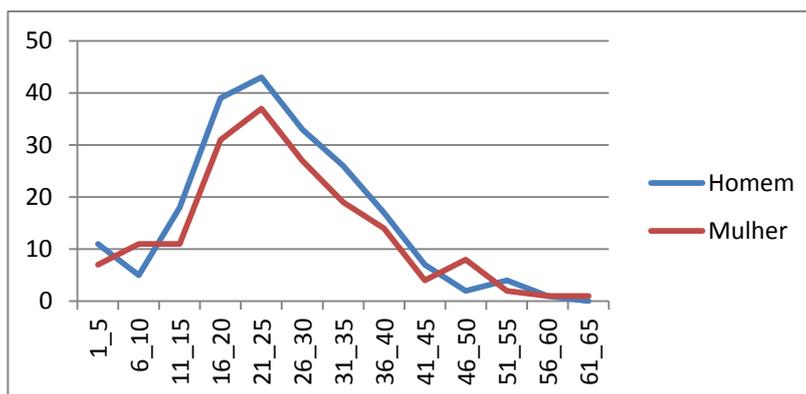
<sup>235</sup> Cartório Samuel Almeida, Igarapé-Miri, Livro de Notas Nº2 1880, p. 52

<sup>236</sup> Lei do ventre livre (manuscrito). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496715>

<sup>237</sup> PARÁ. Relatório apresentado pelo excellentissimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da província, á Assembleia Legislativa Provincial do Pará, na sua 1.a sessão da 22.a legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880, p. 88

sexo traduz o mesmo equilíbrio, demonstrando que tanto homens quanto mulheres eram negociados em sua maioria numa faixa de idade produtiva entre os 20 e os 35 anos. Mesmo havendo sensíveis variações o gráfico a seguir exemplifica o mesmo recorte etário para ambos os sexos como o sendo o mais recorrente nos registros.

**Gráfico 5: Idade dos transacionados dividida por sexo.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, 1842-1887

Neste aspecto o Censo de 1872 pode nos indicar mais alguns elementos importantes, de acordo com levantamento feito para paróquia de Cameté constavam naquele ano 1.050 homens escravizados e 948 mulheres. Para a paróquia de Igarapé-Miri registrou-se 1.069 homens e 1.023 mulheres, e a paróquia de Moju possuía 254 homens e 222 mulheres. Nas três paróquias percebemos que no quadro da população geral ocorre o mesmo equilíbrio entre homens e mulheres indicado nos registros de compra e venda.

É possível perceber nas duas principais paróquias da região, que as mulheres passam a ter certa relevância numérica a partir da faixa etária acima dos 40 anos, no caso de Cameté entre 41 e 100 anos temos 94 mulheres e 82 homens e em Igarapé-Miri, 131 mulheres e 122 homens. É provável que este seja o indicativo de uma maior longevidade feminina nos quadros gerais da população escrava do Vale do Tocantins, os fatores não podemos dizer com precisão, embora possamos supor que as atividades desempenhadas por escravos do sexo masculino principalmente na lavoura teriam impacto direto na sua expectativa de vida. O que não quer dizer que as mulheres não desempenhavam atividades proporcionalmente penosas.<sup>238</sup>

Neste sentido, a lei do ventre livre que instituiu a matrícula obrigatória dos escravos, estabeleceu também quais informações deveriam ser colhidas no ato da matrícula, entre elas

<sup>238</sup> Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 01.

encontramos o item sobre *aptidão para o trabalho*, nesta sessão da matrícula os funcionários responsáveis pela execução da mesma deveriam colocar se o cativo possuía algum ofício específico, se era apto para todo trabalho, ou ainda se possuía alguma limitação. Esta informação que aparece nos registros cartoriais do Vale do Tocantins principalmente a partir de 1873, não consta em grande parte dos registros de compra e venda levantados por esta pesquisa. Por outro lado, o número da matrícula esteve presente em todos os registros a partir de 1872.

As notas que contém a informação sobre a *aptidão para o trabalho* revelam dados sobre variada atuação do trabalhador escravizado nas diversas localidades da região, contudo verificamos a concentração massiva desses trabalhadores nas atividades vinculadas ao cultivo ou à lavoura, onde pelos dados da matrícula eram identificados como *apto para o trabalho/lavrador*. Embora essa designação laboral estivesse mais presente entre os homens, a identificação de mulheres que tinham como ofício o trabalho na lavoura também aparece nos registros.

A cativa Ludovina negociada em 16 de agosto de 1887, matriculada no município de Abaetetuba teve sua classificação para o trabalho descrita como lavradora<sup>239</sup>. Natural do Maranhão, Eugenia(sic) que residia antes de vim para o Grão Pará no município de Alto Mearim, aos 24 anos foi negociada por dois indivíduos de Cametá, sendo descrita como *apta para o trabalho/lavrador*<sup>240</sup>. Deolinda natural de Cametá em 1882<sup>241</sup>, Lucrecia de mesma naturalidade<sup>242</sup> em 1881, ambas foram classificadas como lavradoras, desse modo os exemplos corroboram sobre a atuação das mulheres também em atividades relacionadas à lavoura.

Todavia outros ofícios emergem nos dados da matrícula relacionados às mulheres, Maria da Conceição, por exemplo, mulher escravizada de 21 anos em 1876<sup>243</sup> quando foi negociada, possuía o ofício de lavadeira, ao que parece sua função era tomar conta das roupas de determinada família abastada, muitas vezes acumulando funções de costura e limpeza. Esse também era o ofício de Maria que ainda que estivesse classificada como *apta para todo trabalho*, destacava a matrícula seu ofício de lavadeira.<sup>244</sup>

<sup>239</sup> Cartório 1º Ofício, Abaetetuba, Livro de Notas Nº 5, 1886, p. 91

<sup>240</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/N, 1880, p. 2

<sup>241</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/N, 1880, p. 38

<sup>242</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/N, 1880, p. 6

<sup>243</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de Notas S/N, 1868-1878, p.58

<sup>244</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de Notas S/N, 1868-1878, p.61

Germana (1878)<sup>245</sup>, Leandra (1882)<sup>246</sup>, Manoela (1882)<sup>247</sup>, foram trabalhadoras que possuíam o ofício de costureira, uma profissão bastante requisitada por famílias abastadas da época, habilidade que também poderia ser utilizada para ganho extra, tanto do escravo quanto do senhor. Talvez por esse motivo essas trabalhadoras tenham sido negociadas por preço elevado, Manoela de 23 anos, foi vendida por Dr. Bruno Jansim (sic) Pereira pelo valor de 1.300\$000 (um conto e trezentos mil réis), Leandra com 21 anos teve sua venda firmada por 800\$000 (oitocentos mil réis), mesmo preço que Germana.

As funções desempenhadas pelos cativos podiam extrapolar a categorização registrada no ato da matrícula, mesmo com algum ofício específico os trabalhadores poderiam eventualmente ser remanejados de acordo com as necessidades dos proprietários das fazendas, atividades que poderiam estar relacionadas à lógica produtiva da propriedade ou demandas pessoais dos senhores. A descrição “*apto para todo serviço*” recorrente na documentação abarca inúmeras funções não descritas, mas na conjuntura histórica, exercidas pelos trabalhadores e trabalhadoras, a exemplo de remadores, vendedores (as), lambiqueiros, foguistas, mucamas, calafates e outros.

O ofício que mais aparece para os homens é o de lavrador, conquanto tenhamos outros mais específicos como o de carpinteiro, sapateiro e cozinheiro. Em 21 de junho de 1876 o Padre Alexandre de Lira Lobato oficializou a venda de Heygimo, uma das transações de maior valor nas notas de compra e venda. O Trabalhador tinha 27 anos, e o ofício de carpinteiro, o preço acordado foi de 1.400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis)<sup>248</sup>. No outro extremo em termos de valores estava o cativo Domingos de 23 anos, negociado por apenas 100\$000 (cem mil réis) embora tivesse o ofício de sapateiro na cidade de Cameté em 1885, o baixo preço do cativo estava relacionado ao fato dele possuir uma fratura no braço ou nos termos da documentação, *aleijado do braço esquerdo*.<sup>249</sup>

O escravo Joaquim de 21 anos, em 1881 foi classificado como cozinheiro<sup>250</sup> uma profissão geralmente exercida por mulheres em casas de família, todavia os homens cozinheiros tinham comumente as embarcações que faziam navegação na região como

<sup>245</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de Notas S/N, 1868-1878, p.71

<sup>246</sup> Cartório Merise Cunha, Cameté, Livro de Notas S/N, 1880, p. 35

<sup>247</sup> Cartório Merise Cunha, Cameté, Livro de Notas S/N, 1880, p. 37

<sup>248</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de Notas S/N, 1868-1878, p.56

<sup>249</sup> Cartório Merise Cunha, Cameté, Livro de Notas N° 4, 1883, p.31

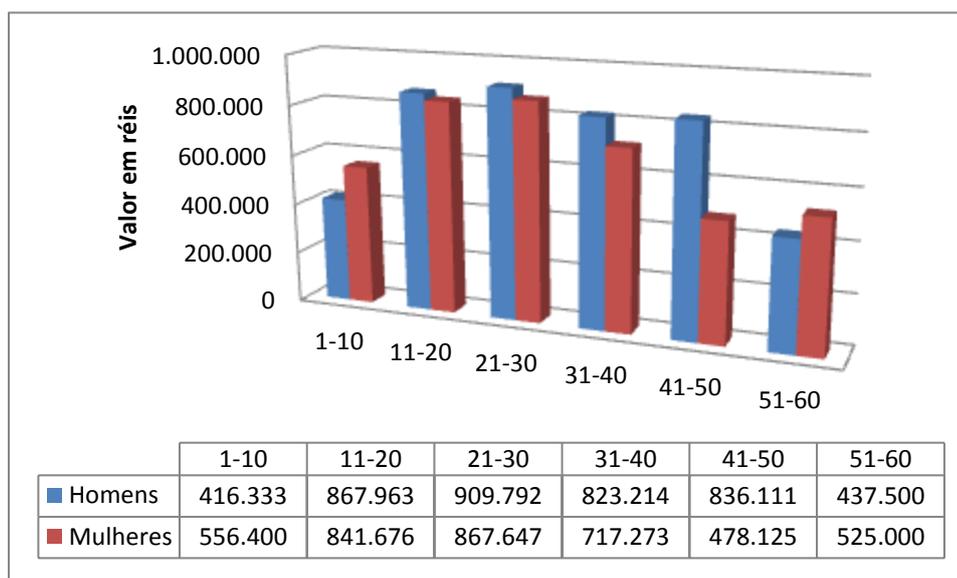
<sup>250</sup> Cartório Merise Cunha, Cameté, Livro de Notas S/N, 1880, p. 11

espaços privilegiados de sua atuação, Wallace se valeu de um desses cozinheiros em suas viagens pelo interior da Província do Pará.<sup>251</sup>

Desse modo, observa-se nos dados levantados o relativo equilíbrio entre escravos de ambos os sexos, tendo os homens pequena vantagem numérica sobre as mulheres. Ao que parece às mulheres possuíam maior longevidade que os homens, e ocupavam espaços de predominância masculina como no caso das cativas empregadas nos trabalhos da lavoura. Todavia como mencionamos, as atividades iam além da lavoura e os ofícios eram variados sendo desempenhados por trabalhadores e trabalhadoras de origem africana.

Outra questão pertinente diz respeito ao preço dos cativos no comércio de escravos. Havia diferenças sensíveis de preço entre homens e mulheres? O mesmo variava de acordo com a idade? Em que faixa etária o cativo era mais valorizado? Quais fatores influenciavam na valoração do trabalhador?

**Gráfico 6: Variação do preço de acordo com o sexo dos escravos.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos 1842-1887.

O gráfico acima foi construído somente com transações individuais, as vendas coletivas não foram computadas, pois traziam apenas o valor total da negociação, não discriminando o valor individual de cada escravizado. Para efeitos da construção do gráfico não adicionamos escravos com alguma deficiência física elemento indiscutível de diminuição

<sup>251</sup>Cf. WALLACE, Alfred Russel. **Viagem pelos rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSC, 1979.

do valor do trabalhador o que influenciaria diretamente na média de preço final. Dos 432 escravizados arrolados nos registros, 339 foram negociados individualmente e 91 em vendas coletivas, 02 cativos possuíam deficiências físicas, um cego e outro *aleijado do braço esquerdo* esse último já mencionado o lhes atribuía valor abaixo da média convencional.

O preço dos escravos modificava de acordo com diferentes variáveis entre eles o sexo, homens em idade produtiva de maneira geral possuíam maior valor que mulheres. Podemos deixar mais evidente essa afirmativa com alguns exemplos. O escravo Lourenço aos 24 anos foi vendido por 1.000\$000 (um conto de réis) em 1876<sup>252</sup>, a cativa Theodora também de 24 anos foi negociada em 1877 por 300\$000 (trezentos mil réis)<sup>253</sup>. Manoel de 28 anos vendido por 1.200\$000 (um conto de duzentos mil réis) em 1882<sup>254</sup>, Roza de 26 anos foi transacionada em 1883 por 1.000\$000 (um conto de réis)<sup>255</sup>.

As diferenças nos preços de homens e mulheres possuíam uma dinâmica até certo ponto inacessível por meio dos registros cartoriais, os valores pagos por escravos da mesma idade, mas de sexos diferentes por vezes se aproximavam, todavia, em muitos casos se distanciavam consideravelmente como no exemplo de Lourenço e Theodora. Em todo caso, de acordo com o gráfico os homens eram bem mais valorizados no comércio de escravos, principalmente na faixa etária de 21 a 30 anos, que compreende os exemplos mencionados, faixa onde temos a maior média de preço.

A valorização masculina chegaria ordem de 4,7%, não considerando as flutuações de preço no tempo, ou seja, períodos em que as conjunturas política, econômica e social causaram certa instabilidade no comércio de escravos provocando queda ou aumento vertiginoso no preço do trabalhador escravizado. Cabe destacar que embora como regra geral homens tivessem preço maior que mulheres não podemos deixar de mencionar os casos em que mulheres foram negociadas com preço superior a homens de mesma idade.

Entre os fatores que influenciavam diretamente no preço do escravo destacam-se o período, o sexo, a idade, ofício, oferta e demanda, estado de saúde e condições físicas do trabalhador entre outros. Com relação a idade e ofício, já gotejamos informações indicando que quanto mais idade tivesse o escravizado menos tornava-se atrativo para o mercado de cativos e conseqüentemente seu preço diminuía de acordo com o gráfico anterior.

---

<sup>252</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de notas S/N, 1868-1878, p.60

<sup>253</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de notas S/N, 1868-1878, p.62

<sup>254</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/N, 1880 p. 62

<sup>255</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/N, 1880 p. 93

Por outro lado, em relação ao ofício, ainda que em idade pouco valorizada, tendo o cativo uma profissão conseguia aumentar consideravelmente seu preço e a procura por sua mão de obra.

Vinculados a estes fatores podemos considerar outros elementos secundários, por exemplo, o escravo mais caro que consta nos registros custou 1.700\$000 (um conto e setecentos mil réis), chamava-se Antonio Pedro de Almeida, com idade de 45 anos foi vendido em 17 de setembro de 1869, pelo lavrador Jozé Maria Fernandes Campos ao comerciante Manoel Gonçalves Tourão. Duas coisas nessa transação chamam a atenção: primeiro a idade avançada do escravo, o que deveria diminuir o seu valor, em seguida o fato de ser o único cativo em nossos registros com nome e sobrenome, algum capital simbólico este fato deveria carregar.

Os nomes de forma geral estiveram sempre diretamente ligados a ideia de identificação, significação, pertencimento e classificação, os estudos que se dedicam aos processos de nomeação no Brasil colônia e no império destacam o papel do nome como definidor de hierarquia social e classificação de grupos sociais, algumas famílias no século XIX faziam questão de reproduzir por gerações os nomes e sobrenomes que carregavam consigo todo o capital simbólico presente naquele grupo familiar.<sup>256</sup>

No caso dos escravizados o processo de imposição e apropriação de nomes foram questões de ordem simbólica que estiveram presentes em todo processo de escravização desde o continente africano até a chegada desses indivíduos nas Américas, não obstante o fato de terem sido transformados em “mercadorias” estavam também sujeitos aos mecanismos de controle e da lógica burocrática montada em torno do tráfico atlântico de escravos, e esse controle passava pelo batismo e atribuição de um nome cristão como elemento de identificação.<sup>257</sup>

Para Marques no mundo luso-brasileiro os homens e mulheres escravizados detinham um único nome, e em geral era aquele designado na ocasião do batismo, a utilização de sobrenomes como elemento indicador de personalidade não estava ao alcance da maior parte da população servil.<sup>258</sup> Para Palma e Truzzi, o simples registro de batismo oferecia aos cativos a possibilidade de ter um nome, isto é, um contorno de individualidade. Não foram poucas as

<sup>256</sup> Cf. CAMILO, Nathan. —**Feliz o homem que deixa um bom nome! práticas de nomeação e apadrinhamento na freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810)**. Trabalho de Conclusão de Curso. São Leopoldo, Unisinos, 2011;

<sup>257</sup> PALMA, Rogerio da. TRUZZI, Oswaldo. **Renomear para Recomeçar: Lógicas Onomásticas no Pós-abolição**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 61, no 2, 2018, p. 314

<sup>258</sup> Marques, Rachel dos Santos. **Práticas de nomeação e população escrava em Rio Grande de São Pedro, século XVIII**. Anais, 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR), 2015, p.15

investidas que escrivães, notários, tabeliões, padres e fazendeiros fizeram para tentar amenizar ao máximo essa individualidade.<sup>259</sup>

Nesse universo ainda de acordo com estudos de Palma e Truzzi a quantidade de sobrenomes estava diretamente ligada e proporcional ao status social da pessoa designada, o autor indica ainda que em relação aos escravos parece ter havido um certo controle e violência simbólica no processo de nomeação. De maneira geral os cativos eram nomeados com nomes de santos, alguns posteriormente passaram a caracterizar quase exclusivamente nomes de escravos.<sup>260</sup>

De acordo com Freyre citado por Palma e Truzzi,

Quanto aos nomes cristãos, parece que por muito tempo pouca diferença houve entre os dos brancos e os dos negros, tirados todos da folhinha. Nomes de santos – predominado o de João – que livrava a casa de menino com esse nome do diabo vir dançar à porta: e os de Antônio, Pedro, José, nomes de santos poderosos que impediam o sétimo filho da família de virar lobisomem. Mesmo sem ter havido diferenciação ostensiva, podem-se considerar certos nomes – Benedito, Bento, Cosme, Damião, Romão, Esperança, Felicidade, Luzia – como caracteristicamente de negros.<sup>261</sup>

Dentro desse contexto, dos 432 escravos arrolados nas escrituras de compra e venda apenas 06 possuíam sobrenome, os demais possuíam somente um nome, em determinados casos iguais ao primeiro nome de alguns senhores, algo relativamente comum tal como indicado por Freyre na citação, nesse processo cabe levar em consideração as relações de compadrio e processos de escolha dos nomes desses escravos, que em geral eram definidos pelos padrinhos ou pelos próprios senhores.<sup>262</sup>

Havia também os casos dos escravos que possuíam nomes compostos, tais como, Antonio João, Antonio Marcos, José João, José Lisboa, José Thomas, Luiz Gonzaga, Manoel Bernardo, Manoel João, Manoel Raimundo, Maria Bernarda, Maria Joana, Maria Joreca, Maria Manoela, Maria Paula, Maria Roza, Martta Maria, Serafim Antonio. Nesses casos é possível perceber a forte influência do cristianismo na escolha dos nomes, algo já ressaltado, personagens do enredo cristão como Maria, José, João, Marcos tem seu lugar de destaque na nomeação.

<sup>259</sup> PALMA, Rogerio da. TRUZZI, Oswaldo. Op, Cit, p.316

<sup>260</sup> Idem

<sup>261</sup> PALMA, Rogerio da. TRUZZI, Oswaldo. Op, Cit, p.316-317

<sup>262</sup> Cf. FERREIRA, S. L.. **Transmissão de sobrenomes entre luso-brasileiros: uma questão de classe.** Boletim de história demográfica, São Paulo, ano 12, n. 36, p. 34-48, abr. 2005.

Como bem observado por Palma e Truzzi a quantidade de nomes de uma pessoa vinculava-se ao seu prestígio social, no caso dos escravos a atribuição de apenas um nome implicitamente buscava designar o lugar dos escravizados no tecido social, e buscava camuflar a indiscutível personalidade humana por trás do conjunto de elementos simbólicos e discursivos que tendiam colocar o homem negro escravizado em categoria inferior.

Alguns cativos conseguiram subverter certas amarras da violência simbólica enfrentada por eles e que começava pela escolha do nome, pouco sabemos sobre os indivíduos que foram identificados com algum sobrenome e quais os processos de construção desses elementos de nomeação, novamente a inspiração religiosa toma relevância também na escolha do sobrenome, Manoel dos Passos, Maria da Conceição, Maria das Mercês, Maria do Espírito Santo, Maria dos Anjos, sobrenomes que atravessaram os anos e são facilmente ouvidos nos dias atuais.

O caso do escravo Antônio Pedro de Almeida o único cativo que apresenta nomeação de perfil diferente daqueles observados para os escravos, aproximando-se a designação de alguns senhores de origem luso-brasileira, pode estar relacionado a um processo de apropriação do nome como elemento simbólico por parte do escravo.

Aliado ao capital simbólico possível adquirido pelo escravo o alto valor pelo qual foi negociado não estar dissociado de fato de ele ser um trabalhador especializado por duas vezes observamos na documentação a indicação de que este era um *carapina*, quer dizer, —um trabalhador especialista em construções rurais diversas, uma espécie de carpinteiro de grande importância para o funcionamento dos engenhos.<sup>263</sup>

De acordo com Barroso, os trabalhadores com ofício especializado possuíam lugar privilegiado na hierarquia social da comunidade escrava, e não apenas nela, possuíam certo prestígio e consideração diante dos senhores de escravos. Capital simbólico construído em torno de uma ocupação primordial para a estrutura de trabalho nas fazendas e engenhos, é possível que a partir disso Antônio Pedro de Almeida tenha encontrado mecanismos para construção de um sobrenome que mais do que um elemento de identificação era sobretudo uma forma de qualificação e diferenciação dentro da comunidade.

É possível dizer que Antônio Pedro de Almeida já estava na família de José Maria Fernandes Campos há algum tempo em função de ter sido deixado como herança por ocasião da morte do pai do referido vendedor, embora precisemos investigar com mais profundidade para responder como Antônio Pedro de Almeida construiu seu sobrenome e fez com que este

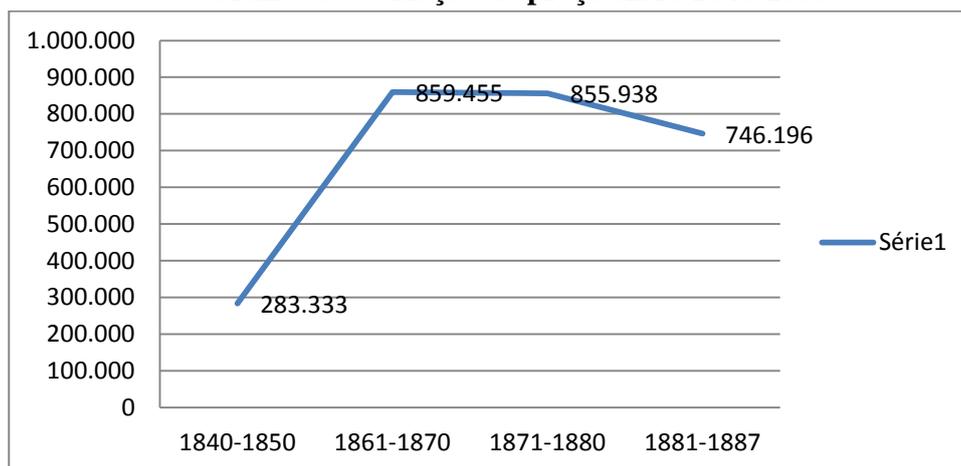
---

<sup>263</sup> BARROSO, Daniel Souza. **Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)**. Afro-Ásia, Salvador, n. 50, p. 93-128, jul.-dez. 2014.

fosse reconhecido de certo modo até em nível jurídico, já que mesmo podendo identifica-lo apenas como Antônio ou Antônio Pedro, o tabelião registra seu nome e sobrenome.<sup>264</sup>

Outro fator que tinha influência direta no preço do escravo era a integridade e o vigor físico, Agostinho, cor descrita como preta, idade não informada, negociado em 07 de dezembro de 1868 vendido por Rodrigo Lopes de Azevedo a Claudio Rodrigues de Pinto é qualificado como *cego ou quase cego e achacuzo*. A escritura o descreve como *preto africano*, a transação foi fechada por 100\$000 (cem mil réis) preço muito baixo, e que certamente foi influenciado pela condição física do cativo entre outros fatores. Desse modo ao se avaliar um trabalhador escravizado para compra e venda levava-se em consideração uma série de fatores que somados indicavam o preço do cativo no comércio de escravos.

**Gráfico 7: Variação de preço entre 1840-1887.**



Fonte: Livro de notas registros de compra e venda, 1842-1887.

O período em que a transação ocorria poderia ser decisivo na definição do preço praticado no mercado de escravos, o gráfico acima traduz com bastante clareza os reflexos do fim do tráfico internacional sobre os preços dos cativos comercializados. Entre 1840-1850 o preço médio dos cativos não chegava a 400\$000 (quatrocentos mil réis), ainda que no recorte de 1851 a 1860 não tenha sido registrado nenhuma transação, a década posterior, isto é, de 1861 a 1870 revelaria um aumento vertiginoso na média geral dos preços praticados no comércio de escravos do Vale do Tocantins em função justamente da abolição do tráfico.

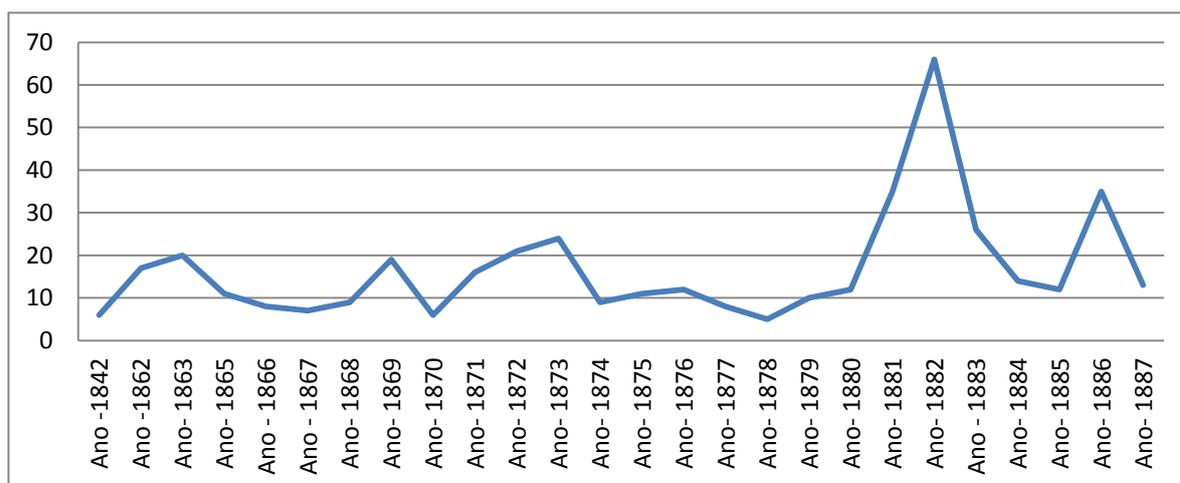
O período entre 1780 e 1850 é aquele em que houve o maior volume registrado de importação de escravos na história do Brasil, nessas décadas via tráfico atlântico aportaram

<sup>264</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de notas S/N, 1868-1878, p. 15

nos diversos portos brasileiros cerca de 2,5 milhões de cativos, mais da metade do total acumulado nos três séculos do tráfico.<sup>265</sup> Desse modo o aumento dos preços pós 1850, atribuído por diversos autores ao término do tráfico atlântico, vincula-se igualmente ao efeito de um aumento de demanda, visto que a não reposição de novos trabalhadores nativos do continente africano, tornou o Brasil a única fonte de mão de obra escrava para as propriedades rurais em expansão.

No Vale do Tocantins o pico dos preços é atingido entre 1861 e 1870 onde a média geral chegou à 859\$455 (oitocentos e cinquenta e nove, quatrocentos e cinquenta e cinco mil réis) o que significa em relação ao período de 1840-1850 um aumento de aproximadamente 67%, entre 1861 e 1870 como dissemos, ainda que tenha sido o período de maior alta dos preços não foi o período de maior movimentação no comércio de escravos da região.

**Gráfico 8: Escravos negociados no Vale do Tocantins entre 1842-1887.**



Fonte: Livro de notas compra e venda de escravos 1842-1887

O volume das transações variou bastante no decorrer dos anos, a primeira metade da década de 1870, não obstante os desdobramentos da lei de 28 de setembro de 1871 no comércio de cativos em todo Império, representou um momento de relativo aquecimento nas vendas de escravos no Vale do Tocantins, seguido de uma queda acentuada a partir do final de 1874 seguindo em baixa até o início dos anos 1880.

No início da última década do regime escravista no Brasil os dados relativos à região Tocantina revelam uma diminuição dos preços e um aumento exponencial de transações, os

<sup>265</sup> Base de dados, slavevoyages.org.

primeiros anos da década de 1880 foram responsáveis por quase metade de todo volume de escravos negociados entre 1842 e 1887. Contudo, se analisarmos separadamente as comarcas de Cametá e Igarapé-Miri perceberemos nitidamente que o comércio de escravos na comarca miriense esteve mais aquecido na década de 1870, enquanto a comarca de Cametá vivenciou seu maior número de transações exatamente nos anos 1880.

Todavia, em ambas o volume de negociações nas últimas décadas da escravatura manteve-se em crescimento, entre 1861 e 1870 foram negociados 97 escravos, de 1871 a 1880 registrou-se 128 escravizados transacionados, e de 1881 a 1887 tivemos um salto para 201 cativos. Tal crescimento contrasta com a realidade de outras regiões do Brasil visto que os últimos anos do regime escravista o número de transações tendeu a diminuir, enquanto no Vale do Tocantins as negociações foram recorrentes na última década do regime escravista.

Concluindo esta sessão nos interessa saber quem eram os indivíduos que mesmo nos derradeiros anos da escravidão no Brasil estavam adquirindo ou vendendo seus escravos, qual seu perfil, suas ocupações no âmbito econômico e político, e a relação que estabeleciam com os trabalhadores escravizados. Estes são alguns dos pontos que discorreremos no próximo item.

### **3.2 O perfil dos senhores de escravos nos registros de compra e venda.**

Compreender o perfil dos vendedores e compradores presentes nos registros é entender até certo ponto, quem eram os indivíduos que davam dinâmica ao comércio de escravos no Vale do Tocantins. Neste aspecto, os registros nos apontam uma diversidade de sujeitos envolvidos nesse mercado, desde grandes proprietários de terras e engenhos, comerciantes, até pequenos lavradores. Neste item pretendemos averiguar quais as características dos indivíduos que possuíam em suas propriedades ou empreendimento a mão e obra escrava, e como estavam ligados diretamente em alguns casos ao poder político da região.

Começaremos pelos vendedores de escravos registrados nas notas de compra e venda, alguns poucos nomes presentes entre vendedores irão se repetir na relação dos compradores, no entanto, a maioria dos indivíduos aparece ou só comprando ou só vendendo seus escravos.

Foram registrados 327 senhores vendendo cativos, entre eles destacam-se 282 homens e 45 mulheres, o que demonstra que o comércio de escravos era um domínio que pertencia em grande parte aos homens. É interessante ressaltar em relação às mulheres que o fato de o texto do registro usar o prefixo *Dona* antes do nome da maioria delas, indica que possivelmente possuíam capital simbólico que lhes atribuía prestígio e respeito em um terreno de

predominância masculina, eram em sua maioria viúvas de cidadãos de posses que passaram a comandar os negócios da família.

Para este grupo muito variado de indivíduos nem sempre os tabeliões registravam características mais específicas desses sujeitos como profissão, ou patente contudo para alguns foram registradas as profissões, patentes da guarda nacional e outros. Entre os vendedores encontramos 28 senhores com alguma patente da guarda nacional, 01 alferes, 11 capitães, 05 coronéis, 01 tenente, 07 tenentes coronéis e 03 majores. Destacam-se também 01 Padre, 02 negociantes, 07 doutores (ao que parece todos advogados), 08 comerciantes, e 08 lavradores.

O acesso a mão de obra escrava não estava restrito apenas a uma elite política e agrária, verificar a presença de pequenos e médios lavradores permite pensar sobre a disseminação do uso de trabalhadores escravizados na região tanto em grandes empreendimentos agrícolas como em pequenos sítios e propriedades de menor porte, voltaremos a este ponto ainda nesta sessão. Desse universo de 327 vendedores, 22 merecem destaque pela quantidade de escravos que negociaram, 33 senhores venderam dois escravos, e o restante apenas um.

**Quadro 8: Senhores que mais venderam escravos no Vale do Tocantins.**

<b>Vendedor</b>	<b>Escravos vendidos</b>
Coronel Joaquim Cardozo d' Andrade (herdeiros)	20
João Pedro de oliveira Machado	6
Manoel Raimundo Ramos e Maria Thereza de Jesus	6
Carlos Euzebio de Moraes	5
Henrique Rediz	5
Luiz Antonio Ferreira Guerreiro	5
Manoel Victorio Ribeiro Machado	5
André Gomes	4
Francisco de Paiva e Castro	4
Manoel José Marques Gonçalves	4
Ana Joaquina Lobato e Filhos	4
Francisco Antonio Pereira de Castro	3
Ambrozio Philo Creão	3
Agostinho Monteiro Gonçalves de Oliveira	3
Raimundo Antonio Martins	3
Gregorio Antonio de Farias	3
José Pena Cabral	3
Raimundo jozé Pinheiro	3

Dona Anna Joaquina Marciel(sic)	3
Dona Emilia Gonçalves dos Santos Mindello	3
Dona Maria do Carmo de Oliveira Pantoja	3
Thereza Antonia Gonsalves	3

Fonte: Livro de notas, registros de compra e venda de escravos 1842-1887.

O primeiro nome da lista é do Coronel Joaquim Cardozo d' Andrade com 20 escravos vendidos, na verdade quem negocia esses trabalhadores é sua filha Anna Cardozo d' Andrade, uma das herdeiras dos bens deixados pelo referido coronel, as tratativas legais são realizadas por procuração pelo Dr. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas marido de Anna Cardozo.<sup>266</sup>

O coronel Joaquim Cardozo d' Andrade embora tivesse fixado residência em Belém nos últimos anos de sua vida, tinha fortes ligações com a comarca de Cametá, de acordo com a procuração anexa as notas de compra e venda, Anna Cardozo residente na capital autorizava a venda de *quaisquer bens de raiz, moveis ou semoventes* de seu falecido pai distribuídos pela referida comarca, e demais partes da Província.<sup>267</sup> É possível que estes 20 escravos pertencessem há alguma propriedade do coronel Joaquim Cardozo d' Andrade em Cametá, embora não esteja claro na documentação, podemos inferir baseado no lugar onde os cativos foram matriculados exatamente no município de Cametá. O que de fato não garante que estes trabalhadores não tenham sido eventualmente transferidos para outro espaço, todavia o tendo o procurador se deslocado de Belém para lavrar as escrituras em cartório na cidade de Cametá é mais uma evidência de que os escravos estavam na região.

Pelos dados da matrícula é possível dizer que o plantel de Joaquim Cardozo d' Andrade era muito maior do que apenas os 20 cativos transacionados. Os escravizados ao serem matriculados a partir de 1872 recebiam dois números de identificação um maior, o da matrícula geral e um menor o número da relação.

O número da matrícula geral estava relacionado a posição que o cativo se encontrava no universo dos escravos matriculados naquele determinado município, vila ou freguesia. O escravo Fernando de 54 anos negociado no pacote dos 20 cativos do coronel Joaquim Cardozo d' Andrade, foi matriculado na posição 1.130 da matrícula geral do município de Cametá, o que obviamente significa que antes dele já houvera ocorrido 1.129 matrículas.<sup>268</sup> Já o número da relação informava em que posição o cativo se encontrava dentro da lista dos

<sup>266</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/N, 1880, p. 46

<sup>267</sup> Idem, p.47

<sup>268</sup> Idem, p. 50

escravos apresentados pelo senhor no ato da matrícula, no caso do escravo Fernando ele era o trabalhador de número 93 do plantel de Joaquim Cardozo d' Andrade.<sup>269</sup>

Desse modo, estamos diante de um grande senhor escravista com um plantel de não menos que 93 trabalhadores escravizados, já que este é o maior número de relação que aparece nos 20 registros. É possível que esse quantitativo fosse ainda maior, de acordo com o testamento do coronel Joaquim Cardozo d' Andrade, uma de suas últimas vontades registradas foi a libertação de alguns de seus escravos, em 09 de março de 1882 o jornal Diário de Notícias publicava a seguinte notícia.

O Sr. Coronel Joaquim Cardozo de Andrade declarou em testamento que deixava livre do cativeiro os seus escravos: Francisca, carafusa, a filha desta Maria Geralda, mulata; Joanna, molata, filha da finada Luzia, Maximiano, preto, Josepha e Caridade, sendo esta filha de Nazaré (sic).<sup>270</sup>

Nesse caso temos a libertação de 06 cativos, somando-se 99 escravos que possivelmente pertenciam ao coronel Joaquim Cardozo d' Andrade, o que revela o importante cabedal financeiro deste sujeito. Não temos grandes detalhes sobre a vida, os bens e seu ramo de atuação econômica, o que sabemos é que em 1861 ele era comandante superior da guarda nacional na cidade de Cametá<sup>271</sup>. E em 1868 assumiu a presidência da câmara municipal da referida cidade tomando o mais alto posto administrativo daquela comarca.<sup>272</sup> Portanto, o coronel Joaquim Cardozo assim como outros senhores além dos empreendimentos econômicos que possuíam, também atuavam na esfera política conformando elites dominantes nas diversas localidades da região.

Além do coronel Joaquim Cardozo vale destacar outros senhores da região que podem servir para exemplificar parcela significativa dessa categoria de proprietários rurais detentores de escravos, entre eles o Coronel Antônio Francisco Caripuna, embora não esteja entre os 22 que mais venderam cativos foi um dos mais importantes proprietários de escravos, engenhos e terras do Vale do Tocantins, de acordo com Cristina Donza Cancela<sup>273</sup>, que analisa no período de 1870 à 1920 as transformações ocorridas nas riquezas das famílias de elite de Belém, o Coronel Caripuna se destaca em um universo de 101 inventários da década de 1870 analisados pela autora, como um dos cinco maiores proprietários de escravos.

<sup>269</sup> Idem

<sup>270</sup> Diário de Notícias, Belém, 09 de março de 1882, p.2

<sup>271</sup> Treze de Maio, Belém, 23 de fevereiro de 1881, p.6

<sup>272</sup> Almanak : Administrativo, Mercantil e Industrial (PA) - 1868 a 1873, p.352

<sup>273</sup> CANCELA, Cristina Donza. **Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920**. Topoi, jan-jun, V. 10, Nº. 18, p. 24-38, 2009, p. 26

De um total de 379 indivíduos arrolados nos 54% dos inventários que continham essa informação, segundo a autora, Caripuna possuía um engenho na Villa Sant'Ana de Igarapé-Miri com maquinário e utensílios para o funcionamento de alambique e olaria. No seu inventário estão arrolados 47 escravos que contabilizavam 36% de seu patrimônio, o coronel possuía dois engenhos no total, além de outras benfeitorias, casas trapiches, terras, terrenos e casas localizados em Belém.

O filho de Caripuna foi proprietário e fundador junto com Hygimo Amanajas do primeiro periódico de Abaeté, um jornal de nome *O Abaeteense*<sup>274</sup> que discorria sobre os mais diversos assuntos relacionados à Abaetetuba, como sugere a primeira edição do jornal.<sup>275</sup>

O coronel Caripuna engajava-se na política como membro atuante do partido Conservador e líder do mesmo partido na comarca de Igarapé-Miri, além de comandante superior da guarda nacional na localidade. Por ocasião de sua morte recebe uma homenagem do partido no jornal *A Constituição*, que pertencia ao referido partido Conservador na edição do dia 5 de fevereiro de 1877. Outros jornais da época como *Regeneração* e *Liberal*, fizeram suas homenagens ao coronel Caripuna indicando a significativa importância de sua figura no cenário político e econômico da província do Pará.<sup>276</sup>

É bem verdade que nem todos os senhores escravistas tinham esse destaque econômico, político e social quanto os coronéis Joaquim Andrade e Caripuna, todavia são estes indivíduos de certo prestígio que deixaram rastros nos jornais, documentações cartoriais e judiciárias que nos permitem ter acesso a informações mais detalhadas sobre suas trajetórias.

O Tenente Agostinho Gonçalves de Oliveira é um desses indivíduos que deixaram registros interessantes, além das notas de compra e venda de escravos temos a já mencionada crônica escrita por ele em 1890 e depois publicada novamente por Eládio Lobato em 2005 com o título de “Igarapé-Miri no Século XIX”.

Na crônica Agostinho Gonçalves de Oliveira faz em primeiro lugar, um panorama histórico da localidade, trazendo dados que remontam a fundação da Villa Sant'Ana de Igarapé-Miri. Em seguida passa a refletir sobre a fertilidade do solo e a variedade de produtos que a localidade produzia. Dar ênfase maior a construção do canal de Igarapé-Miri e o progresso econômico trazido por ele, no entanto o autor começa a tecer uma série de críticas,

---

<sup>275</sup> ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. “O Longo Caminho Dos Corrêa De Miranda No Século Xix: Um Estudo Sobre Família, Poder E Economia”. Dissertação ( (Mestrado) Instituto de filosofia e ciências humanas, programa de pós-graduação em História social da Amazônia-UFPA. Belém, 2012, p.54

<sup>276</sup> *A Constituição*, Belém, 3 de março de 1877, p. 2

tendo em vista que o progresso econômico experimentado pela localidade com a construção do canal deu lugar a um cenário de crise econômica.<sup>277</sup>

Agostinho Gonçalves de Oliveira traz um cenário de crise econômica nas décadas finais do século XIX no município de Igarapé-Miri e dentre os motivos apresentados por ele, um chama atenção. No caso, diz respeito a abolição da escravatura como golpe contundente na economia local, “*tendo em vista que tais eram os lavradores que faziam a terra produzir*”. Para, além disso, a desestruturação do regime escravista incidirá na falência de uma série de engenhos que dependiam dessa mão-de-obra para funcionar. Assim, o autor lista o nome desses engenhos.

Para que se reconheça a decadência agrícola do município de Igarapé-Miri, vou nomear aqui os engenhos que desapareceram depois da abolição da escravatura, uns por serem demolidos e outros por serem vendidos para fora da comarca<sup>278</sup>.

#### **Quadro 9: Engenhos que desapareceram após a abolição em Igarapé-Miri**

<b>Nome do Engenho</b>	<b>Proprietario</b>	<b>Movido á</b>
Engenho Central		Vapor
Engenho Ponta Negra		Vapor
Engenho	do capitão João Miranda	Vapor
Engenho Bansolar		Vapor
Engenho Santa Rosa		Água
Engenho	do Tenente Raymundo Pinheiro	Água
Engenho	do Tenente João Portugal	Água
Engenho	de Joaquim Bahia	Água
Engenho	de Faria Brasil	Água
Engenho	do Coronel Pedro Honorato	Água
Engenho	do Capitão Manoel Moura	Água
Engenho	de Manoel Lins	Água
Engenho	de Dona Anna Penna/ rio Anapú	Água
Engenho	de Dona Juanna Penna/ rio Santo Antonio	Água
Engenho	do Capitão Manoel Luiz	Água
Engenho	de Manoel Victório	Água
Engenho	do Capitão Crescencio	Água
Engenho	de Antonio J. Pinheiro lobato	Água
Engenho	de Ivo Pantoja	Animais
Engenho	do Carmo da Espera	Animais

<sup>277</sup> D'OLIVEIRA, Agostinho Monteiro Gonçalves. **Crônicas de Igarapé-Miry**. Belém: Imprensa Oficial, 1904, p. 59, 60

<sup>278</sup> Idem

Engenho	de Manoel José Pantoja	Animais
Engenho	do Chidó	Animais
Engenho	de Francisco Quaresma	Animais
Engenho	do Bandeira	Animais
Engenho	de Francisco Pinheiro	Animais
Engenho	de Luiz Rodrigues da Silva	Animais
Engenho	de Rodrigo da Silva	Animais
Engenho	de João da Matta	Animais
Engenho	de Antonio Felix	Animais
Engenho	de Manoel Antonio Lobato	Animais
Engenho	de Dona Isabel Monteiro/ Ponta Negra	Animais
Engenho	de Desiderio Affonso	Animais
Engenho	de Felisardo Quaresma	Animais
Engenho	de Januario Algravio	Animais
Engenho	de Francisco Lobato	Animais
Engenho	de João Romão	Animais
Engenho	de Inêz Pinheiro	Animais
Engenho	de Gaspar Correa	Animais
Engenho	de Luiz Amorim	Animais
Engenho	José da Silva	Animais
Engenho	Dona Angela Albuquerque	Animais
Engenho	de Camões	Animais
Engenho	de Tótó	Animais

Fonte: OLIVEIRA, 2005 p.59, 60.

Importante observar como o argumento da citação sugere a necessidade imprescindível da escravidão para a manutenção dos engenhos. A maioria dos engenhos citados pela crônica de Agostinho Gonçalves eram movidos a água e a animais, indicando empreendimentos de pequeno e médio porte<sup>279</sup>. Os engenhos movidos a animais provavelmente eram empreendimentos menores, tendo em vista, que os custos de sua instalação em relação aos movidos a água, eram significativamente reduzidos.

Na relação 25 engenhos com tração animal não resistiram, não apenas a falta de mão-de-obra escrava mais também, a um novo cenário econômico que se estabeleceu no final do século XIX com o declínio da economia canavieira e a ascensão da economia da borracha.

A presença desses diversos tipos de engenhos informados por Agostinho é confirmada nas documentações cartoriais, em 26 de fevereiro de 1881 no distrito de Abaeté, dona Thereza de Jesus Nery celebra com seu filho Emydio Nery da Costa um contrato de locação de um

<sup>279</sup> Cf. MARQUES, Fernando Luiz Tavares. **Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

engenho movido a vapor com todas as benfeitorias da propriedade inclusive os escravos que trabalhariam na produção de aguardente.<sup>280</sup>

Em 05 de abril de 1881, no contrato de arrendamento de uma engenhoca localizada no primeiro distrito de Igarapé-Miri incluía-se, casa de vivenda coberta com telha contendo uma engenhoca de moer cana, dois bois mansos de engenho e uma escrava de nome Gregoria, não ficando o locatário responsável por fuga ou morte da referida escrava.<sup>281</sup>

A crônica de Igarapé-Miri no século XIX, não apenas tratou do referido município, hoje sabemos que a obra foi publicada em três volumes entre 1890 e 1904, o segundo volume não temos conhecimento do conteúdo, mas o terceiro recupera dados importantes sobre o município de Moju no século XIX e o que levou a falência de importantes propriedades rurais que tanto movimentavam a economia local e abarcavam mão de obra escrava.<sup>282</sup>

No caso de Moju, de acordo com o tenente Agostinho, o que teria levado a ruína de importantes empreendimentos agrários teria sido exatamente o abandono da agricultura em função da exploração da borracha em uma localidade onde as comunicações rápidas e eficientes tanto com a capital como com o interior privilegiava o escoamento da produção agrícola, o autor lembrava a prosperidade agrícola da localidade exemplificada por importantes fazendas agrícolas e engenhos que pontilhavam o rio Moju, em seguida passa a descrever segundo ele, a pobreza de uma região que tinha abandonado a agricultura.

Em lugar dos extensos milharais, feijoads, arrozaes, etc. e dos vastos canaviais que se devisavam em toda margem do rio Moju e seus igarapés e constituíam sua riqueza e abundância, vêm-se hoje espessas capueiras incultas a indicarem o abandono criminoso em que ficaram aquellas férteis e produtivas paragens agrícolas; e nas toscas barracas que aqui e ali se encontram, a borda do rio uma pequena *montaria* um páo servindo de escada para embarque e desembarque, e um ou dois baldes para o leite de seringa, ao sol, suspensos em uma vara fincada no solo. O abandono da agricultura, pela preferência que é dada à indústria extractiva da borracha, é a causa principal e capital de toda essa miséria dos habitantes de Moju e adjacências[...]<sup>283</sup>

As impressões de Agostinho revelam as preocupações de um antigo senhor de escravos que dedicou-se por longos anos a agricultura como principal meio de produção de riqueza, para ele não haveria outra forma de recuperar a prosperidade do lugar sem um

<sup>280</sup> Cartório Samuel Almeida, Igarapé-Miri, Livro de Notas N°2 1880, p. 13

<sup>281</sup> Idem, p. 18

<sup>282</sup> D'OLIVEIRA, Agostinho Monteiro Gonçalves. **Crônicas de Igarapé-Miry 3ª Parte A Villa do Mojú**. Pará-Brazil: Typ. e encadernação o instituto Lauro Sodré, 1904, p.12

<sup>283</sup> Idem, p. 11

retorno as práticas agrícolas de outros tempos. Para os trabalhadores de Moju, o extrativismo da borracha era mais lucrativo e menos penoso que o constante trabalho da lavoura, o que Agostinho não concordava por isso constrói uma série de argumentos para sobrepor a agricultura ao extrativismo.

Estando entre senhores escravistas do Vale do Tocantins o tenente Agostinho traduz um pouco da mentalidade de uma classe proprietária de terras e fortemente ligada a agricultura sustentada na exploração do trabalhador, assim sendo, suas crônicas e sua trajetória merecem destaque entre os vendedores de escravos que buscamos comentar. Obviamente poderíamos colocar em pauta a trajetória de outros senhores, deixaremos isso para outro momento. Cabe perguntar qual o tamanho do plantel desses senhores de escravos que estão na lista dos vendedores.

Embora não tenhamos os inventários dos 327 vendedores, o que nos permitiria afirmar com maior precisão sobre esses plantéis, podemos tirar conclusões preliminares a partir dos dados da matrícula. O número que o escravo se encontrava na relação dos cativos pertencentes a determinado senhor e que foram submetidos a matrícula, podem em alguns casos indicar a magnitude de um plantel, exercício feito anteriormente no caso do coronel Joaquim Cardozo.

Cabe ressaltar que são dados parciais, existe uma série de implicações ao tentar delinear a estrutura de posse escrava pela matrícula, a primeira questão, é que sendo determinado cativo matriculado por um senhor X, e posteriormente negociado seu número de matrícula não sofria alteração estando vinculado ao antigo proprietário que efetuou a matrícula. O cativo Lazaro, matriculado no município de Cametá com o número 2980<sup>284</sup> da matrícula geral e 02<sup>285</sup> da relação, foi vendido por Jesuino Gomes dos Santos a Pedro Ferreira de Farias em 1881,<sup>286</sup> e no mesmo ano negociado novamente José Fernandes Valente<sup>287</sup>, o número da matrícula é o mesmo nas duas escrituras.

Deste modo, não consideraremos os escravos matriculados em outras comarcas exógenas ao Vale do Tocantins, pois tais matrículas refletem a realidade daquele determinado município em que o trabalhador foi matriculado, as revendas também foram desconsideradas para efeitos balanço que faremos. Outro ponto a ser reforçado é que os dados da matrícula não traduzem o tamanho exato do plantel de determinado senhor, apenas possibilita uma noção

---

<sup>284</sup> Número em que o cativo se encontrava na lista geral dos escravos matriculados em Cametá em 1872.

<sup>285</sup> Número do cativo na lista dos escravos matriculados por Jesuino Gomes dos Santos.

<sup>286</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/N, 1880, p. 21

<sup>287</sup> Idem, p. 30

preliminar a respeito da quantidade de escravos que esse proprietário possivelmente era possuidor.

Na tabela 8 selecionamos as transações em que constam os maiores números de relação vinculados a determinados proprietários, para alguns senhores os dados da matrícula podem indicar a dimensão aproximada de sua escravaria para outros está bem distante disso. A título de exemplo, Francisco Alves Teixeira dono do engenho Central na comarca de Igarapé-Miri, aparece na tabela abaixo com o maior número de relação igual a 02, entretanto sabemos que em 1884 ele possuía não menos que 27 escravos, já que nesse ano liberta a referida quantidade de cativos pela via de contratos de trabalho.<sup>288</sup>

Por outro lado, João Evangelista Correa de Miranda consta com o número de relação igual à 34, indicando que o referido senhor possuía não menos que essa quantidade de cativos, pelo inventário dos seus bens realizado por ocasião da morte de sua esposa Anna Maria Ferreira de Gusmão sabemos que em 1830 o dito casal possuía 45 escravos, sendo 26 homens e 19 mulheres<sup>289</sup>. Ou seja, nesse caso o número da relação aproximou-se consideravelmente do total de escravos que dito proprietário possuía.

**Tabela 8: Dados da matrícula e os plantéis de escravos no Vale do Tocantins 1872-1887**

<b>Vendedor</b>	<b>Nº da Matrícula geral</b>	<b>Nº da Relação</b>
Coronel Joaquim Cardozo d' Andrade (herdeiros)	1130	93
Negociante Domingos Maria Bittencout	1120	84
Doutor José Antonio de Mendonça	3515	65
Amandio José Alves	1096	59
Pedro Nunes dos Santos	1095	58
João Evangelista Correa de Miranda	968	34
Sebastião Simpliciano de Lira Lobato	962	28
Joaquim Pedro Alfferes	1284	26
Miguel Nogueira Monteiro	170	24
Carlos Lopes da Silva	2531	23
Capitão Antonio Louredo Nunes Lisboa	647	23
José Jayme Benathar	647	23
Feligardo dos Santos Quaresma	1370	22
Tertuliano Ribeiro Borges	646	22
Capitão João Gonçalves Chaves	462	21
André Manoel da Veiga Tenório	619	20
Francisco Monteiro de Lira Lobato	1836	17

<sup>288</sup> Acervo Casa da Cultura, Igarapé-Miri, Livro de registros contratos de trabalho, 1884.

<sup>289</sup> APEP. Juízo de Órfãos da Capital. Autos de Inventários e Partilhas. Inventário de Anna Ferreira de Gusmão.1830.

Comerciante João José Ferreira da Silva	2488	17
Bruno Jansen Pereira	1160	16
Capitão Francisco José Correa de Miranda	807	15
Dona Catharina Thomazia de Souza	119	14
Angela Maria de Lira Lobato	1231	14
Antonio José dos Reis	2002	13
Berlamina de Lira Lobato	202	13
Manoel Francisco Pinto	12	12
Dona Ignacia de Jesus Bahia	1302	12
Antonio Mendes da Silva	245	12
Doutor Bruno Jasem Pereira	1224	11
Agostinho Monteiro Gonçalves de Oliveira	2006	11
Anna Pires Machado	2132	11
Bmsiman Acampanhia(sic)	252	11
Jacob Ferreira Saboya	282	11
Jacob Bmsiman	542	11
Manoel Antonio Cardoso	839	11
Manoel Antonio Gonçalves	839	11
Aprigio Apolinario Lobato	1300	10
Izimo Dias Lopes Correa	1807	10
Jacinto Antonio Lans	1987	10
Tomé Antonio do Espirito Santo	825	10
Basilio do Espirito Santo Gonçalves	900	10
José Mathias dos Santos	1118	9
Manoel Penna de Moraes	2005	9
Antonio Joaquim Alves da Silva	2480	9
Comerciante Candido Antonio da Costa	2480	9
Lourenço Monteiro de Alfaia Noronha	597	9
Lavrador Manoel Antonio Cardozo	1638	8
Benigno(sic) Guilherme Pereira	2952	8
Bernardino Batista da Costa	1646	7
Firmino Rodrigues do Couto	1883	7
Julio Primo Arão de Brito	2326	7
Doutor Joaquim Pedro Correa de Freitas	680	7
Sebastião Ismael de Oliveira Lobato	929	7
Dona Laurinda Pantoja Rodrigues	1095	6
Capitão Antonio Conrado Nunes Lisbôa	1224	6
Raymundo José de Novaes	2875	6
Thereza Antonia Gonsalves	30	6
Dona Emilia Gonçalves dos Santos Mindello	424	6
Henrique Rediz	508	6
Dona Maria do Carmo de Souza	103	5
Honorio Gomes Duarte	1219	5
Manoel André dos Santos Quaresma	1263	5
Manoel Lopes Correa	1385	5

José da Silva Souza	1447	5
Alferes Antonio Joaquim da Costa	1500	5
Jeronymo Augusto Pinheiro Barbosa	2072	5
Luiz Henrique de Campus	266	5
Anna Maria do Carmo	2962	5
Tenente Coronel Carlos Ezebio de Moraes	348	5
Raymundo Antonio Lobato Sobrinho	552	5
Antonio Manoel Gonçalves Tocantins	592	5
Martinho José de Oliveira	604	5
José Fleury Corrêa Caripuna	802	5
Manoel Teodoro Roberto Bhaia	87	5
Athanasio Bonifacio da Costa	922	5
Symplicia Balieira de Castro	1025	4
Albino Nery da Costa	1048	4
Dona Esmeralda Francisca Ribeiro de Castro	109	4
Maria do Carmo de Souza	1130	4
Pedro Ferreira de Farias	119	4
Dona Maria do Carmo de Oliveira Pantoja	126	4
Ana Francisca Lopes de Araujo	1432	4
Isabel Maria Ferreira	1606	4
Lavrador Manoel Antonio Monteiro	1823	4
Jesuino Gonçalves Santos	2080	4
Capitão Esmeraldo Francisco Meirelhes	278	4
Tenente Coronel Joaquim Balieira da Silva	3025	4
Antonio Januario Rediz	3039	4
Lavrador Jozé Pio Pena Moraes	91	4
João Batista de Magalhães	1006	3
Comerciante Francisco José da Costa Braga	103	3
Raimundo Jozé Pinheiro	145	3
Antonio Joaquim da Costa	1498	3
Manoel Joaquim BorgeOs Machado	1539	3
Napoléão Manoel Gonçalves	1807	3
Manoel Rodrigues Batista	2229	3
Raymundo Paulo de Figueiredo	260	3
Antonio Nunes de Mello	270	3
Duarte Antonio Lopes de Mendonça	323	3
Raymundo Manolino da Silva	376	3
José Raymundo da Silva Duarte	416	3
Lavrador Eduardo Emiliano de Lira Sozinho	75	3
Joaquim Gonçalves Chaves	883	3
Toquarto Pinheiro de Barros	53	2
Raimundo Gonçalves Manfudo	1514	2
Padre Alexandre de Lira Lobato	1539	2
Raimundo Rodrigues da Silva	2126	2
Tenente Coronel Francisco Martins Lopes de	2980	2

Mendonça		
Dona Anna Joaquina Marciel (sic)	1080	2
Antonio Nunes de Mello	1140	2
Joaquim Leandro Corrêa	1609	2
Francisco Alves Teixeira	1729	2
Joaquim José da Matta	1821	2
Ezequiel Jorge Ribeiro	184	2
Domingos dos Santos	1848	2
Jeronimo Monteiro dos Santos	2033	2
Capitão Francisco Antonio Pereira de Castro	2048	2
Liziderio Francisco Affonso	2130	2
João Pedro Ribeiro	2363	2
Belarmino de Souza Villa Seca	2495	2
Guadina Maria do Rosario	2702	2
Antonio Nunes Villaça	2868	2
Christonio de Lima Lobo	2869	2
Antonio Gorgonha Ferreira Cantão	2908	2
Jesuino Gomes dos Santos	2980	2
Capitão Antonio da Silveira Cunha	3020	2
Ernesto Tetuliano de Lira Sozinho	331	2
Lourenço Evangelista de Paula	345	2
Marjor João Baptista Correa de Miranda	504	2
Francisco Antonio da Costa Soares	5329	2
Domingos Ferreira Alvares de Carvalho	825	2
Cezario Silva Ferreira	855	2

Fonte: Livros de notas compra e venda de escravos 1842-1887.

Buscando resumir os dados apresentados na tabela 08, temos 05 senhores que possuíam plantéis maiores que 50 escravos, o Coronel Joaquim Cardozo d' Andrade anteriormente mencionado que possuía não menos que 93 escravos considerando apenas os dados da matrícula, o Negociante Domingos Maria Bittencout, residente no rio Moju, detinha em seu domínio no mínimo 84 cativos, infelizmente não conseguimos levantar mais informações obre esse importante proprietário de escravos.

O Doutor José Antonio de Mendonça que exercia o cargo de Juiz de Direito na comarca de Igarapé-Miri em 1878 e possuía não menos que 65 cativos<sup>290</sup>, Amandio José Alves residente no terceiro distrito de Cametá detinha um plantel que chegava a 59 trabalhadores, possuía uma casa comercial fora da cidade cametaense na década de 1870<sup>291</sup> e

<sup>290</sup> O Liberal do Pará, Belém, 20 de agosto de 1878, p.2

<sup>291</sup>Cf. Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA) - 1868 a 1873. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

em 1874 foi nomeado como suplente de Juiz de Paz no terceiro distrito de Cametá.<sup>292</sup> Por último temos Pedro Nunes dos Santos com um plantel que chegava a 54 escravos, assim como diversos senhores escravistas e outros proprietários galgou patentes na guarda nacional sendo nomeado em 1869 a tenente da referida instituição na cidade de Cametá. Destes 05 senhores ora mencionados 02 vinculam-se a comarca de Igarapé-Miri e 03 a comarca de Cametá.

Em seguida na tabela 8 encontramos 11 senhores com plantéis de no mínimo 20 escravos, são eles; João Evangelista Correa de Miranda 34, Sebastião Simpliciano de Lira Lobato 28, Joaquim Pedro Alfferes 26, Miguel Nogueira Monteiro 24, Carlos Lopes da Silva 23, Capitão Antonio Louredo Nunes Lisboa 23, José Jayme Benathar 23, Feligardo dos Santos Quaresma 22, Tertuliano Ribeiro Borges 22, Capitão João Gonçalves Chaves 21, André Manoel da Veiga Tenório 20. Apenas para fazer um paralelo Sonia Vianna do Nascimento anteriormente citada analisando 18 inventários da região de Igarapé-Miri identificou apenas 03 senhores com escravaria maior que 20 escravos, o restante possuía até 15 cativos.

Seguindo a síntese da tabela 08, registramos 24 senhores que possuíam não menos que 10 escravos, sendo 17 o número máximo de cativos registrados entre os referidos proprietários. Os que possuíam entre 09 e 05 escravos no mínimo somaram 34, e por último temos 57 proprietários que detinham no mínimo entre 04 e 02 escravos, optamos por não colocar na extensa tabela os senhores que possuíam no mínimo 01 cativo, nesse caso registrou-se 24 proprietários.

Desse modo, por mais que os dados da matrícula não indiquem o quantitativo exato de cada plantel pelo menos coloca em pauta a questão de que a distribuição da população escrava no Vale do Tocantins estava estruturada ao que parece em pequenos e médios plantéis, no livro organizado por Flávio Rabelo Versiani, e Luiz Paulo Ferreira Nogueiról com o título “*Muitos escravos, muitos senhores*” os vários estudos que compõe a coletânea se articulam em torno da ideia de que “a difusão do uso de trabalho escravo no Brasil era maior do que antes se supunha”.

Para Versiani, entre os pontos que tem sido alvo de reavaliação nas últimas décadas é exatamente à crença de que o uso da mão de obra escrava no Brasil estaria associada basicamente à grande propriedade rural com produção agrícola voltada para exportação, é bem verdade que esse modelo foi indispensável para manutenção e ampliação do escravismo

---

<sup>292</sup> A Constituição, Belém, 06 de dezembro de 1874, p.1

no Brasil, todavia estudos coligidos nas últimas décadas do século trouxeram a constatação de que em várias regiões e épocas essa identificação não se fazia legítima.<sup>293</sup>

Flávio Versiani traz para o debate os estudos de Francisco Luna<sup>294</sup> que demonstraram nas áreas de mineração de Minas Gerais ainda no século XVIII, que cerca de três quartos dos plantéis estava estruturada em posses menores que 20, e a maioria em posses escravas menores que 10. As conclusões de Schwartz para o Recôncavo Baiano também comentadas por Versiani, informaram que mesmo sendo uma região eminentemente açucareira, nas primeiras décadas do XIX mais da metade das posses escravas eram menores do que 20, e um terço menor que 10.

De acordo com Schwartz, os grandes plantéis conformavam uma pequena fatia das posses escravas no Recôncavo Baiano ainda que abarcasse elevado quantitativo de cativos, nesse contexto o autor chama nossa atenção para as numerosas propriedades escravistas de pequeno porte, que entremeadas aos grandes engenhos cultivavam mandioca para fabrico de farinha, além de outros produtos de consumo interno<sup>295</sup>.

O mencionado livro “*Muitos escravos, muitos senhores*” é resultado de um projeto que analisou considerável amostra de inventários abarcando uma quantidade de quase 22.000 escravos de somente para Pernambuco, a conclusão da análise revelou o que período “entre 1800 e 1887, mais da metade (cerca de 55%) desses cativos faziam parte de posses de até 20 cativos, e quase 40% de posses de 10 ou menos indivíduos”.<sup>296</sup>

Pelos dados da matrícula indicados para o Vale do Tocantins, é possível pensar, ainda que sejam necessários estudos mais aprofundados, que a região alinhava-se ao modelo difuso de posse escrava verificado em várias regiões do Brasil. Parece-nos coerente dizer que o Vale do Tocantins assim como outras regiões do Império era lugar de muitos escravos e muitos senhores. No quantitativo dos vendedores apresentado no início desta sessão registramos 327 senhores, para termos uma ideia entre os compradores, registramos 300 proprietários, excluindo a repetição de 44 indivíduos que aparecem nas duas listas, teremos 583 senhores

<sup>293</sup> VERSIANI, Flávio Rabelo. NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (organizadores). **Muitos escravos, muitos senhores : escravidão nordestina e gaúcha no século XIX** – São Cristóvão : Editora UFS ; Brasília : Editora UNB, 2016. 329 p.

<sup>294</sup> Cf. LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: Escravos e Senhores; Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

<sup>295</sup> Cf. SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos; Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. (Título original: *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society; Bahia, (1550-1835.)*) Trad. L.T.Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>296</sup> Op, Cit, VERSIANI, Flávio Rabelo. NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira, p. 18

negociando um total de 432 escravos, além de 09 firmas comerciais que totalizam 592 agentes que possuíam entre suas propriedades a mão de obra escrava.

Esse quantitativo de senhores está circunscrito apenas aos registros de compra e vendas, entretanto se somarmos com as outras transações envolvendo escravos o número será ainda maior tanto de senhores quanto de escravos. Nos registros de permuta, hipoteca, troca e concessão de cativos, analisados mais adiante, estão envolvidos 79 senhores, e 75 escravos. De maneira geral esta pesquisa trabalha entre 1842 a 1887 com um quantitativo de 671 senhores e 507 escravos.

Assim sendo, cabe ressaltar que ao defender um modelo de posse escrava difuso e distribuído em pequenos e médios plantéis não estamos evidentemente ignorando os grandes plantéis existentes no Vale do Tocantins, o Negociante Domingos Maria Bittencout importante articulador econômico da comarca de Cametá possuía não menos que 84 escravos, na mesma comarca, o Doutor José Antonio de Mendonça, Amandio José Alves e Pedro Nunes dos Santos todos com plantéis que superavam 50 escravos.

Na comarca de Igarapé-Miri, o Tenente Coronel Raimundo Pereira Lima proprietário do Engenho Nossa Senhora do Carmo, localizado no distrito de Anapú, de acordo com inventário do referido senhor, a propriedade possuía 2.178 hectares, e em 1874 dispunha com um plantel de 96 cativos, o engenho contava com máquina a vapor equipada com turbina, uma estrutura avaliada no inventário por 20 contos de réis.<sup>297</sup> Em 06 de junho de 1856 o jornal *Treze de Maio* noticiava que o tenente coronel Raimundo Pereira de Lima estava interessado em comprar escravos entre 24 e 30 anos, assim como buscava um bom Feitor para sua fazenda no Rio Anapú.<sup>298</sup> Estes, portanto, são exemplos pontuais de proprietários de escravos com grande envergadura econômica e empreendimentos capazes de absorver numerosa mão de obra escrava.

**Quadro 10: Senhores que mais compraram escravos no Vale do Tocantins**

Comprador	Escravos comprados
Comendador Domingos Borges Acatauassú	11
Comerciante Felipe Nery Pena Moares	7
Francisco Alves Teixeira	6
Manoel Raymundo da Pureza	6
Tenente Coronel Antonio Lopes Machado	6

<sup>297</sup> CMA/UFPA. Cartório Trindade (8ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 05 (1874-1878). Inventário de Raimundo Pereira Lima, 1874.

<sup>298</sup> Treze de Maio, Belém, 06 de junho de 1856, p. 4

Albino Nery da Costa	5
Antonio Bernado da Silva	5
João D'Anuniação Correa	4
João Fernandes Costeira – dono de paderia	4
Leonardo Antonio Lobato	4
Tenente coronel Raimundo Pereira Lima	4
Antonio Emidio Pereira	3
Antonio Jose dos Reis	3
Feliciano Antonio Correa de Miranda	3
Francisco de Paula dos Santos Quaresma	3
Izidoro Pinto Costa	3
João Gonsalves chaves	3
José Paulino Gonçalves	3
Manoel João Pinheiro	3
Manoel Lourenço Correa de Miranda	3
Pedro Ferreira de Farias	3
Raymundo Paulo de Figueiredo	3

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, 1842-1887

Entre os 300 proprietários registrados como compradores de escravos temos 262 homens e 38 mulheres, quanto as profissões registradas ou patente da guarda nacional encontramos o seguinte balanço, 03 alferes, 12 capitães, 01 comendador, 09 comerciantes, 05 coronéis, 02 majores, 06 tenentes, 08 tenentes coronéis, 09 firmas comerciais.

No quadro 10 destacamos os sujeitos que mais compraram escravos, entre eles o Comendador Domingos Borges Acatauassú com 11 escravos comprados, o Comerciante Felipe Nery Pena Moares com 7 cativos, Francisco Alves Teixeira, Manoel Raymundo da Pureza e o Tenente Coronel Antonio Lopes Machado todos com 6 escravos. Entre os 22 maiores compradores de escravos registrados, 17 residiam na comarca de Igarapé-Miri e 05 na comarca de Cameté.

Podemos destacar nesta relação algumas figuras como o Comendador Domingos Borges Acatauassú, o comerciante Felipe Nery Penna de Moraes, ou ainda de Francisco Alves Teixeira, que dá nome hoje a uma importante rua da cidade de Igarapé-Miri, este último anteriormente mencionado, senhores que juntamente com tantos outros proprietários escravistas, revelam a identidade destes sujeitos que exerceram o controle econômico e político no Vale do Tocantins oitocentista.

Muitos dos grandes proprietários de engenhos e conseqüentemente escravos, atuavam como já vimos no exemplo do coronel Caripuna, também na esfera política. O Comendador Domingos Borges Machado Acatauassú se encaixava nesse perfil, no dia 26 de julho de 1845,

por ocasião da solenidade que elevava a freguesia de Igarapé-Miri a categoria de vila, estavam presentes como cidadãos eleitos vereadores o vigário Vitório Procópio do Espírito Santo, *Pedro Honorato Correa de Miranda*, João dos Santos Lopes, *João Evangelista Correa Chaves*, *Francisco Correa de Miranda*, *Antonio Higimo Cardoso Amanajás* e o já citado *Comendador Domingos Borges Machado Acatauassú*<sup>299</sup>. Desses 7 vereadores, 5 constam como senhores de escravos, que são os destacados em itálico.

O Senhor Pedro Honorato Correa de Miranda, apesar de não estar entre os que venderam ou compraram cativos nos registros que temos, foi um importante proprietário de escravos. Sobre o Sr. Pedro Honorato Correa de Miranda pesa a acusação de ter sido extremamente cruel com sua escravaria, aplicando *castigos desumanos e mortais* contra seus escravos. Isso de acordo com a edição do dia 5 de agosto de 1868 do jornal Diário de Belém, que traz uma denúncia abordando o modo como Honorato tratava seus escravos, sendo que o jornal apoia que tal situação vire caso de polícia, dado aos recorrentes casos de tortura que ocorriam sob seu mando. Abaixo, observe o que o jornal diz:

*Publicações a pedido.* O muito prestimoso amigo por quem o jornal do amazonas de sabbado 1º de agosto quebrou lanças, o Sr. Pedro Honorato Correa de Miranda mui justamente foi mandado processar pelo Sr. Dr. Chefe de policia.

De lado a velhice e a doença do Sr. Pedro Honorato. No mais é elle carecedor de que os seus factos, em relação a sua escravatura entrem para o domínio da policia.

Se alguém quizer conhecer melhor e mais de perto os sentimentos de humanidade, que o Sr. Pedro Honorato tem para com os seus escravos vá a Igarapé-Mery e ouça o que alli diz a esse respeito a população: e se não julgar bastante a voz publica procure ir á caza delle e observe a pouca escravatura que ainda tem.

Aquella natureza que se revela odienta e sedenta apertando a máxima parte da população nas torturas dos processos e perseguições de todo gênero, arrebeta em castigos mortíferos aos escravos.<sup>300</sup>

Os argumentos que se apresentam contra o Sr. Pedro Honorato Correa de Miranda ganham ainda mais força pelo fato de a acusação feita no jornal apontar a morte de um escravo por nome Benedito como resultado material do tratamento dado por Honorato a sua escravaria. Ao que parece foi instaurado um processo contra Honorato Correa de Miranda, como registra o periódico “o Sr. Pedro Honorato Correa de Miranda mui justamente foi

<sup>299</sup> Cf. CRUZ, Ernesto. **Igarapé-Miry. Fases de sua formação histórica.** Belém: oficinas Gráficas da Revista da Veterinária, 1945.

<sup>300</sup> Diário de Belém, Belém, 5 de agosto de 1868, p.3

*mandado processar pelo Sr. Dr. Chefe de polícia*". O que reforça o fato de que os possíveis castigos praticados Honorato ultrapassavam os limites permitidos mesmo em uma sociedade onde as repreensões físicas contra homens escravizados eram relativamente normais.

Em 05 de Julho de 1868 o Jornal do Pará noticiava a abertura de um processo contra o referido Honorato desta vez pela morte de uma escrava de nome Domingas, diz o jornal; *Pelo delegado de Igarapé Miry mandou o dr. Chefe de polícia, depois de ter feito as indagações precisas, instaurar um processo contra o coronel Pedro Honorato Correa de Miranda, pela morte da escrava Domingas.*<sup>301</sup> As práticas de Honorato não foram isoladas os jornais registraram outros inquéritos que buscavam esclarecer denúncias de excesso senhorial no Vale do Tocantins.

Em todo caso, a figura que pretendemos destacar o Comendador Acatauassú, tinha como inimigo político capital exatamente o Sr. Pedro Honorato Correa de Miranda, a disputa entre eles era tão acirrada que as eleições que ocorreram em Igarapé-Miri no ano de 1867, foram destaque em edições do Jornal do Pará. Uma eleição tão agitada a ponto de ser necessário reforço policial significativo para que o pleito pudesse ocorrer de forma tranquila.<sup>302</sup>

De acordo com citação do Jornal do Pará, na edição do dia 1º de março de 1867, o cenário político miriense naquele período estava polarizado em dois grupos opostos, como cabeças estavam de um lado o Liberal Pedro Honorato e de outro o Conservador Acatauassú:

Como por toda parte em Igarapé-Miry existiam dous partidos, o que era chefe o dito sr. Pedro Honorato, e o outro de que o era o sr. commendador Acatauassú: o pessoal destes dous partidos de tal modo andava, em numero, um pêlo outro, que nos últimos tempos repartiam a meio os cargos de eleitores. Não há quem isto ignore<sup>303</sup>.

Os comportamentos de Pedro Honorato Correa de Miranda em relação a sua escravaria, foram usados pelos seus inimigos como propaganda política contra ele, isso pode ter tido reflexo nas urnas, de acordo a edição do dia 22 de fevereiro de 1867 do Jornal do Pará, que traz comentários sobre o resultado das eleições e sobre a derrota de Pedro Honorato Correa de Miranda nas urnas para o Comendador Acatauassú.

Destaca o jornal, que mesmo apesar das ações "ilegais" de Honorato Correa de Miranda, para tentar conseguir mais votos, seu prestígio mostrou-se em baixa.

<sup>301</sup> Jornal do Pará, Belém, 05 de Julho de 1868, p. 1

<sup>302</sup> Jornal do Pará, Belém, 22 de fevereiro de 1867, p.3

<sup>303</sup> Jornal do Pará, Belém, 1 de março de 1867, p.2

Independentemente de quem o discurso do jornal buscou privilegiar, o modo de agir de Honorato pode ter lhe prejudicado efetivamente.<sup>304</sup>

Acatauassú era um dos donos do engenho São Matheos, junto com o tenente Coronel Raimundo José de Lima, e proprietário da fazenda e engenho São Domingos no Distrito de Anapú em Igarapé-Miri, uma das mais importantes propriedades da região, produtora de aguardente, açúcar e lenha para as companhias de barco a vapor.<sup>305</sup>

Donos de engenho se fizeram bastante presentes entre os compradores, já comentamos a importância da economia canavieira para o Vale do Tocantins, entre estes proprietários, o sr. Francisco Alves Teixeira é uma figura que se destaca, entre outros motivos por ser um dos poucos sujeitos nesse ramo de atuação econômica ligado a clubes abolicionistas.

No registro da sessão do Club Amazônia ocorrida no final de abril e início de maio em 1884, registrou-se a apoio de alguns senhores a causa abolicionista, entre eles o já sócio do club Sr. Bento José da Silva Santos que naquela oportunidade declarou que libertava sem ônus algum, os 43 escravos que possuía no seu engenho Bom Intento, escravos ressaltava ele, *adquiridos pelos meios legais segundo o direito pátrio, e não por meios ilegais* como alguns do seu tempo sugeriam. Na mesma oportunidade Bento José dispensava dos serviços 42 ingênuos, ao que parece, mesmo libertos pela lei de 1872, tinham obrigação de prestar serviços ao referido senhor, pela legislação até aos 21 anos.<sup>306</sup>

Na mesma sessão do Club Amazônia, declarava-se que; *o Sr. Francisco Alves Teixeira proprietário do Engenho Merehu, Igarapé-Miri, concedia liberdade aos seus escravos em número de 30 inclusive 09 que se achavam em fuga desistindo também dos serviços de 16 ingênuos.*<sup>307</sup> A libertação dos cativos ocorreu por meio de contratos de trabalho, a pedido de Alves Teixeira, o Club Amazonas interviu na celebração e formalidades de tais contratos, na mesma ocasião o referido senhor foi nomeado sócio benemérito da instituição. A proposta apresentada por Francisco Alves Teixeira incluía contratar todos os libertos que quisessem continuar na fazenda por um *salário razoável.*<sup>308</sup>

Embora os jornais tenham registrado que todas as manumissões teriam sido impetradas sem ônus de posse desses contratos sabemos que essa regra teve suas exceções, as cativas Cybromia e Theodora pagaram “*o seu valor em dinheiro*” e foram contratadas para trabalhar 03 anos agrários por um salário de 15\$000 (quinze mil réis), *mais alimentação e*

<sup>304</sup> Jornal do Pará, Belém, 22 de fevereiro de 1867, p.2

<sup>305</sup> Jornal do Pará, Belém, Junho de 1871, p.3

<sup>306</sup> A Constituição, Belém, 02 de Maio de 1884, p.2

<sup>307</sup> Idem

<sup>308</sup> Diário de Belém, 06 de Maio de 1884, p.2

*casa para morar*. Não constava no contrato o valor que essas trabalhadoras tiveram que pagar por suas liberdades, já o cativo João Lopes Teixeira teve sua carta redigida de forma condicionada ao pagamento de 820\$000 (oitocentos e vinte mil réis), esse pagamento seria feito por meio de serviços prestados no prazo de 04 anos agrários.

Salustriano teve contrato parecido com o de João Lopes e também firmou prestação de serviços pelo período de 04 anos pagando sua liberdade por 800\$000 (oitocentos mil réis), se atentarmos para as datas estes contratos foram firmados em 1884, é possível que em 1888 mesmo livres pela lei, trabalhadores como Salustriano e João Lopes permaneceriam cativos pelos contratos de trabalho condicionados.<sup>309</sup>

Segundo a historiadora Maria Lúcia Lamounier, a Lei nº 2.827, de 15 de março de 1879, veio regulamentar legalmente os contratos de prestação de serviços e as relações de trabalho livres. A lei abrangeu não apenas o trabalho de escravos e filhos de pessoas livres, mas também outras relações de trabalho, este dispositivo legal incluía-se em um plano de ação que visava a transição gradual e segura da escravidão para um sistema de trabalho livre.<sup>310</sup>

Na prática, a lei de locação de serviços de 1879 assim como outras precedentes que buscavam a tão mencionada transição lenta e gradual para o trabalho livre, possuíam no plano de fundo a infame estratégia de manutenção do domínio senhorial pelo maior tempo possível. Desse modo alguns exemplos nos ajudam a compreender melhor como alguns senhores do Vale do Tocantins assim como Francisco Alves Teixeira usaram desse recurso para manutenção de sua mão de obra.

Dantas Acampanhia encontra-se em nossos registros como comprador de escravos, comerciante e importante senhor escravista na comarca de Cametá, em 05 de novembro de 1886 celebrou um contrato de locação de serviços com seu ex-escravo Jesuino, as formalidades foram realizadas pelo tabelião de notas em uma casa comercial localizada na rua São João Batista. Nos termos do contrato, Jesuino, em consequência da liberdade a ele concedida por Dantas Acampanhia, teve que indenizar seu senhor com a quantia de 775\$000 (setecentos e setenta e cinco mil réis) valor “emprestado” pelo referido Dantas a Jesuino que pagaria prestando serviços pelo prazo de 04 anos.<sup>311</sup>

Neste caso, diferente dos contratos estabelecidos por Alves Teixeira não encontramos a definição de um salário mensal nem a garantia de casa e sustento. Outro caso é do escravo

<sup>309</sup> Livro de Registro Casa da Cultura, contratos de trabalho do Engenho Central, Igarapé-Miri, 1884.

<sup>310</sup> LAMOUNIER, Maria Lucia. **Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879**. Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1986, p. 119

<sup>311</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/N, 1885, p. 87

Marcolino do termo de Abaeté, para obter sua liberdade em 1887, um ano antes da abolição submeteu-se a um contrato de locação de serviços com a duração de 04 anos, em que Joaquim Cazemiro da Cunha pela liberdade cobra o valor de 800\$000 (oitocentos mil réis), Marcolino tinha 37 anos e exercia a profissão de lavrador.<sup>312</sup>

Novamente o contrato de serviço não tem garantia alguma ao trabalhador, uma das cláusulas previa que se o locador faltasse algum dia de trabalho por moléstia ou motivo diverso estaria obrigado a repor os dias de serviço sendo inclusive cobrado judicialmente. Estas cláusulas contratuais deixavam o trabalhador teoricamente livre, porém totalmente submisso aos ditames senhoriais.

A cativa Maria Joana de Cametá, em 1886 precisou de 300\$000 (trezentos mil réis) para completar o valor de sua liberdade, desse modo firmou um contrato com seu senhor José Joaquim Pereira de Lima, pelo prazo de 02 anos não *computando os dias de moléstia*, ou dias que não prestar serviço por qualquer motivo<sup>313</sup>. Um caso emblemático é o de Satyro, em 01 de maio de 1887 teve sua carta de alforria expedida pelo valor de 1.000\$000 (um conto de réis), preço que pagaria em 05 anos agrários de prestação de serviços, o elevado valor e a proximidade com a abolição chamam atenção.

Satyro requeria no contrato não trabalhar *em domingos e dias santos*, gostaria de receber sustento diário, por outro lado Joaquim Pereira de Lima colocava as seguintes exigências; primeiro, caso o Satyro viesse adoecer por mais de oito dias esse tempo seria descontado, tendo que pagar posteriormente. Segundo, não poderia se retirar do local de serviço até que o tempo do contrato fosse cumprido, só poderia se retirar da fazenda se pagasse o montante correspondente ao tempo que de trabalho que não cumpriria, ou ainda 200\$000 (duzentos mil réis) por ano.

Aqui neste caso vemos claramente o contrato de trabalho sendo usado como estratégia de permanência do controle, não apenas sobre o tempo de trabalho, mas sobre a vida do trabalhador, embora livre pela carta de alforria que recebeu Satyro continuava com grandes restrições de liberdade.

Os contratos de trabalho evidenciam os últimos esforços de proprietários escravistas em prolongar seu domínio sobre o trabalhador, para o Liberto Satyro e outros, a promulgação de Lei Aurea teve pouco efeito imediato, o referido trabalhador deve ter continuado na fazenda pelo menos mais 04 anos após o dia 13 de maio.

---

<sup>312</sup>Cartório 1º Ofício, Abaetetuba, Livro de Notas Nº4, 1881, p.99

<sup>313</sup>Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/N, 1885, p.44

Em uma sociedade que conviveu por tantos séculos com a escravidão não era difícil encontrar naquela época representantes ferrenhos deste sistema de trabalho e que tiveram dificuldades em aceitar uma mudança de regime, no Vale do Tocantins não foi diferente, como já demonstramos tratou-se de uma região eminentemente escravista e que deste modo alguns senhores resistiram bastante em libertar seus escravos do cativeiro.

O Diário de Notícia de 02 de junho de 1888 registrava, que *os bárbaros ex-senhores de escravos não querem convencer-se de que a lei de 13 de maio é uma realidade*, não querendo abrir mão desses *infelizes*, nas palavras do jornal, esta afirmativa não estava pretendendo se referir a todos os que antes possuíam escravos, alguns destes teriam festejado a abolição *abraçando seus ex-escravos como irmãos*. A exceção a essa regra seriam senhores da comarca de Igarapé-Miri, proprietários que não concordavam com as disposições da Lei de 13 de maio conservando em cativeiro rigoroso os cativos libertos pela lei.

Hão de nós dizer: - Porque esses negros não se vão embora?

Há! É porque não se imagina o que são as trevas da ignorância e o temor que aqueles desgraçados fora creados.

Elles mesmos não acreditam que brancos fossem capazes de fazer alguma lei para acabar com a escravatura.<sup>314</sup>

Embora com um discurso claramente abolicionista o jornal traduz uma realidade que precisamos considerar, ou seja, as amarras do sistema escravista materializavam-se em níveis diversos, indo além da mera vigilância ou coerção física, a escravidão era social, cultural e muitas vezes psicológica, os anos de cativeiros provocavam nos homens e mulheres certo medo vigilante baseado nas experiências de castigos e perdas, este era talvez o principal grilhão a ser quebrado. Historicamente como sabemos, a submissão ao mando dos coronéis adentra longamente inclusive o século XX em diversas regiões do Brasil, muito em função de serem estes os detentores do poder econômico e político das localidades.

O jornal finaliza sua reportagem com a transcrição de uma carta enviada do município de Igarapé-Miri, a qual reproduziremos, o remetente, acredito possui algum grau de inimizade com o grupo que denuncia, por outro lado vale considerar a possibilidade de um relato verossímil do fato objetivo, ou seja, a manutenção de pessoas livres no cativeiro.

Para o miserando estado de coisas que atravessamos, pedimos a esclarecida atenção de vms. para, por meio de seu conceituado jornal, pedir justiça para esta localidade. Alguns ex-senhores de escravos, os Lobatos, não se resignam a perder os infelizes

<sup>314</sup> Diário de Notícia, Belém, 02 de junho de 1888, p. 2

libertos pela gloriosa lei de 13 de Maio e continuam sugando-lhes o sangue, sujeitando-os a toda sorte de trabalhos!

Há poucos dias foi o celeberrimo, F. Lobato, completamente embriagado, (veio) insultar atrozmente, em sua repartição e em acto de suas funções, o dedicado professor publico d'esta villa, moço de exemplar conducta e geralmente estimado, pelo simples facto de ter feito ver a dous infelizes que o foram consultar – que já não eram mais escravos e que só poderiam continuar com seus ex senhores se assim o quisessem.

Por ter patenteado a luz aos taes infelizes, está o nosso dedicado professor feito alvo das perseguições da –canina trempe dos Lobatos – mais conhecidos por sanguessugas. [...]igarapé-Miri, 30 de Junho de 1888.<sup>315</sup>

Como dito, não cabe aqui, coadunar com as adjetivações mais pessoais contidas na carta, o que nos interessa é ratificar a argumentação que construímos em torno dos contratos de trabalho, ou seja, pelo que verificamos nos periódicos, no Vale do Tocantins a mudança de regime recebeu enorme resistência de grupos políticos e econômicos de grande envergadura na região, ao que parece o *modus operandi* do regime escravista mante-se ativado mesmo depois da libertação dos escravos em território nacional.

Desse modo, concluindo esta sessão nosso objetivo é rascunhar um perfil dos senhores escravistas registrados nas diversas documentações disponíveis, mas principalmente nas notas de compra e venda, indicarmos, ainda que brevemente como essa classe proprietária estava diretamente ligada a política e a economia regional entre outros setores. No próximo item vamos adentrar um pouco mais nos problemas enfrentados pelo comércio de escravos nas últimas décadas do XIX, e nas relações conflituosas ou não entre senhores e escravos.

### **3.3 Problemas de comércio. Fugas, castigos e revoltas.**

Em 23 de junho de 1871 o Capitão Francisco Antonio Pereira de Castro venderia a Jeronimo Antonio Gonçalves o escravo de nome Lino, tratava-se de um jovem de 22 anos negociado pelo valor de 1.200\$000(um conto e duzentos mil réis). Até nesse ponto algo recorrente, o que chama atenção é o fato de o trabalhador ter sido vendido por um elevado preço estando em fuga. João Ferreira Campello ao comprar a escrava Felicidade em 21 de março de 1881 é sumariamente advertido que a dita cativa se encontrava em fuga, mesmo assim investe 800\$000 (oitocentos mil réis) na transação, Felicidade havia impetrado fuga no município de Cametá.

Os casos se repetem, Philadelpho também de Cametá escravo de 19 anos filho de Florinda, quando foi negociado pelos herdeiros do Coronel Joaquim Cardozo d'Andrade se

---

<sup>315</sup> Idem

achava em fuga e foi vendido por 800\$000, Philadelpho era lavrador de acordo com os dados da matrícula. Tomaz, Firmino, Luciana, Cyriaco, Felippa, Placido, Dionizio, Joaquim, Gregoria, José, José Thomas e Ricardo<sup>316</sup>, todos do município de Cametá são alguns dos exemplos de escravos vendidos em fuga, o que chama atenção é exatamente o fato de que, não obstante estarem fugidos seus preços não declinam ficando todos entre 600\$000 e 1.000\$000<sup>317</sup>.

A escravizada Luciana, por exemplo, negociada em 1882 estava em fuga desde 1871, acompanhada de seus filhos menores Raymundo, 09 anos, Leopoldo, 07 anos, Maria, 05 anos e Manoel 01 mês, o preço da transação foi ajustado em 1.000\$000. Neste caso é possível inferir que mesmo em fuga a tanto tempo, Luciana não estava longe do olhar senhorial, a descrição detalhada dos nomes e idades dos filhos da dita escrava indica certo conhecimento por parte dos proprietários da situação de Luciana, é possível que soubessem onde ela estaria fugida. Em todo caso o aumento do número de fugas registradas nas últimas décadas do século XIX foi um problema enfrentado pelo comércio de escravos, ainda pouco falávamos do Comendador Acatauassú; ele teve escravos que investiram fuga, por exemplo, no dia 29 de setembro de 1869 o jornal Diário de Belém traz o anúncio seguinte:

Fugio ao comendador Domingos Borges Machado Acatauassú no dia 26 do corrente o escravo de nome Joaquim preto crioulo com os signaes seguintes, cor preta cheio de corpo, altura regular idade 20 anos tem as orelhas ambas foradas com lugar de brincos e este escravo é pertencente a fazenda S. Matheos que gira com a firma de Lima&Acatauassú põe-se ter hido para para o rio Acará aonde tem parentes: quem o prender e entregar nesta cidade aos srs Joaquim da Cunha mesquita ou mesmo ao Sr. Acatauassú em sua fazenda S. Domingos no distrito de Anapú será bem recompensado, protestando contra quem lhe der couto com todo rigor da lei.<sup>318</sup>

A fuga do escravo Joaquim relatada no anúncio do jornal nos faz pensar que as conexões de sociabilidade do referido cativo extrapolavam os limites da fazenda São Matheos. Ele pode nem ter ido para o rio Acará, mas o texto indica que ele tinha parentes naquela região e mais do que isso, que sabia desse fato, tanto que o lugar mais provável a que possa ter ido por ocasião de sua fuga fora para perto dos seus parentes.

<sup>316</sup> Cartório Merise Cunha, Cametá, Livro de Notas S/N, 1880.

<sup>317</sup> Cartório Coen, Cametá, Livro de compra, troca e doação de escravos S/N, 1861.

<sup>318</sup> Diário de Belém, Belém, 29 Setembro de 1869, p.2

Para João José Reis, quando a “negociação entre senhor e escravo falhava ou nem chegava a se realizar por extremismo senhorial ou impaciência escrava”, os caminhos para a ruptura se abriam. Segundo o autor, a fuga era um desses caminhos, os escravos fugiam por uma diversidade de motivos, entre eles abusos físicos, e separação de familiares por vendas ou transferências inaceitáveis, o que pode ter sido o caso do escravo Joaquim.<sup>319</sup>

Em seu estudo sobre fugas escravas no Grão-Pará, Bezerra Neto coloca em tela a recorrência das evasões escravas na Província, os cativos estavam antenados às agitações políticas do seu tempo, a expectativa causada pelo processo de independência, as agitações provocadas pela cabanagem resultaram no aumento exponencial das fugas escravas na Amazônia, fartamente registrada nos jornais da época. A ousadia desses cativos preocupava a classe senhorial que reclamava nos periódicos ações efetivas do poder público no sentido de *manter a segurança pública e particular*, cada vez mais *ousados e insubordinados*, os escravizados se organizavam a mocambos espalhando-se aos arredores de Belém, e com grande incidência no Vale do Tocantins em especial na comarca de Cametá.

A criação por parte do governo provincial de medidas de controle social, como a corporação de Capitães do Mato criada por meio da Lei nº 99 de 03 de junho de 1841, buscava reforçar o policiamento na região amazônica que ainda se recuperava das agitações da cabanagem, assim muitos senhores recobriram a esperança de reaver seus trabalhadores evadidos na esteira do movimento cabano de 1835.<sup>320</sup>

As fugas eram fortemente reprimidas tanto por senhores quanto pelo governo, as recomendações das autoridades policiais eram que se usassem castigos rigorosos tomados como exemplos pelos outros escravos. Em 16 de dezembro de 1843 comentando o caso de rebeldia de um escravo de nome Eugenio, de outros dois de nomes Sabino e Emiliano que resistiram a abordagem da patrulha policial ameaçando e insultado a guarnição, a autoridade policial publicava;

[...] Vmc. Em similares casos faça castigar correcionalmente com assolte os escravos que delinquirem usando de toda severidade que só é capaz de conter a gente desmoralizada, e sem educação, e evitando-se processa-los sempre que for possível, porque os processos sofrem mais seus snrs., e a demora do castigo influi sobre os outros.<sup>321</sup>

<sup>319</sup> SILVA, Eduardo, REIS, João José. **Negociação e Conflito**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 9

<sup>320</sup> Cf. BEZERRA NETO, José Maia. Fugindo, sempre fugindo; escravidão fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888) UNICAMP. Campinas. 2000. pp.396 (Dissertação de Mestrado).

<sup>321</sup> Treze de Maio, Belém, 16 de Dezembro de 1843, p.1

Esses casos de rebeldia preocupavam a classe senhorial que procurava ferrenhamente reprimir esse tipo de ação por meio de castigos cada vez mais severos, o Jornal do Pará, na edição de 9 de outubro de 1877, publica uma ordem de prisão contra dois escravos do Vale do Tocantins de nomes Tito Antonio e José Velloso, a justificativa para tal ação contra os referidos escravos, consistia respectivamente em tentativa de fuga e suspeita de crime de morte.<sup>322</sup> O escravo do Major Justo José Correa de Miranda, irmão de Pedro Honorato Correa de Miranda, é acusado de tentativa de assassinato, o referido senhor aparece em nossos registros fazendo a doação de uma escrava de cinco anos a seu filho Rogero Correa de Miranda, importante dono de engenho possuía dois, um em Igarapé-Miri que se chamava Cariá e outro em Abaetetuba de nome Santo Antonio, além de possuir nove casas em Belém e diversas sortes de terras.<sup>323</sup>

Tentativa de assassinato:

Somos informados de que ante-hontem um escravo do Sr. Major Justo José Correa de Miranda, tentara coutra a vida de um seu senhor-moço e de um seu parceiro menor. O facto passou-se no porto desta cidade e pela maneira seguinte:

O assassino tendo estado ausente da caza de seo senhor desde algum tempo, foi capturado no distrito de Macapá por suspeita de ser desertor do exercito. Sendo remetido para esta capital, verificou-se não ser desertor e se assentou praça no corpo de policia. Mais tarde foi conhecido, e interrogado; e verificado que era escravo e de quem, oficiou o Sr Dr. Chefe de policia ao subdelegado de Abaeté, onde reside o Sr. Major Justo, que autorizou a sua reclamação constituindo para este effeito um advogado esta capital.

Depois de convenientemente reconhecida a propriedade do escravo, foi elle ante-hontem entregue em uma canoa do Sr. Justo, onde se achava um seo filho, que depois de receber o escravo, ordenou que fosse mettido a ferros. Enquanto porém, se faziam os preparativos para pol-o a ferros, o escravo apossou-se de um terçado e avançou sobre o senhor moço; que o evitou atirando-se ao mar!

Vendo o assassino por tal forma frustrado seo intento atirou-se ao seo parceiro menor, que para evitar o golpe segurou imprudentemente na folha do terçado, quase lhe decependo as duas mãos permittio o assassino occasião de lhe derigir uma facada, que lhe ferio na caixa toraxica. Fez-se corpo de delito no paciente, e o ferimento, com

<sup>322</sup> Jornal do Pará, Belém, 9 de outubro de 1877, p.2

<sup>323</sup> Cf. ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **“O Longo Caminho Dos Corrêa De Miranda No Século XIX: Um Estudo Sobre Família, Poder E Economia”**. Dissertação ( Mestrado) Instituto de filosofia e ciências humanas, programa de pós-graduação em História social da Amazônia-UFPA. Belém, 2012.

quanto grave, pode terminar, segundo o juízo dos médicos, favoravelmente se não sobrevir algum acidente<sup>324</sup>

No caso registrado é bem evidente o protocolo usado em desfavor do escravo *fujão*, ou seja, a regra era o castigo, embora nos anúncios de jornais alguns senhores prometessem não castigar seus escravos fugidos, na prática o castigo era a forma de controle senhorial sobre o restante da escravaria. Tão interessante quanto à narrativa do ocorrido é a maneira como o texto apresenta o cativo como sendo o provocador da situação que remeteria a uma tentativa de assassinato. A mentalidade que se construiu em relação ao negro escravizado como sendo marginal, com certa irracionalidade testemunhava contra o cativo. Do ponto de vista da reportagem existe a intenção de ressaltar que o escravo cometera um ato bárbaro contra o filho e funcionário de seu senhor, mesmo sem o funcionário ter morrido, o trabalhador é chamando por várias vezes de assassino, como se de fato algum óbito tivesse ocorrido.

As fugas e os atos de rebeldia abalavam o equilíbrio do sistema escravista, e precisavam ser reprimidas ferrenhamente. Tendo o cativo em tela passado anos longe da casa de seu senhor, foi capturado suspeito de ser desertor do exército, que nesse período dedicava-se a Guerra do Paraguai, ao “retornar” para os domínios de seu proprietário, a primeira atitude que tomaram foi seguir o protocolo, ordenar que o colocasse a ferros, um castigo exemplar. Para um sujeito que experimentou anos fora do cativeiro longe dos mandos senhoriais este comando provocou uma ação instintiva de defesa da liberdade vivida, ao que na visão dos senhores teria sido um ato de extrema rebeldia.

Fato emblemático ocorrera com a cativa Maria Thereza apreendida e interrogada no município de Óbidos em 1845, ao que publicava o delegado de polícia que na verdade referida Maria Thereza declarou se chamar Thomazia d’Aquino, e ser escrava fugida muitos anos de Cametá, seus senhores eram Luciano Ferreira Pita e Anna Ferreira Pita. Nos anos em que passou fugida teve oito filhos, dos quais uma residia próximo a capital, *não declarava o lugar para evitar fuga*, um filho foi morto pelos cabanos, e o terceiro acha-se como praça do exército.

Encontravam-se na vila de Óbidos, Francisca, Angélica, Urçula, Guilherme e Benta, declarava que era avó de três filhos *produzidos* por Urçula de nomes Francisco, Crispim, Anna e Belmira. *Pelo que em falta de prisão na vila, ficariam em poder de pessoas que se responsabilizariam pela fuga até serem conduzidos a capital e entregues a quem de direito.*<sup>325</sup>

<sup>324</sup> Diário de Belém, Belém, 23 de janeiro de 1869, p. 2

<sup>325</sup> Treze de Maio, Belém, 23 de Abril de 1845, p. 3

Os exemplos descritos e muitos outros presentes na documentação revelam as fugas e revoltas como um dos principais entraves do regime escravista no Império brasileiro sendo conseqüentemente também um problema do comércio de escravos, desse modo como explicar a venda de escravos em fuga, tal como mencionado no início desta sessão, alguns com muitos anos longe da propriedade do seu senhor como no caso de Thomazia. Que garantia teria o comprador de que iria conseguir a posse do trabalhador?

Podemos levantar algumas hipóteses, os estudos do historiador norte americano Gavin Wright sobre escravidão e desenvolvimento econômico na América nos autoriza pensar que nas economias escravistas da América o cativo não tinha apenas valor pela sua força de trabalho imediato, configurava-se antes de tudo renda líquida.<sup>326</sup>

Para exemplificar a questão dentro do Brasil, temos que a lei de terras em 1850 transforma a propriedade territorial em renda líquida antes concentrado na figura do escravizado, onde o valor atribuído a determinado terreno não estava circunscrito tão somente as benfeitorias ali presentes, mas na especulação e variadas manobras econômicas que se podia fazer pelo simples fato de ter a posse da terra. Nesse caso deter o título de terras possibilitava ao proprietário, arrendar, hipotecar, trocar, além de usa-la como moeda de câmbio em transações diversas. Da mesma forma ocorrera com os cativos até os anos finais do regime escravista, a posse formal do escravo por meio de uma escritura tinha tanto valor quanto a força de trabalho que o cativo poderia oferecer, mesmo em fuga não deixava de ser uma propriedade, um bem semovente de grande valor.

José de Souza Martins, no seu livro *Cativeiro da Terra*, ao analisar o processo de constituição da força de trabalho e as relações de produção que se definiram com a crise do regime escravista, informa-nos sobre a transição da renda capitalizada no escravo para a propriedade de terra, corroborando que esse processo foi gradual sendo o rentismo, ou seja, a aplicação de capital visando lucro ainda presente na propriedade do escravo até os últimos anos da escravidão. De acordo com Martins, a segunda metade do século XIX é o momento do capital, em que ocorre de progressivamente à metamorfose da renda capitalizada da força produtiva de trabalho, associada ao cativo, para o objeto de trabalho, associado à terra.<sup>327</sup>

Portanto, essa pode ser uma primeira hipótese para justificar as recorrentes vendas de escravos em fuga, talvez isso explique o investimento de Jeronimo Antonio Gonçalves na

---

<sup>326</sup>Cf. SIEGLER, Mark. **Slavery and American Economic Development by Gavin Wright**. Journal of Regional Science, 2008.

<sup>327</sup>Cf. MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

compra do escravo Lino pela quantia de 1.200\$000(um conto e duzentos mil réis) mesmo sendo advertido que o dito trabalhador em 1871 se achava em fuga.<sup>328</sup>

Para além disso, as formas de controle do governo recorrentemente conseguiam recuperar cativos em fuga aumentando a expectativa dos proprietários, prova disso que no dia 23 de setembro de 1873, João Gonçalves Chaves de Abaeté anunciava a fuga de seu escravo Constâncio, este tinha entre 18 e 19 anos *baixo e reforçado tinha as pernas e as pontas dos pés arqueados para dentro quando anda, sabe tocar violão e cavaquinho, sendo bom fabricante de seringa*. Constâncio impetra fuga numa montaria toda de acapu, madeira resistente e muito valorizada, levou um baú e uma rede de dormir, dizia João Gonçalves Chaves que provavelmente estaria *no rio Guamá acima*, pedia o referido proprietário que as autoridades policiais e qualquer pessoa do povo que capturasse o escravo fugido que o entregasse no distrito de Abaeté ou em Belém.<sup>329</sup>

Em 19 de setembro de 1877, quatro anos depois do primeiro anúncio da fuga o jornal O Liberal do Pará registrava a apreensão de Constâncio que ao se envolver em uma confusão foi preso acusado de espancamento.<sup>330</sup> Esse é apenas um dos vários casos registrados nos jornais de apreensão dos escravos em fuga, elemento que nos ajuda também compreender a negociação de escravos em fugidos.

Ao falar sobre os acoutadores e sedutores de escravos no século XIX, Bezerra Neto informa que os escravos em fuga possuíam uma teia diversa de relações sociais que os favoreciam no seu intento de ver-se livre do lugar de cativeiro onde se encontravam. Estas relações eram estabelecidas com sujeitos variados, entre os quais, seguimentos da população livre que costumeiramente valiam-se da condição de fuga dos cativos para usufruir de seus trabalhos em troca de esconderijo.

Nas denúncias dos senhores de escravos em fuga protestavam esta prática que fazia parte da escravidão na Amazônia, tudo passava por um processo de negociação entre as partes, o que em geral estava em jogo eram melhores condições de vida e espaços de liberdade para o escravizado que em contrapartida oferecia sua força de trabalho ao “novo senhor”. De acordo com Bezerra Neto, seja acoutados ou capturados os cativos poderiam ser eventualmente submetidos ao trabalho compulsório vivenciado novas experiências de

---

<sup>328</sup> Cartório Merise Cunha, Cameté, Livro de Notas N° 4, 1883, p. 7

<sup>329</sup> Jornal do Pará, 12 de novembro de 1873, p. 3

<sup>330</sup> O Liberal do Pará, Belém, 23 de setembro de 1877, p.1

cativo, relações que iam além dos pressupostos legais estabelecidos estruturavam-se dentro de práticas costumeiras.<sup>331</sup>

Muitos escravos eram recuperados trabalhando em outra fazenda, ou ainda na propriedade do seu antigo senhor buscando reestabelecer laços quebrados por uma transferência indesejada, os apontamentos do autor anteriormente citado nos permite inferir que nessa complexa rede de sociabilidade estabelecida em torno da fuga de um escravo, determinado sujeito que comprava um trabalhador fugido provavelmente tinha conhecimento que onde este poderia estar, ou ainda como acoutador detinha o escravo em sua propriedade e por meio da escritura de compra e venda buscava formalizar o senhorio sobre o trabalhador, isentando-se das punições previstas em lei. Em suma, ainda que as hipóteses levantadas anteriormente precisem de maior aprofundamento nos ajudam a perceber possíveis lógicas de funcionamento em torno de um comércio de escravos em fuga.

Em suma vale ressaltar que as fugas eram indesejadas e reprimidas como mencionamos, embora o comércio de escravos buscasse estratégias para contornar esta questão, a decisão tomada pelo cativo de se evadir do cativo estava diretamente ligada entre outros fatores a relação senhor/escravo, o extremismo senhorial por vezes deixava o cativo insuportável, a quebra de acordos costumeiros abria o caminho para a fuga.

Esta relação entre senhores e escravos possuía nuances muitas vezes inesperadas, que demonstram a complexidade do cativo e das relações sociais que foram se conformando nos séculos de escravidão no Brasil. Em 1886 Abraham Fortunato natural de Portugal residente na vila de Abaeté ao registrar seu testamento, pois *achava-se doente e temendo a morte cuja hora é incerta*, entre as várias disposições deixava livre duas de suas escravas, Senhorinha e sua filha Hermínia para a primeira testava um valor de 200\$000 (duzentos mil réis).<sup>332</sup>

José Rodrigues Vianna diferente de Abraham que teve vários filhos, este primeiro era solteiro não possuindo filhos, natural de Cameté em suas disposições de última vontade declarava que era senhor e possuidor de dois escravos, Laurindo e Izabel aos quais dava liberdade com a condição de o servirem até seu falecimento, os constituía seus herdeiros universais, para a escrava Izabel deixava sua casa de vivenda avaliada em 50\$000(cinquenta mil réis). O testamento revela a dependência que o dito senhor tinha de seus escravos em seus

---

<sup>331</sup> Cf. BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo; escravidão fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)**. UNICAMP (Dissertação de Mestrado). Campinas. 2000. pp.396

<sup>332</sup> Cartório 1º Ofício Abaetetuba, Livro de Notas Nº 5, 1886, p.88

últimos tempos de vida, a relação estabelecida entre os sujeitos mencionados parece possuir peculiaridades incomuns de serem observadas entre senhores e escravos.<sup>333</sup>

Como já registramos, nem sempre as relações entre senhores e escravos eram amistosas, sendo possível dentro de uma propriedade ocorrer animosidades provocadas pelos mais diversos motivos, o processo instaurado contra João Baptista Correa residente na comarca de Igarapé-Miri revela a complexidade das relações sociais estabelecidas em uma propriedade escravista.

A acusação que pesava sobre João Baptista era de ter assassinado seu escravo de nome Candido, a primeira testemunha ouvida pelo inquérito se chamava Zacarias do Espirito Santo Vianna, que sendo interpelado sobre a denúncia declarava, que em dezembro de 1868 tinha ido junto a Pedro Honorato Correa de Miranda ao sitio do acusado. Ao chegarem no porto da propriedade Zacarias foi chamado a desembarcar, atendendo o pedido saiu da canoa, então dentro da casa João Baptista Correa de Miranda queria que ele o ajudasse amarrar um escravo que o havia desobedecido, Pedro Honorato *ordenou que agarrassem um escravo que entrava na casa com uma parroleira de cachaça*, o qual foi amarrado e conduzido para um quarto dentro da casa, depois de ter despejado a aguardente que trazia<sup>334</sup>.

Em seguida entrou outro cativo pela porta, João Baptista o chamou pelo nome de Candido e pediu a Zacarias que o amarrasse tal como fez com o primeiro escravo, desta vez houve bastante resistência por parte do cativo que procurava fugir da prisão, mas que no final aconteceu. A recusa de Candido em ser amarrado provocou a ira de João Baptista Correa de Miranda, que encolerizado com tal atitude do escravo o castigou ali mesmo ainda na sala com um *cabo de linho de quatro palmos um pouco mais de comprimento e três polegadas de grossura*. O instrumento de castigo tinha um nó na ponta que batia no corpo do escravo, Zacarias declarou que achou a punição rigorosa visto que as *pancadas* foram dadas em várias partes do corpo por pouco mais de meia hora. A testemunha ainda relata que ele tinha ficado o cativo *entroncado amarrado com as mãos para traz*.<sup>335</sup>

Foram ouvidas oito testemunhas que trazem detalhes importantes para o caso, entre eles foi dito que depois do primeiro castigo mencionado por Zacarias, o escravo Candido foi castigado 15 dias consecutivos em um quarto dentro da fazenda Boa Vista, e que teria morrido em consequência das punições rigorosas, Manoel Joaquim Penna disse que testemunhou o capataz da fazenda levando o cadáver de Candido em um batelão por volta das

<sup>333</sup> Cartório Merise Cunha, Cameté, Livro de Notas S/N, 1876, p. 46

<sup>334</sup> O Liberal do Pará, Belém, 08 de Março de 1876, p. 1

<sup>335</sup> Idem, p.2

oito horas da noite em direção ao cemitério das Mercês, lugar onde se enterravam os pretos do termo de Igarapé-Miri.<sup>336</sup>

Durante o período em que estava sendo castigado vários indivíduos intercederam em favor de Candido para que João Baptista Correa de Miranda cessasse a punição, entre eles Justo José Domingues que residia meia hora rio acima da casa do acusado, no Sítio Bom Jesus, este foi procurado por Manoel Raymundo o feitor da fazenda, que lhe interpelava pedindo que fosse até ao seu patrão pedir-lhe que parasse com os castigos contra o escravo Candido que ele feitor executava a mando de João Baptista.

No dia seguinte Justo José foi a fazenda e viu Candido com tronco nos pés com o corpo inchado parecendo muito doente, pediu a João Baptista que cessasse os castigos ao cabo da conversa recebeu a afirmativa de que isso aconteceria. Entretanto dois dias depois o capataz da fazenda Manoel Raymundo lhe comunicara que o escravo havia morrido.<sup>337</sup>

Lazaro Antonio dos Santos, outra testemunha, a época do acontecido era escravo de Maria Gonçalves Penna de Nazareth na condição de liberto foi chamado para prestar depoimento, disse que trabalhava no sítio Nazareth da referida senhora e que certo dia Candido mandou pedir a ele que fosse até a fazenda Boa Vista falar-lhe. Lazaro declarou que tinha conhecimento do que estava acontecendo e como Candido estava sendo castigado há vários dias. Ao chegar a fazenda Lazaro teve uma conversa reveladora, Candido lhe dissera que o motivo pelo qual o havia chamado era para que ele viesse interceder ao seu senhor João Baptista para que ele cessasse de castiga-lo.

A situação era delicada, todavia Lazaro prometeu que iria empregar todos os seus esforços para isso, mas não acreditava ter sucesso já que João Batista Correa de Miranda não havia atendido pessoas de importância como Justo José.

Lazaro encontrou o cativo Candido deitado ao chão com um tronco nos pés sem poder sentar ou levantar dizia o escravo repetidas vezes; - *Estou muito maltratado, e morro dos castigos*. A conversa que Lazaro teve com Candido revelou o motivo do castigo, disse o cativo que estava sendo punido por causa de uma brincadeira que fez com a mulata Maria da Conceição escrava de João Baptista, o fato ocorreu durante uma festividade na vila de Igarapé-Miri, no episódio o referido senhor disse que quando chegasse no engenho Candido lhe pagaria.<sup>338</sup>

---

<sup>336</sup> Diário de Belém, Belém, 29 de agosto de 1876, p.1

<sup>337</sup> O Liberal do Pará, Belém, 23 de abril de 1876, p. 1

<sup>338</sup> O Liberal do Pará, Belém, 22 de abril de 1876, p. 2

Manoel Joaquim Penna Mattosinho ao ser perguntado sobre o motivo dos castigos contra Candido, disse que era por ciúmes de uma *rapariga* escrava, a mencionada Maria da Conceição, com quem João Baptista Correa de Miranda *tinha relações ilícitas e que dela tinha ciúmes*, Manoel Joaquim informa que na fazenda todos sabiam e que Candido tinha o mesmo tipo de relação com a referida escrava.<sup>339</sup>

Os estudos sobre escravidão no Brasil estão repletos de exemplos dessa natureza que remetem ao envolvimento relacional entre senhores e suas escravas, nesse caso em especial observamos o desenrolar de uma das muitas experiências possíveis de serem vivenciadas no âmbito do cativo circunscrito dentro de propriedades rurais escravistas na região. Isso significa dizer que o cotidiano de uma propriedade rural engendrava situações tão peculiares que fatalmente escapariam a um olhar mais estruturalista da relação senhor/escravo.

O inquérito é extenso e toma várias edições dos jornais da época, essa breve resenha do processo revela quão complexas eram as relações que se estabeleciam no âmbito do cativo, e como o relacionamento entre senhores e escravos não estava engessado tão somente no campo das relações de trabalho, os depoimentos demonstraram que a parte do corpo onde Candido teria sido mais castigado foi *abaixo de pente e regiões genitálias* o que reforça a motivação passional que levou a morte do referido escravo.

Se as relações entre senhores e escravos eram múltiplas e complexas, as relações de comércio que tinham como “mercadoria” o sujeito escravizado também o eram da mesma forma, como renda líquida o cativo podia ser alvo de diversas negociações, conformando um mercado que suplantava a mera compra e venda operando também em outras esferas, é o que veremos no próximo item.

### **3.4 O comércio de escravos em outras transações.**

O indivíduo escravizado enquanto propriedade, juridicamente considerado durante o regime escravista no Brasil poderia ser trocado, doado, transferido, hipotecado, participando assim de uma gama de relações comerciais possíveis, tendo ele, o cativo, como “mercadoria” principal. Nesse sentido, o negro na condição de escravizado dentro da sociedade escravista do século XIX, figurava como propriedade comum que em alguns momentos podia inclusive ser utilizada como moeda de troca.

Um exemplo modelar ocorre no dia 27 de janeiro de 1871, quando o escravo Guilherme, cor descrita como mulata de 09 anos foi trocado por 1.525 pés de cacau. O dono do escravo Guilherme era Joaquim Manoel Correa que realizou a troca com seu filho

---

<sup>339</sup> Diário de Belém, Belém, 29 de agosto de 1876, p.1

Mamedio Leocardio Correa, em uma evidência da condição de propriedade que o escravo possuía não havendo distinção evidente no registro de troca, do escravo para o Cacoal, mesmo que isso não tivesse o mesmo significado para o escravizado.<sup>340</sup>

Os contratos de troca de escravos registrados pelos tabeliões consistiam em uma transferência mutua pelos respectivos donos de um ou mais escravos por outro(s) escravo(s), ou de determinado(s) escravo(s) por outro(s) bem(s). No registro de troca, dependendo do preço em que os escravos ou bens eram avaliados poderia haver um retorno para suprir a diferença entre os valores. Por exemplo, no dia 04 de setembro 1869, ocorre a troca das escravas Pascoa de 17 anos, que tinha como dono João Gomes dos Santos, e Emilia de 09 anos propriedade do Capitão João Ribeiro Machado.

A primeira avaliada em 1.000\$000 (um conto de réis) a segunda em 500\$000 (quinhentos mil réis), portanto, para a efetivação da troca, o Capitão João Ribeiro Machado dono da escrava Emilia deu um retorno ao Sr. João Gomes dos Santos de 500\$000 (quinhentos mil réis) suprimindo a diferença do preço em que Pascoa foi avaliada.<sup>341</sup>

Em 1875 o Major João Baptista Correa de Miranda o mesmo indiciado pela morte do escravo Candido, realizava uma escritura de troca com o lavrador Manoel Procópio Correa de Miranda. Neste caso o cativo Manoel Felipe de João Baptista é trocado por duas escravas de nomes Jeronyma e Esilia pertencentes a Manoel Procópio, nesta transação não ocorre retorno de valores visto que o preço das duas cativas somado se equiparava ao valor a que Manoel Felipe foi avaliado. As idades desses trabalhadores não estão descritas na escritura, contudo observa-se aqui o grau de valorização dos cativos do sexo masculino em relação as mulheres cativas, sendo necessário duas mulheres para compor o valor de um homem escravizado.<sup>342</sup>

Nas escrituras de troca os bens envolvidos na transação iam além de apenas cativos, como vimos escravos poderiam ser trocados por uma plantação de cacau, ou como em 1887 o sr. Theodoro Negrão trocava com Vicente José Ferreira duas escravizadas por um quinhão de terras, Constantina e Marcolina de idades respectivamente 18 e 35, permaneceriam no rio Manacapurú em Abaetetuba agora sob o senhorio de Vicente José.<sup>343</sup> Nos cartórios pesquisados registramos 09 escrituras de troca envolvendo escravos e outras propriedades, todavia a documentação revelou outras transações com a mão de obra ou com o valor liquido que o escravo representava.

---

<sup>340</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de notas S/N, 1868-1878, p. 66

<sup>341</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de notas S/N, 1868-1878, p. 15

<sup>342</sup> Idem, p.49

<sup>343</sup> Cartório 1º Ofício de Abaetetuba, Livro de Notas Nº 5, 1886, p.41

Os registros de permuta também são encontrados, estes contratos consistiam em uma espécie de troca, no entanto o que difere a categoria troca da permuta é o que o texto da escritura chama de “*elas por elas*”, ou seja, na permuta ocorre o câmbio de um escravo pelo outro sem retorno algum, até pelo fato de que nas escrituras de permuta, os cativos avaliados tinham o mesmo preço. Vejamos um exemplo, no dia 30 de setembro de 1880 ocorre a permuta das escravas Adelaide acompanhada de sua filha *ingênu*a Margarida e Raimunda também acompanhada de sua filha *ingênu*a de nome Joanna, ambas avaliadas em 600\$000 (seiscentos mil réis) tendo como proprietários respectivamente Miguel Penna de Moraes e Maria da Glória Gonçalves Castro.<sup>344</sup>

Os cativos João e Constantino foram avaliados em 1.000\$000 (um conto de réis) sendo permutados por Victorio Gonçalves de Castro e Miguel Penna de Moraes em 1880, Joana e Cacilda ambas acompanhadas de um filho ingênuo foram permutadas em 1886, a primeira saiu da vila de Mocajuba e a segunda da cidade de Cametá, casos como esses foram registrados no total de 04, envolvendo 08 escravos.

O comércio de escravo no Vale do Tocantins registra ainda casos entrega e outros de doação. A escritura de entrega, na verdade trata-se de uma formalidade que ocorria quando determinado escravo era deixado em testamento ou inventário ocorrendo a mudança do titular da propriedade da escrava. O único caso dessa natureza registrado tratou da entrega de uma escrava de nome Vitória feita pelo lavrador Antonio Diniz Gonçalves a seu filho Jezuino Antonio Gonçalves, escrava que fora destinada a Jezuino mediante testamento.<sup>345</sup>

Quanto às doações a escritura consistia na ação de doar um escravo para outrem, sendo observados 15 registros dessa natureza, uma característica das escrituras de doação é a permanência do trabalhador (a) no cabedal familiar. Como exemplo, na doação que faz Dona Margarida Pinheiro a Dona Thereza Maria Correa da escrava Raimunda de apenas 03 meses de idade, registrava-se que a doadora era avó daquela que recebe a doação, nesse caso a transação ocorre no dia 08 de janeiro 1870<sup>346</sup>. A escritura em que o Doutor Julião Honorato Correa de Miranda faz a doação da cativa Eulastica a Dona Maria do Carmo Pena Moraes também informa que esta última era sobrinha do doador.<sup>347</sup>

Em 04 de junho de 1870 o Major Justo José Correa de Miranda faz ao seu filho Rogerio Correa de Miranda a doação de uma cativa de 05 anos de idade<sup>348</sup>, no mesmo ano

<sup>344</sup> Cartório Samuel Almeida, Igarapé-Miri, Livro de Notas N° 2, 1880, p. 1

<sup>345</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de notas S/N, 1868-1878, p. 19

<sup>346</sup> Idem

<sup>347</sup> Idem, p.14

<sup>348</sup> Idem, p. 20

Dona Ângela Maria Monteiro lavra a escritura de doação da escrava Sabina de 22 anos, quem a recebe é seu afilhado e sobrinho Jozé Bernado de Lira Castro<sup>349</sup>. A dita Dona Ângela, na mesma ocasião faria outra doação desta feita a sua sobrinha Cattarina de Lira Castro, doações que se justificavam de acordo com a documentação pelo fato de a referida proprietária não possuir herdeiros.<sup>350</sup> Assim outras doações como a que fez Vitoria Maria da Silva Brabo Caripuna em 1886 contemplavam pessoas da família, o que demonstra como a propriedade escrava era valiosa e que seria fundamental manter tal bem de estimado valor dentro do patrimônio familiar.<sup>351</sup>

As hipotecas e concessões foram outras situações observadas. A hipoteca consistia em deixar o escravo penhorado, como segurança do pagamento de um empréstimo realizado. No dia 24 de fevereiro de 1876 foi lavrada a escritura em que o lavrador Emerico Antonio de Lira Lobato hipotecava a escrava Germana cor descrita como preta, idade 21 anos, pelo valor de 800\$000 (oitocentos mil réis). O devedor se comprometia em pagar o valor da hipoteca no prazo de 2 anos; a trabalhadora tinha como ofício a arte da costura<sup>352</sup>.

Semelhante às hipotecas cabe destacar as escrituras de *dívida com penhor* que se tratava de um contrato de dívida pela aquisição de um bem ou empréstimo realizado, como garantia da obrigação assumida entregava-se o escravo em penhor. Esta seria a principal diferença encontrada nas escrituras, ou seja, na hipoteca se oferecia o cativo que não era transferido para credor salvo a dívida não fosse paga, nos registros de *dívida com penhor* ocorria a transferência do escravo para o credor até que a dívida fosse sanada. Para exemplificar podemos citar o caso que ocorreu em 20 de abril de 1866 quando Vicente de Souza residente na comarca de Cameté empenhora 09 de seus escravos com a firma Barros & Irmão composta por dois comerciantes da referida comarca, pelo valor de 3.000\$000 (três contos de réis).<sup>353</sup> Em suma, registramos 02 casos de hipoteca e 06 casos de dívida com penhor.

Houveram casos de contratos de dívida celebrado entre particulares que não foram categorizados como hipoteca ou dívida com penhor, apesar de serem semelhantes, Deocliciano Jozé Duarte em 1867 celebra contrato com Manoel Joaquim Lobato ambos lavradores da comarca de Igarapé-Miri, em que este último se comprometia pagar no prazo de

---

<sup>349</sup> Idem, p. 32

<sup>350</sup> Idem, p. 39

<sup>351</sup> Cartório 1º Ofício, Abaetetuba, Livro de Notas Nº 5, 1886, p.144

<sup>352</sup> Cartório Alda Nery, Igarapé-Miri, Livro de Notas S/N, 1868-1878, p. 55

<sup>353</sup> Cartório Coen, Cameté, Livro de compra, troca e doação de escravos S/N, 1861, p.10

10 meses uma dívida que possuía com Deocliciano caso faltasse o pagamento, a escrava Vivencia passaria para as mãos do referido credor.<sup>354</sup>

Manoel Tomaz de Macedo e Rosa de Assunção Souza fizeram um empréstimo de Manoel Eugenio da Conceição sem prazo determinado de pagamento e em troca concediam o escravo Manoel Evaristo para que ficasse a serviço do credor até o cumprimento da dívida que somava 825\$000 (oitocentos e vinte cinco mil réis).<sup>355</sup>

No caso da concessão que foi catalogado, como mencionamos anteriormente temos apenas 01 registro que respeito a uma escrava que possuía dois proprietários, na escritura de concessão João da Malta Correa concede a parte que tinha sobre a escrava de nome Antonia para sua esposa Maria Rosa de Lima Cardoso.<sup>356</sup>

Considerando essas e outras transações possíveis envolvendo mão de obra escrava chegamos a uma primeira conclusão a de que o comércio de escravos era multifacetado indo além da compra e venda configurando-se em uma série de outras situações como as citadas acima, essa diversidade de experiências pode evidenciar um conjunto variado de relações estabelecidas entre senhores e escravos, à medida que muitas desses trâmites comerciais perpassavam pelo campo da negociação para que pudesse se efetivar, como vimos transferências indesejadas causavam desequilíbrio no sistema.

Nesse sentido, Sidney Chalhoub aponta para uma questão importante, ao analisar um inquérito sobre uma insurreição de escravos contra um negociante de negros no Rio de Janeiro, o autor destaca dentro do inquérito, as motivações que levaram mais de vinte escravos a espancarem José Moreira Veludo, o referido negociante.

Entre os motivos destacados nos depoimentos dos negros interrogados, dois ganham relevância: o primeiro diz respeito, a maldade de Veludo no trato com os escravos que estavam em seu estabelecimento para serem vendidos. O segundo motivo, e aquele a que o autor dá maior atenção, estava relacionado ao fato de os escravos envolvidos no episódio não aceitarem ser transferido para uma fazenda de café, para onde tinham sido vendidos. “E o atentado contra Veludo havia sido o último recurso disponível a esses negros para influenciarem o rumo que suas vidas tomariam dali por diante”.<sup>357</sup>

Após o episódio os escravos não empreenderam fuga, isso parecia não estar em questão, o que ganhara relevância na análise do inquérito era “a afirmação de que se negavam

<sup>354</sup> Arquivo Municipal de Igarapé-Miri, Notas do Juízo de Paz do 1º distrito Igarapé-Miri 1866-1873, p.19

<sup>355</sup> Idem, p.31

<sup>356</sup> Cartório Samuel Almeida, Igarapé-Miri, Livro de Notas Nº 5, 1885.

<sup>357</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras. 1990, p. 29-32

radicalmente a serem vendidos para o interior”. Chalhoub indica “que era comum que os escravos exercessem alguma forma de pressão sobre os seus senhores no momento crucial de suas vendas”<sup>358</sup>. Desse modo, por mais que nossas fontes não apontem mais informações que nos permitam fazer afirmações mais concretas, podemos inferir a partir de Chalhoub, que nessas relações comerciais os escravos eram muitos mais do que mercadorias de compra e venda, e que havia uma diversidade situações de possíveis onde o cativo poderia atuar como agente ativo nos desfechos de determinadas situações, assim também como pode ser possível uma pluralidade de relações entre senhores e escravos que extrapolam os limites apenas da compra e venda.

### **Considerações finais**

Nesse sentido, considerando complexidade do comércio interno de escravos no Brasil como campo de estudo, que possui várias frentes possíveis de análise, a presente pesquisa esta longe de esgotar a temática para a região analisada.

Portanto, procurarmos inicialmente perceber como determinados elementos da configuração espacial da região conformaram os limites naturais que tinham influencia direta nas relações sociais econômicas e culturais desenvolvidas no território amazônico, as características associadas à paisagem e aos condicionantes dos rios e da floresta revelam particularidades da escravidão na Amazônia, demonstrando como a dinâmica de trabalho e a circulação de pessoas e mercadorias tiveram seus caminhos traçados pela trajetória dos rios, furos e igarapés e pelas trilhas da floresta.

Em relação ao Vale do Tocantins sendo uma região próxima a capital da província, por esse motivo e outros teve viabilizada a rápida e precoce ocupação do seu território em relação a outras localidades, além da aceleração do desenvolvimento regional por meio de rápidas conexões com o principal porto de comércio da Amazônia, o porto de Belém.

Embora sob o constante olhar senhorial e vigilância do Estado os cativos detinham certa liberdade de circulação pelos rios e florestas, seja nas atividades extrativistas ou agrícolas, no transporte das mercadorias para o porto de Belém e outras regiões ou nas canoas de comércio ambulante que atuavam na Amazônia. Essa mobilidade proporcionava possivelmente o estabelecimento de uma vasta rede de sociabilidades com os mais diversos sujeitos, o que poderia ser eventualmente utilizado dependendo das circunstancias.

---

<sup>358</sup> Idem

Em todo caso, a atuação dos trabalhadores escravizados na Amazônia não pode ser percebida a partir do modelo das *plantations* como no nordeste açucareiro, ainda que a monocultura canavieira ou cacaueteira fossem elementos fundamentais para economia regional, a produção dessas *commodities* não resistiria sem a existência de um amplo sistema produtivo que buscava suprir mais do que as necessidades do mercado agroexportador. Precisamos considerar o vasto plantio de gêneros agrícolas para alimentação e consumo interno, além da extração de produtos florestais.

Ainda que considerando as peculiaridades regionais, indicamos como a produção de caráter agroexportador identificada Vale do Tocantins principalmente na segunda metade do século XIX estava inserida nos quadros de uma economia mundial, atividades econômicas que se conectavam a um circuito comercial nacional e internacional. Significa dizer que longe de estar isolado do resto do mundo o Vale do Tocantins estava arraigado dentro de uma dinâmica do capital internacional que teoricamente diz muito sobre a extensa utilização de mão de obra escrava na região.

Nesse sentido a exposição dos dados presentes nos relatórios oficiais a respeito da demografia escrava na região teve como objetivo caracteriza-la em sua conformação escravista e com todos os elementos que possibilitaram o desenvolvimento de um importante comércio de escravos verificado por meio da documentação analisada.

A naturalidade dos cativos revelada nas escrituras, a distribuição dos senhores pelas diversas localidades da região, os lugares onde possivelmente a concentração de trabalhadores escravizados era maior, assim como as conexões que essas localidades estabeleciam entre si e com outras regiões da província e Império brasileiro no âmbito do comércio de escravizados, foram importantes elementos de análise revelando a ampla rede comercial que se articulou em torno da circulação interna de escravos.

Construindo o perfil de senhores e escravos, percebemos tendências importantes relacionadas as idades, ao sexo, ao preço entre outras características dos cativos. Estas informações indicaram a importância da escravidão para a manutenção do sistema econômico estabelecido na região, e como os constantes investimentos em mão de obra escrava, tão custosa últimos anos antes da abolição, permite observar os esforços impetrados pelos proprietários locais para manter o modelo de produção vigente.

Nos quadros da economia local observamos no Vale do Tocantins uma importante conexão entre os engenhos de aguardente e a utilização da mão de obra escrava, entendendo que esses espaços, não consistiram meramente em unidades de produção, o engenho era antes de tudo uma complexa combinação de terra, técnica, trabalho compulsório, empresa e capital,

ou seja, uma estrutura que abrangia moendas, roçados de cana, plantações de outras culturas visando consumo interno, casa grande, senzala nas suas diversas formas, casa de aviação, escravos, trabalhadores livres, indígenas. Tudo isso combinado a uma atividade peculiar que combinava a monocultura da cana vinculada a um processo semi-industrial de transformação da matéria prima em produto de comercialização.

Tratava-se de um conjunto de operações complexas que faziam da agroindústria canavieira uma atividade que exigia equipamentos específicos e volumosa mão de obra. Por outro lado o que se percebe nas fontes do século XIX como inventários, testamentos, relatos de viajantes é que em torno do termo engenho existe um campo semântico diverso, contudo perpassado principalmente pela ideia de poder, das relações de poder que se materializavam tanto dentro dos engenhos, como deles para fora, abarcando o domínio político e econômico de determinadas regiões.

Sendo espaços geradores de riquezas, produção e renda para a Amazônia, além de fortemente ligados aos propósitos de consolidação de uma ocupação lusitana na região, os engenhos desde o período colonial como indica Vera Ferlini estiveram quase sempre relacionados à dimensão do poder.<sup>359</sup>

Desse modo, os engenhos constituíram-se ao longo do século XIX em espaços de mandonismo local, a partir de relações de poder que estiveram estruturadas na posse e domínio da terra, e na manutenção de determinadas relações sociais e de trabalho tais como a escravidão.

Em que pese as limitações de nossas intenções buscamos no presente estudo compreender aspectos importantes relacionados a questão da presença negra na Amazônia e a partir dessa compreensão, tomando como base estudos e fontes pertinentes sobre a temática, dimensionamos a importância da presença escrava no Vale do Tocantins dentro do contexto de um tráfico interno de escravos na segunda metade do século XIX. Entendendo que a região amazônica que possuía uma configuração espacial que lhe atribuía certas peculiaridades, características associadas à paisagem e aos condicionantes naturais que estavam diretamente relacionados às atividades econômicas desenvolvidas no século XIX.

Outro ponto de análise importante foi às outras transações comerciais envolvendo escravos que permitiram ampliar nossa percepção a respeito desse comércio que se capilarizava e encontrava novas formas de atuação de acordo com as demandas do mercado

---

<sup>359</sup> Cf. FERLINI, V. L. A. . Terra, Trabalho e Poder. O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial. 3re. ed. Sao Paulo: Alameda, 2017. v. 1. 270p .

de cativos. Nesse quadro de análise as diversas transações muitas vezes objetivavam manter a propriedade escrava dentro do cabedal de um determinado grupo familiar.

Procuramos também destacar alguns problemas enfrentados pelo comércio interno nos últimos anos do regime escravista, entre eles as fugas escravas que constantemente precisavam ser contornadas para a efetivação de determinadas negociações. Concluímos dizendo que o presente texto buscou colocar em pauta determinadas questões que precisam ser ainda investigadas com maior atenção, entre elas a formação e atuação das elites agrárias na região tocantina e na Província do Pará de maneira geral. O perfil das propriedades rurais no Vale do Tocantins, os conflitos locais no contexto de transição do modo de trabalho escravo para o assalariado, a inserção dos ex-escravos na dinâmica social e econômica no pós-abolição. A formação de quilombos, a compreensão dos mundos do trabalho na região que abarcava uma série de sujeitos não somente escravos de origem africana, mas indígenas, caboclos, libertos, livres pobres, um misto de agentes que atuavam nas atividades econômicas em território amazônico.

Desse modo, deixando essas questões e outras em aberto pretendemos continuar as pesquisas em torno da temática para aprofundar e amadurecer as reflexões, contribuindo para construção do conhecimento histórico vinculado a história social da Amazônia.

## FONTES

*Cartório do 1º Ofício de Igarapé-Miri (Alda Nery).*

Livro de notas: Registros de Compra e Venda de Escravos 1868-1878.

Livro de Notas n.º 5 1872-1877

Livro de Notas e Procuração S/N 1839

*Cartório do 2º Ofício de Igarapé-Miri (Samuel Almeida).*

Livro de Notas n.º 6-1887

Livro de Notas n.º 5-1885

Livro de Notas n.º 1-1871

Livro de Notas n.º 2-1880

*Cartório Silva (Rio Anapú)*

Livro de notas – registros de nascimento (escravos)- 1875

*1º Ofício Abaetetuba*

Livro de Notas n.º 5 1886

Livro de Notas n.º 4 1881

*Arquivo Municipal de Igarapé-Miri*

Notas do Juízo de Paz do 1º distrito Igarapé-Miri 1866-1873

Livro de notas da câmara municipal de Igarapé-Miri, Pará, 1887

Livro de notas: Direitos municipais, Janeiro de 1873 a Junho de 1874.

Livro de editais de solicitação do Título de Posse, 1897-1901

*Casa da Cultura Igarapé-Miri*

Livro de registros contratos de trabalho, 1884.

*Cartório Merise Cunha de Cameté*

Livro de Notas Nº 4 1883

Livro de Notas S/Nº 1880

Livro de Notas S/Nº 1882

Livro de Notas S/Nº 1885

Livro de Notas S/Nº 1881

*Cartório Coen de Cameté*

Livro de compra, troca e doação de escravos S/N- 1861

*Lei do Ventre Livre, 1871*

Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496715>

Acesso: 13 set. 2015

*Periódicos*

A Constituição - 1877.

O Abaeteense -1884.

Diário de Belém- 1868.

Jornal do Pará – 1867-1871

Diário de Belém - 1869.

A Constituição – 1876

Almanark administrativo – 1868

Diário do Gram Pará – 1886

O Liberal do Pará -1878  
Treze de Maio -1856

*Arquivo Público do Pará*

Livro de notas - Óbitos escravos Beja 1876

Juízo de Órfãos da Capital. Autos de Inventários e Partilhas. Inventário de Anna Ferreira de Gusmão.1830.

*Centro de Memória da Amazônia*

Cartório Trindade (8ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 05 (1874-1878). Inventário de Raimundo Pereira Lima, 1874.

Cartório Trindade (8ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 05 (1874-1878). Inventário de Raimundo Pereira Lima, 1874.

*Relatórios de presidentes da província*

Falla com que o exm. Sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1.º vice- presidente da província do Pará, abril a 2.ª sessão da 25.ª legislatura da Assembleia Provincial em 20 de outubro de 1887. Pará, Typ. do Diário de Notícias, 1887. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/561/>.

Relatório do presidente do Pará de 15 de outubro de 1885. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1001/000065.html>.

Falla com que o exm. Sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro vice-presidente da província do Pará, abril a 1.ª sessão da 26.ª legislatura da Assembleia Provincial no dia 4 de março de 1888. Pará, Typ. do Diário de Notícias, 1888. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/563/>.

Relatório dos negócios da província do Pará. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1864. Athead of title: Dr. Couto de Magalhães, presidente do Pará, 1864. Cover title: Relatório dos negócios da província do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e ás bahias do rio Anapú, pelo secretario da província, Domingo Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até acima das ultimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaya, pelo capitão tenente da armada, Francisco Parahybuna dos Reis. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/527/>.

Relatório apresentado pelo excellentissimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da província, á Assembleia Legislativa Provincial do Pará, na sua 1.ª sessão da 22.ª legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/550/>.

PARÁ. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Exmo Sr. presidente da província, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.º de setembro de 1862. Pará, Typ. De Frederico Carlos Rhossard, 1862. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/525/>

Relatório com que o exm. Sr. presidente, Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da província ao exm. Sr. 1.º vice-presidente, Dr. José da Gama Malcher. Pará, Typ. do Liberal do Pará, 1882. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/552/>. Relatório da presidência do Pará, de 15 de fevereiro de 1876. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/544/000054.html>.

Relatório da presidência do Pará de 15 de fevereiro de 1881. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/551/000125.html>.

Relatório da presidência do Pará, de 15 de fevereiro de 1874. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/541/000049.html>.

Relatório da presidência do Pará, de 1878. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/550/000087.html>.

Relatório do Presidente da Província do Gram Pará, Ex. Snr. Dr. Fausto Augusto d' Aguiar. Abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da assembleia provincial. 15 de agosto de 1851. Typographia de Santos & Filhos, Rua S. João canto da estrada de S. José – 1851.

Discurso recitado pelo presidente da província, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Dia 15 de agosto de 1839. Pará na typographia de santos &. Menor rua d' alfama nº 15. 1839. Falla dirigida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Gram-Pará a Assembléia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849. Pará, Typographia de Santos & Filhos, 1849.

#### *Sites de pesquisa*

Base de dados Slave Voyages, Disponível em <https://slavevoyages.org/voyage/database#results>

Hemeroteca Digital - BNDigital - Biblioteca Nacional: [bndigital.bn.gov.br](http://bndigital.bn.gov.br) > hemeroteca-digital

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Um quase objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região**. In. História regional e local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino / Organizado por Maria das Graças de Andrade Leal, Sara Oliveira Farias . - Salvador: EDUNEB, 2015.

ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. “**O Longo Caminho Dos Corrêa De Miranda No Século XIX: Um Estudo Sobre Família, Poder E Economia**”. Dissertação ( (Mestrado) Instituto de filosofia e ciências humanas, programa de pós-graduação em História social da Amazônia-UFPA. Belém, 2012.

ANGELO, Maria de Nazaré Menezes. **Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.91-122, jan./abr. 2000.

ARAGÃO, Solange de. **A casa, o jardim e a rua no Brasil do século XIX**. *Em Tempo de Histórias* - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.12, Brasília, 2008.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAENA, Manuel. **Informações sobre as comarcas da província do Pará; organizadas em virtude do Aviso circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883, por Manuel Baena**. Diretor da 2ª seção da secretaria da presidência da mesma província. Belém: Typ. de Francisco da Costa Júnior, 1885.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História** (nona edição). 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BARROSO, Daniel S. **Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)**. Afro-Ásia (UFBA. Impresso) , v. 50, p. 93-128, 2014.

BARROSO, Daniel S. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escravano Grão-Pará (1810-1888)**. 2017. 344 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROSO, Daniel S.; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista**. Revista Tempo, v. 23, n. 3, p. 568-588, set./dez. 2017.

BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. São Paulo, 2017.

BEZERRA NETO, José Maia. **A Cultura do Cacau no Grão-Pará Oitocentista: Uma notícia histórica**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-

0831 - on line), Belém, v. 07, Dossiê “História da alimentação e do abastecimento na Amazônia”, p. 27-47, maio / 2020.

\_\_\_\_\_, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará (Séc. XVII – XIX). Belém.** Editora Paka-Tatu. 2ª ed. 2012.

\_\_\_\_\_, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo; escravidão fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888).** UNICAMP (Dissertação de Mestrado). Campinas. 2000. pp.396

\_\_\_\_\_, José Maia. “**Napoleão e a Presença Africana e a Amazônia**”. Revista Estudos Amazônicos. Vol. III, nº 1, 2008.

\_\_\_\_\_, José Maia. **Por todos os Meios Legítimos e Legais: As lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil – Grão-Pará: 1850 – 1888)** PUC. São Paulo. 2009. 4. 410. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_, José Maia. **A vida não é só trabalho: fugas escravas na época do abolicionismo na província do Grão-Pará (1860-1888).** In: Cad. Cent. Fil. Ci. Hum., Belém, v.12, n. ½, jan./dez. 1993.

CABRAL, Luiz Otávio. **Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, Abril e Outubro de 2007, p.149

CAMILA, Carolina Flausino. “**Negócios Da Escravidão: Tráfico Interno De Escravos Em Mariana, 1850-1886**”. Dissertação (Dissertação (Mestrado) Instituto De Ciências Humanas Programa De Pós-Graduação Em História , História, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006.

CAMILO, Nathan. —**Feliz o homem que deixa um bom nome: práticas de nomeação e apadrinhamento na freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810).** Trabalho de Conclusão de Curso. São Leopoldo, Unisinos, 2011;

CANCELA, Cristina Donza, “**Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920**”. Topoi, jan-jun, V. 10, Nº. 18, p. 24-38, 2009.

CARREIRA, Antônio. **As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro.** Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Lisboa, v. XXIII, n. 89-93, 1968/1969

CHABOULEYRON, Rafael Ivan. **Cacao, Bark-Clove, and Agriculture in the Portuguese Amazon Region the Seventeenth and Early Eighteenth Century.** Luso-Brazilian Review, Madison, v. 51, n. 1, 2014

CHAMBOULEYRON, Rafael. “**Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)**”. Revista Brasileira de História. vol. 26 no.52, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros — O tráfico escravista para a Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

CRUZ, Ernesto. **Igarapé-Miry. Fases de sua formação histórica**. Belém: oficinas Gráficas da Revista da Veterinária, 1945.

D'OLIVEIRA, Agostinho Monteiro Gonçalves. **Crônicas de Igarapé-Miry**. Belém: Imprensa Oficial, 1904.

D'OLIVEIRA, Agostinho Monteiro Gonçalves. **Crônicas de Igarapé-Miry 3ª Parte A Villa do Mojú**. Pará-Brazil: Typ. e encadernação o instituto Lauro Sodré, 1904, p.12

DIAS, Manuel Nunes. **As frotas do cacau da Amazônia (1756-1777)**. Revista de História, São Paulo, n. 50, p. 363-77, mar.-jun. 1962.

FARIAS, David. **“Senhor e possuidor de uma sorte de terra”: Título de Posse e regularização fundiária no município de Igarapé-Miri (1897- 1901)**. UFPA, 2018.

FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. **O Ensino de Geografia e o conceito de Região**. In: Plures Humanidades, Ribeirão Preto, ano 2, n. 1, 180-195, 2001

FERLINI, V. L. A. . Terra, Trabalho e Poder. **O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial**. 3re. ed. Sao Paulo: Alameda, 2017. v. 1. 270p.

FIGUEIREDO, Napoleão. **“Presença Africana na Amazônia”**. Afro-Ásia - Revista do Centro de Estudos Afro-Orientais – UFBA - Nº12, pp. 145-160, 1976.

FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da escravidão: Tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora/MG, 2006.

FLORENTINO, Manolo. **Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no rio de janeiro, brasil, c. 1790-c.1830**, História: Questões & Debates, Curitiba, n. 51, p. 69-119, jul./dez. 2009.

GARCIA, Graça Lobato. **Memória dos engenhos do Baixo Tocantins: Antigos engenhos de aguardente; Municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri**. Belém, Pará, 2011, p. 94

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 143-179.

GOMES, Flávio. **“No labirinto dos rios, furos e igarapés”: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, séculos XIX-XX**. História Unisinos -Vol. 10 Nº 3 - setembro/dezembro de 2006.

GRIS, A. P.; CAMARGO, C. L.; SANTOS, M. F. **O olhar do presidente da província sobre a mortalidade na infância em Salvador, de 1857 a 1870**. Vol. 1, No. 1. 2010

KIELING, Rejane Inês, SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional**. PERSPECTIVA, Erechim. v. 39, n.148, p. 133-143, dezembro/2015.

KLEIN, Herbert S. **The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852.** The Hispanic American Historical Review, vol. 51, n. 4 (nov. 1971).

LAMOUNIER, Maria Lucia. **Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879.** Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1986, p. 119

LARA, Silvia Hunold. **“Blowin’ in the Wind E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil.** 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOBATO, Eládio. **Caminho de Canoa Pequena: História do Município de Igarapé-Miri.** Belém: Imprensa Oficial, 1985.

LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: Escravos e Senhores; Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804).** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900).** Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

MARQUES, Fernando Luiz Tavares. **Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

MARQUES, Rachel dos Santos. **Práticas de nomeação e população escrava em Rio Grande de São Pedro, século XVIII.** Anais, 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR), 2015, p.15

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2.p. 165-188 jul.-dez. 2005, p. 166

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** Pref. C. F. Cardoso. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 179

MOTTA, José Flavio. **Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1961-1887).** Tese de Livre docência (Dep. de Economia). São Paulo: USP, 2010.

MOURA, Ignácio Baptista De. **De Belém S. João Do Araguaya; Valle Do Rio Tocantins.** H. Garnier Livreiro-Editor, Rua do Ouvidor, 109 Rio de Janeiro 1910, p. 15-20

MUAZE, Mariana; Salles, Ricardo. **A segunda escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica**. São Leopoldo; Casa Leira, 2020.

NARDOCCI, I. M. **A língua portuguesa no século XIX e a História do negro em Escrituras Públicas de compra e venda de escravos**. Dissertação de Mestrado. PUC/SP.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas, NARDOCCI, Izilda Maria. **Compra e Venda de Homens Negros: Uma Prática Cartorial no Século XIX**. ACADEMOS – Revista eletrônica da FIA. Vol. II N. 2 Jul – Dez / 2006.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. **Reflexiones didácticas sobre el concepto de región en la Geografía**, Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 11, n. 1, págs. 107-130, Jan/jun. 2015

NORMAND, Kelly. **Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição**. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, n. 18, p. 1-21, out.-dez. 1988

NUNES, Francivaldo Alves. **Aspectos fundiários em uma comarca no interior da Amazônia (Cametá, 1864 – 1873)**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 7 N° 13 Jul-dez 2012.

NUNES, Francivaldo Alves. Domingos Soares Ferreira Penna e os indicativos de uma moderna plantação no vale do Tocantins oitocentista: O rio, o agente público, a natureza e as populações. In\_\_\_\_.(org). **Nas Margens do Tocantins: História, Memória e Ambiente Amazônico**. Rio de Janeiro; Multifoco, 2018, p. 13-18

NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o signo do moderno cultivado: Estado Imperial e agricultura na Amazônia**. Tese (doutorado). UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. 2011.

PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão Negra em Belém: Mercado, Trabalho e Liberdade (1810-1850)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Belém-Pará.

PALMA, Rogerio da. TRUZZI, Oswaldo. **Renomear para Recomeçar: Lógicas Onomásticas no Pós abolição**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 61, no 2, 2018.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Criar De Ventre Livre: Tutelas De Ingênuos Em Um Município Sul-Rio-Grandense Na Última Década Do Escravismo**. ANPUHRS - X Encontro estadual de História: O Brasil no sul cruzando a fronteira entre o regional e o nacional (UFSM) – 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. COSTA, João Paulo Alves. DOMINGUES, Andrea Silva. **História, cultura Resistencia negra na Amazônia Tocantina, no Pará – Brasil**. E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP N.º 8, maio de 2020.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. COSTA, João Paulo Alves. DOMINGUES, Andrea Silva. **História, cultura Resistencia negra na Amazônia Tocantina, no Pará – Brasil**. E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP N.º 8, maio de 2020

REIS, Douglas Sathler dos. **O Rural e Urbano no Brasil**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

REZENDE, Tadeu V. F de. **“A Conquista e a Ocupação da Amazônia Brasileira no Período Colonial”**. Tese de Doutorado em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

RODRIGUES, Jaime. **O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil**. O Brasil Imperial, 2009.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **“O Escravo Enquanto Mercadoria: Compra & Venda e Outras Atividades Mercantis Envolvendo Cativos em São Mateus/ES na Segunda Metade do Século XIX”**. IV conferencia Internacional de História econômica & IV Encontro de pós-graduação em História Econômica-2012.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A Escravidão em São Mateus/Es: Economia e demografia (1848-1888)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História Social. São Paulo, 2006, p. 177

SALGADO, Tânia Pimenta & GOMES, Flávio (organização). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil** / – Rio de Janeiro : Outras Letras, 2016, p. 130

SALLES, Vicente. **O negro no Pará. Sob regime de escravidão**. Rio de Janeiro/Belém: FGV/UFPA, 1971.

SAMPAIO, Patrícia Melo(Organizadora). **O Fim do Silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Açai; CNPq, 2011.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **“Lares Partidos: Famílias No Comércio Interno De Escravos (1865-1880)”**. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (UFPR). Curitiba, Maio- 2015.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **“Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro 1849-1888.”**“Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro 1849-1888”. Dissertação(Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Santa Catarina Florianópolis, 2006.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888: Economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em História, UNICAMP, 2012.

SCHWART, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWATZ, Stuart B. **Escravos Roceiros e Rebeldes**. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SIEGLER, Mark. **Slavery and American Economic Development by Gavin Wright**. Journal of Regional Science, 2008.

SILVA PINTO, Luiz Maria da. **Dicionário de Língua Brasileira**. Ouro Preto na Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Eduardo, REIS, João José. **Negociação e Conflito**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

SILVA, José Graziano da. **Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna**. Belo Horizonte: Ed. Unicamp, 1996.

SLENES, R.W. **Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert W. **“The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888”**. Tese de doutorado em História, Stanford, Sanford University, 1976.

TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no segundo reinado**. Universidade federal de Pernambuco centro de filosofia e ciências humanas programa de pós-graduação em história, doutorado em história, Recife 2016, p.215

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

\_\_\_\_\_, Edward P. **Senhores e caçadores**. A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão. Trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

VERGOLINO e SILVA, Anaíza. **Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia**. In: Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 8, p. 3-22, 1968.

VERGOLINO e SILVA, Anaíza. **O negro no Pará: a notícia histórica**. In: ROCQUE, Carlos (Org.). *Antologia da cultura amazônica*. v. VI. Belém: Amazônia Edições Culturais, 1971.p. 27-28

VERSIANI, Flávio Rabelo. NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (organizadores). **Muitos escravos, muitos senhores : escravidão nordestina e gaúcha no século XIX – São Cristovão** : Editora UFS ; Brasília : Editora UNB, 2016. 329 p.

WALLACE, Alfred Russel, 1823-1913. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**.. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, (Edições do Senado Federal ; v. 17), 2004, p. 87.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**: Tradução Denise Bottmann – 1º ed. – São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

## ANEXOS

**Sexagenários Igarapé-Miri e Abaeté, 1885.**

Nome do escravo	Nome do senhor	Município	Ano da matrícula	Idade quando matriculado
João Cancio	Joanna Maria da Silva	Igarapé-Miri	1872	70
Jeronymo	Edurado E. de L. Sosinho	Igarapé-Miri	1872	60
Joaquim	Gregorio Francisco Pereira	Igarapé-Miri	1872	50
Ignez	Idem	Igarapé-Miri	1872	60
Felippe	João Maria G. de Castro	Igarapé-Miri	1872	65
Andreya	Idem	Igarapé-Miri	1872	66
Maximiano	João R. dos Santos Quaresma	Igarapé-Miri	1872	48
Gestrudes	Idem	Igarapé-Miri	1872	46
Josépha Maria	Idem	Igarapé-Miri	1872	65
Victor	Raymundo Pereira Lima	Igarapé-Miri	1872	50
Franciasca Flora	Idem	Igarapé-Miri	1872	68
Felisberta	Idem	Igarapé-Miri	1872	48
Graciana	Idem	Igarapé-Miri	1872	50
Eziquiel	Idem	Igarapé-Miri	1872	55
Iganacio Lino	Idem	Igarapé-Miri	1872	51
Joaquim Penna	José Joaquim Moreira	Igarapé-Miri	1872	50
Luiz	Victorino Roberto Pimentel	Igarapé-Miri	1872	50
Jesuino	Raimundo Diniz C. Lobato	Igarapé-Miri	1872	50
Antonio osé	João Felipe Pereira	Igarapé-Miri	1872	50
Thereza	Maria F. G. de C. Honorato	Igarapé-Miri	1872	60
Elias	Idem	Igarapé-Miri	1872	60
Maria	Joaquim R. da S. Guimarães	Igarapé-Miri	1872	53
João Macacheira	Manoel Luiz Penns Moraes	Igarapé-Miri	1872	64
Izidoro Moraes	Idem	Igarapé-Miri	1872	58
Generoza	Idem	Igarapé-Miri	1872	46
Josepha	Lourenço M. d'Alfaia Lobato	Igarapé-Miri	1872	58
Lucinda	José Procopio C. de Miranda	Igarapé-Miri	1872	48
Pedro	Idem	Igarapé-Miri	1872	55
Jeronymo	Idem	Igarapé-Miri	1872	60
Francisca	Idem	Igarapé-Miri	1872	55
Rufina	Catarina Valeria	Igarapé-Miri	1872	48
Victorino	Lourenço M. de A. Noronha	Igarapé-Miri	1872	54
Eva	Idem	Igarapé-Miri	1872	65
Raymunda	Anna F. Minteiro de Noronha	Igarapé-Miri	1872	60
Justina	Idem	Igarapé-Miri	1872	48

**Sexagenários Igarapé-Miri e Abaeté, 1885.**

Nome do escravo	Nome do senhor	Município	Ano da matrícula	Idade quando matriculado
Domingos	Quiteria M. de Noronha	Igarapé-Miri	1872	60
Maria	Joaquim Manoel Corrêa	Igarapé-Miri	1872	65
Leonardo	João Evangelista de Castro	Igarapé-Miri	1872	60
Maria	Idem	Igarapé-Miri	1872	60
Maria	Maria Felipa de Moraes	Igarapé-Miri	1872	50
João	José Paulino Gonçalves	Igarapé-Miri	1872	60
Valentina	Orphão M. F. C. de Miranda	Igarapé-Miri	1872	60
Maria	Maria da C. Bahia Sosinho	Igarapé-Miri	1872	62
Rofina	Idem	Igarapé-Miri	1872	60
Veronica	Idem	Igarapé-Miri	1872	50
Domingos	Manoel G. Correa de Miranda	Igarapé-Miri	1872	50
Albino	Idem	Igarapé-Miri	1872	50
Honorato	Idem	Igarapé-Miri	1872	50
Bernadino	Idem	Igarapé-Miri	1872	71
Florinda	Idem	Igarapé-Miri	1872	65
Martinha	Idem	Igarapé-Miri	1872	52
Florinda	Idem	Igarapé-Miri	1872	60
Monica	Idem	Igarapé-Miri	1872	68
Venancio	Idem	Igarapé-Miri	1872	50
Simão (sic)	José Procopio C. de Miranda	Igarapé-Miri	1872	50
Martinha	João B. Correa de Miranda	Igarapé-Miri	1872	60
Pedro	Maria Magdalena B. Machado	Igarapé-Miri	1872	58
Antonio Pedro	Idem	Igarapé-Miri	1872	49
Raymunda	Idem	Igarapé-Miri	1872	48
Joaquim	Januario Antonio dos Passos	Igarapé-Miri	1872	60
Felipe	Manoel Victorio R. Machado	Igarapé-Miri	1872	50
Maria Lourença	Manoel Antonio B. de Moura	Igarapé-Miri	1872	50
Raymunda	Idem	Igarapé-Miri	1872	51
Justina Maria	Idem	Igarapé-Miri	1872	56
José Antonio	Idem	Igarapé-Miri	1872	61
Francisca	Zacharias M. Villa Lobo	Igarapé-Miri	1872	48
Pedro	Idem	Igarapé-Miri	1872	46
Angelica	José Maria F. G. Campos	Igarapé-Miri	1872	60
Raymundo	Felizardo dos S. Quaresma	Igarapé-Miri	1872	71
Lucas	Idem	Igarapé-Miri	1872	75
Maria	Idem	Igarapé-Miri	1872	70
Joaquim	Manoel Sebastião Lobato	Igarapé-Miri	1872	80

**Sexagenários Igarapé-Miri e Abaeté, 1885.**

Nome do escravo	Nome do senhor	Município	Ano da matrícula	Idade quando matriculado
Simão	Angela F. d" Albuquerque	Igarapé-Miri	1872	50
Bernada	Francisco Antonio L. Frade	Igarapé-Miri	1872	50
Manoel Antonio	Do casal de Antonio da Costa	Igarapé-Miri	1872	50
José Maria	Antonio Joaquim da Costa	Igarapé-Miri	1872	50
Agostinha	Constantino José L. Freitas	Igarapé-Miri	1872	60
Urçula	Maria Eufrasia de Souza	Igarapé-Miri	1872	50
Luiz	João A. Pereira Portugal	Igarapé-Miri	1872	50
Custódio	Tomaz d'Oliveira Cardoso	Igarapé-Miri	1872	55
Guimar	Idem	Igarapé-Miri	1872	64
Felicia	Idem	Igarapé-Miri	1872	48
Raymunda	Rodrigo Lopes de Azevedo	Igarapé-Miri	1872	50
Innocencio	Idem	Igarapé-Miri	1872	48
Florinda	Idem	Igarapé-Miri	1872	50
Thereza	Do casal de G. José d'Araujo	Igarapé-Miri	1872	55
Antonio João	Joanna Maria de Noronha	Igarapé-Miri	1872	60
Januario	Lourenço Antonio Lobato	Igarapé-Miri	1872	62
Narcisa	Idem	Igarapé-Miri	1872	50
Catharina	Jeronymo A. de L. Lobato	Igarapé-Miri	1872	50
Marcela	Miguel de Araujo Cardoso	Igarapé-Miri	1872	51
Maria	Zacharias J. do N. Santos	Igarapé-Miri	1872	69
José Antonio	Manoel L. C. de Miranda	Igarapé-Miri	1872	58
Maria	Antonio Joaquim de Castro	Igarapé-Miri	1872	60
Manoel	Herdeiros de H.P.C Miranda	Igarapé-Miri	1872	62
Thimoteo	Idem	Igarapé-Miri	1872	52
Antonio	Joaquim Pedro Affonso	Igarapé-Miri	1872	80
Izidoro	Francisco A. G. Ferreira	Igarapé-Miri	1872	50
Marcelino	José Gonçalves Chaves	Igarapé-Miri	1872	50
Balbina	Victoria J. d'Oliveira Pantoja	Igarapé-Miri	1872	61
Catharina	Do casal de João F. Tourão	Igarapé-Miri	1872	54
Ignez	Antonio José dos Reis	Igarapé-Miri	1872	50
João de Deus	Francisco M. de Lyra Lobato	Igarapé-Miri	1872	51
Luzia	Manoel Antonio Pinheiro	Igarapé-Miri	1872	60
Maria	Manoel J. de Lira Lobato	Igarapé-Miri	1872	70
Antonio Pedro	Idem	Igarapé-Miri	1872	80
Roberto	Fausto O. Pereira de Castro	Igarapé-Miri	1872	60
Sabino	Francisco A. P. de Castro	Igarapé-Miri	1872	60
Izidoro	Idem	Igarapé-Miri	1872	50

**Sexagenários Igarapé-Miri e Abaeté, 1885.**

Nome do escravo	Nome do senhor	Município	Ano da matrícula	Idade quando matriculado
Generosa	João Antonio Bahia	Igarapé-Miri	1873	50
Vicente	Idem	Igarapé-Miri	1872	60
Delfina	Josepha Roza de Castro	Igarapé-Miri	1872	50
Severo	Victorino F. F. Penna	Igarapé-Miri	1872	63
Agostina	Ignacio Luiz se O. Pantoja	Igarapé-Miri	1872	55
José Maria	Anna F. da Silva Lima	Igarapé-Miri	1872	48
José	Raymundo Antonio Pinheiro	Igarapé-Miri	1872	85
João	Antonio Mendes G. Chaves	Igarapé-Miri	1872	50
Agostinho	Antonio F. Correa Caripuna	Abaeté	1872	60
Raymundo	Idem	Abaeté	1872	50
Manoel	Custódio José da Costa	Abaeté	1872	80
Antonia	Romualdo T. Rodrigues	Abaeté	1872	50
Caetano	Lourença Maria da Costa	Abaeté	1872	48
Francisco	Angela Maria da J. Lobato	Abaeté	1872	63
Joana	Idem	Abaeté	1872	48
Margarida	Pedro Ferreira Ribeiro	Abaeté	1872	50
Victorina	Raymundo Pedro Soares	Abaeté	1872	50
Izabel	Manoel J. Roberto Maues	Abaeté	1872	55
Francisca	Idem	Abaeté	1872	48
Rocque	Romualdo R. da Fonseca	Abaeté	1872	47
Angela	Leandro Victor Negrão	Abaeté	1872	66
Pedro	Idem	Abaeté	1872	55
Catharina	José Gonçalves	Abaeté	1872	55
Maria	Maria Francisca Benedita	Abaeté	1872	50
Barbara	Justo José Correa de Miranda	Abaeté	1872	52
Mathias	João P. Maciel Parente	Abaeté	1872	50
Benedicto	Florentino F. de C. Pinheiro	Abaeté	1872	50
Maria	Idem	Abaeté	1872	60
Iva	Idem	Abaeté	1872	50
Catharina	Pedro Carlos Paraense	Abaeté	1872	48
Martinho	Marcolino A. dos Reis Silva	Abaeté	1872	52
João	Barbara M. de J. da Silva	Abaeté	1872	52
Manoel	Manoel Antonio Correa	Abaeté	1872	70
Vincencia	Felippe Joaquim de Souza	Abaeté	1872	51
Delfina	Docasal d'Alexandre Viegas	Abaeté	1872	50
Clara	Joanna da M. Lyra Barros	Abaeté	1872	55
Romana	Idem	Abaeté	1872	50

**Sexagenários Igarapé-Miri e Abaeté, 1885.**

Nome do escravo	Nome do senhor	Município	Ano da matrícula	Idade quando matriculado
José	Felippe Nery da Costa	Abaeté	1872	50
Joaquim	Francisco Antonio Ferreira	Abaeté	1872	48
Joanna	Venancio T. dos Santos	Abaeté	1872	48
Anna	Antonio de O. Cardoso	Abaeté	1872	48
Canuto	Antonio dos S. Quaresma	Abaeté	1872	60
Luiz	Manoel J. Pinheiro	Abaeté	1872	60
Miquilina	Manoel J. Borges Machado	Abaeté	1872	56
Manoel	Idem	Abaeté	1872	55
Maria	Francisco dos S. d'Azevedo	Abaeté	1872	55
Manoel	Manoel José da Silva	Abaeté	1872	60
Gregorio	Idem	Abaeté	1872	56
Maria	Idem	Abaeté	1872	70
Frauina	André Fernandes Carvalho	Abaeté	1872	50
Luciana	João J. do Espirito St. Fer <sup>a</sup> .	Abaeté	1872	50
Porcina	Catharina de Sena Carvalho	Abaeté	1872	70
Claudina	Antonio Rodrigues Barbosa	Abaeté	1872	50
Maria	Izabel Francisca da Costa	Abaeté	1872	55
Raymunda	Idem	Abaeté	1872	60
Generosa	Bonifacio José da Costa	Abaeté	1872	55
Lourenço	João Batista Mascarenhas	Abaeté	1872	60
Gabriel	Juliana Antonia da Silva	Abaeté	1872	50

Fonte: Diário do Gram Pará, Belém, 12 de março de 1886, p.2

**Senhores de escravos no Vale do  
Tocantins 1842-1887.**

(sic) Correa da Costa
(sic)Meneses Lobato
Abel Francisca da Costa
Abraham Israel
Affonso & Gonçalves
Affonso Albuquerque Negrão
Affonso de Lima Lobo
Agostinho Lopes da Conceição
Agostinho Monteiro Gonçalves de Oliveira
Agostinho Vianna Telles
Albino Nery da Costa
Alexandre Antonio Cardoso
Alexandre de Alfaia Lobato
Alexandre José D' Araujo
Alferes Antonio Joaquim da Costa
Alferes Aprigio Apollinario Lobato
Alferes Eduardo Emiliano Lira Sozinho
Alfredo da Silva Lobo
Alfredo de Lima Lobo
Alvaro Jorge Coelho
Amandio José Alves
Ana dos Reis dos Santos
Ana Francisca Barroso de Siqueira
Ana Francisca Lopes de Araujo
Ana Joaquina Lobato e Filhos
Ana Loureira da Silva
André Gomes
André Manoel da Veiga Tenorio
Ângela Maria de Lira Lobato
Anna Maria do Carmo
Anna Pires Machado
Antonino Cardozo Nunes Lisbôa
Antonio Antunes Bastos
Antonio Benardo da Silva
Antonio Cardozo de Almeida
Antonio Corrêa da Costa
Antonio da S. Castro
Antonio da Silva Pinheiro
Antonio de Almeida Campos
Antonio de Lima Couto

Antonio de Lima Lobo
Antonio de Lima Lobo
Antonio Duarte Paes
Antonio Duarte Pires
Antonio Goes Forro(sic)
Antonio Gomes da Silva
Antonio Gorgonha Ferreira Cantão
Antonio Januario Rediz
Antonio Joaquim Alves da Silva
Antonio Joaquim da Costa
Antonio José d' Andrade
Antonio José de Barros
Antonio José de Pinto Silveira
Antonio José de Souza Braga Acampanhia
Antonio José dos Reis
Antonio José dos Santos
Antonio José Pessôa Villa Nova
Antonio José Pinto da Silveira
Antonio José Raymão
Antonio José Raymundo
Antonio Jozé dos Reis
Antonio Justiniano Monteiro
Antonio Manoel dos Santos Pereira
Antonio Manoel Gonçalves Tocantins
Antonio Marques Cardoso
Antonio Mendes da Silva
Antonio Nunes Barreto
Antonio Nunes de Mello
Antônio Nunes de Mello
Antonio Nunes Villaça
Antonio Pereira Falcão
Antonio Rogerio D' Araujo Mendalho
Antonio Satyro do Nascimento Bello
Antonio Silva Pinto
Antonio Soares da Silva
Aprigio Apolinario Lobato
Aristides Francisco Nogueira Angelim
Athanasio Bonifacio da Costa
Athomazio Jozé dos Santos
Augusta Rodrigues Baptista
Basilio do Espirito Santo Gonçalves
Basilio Magno Rodrigues
Bazilio do Rozario Mascarenha
Belarmino de Souza Villa Seca

Belmiro Manoel de Moraes
Benedito Antonio D' Aragão
Benedito Bazilio de Araujo Mendello
Benedito da Veiga Tenorio
Benedito Maria Rodrigues
Benigno(sic) Guilherme Pereira
Berlamina de Lira Lobato
Bernadino Vianna Telles
Bernado Rodrigues das Neves
Bernardino Batista da Costa
Bernardo Henrique Meneses Lobato
Bmsiman Acampanhia
Bonifacio José da Costa
Bruno Jansen Pereira
Capitão Antonio Conrado Nunes Lisboa
Capitão Antonio da Silveira Cunha
Capitão Antonio Louredo Nunes Lisboa
Capitão Esmeraldo Francisco Meirelhes
Capitão Francisco Antonio Ferreira de Castro
Capitão Francisco José Correa de Miranda
Capitão Francisco Lopes Tourão
Capitão João Batista Correa de Miranda
Capitão João Emiliano Lopes Correa
Capitão João Fellipe Ferreira de castro.
Capitão João Gonçalves Chaves
Capitão João José Valente Doce
Capitão João Ribeiro Machado
Capitão José Alves Garcia
Capitão José Procópio Correa de Miranda
Capitão Leocliciano Antero Pinheiro Lobato
Capitão Lourenço Antonio de Lira Lobato
Capitão Manoel Lourenço Corrêa de Miranda
Capitão Manoel Raymundo Brito
Capitão Manoel Sebastião Lobato
Capitão Raymundo Joaquim Martins
Carlos Edimiges(sic) Melo e Silva
Carlos Euzebio de Moraes
Carlos Lopes da Silva
Carlos Lopes da Silva
Casiano(sic) Alves de Bulhões
Cesario Antonia Ferreira de Mello
Cezario Silva Ferreira

Christonio de Lima Lobo
Claudio Rodrigues de Pinto
Comendador Domingos Borges Acatauassú
Comerciante Felipe Nery Penna de Moraes
Comerciante Antonio Emizdio Pereira
Comerciante Antonio Joaquim Alves da Silva
Comerciante Berlamino de Souza Villa Secca
Comerciante Candido Antonio da Costa
Comerciante Felipe Nery Pena Moares
Comerciante Francisco José da Costa Braga
Comerciante João de Magalhães
Comerciante João José Ferreira da Silva
Comerciante João Marques de Moura
Comerciante Joaquim Francisco dos Reis
Comerciante José Caetano Ferreira
Comerciante Limão Aflallo
Comerciante Manoel Fernandes Valente
Comerciante Manoel Gonçalves Tourão
Comerciante Moyses J. Pinto
Comerciantes Brito & Moureira
Cordolino Affonso de Lira Lobato
Coronel Antonio de Castro Valente
Coronel Antonio Francisco Correa Caripuna
Coronel Antonio Lopes Machado
Coronel Arlindo Leopoldo Corrêa de Miranda
Coronel Bernadino d' Oliveira Pantoja
Coronel Francisco Lopes Tourão
Coronel Joaquim Amancio da Silva
Coronel Joaquim Cardozo d' Andrade
Correa "eticetera" Gusmão
Daniel José da Costa
Dantas Acampanhia
Deocliciano Antéro Pinheiro Lobato
Dionisio José Ribeiro
Domingos Antonio Rodrigues
Domingos dos Santos
Domingos Ferreira Alvares de Carvalho
Domingos Honório de Carvalho
Domingos José Raimundo de Oliveira

Dona Adelaide das Mercês Pedrinha Lobato
Dona Agostinha Rosa Rodrigues
Dona Ana Camilla Ferreira de Mello
Dona Ana Francisca dos Anjos Leão
Dona Anna Francisca Monteiro Noronha
Dona Anna Joaquina "Marciel" verificar registro
Dona Anna Joaquina da Paixão Mendes
Dona Anna Valente da Cunha e pinto
Dona Antonia da Coneição Lopes
Dona Antonia de Sá
Dona Antonia Roberta Pimentel
Dona Carlota Francisca da Cruz
Dona Catarina Antonia
Dona Catharina Thomazia de Souza
Dona Emilia Gonçalves dos Santos Mindello
Dona Esmeralda Francisca Ribeiro de Castro
Dona Felippa Maria de Oliveira Pantoja
Dona Francisca da Costa
Dona Geralda de nazareth Costa
Dona Ignacia de Jesus Bahia
Dona Jesuina de Castro Valente
Dona Joana Maria----- de Brito
Dona Joanna Cardozo D' Andrade Magno
Dona Justina Monteiro de Alfaia Noronha
Dona Laurinda Pantoja Rodrigues
Dona Lucinda Ferreira Robeiro
Dona Luiza Rediz Lopes
Dona Luzia Maria de Novaes Rabello
Dona Maria Catharina da Silva
Dona Maria da Conceição Bahia Sozinho
Dona Maria da Gloria de Lira Sozinho
Dona Maria do Carmo de Oliveira Pantoja
Dona Maria do Carmo de Souza
Dona Maria Felippa Lobato
Dona Maria Ferreira Alves
Dona Maria Ignacia Philo Creão
Dona Maria Sabbath
Dona Maria Souza Coelho
Dona Philomina Eponina Alves Nabiça
Dona Rosa Maria do Espirito Santo
Dona Tereza de Jesus Goes de Mendonça

Dona Thereza antonia da Costa
Dona Victoria Joaquina Chavier
Dona Virginia Emilia Siqueira Mendes
Doutor Ambrozio Philo Creão
Doutor Antonio Lopes de Mendonça
Doutor Bruno Jansim(sic) Pereira
Doutor Bruno Jasem Pereira
Doutor Francisco de Paula Luis de Guimaranes
Doutor Joaquim Pedro Correa de Freitas
Doutor José Antonio de Mendonça
Doutor José de Araujo
Duarte Antonio Lopes de Mendonça
Egydio Nery da Costa
Eliseu Candido de Moura
Emilia Gonçalves
Emygio Nery da Costa
Ernesto Tetuliano de Lira Sozinho
Eucydes Nery da Costa
Eugenio Antonio de Souza
Ezequiel Jorge Ribeiro
Fabio da Silveira Gós
Fabio Silveira Góes
Faustino Acacio de Figueiredo, José Francisco de Mattos
Feliciano Antonio Correa de Miranda
Feliciano Joaquim de Souza
Feliciano José d' Andrade
Feliciano Ramos Ferreira Bentes
Feliciano Veiga Tenorio
Feligardo dos Santos Quaresma
Felipe Antonio Pinheiro
Felippe Nery Guerreiro
Felippe Antonio Pinheiro
Felippe Nery Penna Moaraes
Firma Comercial
Firmino Rodrigues do Couto
Forquarto Serrão de Castro
Forquato Nonato de Oliveira Lobato
Fortuato M. Bendelak
Francelino Acacio Correa
Francinsco Xavier Rodrigues de Moraes
Francisca C. Alves
Francisca Carolina de Lira Lobato
Francisca Rodrigues Pinto

Francisco Alves Teixeira
Francisco Antonio da Costa Soares
Francisco Antonio Gonçalves
Francisco Antonio Lobato
Francisco Antonio Pinto
Francisco da Silva Freitas
Francisco de Paiva e Castro
Francisco de Paula Carvalho
Francisco de Paula dos Santos Quaresma
Francisco Ernesto da Fonseca
Francisco Franco Rodrigues
Francisco Gonçalves Souza
Francisco José Correa de Miranda
Francisco José de Castro Valente
Francisco Lopes Pessoa
Francisco Manoel de Souza Seixas
Francisco Monteiro de Lira Lobato
Francisco Monteiro de Lira Lobato
Fugencio da Silva Pinto
Garcia & Filhos
Gentil Augusto Lobato
Gestrudes Maria
Gonçalves e Rodrigues
Gregorio Antonio de Farias
Guadina Maria do Rosario
Guerreiro Correa de Miranda
Guilherme Fox Junior
Guilherme José de Barros
Henrique Rediz
Henrique Rodrigues de Araujo Guimarães
Hilario Antonio Corrêa Lobato
Hildebando(sic) Augusto Nunes Lisbôa
Honorio Gomes Duarte
Irmãos Maués
Isabel Maria Ferreira
Izabel Doingues Vianna
Izidoro Pinto Catta
Izimo Dias Lopes Correa
Izimo Dias Lopes Corrêa
Izimo Gomes
Jacinto Antonio Lans
Jacob Ferreira Saboya
Jeronimo Antonio Gonçalves
Jeronimo Emiliano Gonçalves
Jeronimo Martino dos Santos

Jeronimo Monteiro dos Santos
Jeronimo Monteiro Ferreira Mar
Jeronymo Augusto Pinheiro Barbosa
Jesuino Gomes dos Santos
Joana Francisca Pantoja
João Allho D' Andrade
João Antonio Bahia
João Antonio Pinheiro Portugal
João Augusto Correa
João Baptista Albuquerque
João Batista de Magalhães
João Clarindo Bello dos Reis
João Climaco de Miranda Portugal
João Climaco Pinheiro
João Custódio de Azevedo
João D' Anunciação de Oliveira Lobato
João da Malta Correa
João da Silva Pinto
João D'Anunciação Correa
João de Magalhães
João Evangelista Correa Chaves
João Evangelista Correa de Miranda
João Fernandes Costeira
João Fernandes Costeira Junior
João Ferreira Campello
João Florencio de Vilhena
João Francisco Silva Braga
João Gabriel de Figueiredo
João Gonçalves Chavier
João Gonsalves chaves
João Guilherme Correa
João Ignacio Gonçalves Chaves
João Jorge Coelho
João José Correa de Miranda
João José Rodrigues
João Luiz Barbosa
João Manoel dos Santos
João Maria do Nascimento de Oliva Bello
João Olympio Roberto
João Paulo D'Oliveira Pantoja
João Paulo Paraense Portugal
João Pedro de oliveira Machado
João Pedro Novais
João Pedro Ribeiro
João Pinto da Silva

João Pires Damasceno
João Rodrigues das Neves
João Rodrigues Machado
João Rumão de Miranda
João Victorino Ribeiro
Joaquim Antonio Amaú(sic)
Joaquim da Silva
Joaquim de Castro Valente
Joaquim de Lima Lobo
Joaquim dos Santos D'Oliveira Prestes
Joaquim Emilio Roberto Maues
Joaquim Felipe Coelho
Joaquim Ferreira Gomes
Joaquim Ferreira Mar
Joaquim Gomes Coelho
Joaquim Gonçalves Chaves
Joaquim José da Matta
Joaquim Leandro Corrêa
Joaquim Marques de Souza Franco
Joaquim Pedro Affonso
Joaquim Pedro Alfferes
Joaquim Rodrigues
Jacob Bmsiman
Jorge Maria Ferreira
José Ferreira
José Alves Garcia Cardoso
José Alves Garcia Cardozo
José Antonio Costa Lopes
José Antonio Ferreira de Souza
José Antonio Lisboa
José Antunes Ferreira Valeres
José Coelho Junior
José Coelho Junior
José D' Andrade Barros
José da Matta Ruinão
José da Silva
José da Silva Souza
José da Veiga Tenorio
José de Castro Valente
José Dias Praga
José Domingos Correa
José Eugenio de Barros e Victorina de Nazareth da Costa
José Evaristo de Lima
José Felipe Rodrigues

José Felipe Correa de Miranda
José Felipe Rodrigues
José Fernandes Valente
José Ferreira Lobo
José Ferreira Pinto
José Fleury Correa Caripuna
José Fleury Corrêa Caripuna
José Francisco Affonso
José Jayme Benathar
José Joaquim Benathar
José Joaquim Carreira
José Joaquim Pereira de Lima
José Lucas de Souza
José Marciano Novais
José Maria D'Oliveira
José Mathias dos Santos Quaresma
José Monteiro dos Santos
José Paulino da Silva Pinto
José Paulino Gonçalves
José Paulino Gonçalves
José Pena Cabral
José Pereira de Barros
José Prudencio Valente Rodrigues
José Raymundo da Silva Duarte
José Raymundo de Figueiredo
José Ribeiro
José Rodrigues das Neves
José Rodrigues Gonçalves Ferreira
Josefa Rosa da Costa
Jozé Joaquim Barros e Silva
Jozé Mathias de Carvalho
Jozé Pio Pena moraes
Julio Primo Arão de Brito
Justo José de Lima
Laurinda Maria Bomtempo Rodrigues
Laurindo Sanches Silva
Laurindo Sanches Souza
Lavrador Boaventura Severino Gurerreiro
Lavrador Eduardo Emiliano de Lira Sozinho
Lavrador Eurico Antonio de Lira Lobato
Lavrador Hilario Antonio Correa Lobato
Lavrador Jezuino Antonio Gonçalves
Lavrador João Paulo Paraense Perdigão
Lavrador Joaquim Carlos da Veiga Tenorio

Lavrador Jozé Maria Fernandes Campos
Lavrador Jozé Pio Pena Moraes
Lavrador Jozé Procopio Correa de Miranda
Lavrador Manoel Antonio Cardozo
Lavrador Manoel Antonio Monteiro
Lavrador Napoleão Manoel Gonçalves
Lazaro Manoel Inacio(sic) de Carvalho
Leonardo José da Silva
Leonardo Antonio Lobato
Leoncio Herculano Lobato
Lima Furtado de Vasconcelos
Liziderio Francisco Affonso
Lobo&Irmão(firma)
Lourenço Antonio Lopes de Azevedo
Lourenço Evangelista de Paula
Lourenço João da Costa
Lourenço Monteiro de Alfaia Noronha
Luciana Maria Rodrigues
Luciano Antonio Fonseca
Luiz Antonio Ferreira Guerreiro
Luiz Henrique de Campus
Luiza Clara Barbosa
Macimiano José Cardoso
Major João Baptista Correa de Miranda
Major João Batista Correa de Miranda
Major João Euzebio Correa Chaves
Major José Antonio Lobato
Manoel André dos Santos
Manoel André dos Santos Quaresma
Manoel Antonio Cardoso
Manoel Antonio da Silva
Manoel Antonio Gonçalves
Manoel Antonio Monteiro
Manoel Antonio Pinheiro
Manoel Caetano dos Santos
Manoel Correa de Miranda
Manoel D' Almeida
Manoel da Silva Pinto
Manoel de Figueiredo
Manoel de Figueiredo
Manoel de Figueiredo Morais
Manoel do Carmo Gonçalves
Manoel do Sacramento
Manoel dos Santos
Manoel Figueiredo Muniz

Manoel Francisco Pinto
Manoel Gonçalves Tourão
Manoel Honorio Gomes Duarte
Manoel João de Farias
Manoel João Pinheiro
Manoel João Pinheiro Primo
Manoel João Soares
Manoel Joaquim Borges Machado
Manoel Joaquim Duarte
Manoel Joaquim Duarte
Manoel José de Barros
Manoel José Fernando Carneiro Filho
Manoel José Marques Gonçalves
Manoel José Ribeiro
Manoel José Vasconcelos
Manoel Jozé Correa
Manoel Jozé de Santana Panarqueira
Manoel Lopes Correa
Manoel Lourenço Correa de Miranda
Manoel Monteiro de Alfaia Noronha
Manoel Penna de Moraes
Manoel Pinto Longuinhas Braga
Manoel Raimundo Correa de Miranda
Manoel Raimundo Ramos
Manoel Raymundo da Pureza
Manoel Raymundo Gonçalves
Manoel Rodrigues Batista
Manoel Teodoro Roberto Bhaia
Manoel Thomas Lial
Manoel Victorio Ribeiro Machado
Manoel Vitorio dos Santos
Marcelino A. Ferreira Vaz
Marcelino José Furtado
Marcelo Antonio da Silva
Marciano José Cardoso
Maria "Eufrazia" Fernandes Pena
Maria Antonia Gonçalves
Maria do Carmo Acatauassú
Maria do Carmo de Souza
Maria do Carmo Rodrigues
Maria Francisca Valente dos Santos
Maria Madalena Guerreiro
Maria Thereza de Jesus
Martinha Maria Moreira(herdeiros)
Martinho José de Oliveira

Maximiano Benivau(sic)
Maximo de Miranda Portugal
Mendonça & Irmão ( Firma)
Miguel Archanjo Cardoso
Miguel Francisco
Miguel Nogueira Monteiro
Napoleão Manoel Gonçalves
Negociante Abraham M. Loredó
Negociante Domingos Maria Bittencout
Negociante João Marques de Moura
Nicolau Baguilhy(sic)
Olimpio José Correa
Oliveira e Manoel Francisco Pinto Lamarão
Olympio José Correa
Padre Alexandre de Lira Lobato
Padre Antonio Ferreira da Silva Franco
Patricio Antonio dos Santos
Pedro Carlos -----
Pedro Ferreira de Farias
Pedro Neves dos Santos
Pontenciano(sic) Rodrigues das Neves
Porfiro(sic) Rodrigues de Oliveira
Profirio Antonio Machado
Prudêncio José de Moraes
Raimundo Dinis Correa Lobato
Raimundo Gonçalves Manfudo
Raimundo José de Novais
Raimundo Jozé Pinheiro
Raimundo Marques da Costa
Raimundo Paulo de Figueiredo
Raimundo Pedro da Fonseca
Raimundo Pinheiro Lopes
Raimundo Rodrigues da Silva
Raymundo Antonio Lobato Sobrinho
Raymundo Joaquim da Silva
Raymundo José de Novaes
Raymundo Manolino da Silva
Raymundo Nonato de Lira Lobato
Raymundo Paulo de Figueiredo
Raymundo Paulo de Figueiredo
Rita Antonia Correa
Rita Maria Cardozo Silva
Rodrigo Lopes de Azevedo
Sebastiana Maria de Souza

Sebastião Ismael de Oliveira Lobato
Sebastião José de Barros
Sebastião Sergio dos Santos
Sebastião Simpliciano de Lira Lobato
Sergio Constantino da Silveira Gós
Symplicia Balieira de Castro
Symplicia Balieira de Castro
Symplicio Anancio da Costa
Teixeira Correa Filho
Teixeira F. Correa Filho
Tenene Coronel Carlos Euzebio de Moraes
Tenente Belermino Manoel de Moraes
Tenente Coronel Antonio Lopes Machado
Tenente Coronel Arleido Leopoldo Correa de Miranda
Tenente Coronel Arleido Leopoldo Correa de Miranda
Tenente Coronel Carlos Ezebio de Moraes
Tenente Coronel Francisco Martins Lopes de Mendonça
Tenente Coronel Joaquim Amancio da Silva
Tenente Coronel Joaquim Balieira da Silva
Tenente Coronel Luiz dos Santos Pereira
Tenente Coronel Raimundo Antonio Martins
Tenente Coronel Raimundo Pereira Lima
Tenente Coronel Raymundo Pereira de Lima
Tenente Coronel Romualdo Antonio da Costa
Tenente Coronel Vicente Duarte Santos
Tenente Hygino Antonio Castro anamjás
Tenente João Antonio Bahia
Tenente João Evangelista Correa de Miranda
Tenente José Evangelista Nogueira
Tenente José Evangelista Nogueira
Tenente Manoel Luiz Santarém
Tereza de Jesus Ferreira de Mello
Tertuliano Ribeiro Borges
Theodoro Luiz Moreira
Thereza Antonia Gonsalves
Thereza de Jesus Pereira de Castro
Thomas Joaquim Amorim

Thomas Monteiro Cardoso Amanajás de Tocantins
Thomaz Joaquim Arnaud(sic)
Tomé Antonio do Espirito Santo
Toquarto Maranhão Bendalah(sic) e Saub Barros
Toquarto Pinheiro de Barros
Vasconcelos & Irmãos
Vicacio(sic) José de Lima
Vicente Duarte Rodrigues
Victoria Roza Coelho
Vilares da Veiga Tenorio
Vitorina Felippa Fernandes Pena
Zacarias João Nascimento dos Santos

Fonte: Livros de notas, compra e venda de escravos, 1842-1887.

#### Escravos negociados no Vale do Tocantins 1842-1887.

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
Manoel	Mulata	12	700.000
Manoel João		40	1.025.000
Claudio	Mulata	25	1.400.000
Joze	Preta	22	1.250.000
Lourenço	Preta	40	800.000
Agostinho	Preta		100.000
Clarindo	Mulata		1.000.000
Itelvina			1.200.000
Antonio João	Preta Criollo		1.000.000
Salvador	Preta	14	800.000
Felippe	Carafúz	13	500.000
Emilia	Mulata	5	400.000
Vitctória	Mulata	55	500.000
Tomar	Mulata	34	1.000.000
Tito	Mulata	14	1.200.000
Joana	Mulata	25	1.200.000
Verônica	Mulata	8	800.000
Patrício	Mulata	3	449.000
Manoel	Carafúz	21	1.300.000
Theodoro	Preta	30	1.100.000

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
	Criollo		
Manoel	Cabra Claro	13	800.000
Maria Roza	Mulatina		200.000
Antonio Pedro de Almeida	Carafúz	45	1.700.000
Victorina	Mulata	25	1.200.000
Satormina	Mulatinha	7	1.200.000
Dulcina	Preta	26	1.300.000
Maria	Mulata	12	1.000.000
Domingas	Carafúz	60	500.000
Martinho	Criollo	10	800.000
Martta Maria	Carafúz	16	1.400.000
Lucinda	Criollo		2.050.000
Raimundo	Criollo		"
Jacintto	Criollo		"
Jeronymo	Criollo		"
Betino	Carafúz	13	600.000
Serafim Antonio	Mulata	20	1.500.000
Manoel João	Preta	40	1.400.000
'Iria'	Preta	22	1.200.000
Fabriciano	Preta	3	"
João	Preta	35	1.200.000
Lino	Mulata Criollo	22	1.200.000
Gaudencio	Preta		700.000
Raimundo	Preta Criollo	19	1.000.000
Maria	Mulata		1.000.000
Tobias			1.100.000
Maria	Preta	21	1.300.000
Jozé		3	"
Theodoro	Mulata	18	1.350.000
Manoel		35	1.000.000
Rofina	Mulata	25	1.200.000
Rafael	Carafuz	2	"
Lauriano	Preta	20	1.000.000
Miguel	Preta	21	1.000.000

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
Lourenço	Carafúz	25	1.000.000
Antonio	Preta	28	1.000.000
Cisero	Preta	20	1.000.000
Dominciano	Preta	8	1.000.000
Manoel	Preta	27	1.200.000
Raimundo	Preta	20	1.000.000
Domingos	Preta	18	1.200.000
Joana*	Carafuz	16	600.000
Gentil	Parda	30	1.200.000
Antonio	Parda	32	1.000.000
Luiz	Preta	15	700.000
Jozé	Mulata	13	400.000
			400.000
			400.000
Vicente	Mulata	23	800.000
Ana	Mulata	43	1.100.000
Sebastião	Mulata	12	"
Manoel	Mulata	8	"
Floripes	Preta		700.000
Izidorio	Carafúz	25	800.000
Joaquim	Preta	57	800.000
Estevão	Carafúz	21	"
Heygimo	Mulata	27	1.400.000
Manoel	Parda	23	1.400.000
Maria da Conceição	Parda	21	600.000
Izidro	Mulata	53	800.000
Lourenço	Carafúz	24	1.000.000
Victorio	Carafúz	35	500.000
Maria	Preta	22	600.000
Theodora	Carafúz	24	300.000
Fermino	Carafúz	34	500.000
Marcos	Preta	25	1.100.000
Martinho	Mulata	19	600.000
Honorato	Mulata	19	1.100.000
Luiz Gonzaga	Preta	23	500.000
"Saturnilho"	Parda	20	1.000.000
Raymunda	Carafúz	10	600.000
Germana	Preta	21	800.000

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
Manoel	Carafúz	18	1.100.000
Porfirio	Carafúz	23	1.200.000
Fé	Preta	18	300.000
Jovita	Carafúz	31	400.000
Maria Manoela	Preta	20	300.000
Angelo			500.000
Quintino			500.000
Boaventura	Preta		500.000
"Eucides"	Preta	28	400.000
Francisco			800.000
Felippe	Preta	54	300.000
"Afrigio"	Mulata	55	250.000
Maria da Conceição	Mulata	35	250.000
Maria bernada	Preta	50	200.000
Lourença	Preta	45	800.000
Maria Paula		12	800.000
Gestrudes	Preta	30	1.500.000
Marta	Preta	7	"
Manoel	Mulata	5	"
Emilia	Mulata	1	"
Florindo	Carafúz	18	1.000.000
Maria	Mulata	20	1.000.000
Meiquilina	Mulata	2	200.000
Faustina	Parda	21	1.000.000
Mathias	Preta	25	800.000
Miguel	Preta	27	1.200.000
Quiteria	Carafúz	19	1.000.000
Juvenio	Carafúz	18	1.200.000
Mathias#	Carafúz	25	1.000.000
Gaudencio	Preta	35	1.100.000
Florencio	Preta	13	1.000.000
Manoel Raimundo	Preta	21	800.000
Manoel	Preta	26	1.200.000
Benedito	Preta	24	1.200.000
Joaquina	Carafúz	8	2.100.000
André	Carafúz	7	"

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
Manoel	Preta	2	"
Fortunato	Mulata	3	400.000
Lourença	Carafúz		300.000
Joana	Mulata	33	1.000.000
Leopoldina			770.000
Domingas	Mulata	43	700.000
Sebastiana	Preta		900.000
Angelo	Carafúz	24	1.000.000
José	Preta	16	800.000
Zacarias	Preta	36	1.000.000
Luciana	Preta	30	900.000
João		3	
Maria		1	
Fé	Preta		800.000
Anna			210.000
Jovita			
Maria	Carafúz	29	800.000
Belizario	Mulata	33	1.300.000
Dulcina	Preta	26	1.300.000
Julio	Preta	17	850.000
Manoel	Preta	34	800.000
Antonia	Preta	25	
Amelia	Preta	34	600.000
Primo	Pardo	17	200.000
Manoel dos Passos		23	500.00
Dariana		17	675.000
Victorina	Parda	19	500.000
Veronica	Preta	22	400.000
Ludovina	Preta	22	600.000
Suzana	Parda	18	700.000
Marciano	Molato	23	900.000
Daniel	Preto	21	900.000
Esperança	Preta	22	800.000
Sebastiana	Carafuza	18	500.000
Paschôa	Preta	29	500.000
Manoel	Preto	26	500.000
Raymundo	Preto	27	500.000
Constança	Parda	32	400.000

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
Zeferina	Preta	39	400.000
Fida	Parda	30	400.000
José	Parda	22	500.000
Izabel	Parda	17	400.000
Pedro	Preto	43	600.000
Marcelina	Carafuza	50	1.200.000
Manoel	Carafuz	22	
Liberia(sic)	Carafuza	30	1.000.000
Benedito	Molato	30	1.000.000
Anna	Preta	26	1.000.000
Gregoria	Molata	35	800.000
Sic (Freteuza)	Carafuza	20	1.000.000
Cazemiro	Carafuz	38	700.000
Manoel	Carafuz	20	1.000.000
Angelica	Preta	32	1.050.000
Marcelo(sic)	Pardo	25	1.200.000
Maria	Preta	26	1.000.000
Felippa	Parda	36	800.000
Martino	Preto	38	1.000.000
Maria	Preta	37	700.000
Marcolina	Parda	25	750.000
José	Carafuz	30	1.050.000
Alberto	Preto	33	700.000
Lazaro	Pardo	40	500.000
Maria	Preta	18	800.000
Bruno	Preto	20	1.800.000
Serafina	Preta	18	
Emilia	Preta	29	900.000
Gestrudes	Preta	20	800.000
Manoel	Pardo	24	900.000
Jacinta	Preta	23	800.000
Raymunda	Molata	25	900.000
Sebastiano	Preto	37	800.000
Brigida	Parda	35	800.000
Manoel	Pardo	24	600.000
Maria Joana	Preta	37	500.000
Leopoldina	Carafuza	16	800.000
Firmino	Preto	27	800.000
Joaquim	Preto	33	800.000

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
Domingos	Preto	23	100.000
Laura	Preta	39	700.000
Gustina(sic)	Preta	30	700.000
Alexandra	Preta	28	800.000
Clemente	Preto	21	500.000
Evarintha	Parda	21	600.000
Santurino	Pardo	20	450.000
Mamede	Pardo	30	900.000
Iozino(sic) Feliciano	Preto	32	400.000
Angela	Molata	25	700.000
Vircula(sic)	Preta	41	525.000
Raymundo	Pardo	17	500.000
Prudêncio	Preto	30	350.000
Jesuino	Pardo	31	600.000
Raymundo	Pardo	26	600.000
Anna	Parda	50	300.000
Manoel	Carafuz	31	800.000
Domingos	Preto	24	100.000
João	Cabuculo	27	300.000
Juvita	Carafuza	40	350.000
Manoel	Pardo	27	500.000
Theotonio	Pardo	37	500.000
Anna	Preta	30	700.000
José	Molato	50	750.000
Euphemia(sic) )	Preta	24	1.000.000
Lazaro	Preto	41	475.000
Lourenço	Preto	17	1.200.000
Felicidade	Molata	25	800.000
Lucrecia	Molata	27	950.000
Benedita	Carafuza	18	700.000
Thereza	Preta	18	700.000
Evarista	Parda	24	1.050.000
Christina	Preta	30	1.000.000
Joaquim	Molato	20	800.000
Salvador	Carafuz	34	600.000
Benedicto	Preto	28	1.000.000
Andronico(sic) )	Carafuz	25	1.200.000

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
Giraldino	Preto	15	1.400.000
Camilla	Preta	28	1.200.000
Jacintha	Preta	20	800.000
Emiliana	Preta	25	1.000.000
*Lazaro	Carafuz	34	700.000
Aleixo	Preto	37	1.100.000
Anna	Preta	40	370.000
Angela	Molata	15	1.000.000
Marcelino	Preto	30	1.300.000
Philadelpho	Preto	19	800.000
**Lazaro	Carafuz	34	600.000
Januario	Preto	18	800.000
Raymundo	Preto	31	1.200.000
Manoel	Preto	19	500.000
Euzebia	Preta	47	300.000
Leandra	Preta	33	800.000
Thomaz	Pardo	28	925.000
Manoela	Parda	23	1.300.000
Deolinda	Molata	18	1.200.000
Angela	Molata	16	1.000.000
Manoel	Pardo	37	700.000
Raymunda	Molata	28	1.000.000
Jeronimo	Preto	45	800.000
Jesuino	Molato	27	1.200.000
Natalia	Parda	20	500.000
Prudêncio	Pardo	28	1.200.000
Joaquim	Preto	12	800.000
Bazilio	Preto	13	800.000
Benedicta	Preta	62	300.000
Ludovina	Preta	17	1.000.000
Fernando	Preto	54	400.000
Raymunda	Preta	15	1.000.000
Luiz	Carafuz	31	1.200.000
Tetuliano	Preto	12	800.000
Bernarda	Carafuza	22	800.000
Florinda	Preta	55	700.000
Virgilio	Preto	23	600.000
Firmino	Preto	25	900.000
Ambrozia	Carafuza	18	1.700.000

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
Maria	Preta	47	'
Manoel	Molato	28	1.200.000
João Benedicto	Pardo	32	1.000.000
Carolina	Parda	12	800.000
Galdêncio			800.000
Lazaro	Carafuz	35	600.000
João	Preto	11	600.000
Luciana	Carafuza	35	1.000.000
Angelica	Preta	31	1.000.000
Maria	Molata	32	700.000
Cyriaco	Carafuz	18	900.000
Felippa	Preta	35	600.000
Cazemiro	Carafuz		700.000
Lazaro	Preto	41	600.000
Ludovina	Preta	17	800.000
Lucidoro	Preto	23	1.100.000
Placido	Preto	21	800.000
Januario	Carafuz	22	1.000.000
Dionizia	Carafuza	34	800.000
Dionizio	Carafuz	34	700.000
Luciana	Carafuza	35	1.000.000
Joaquim	Molato	22	700.000
Gregoria	Carafuza	58	400.000
José	Carafuz	18	800.000
Carolino	Molato	41	1.000.000
Berthaldo	Carafuz	23	1.080.000
Roza	Molata	26	1.000.000
Nicolau	Preto	41	1.000.000
Tereza	Carafuza	28	1.800.000
Leopoldina	Carafuza	15	'
João	Preto		700.000
Francisca	Preto	50	'
Alberto	Carafuz	40	900.000
Pedro	Carafuz	40	400.000
Angela	Preta	18	1.200.000
Marcolino(sic)	Preto	28	800.000
Hypolito		34	1.000.000
Aldandira(sic)	Molata	20	1.100.000

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
)			
Esperança	Carafuza	13	1.017.000
Antonia(sic)	Molata	40	650.000
Thomé	Preto	25	550.000
Não identificado	Molata	40	500.000
José Thomas	Preto	25	1.000.000
João		14	820.000
Izidoro	Preto	18	1.100.000
Não descrito			
Piedade	Molata		500.000
Felicia	Molata	30	1.000.000
Maria		2	'
Narciza			1.000.000
Andre		30	950.000
Angela	Preta	18	1.000.000
Maria	Molata	35	800.000
Inocência	Carafuz	25	1.000.000
Iscolastica(sic)	Carafuza	29	600.000
Braz	Preto	18	1.000.000
**Gerundia(sic)	Molata	6	500.000
Serafina		35	1.200.000
Ricardo	Molato	18	1.000.000
**Gerundia(sic)	Molata	6	533.200
Maria	Molata	12	800.000
Manoel		30	1.000.000
Victório		31	1.000.000
Affonso		50	600.000
Felippa	Preta	12	1.200.000
Lucinda	Molata	39	1.200.000
Anna	Molata	5	'
Eulalia	Preta	40	1.000.000
Vitorina		21	2.000.000
Antonia		15	'
Benedita	Preta	30	1.000.000
Raymunda	Preta		1.000.000
Cattarina		20	1.150.000

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
Vitorina	Preta	40	800.000
Maria	Molata	20	1.200.000
Maria	Preta	30	1.000.000
Ignes	Preta	16	1.000.000
Lucindo	Carafuz	8	400.000
Roza	Preta	35	700.000
Lucrecia(sic)	Molata	35	800.000
João	Preto	26	1.000.000
José João	Molato	13	600.000
Maria	Molata	23	1.350.000
Filha recém nascida			'
Feliciano	Molato	5	400.000
Domingos	Molato	30	1.000.000
Maria	Molata	24	1.000.000
Rosalia			'
Camilla	Molata	40	600.000
Ignes	Molata	48	400.000
João	Preto	22	900.000
Luiza	Molata	25	1.000.000
Lucrecia	Molata	25	950.000
Flausina	Carafuza	35	900.000
Marcelino	Molata	36	800.000
Marcos	Molato	39	600.000
Firentino(sic)	Preto	40	500.000
Balbina	Molata	25	1.000.000
Cazemiro	Preto	32	550.000
Francisco	Molato	40	500.000
Francisca	Preta	30	800.000
Joanna	Preta	46	600.000
Dhimpia	Molata	20	800.000
Raymunda			1.000.000
Maria Joreca	Molata	10	400.000
**José dos Passos	Molato	20	600.000
Maria dos Anjos			1.200.000
Maria do Espirito Santo			'
Maria das			'

Nome do cativo	Cor	Idade	Valor
Merces			
Ancelino	Preto	25	750.000
**José dos Passos	Molato	20	750.000
João	Carafuz	26	1.000.000
Mariana	Preta		1.500.000
Andreliño			
Philomena			
Maria	Preta	22	1.200.000
Raymunda	Molata	25	700.000
Joaquim	Molato	26	900.000
Victória	Carafuza		800.000
Clarindo	Molato		850.000
Miguel	Preto	38	1.000.000
Romana	Molata	24	800.000
Raymunda	Carafuza	27	600.000
Joaquim Manoel			400.000
José Lisboa			300.000
Francisca	Preta		350.000
Antonio Marcos	Preto		200.000
Victorino	Criolo		100.000
Marcelino	Criolinho		35.000
Josepha			350.000
Raymundo	Molato	14	1.050.000
Miguel			1.000.000
Raulina	Preta	25	500.000
José		5	'
Pedro		4	'
Maria		1	'
Antonio		16	800.000
Guilhermina	Molata	30	850.000
Adelaide	Carafuza	20	1.000.000
Felippa			700.000
Manoel Bernardo	Molato	26	700.000
João	Carafuz	21	400.000
Juliana			200.000
Felippe			300.000

<b>Nome do cativo</b>	<b>Cor</b>	<b>Idade</b>	<b>Valor</b>
Leocadio	Carafuz	35	1.000.000
Francisca	Preta, crioula		400.000
Cristina	Preta	8	300.000
Maria Roza	Molata	10	400.000
Leopoldino	Molato	16	700.000
Miguel	Preto, crioulo	26	800.000
Domingas	Molata	11	500.000
Anna	Molatina	6	500.000
Zacharia	Preto	16	800.000
Thiago	Preto, crioulo	20	800.000
Zacarias Rodrigues	Molato	19	1.000.000

Fonte: Livros de notas, compra e venda de escravos, 1842-1887.